

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RENATO XAVIER DOS SANTOS

Raça e Relações Internacionais: anarquia branca, hierarquia negra

São Paulo

2023

RENATO XAVIER DOS SANTOS

Raça e Relações Internacionais: anarquia branca, hierarquia negra

Versão Original

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Rurion Soares Melo

São Paulo

2023

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rurion Soares Melo
Universidade de São Paulo (Orientador)

Profa. Dra. Karine de Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Raphael Cezar da Silva Neves
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Jean François Germain Tible
Universidade de São Paulo

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**


Nome do (a) aluno (a): Renato Xavier dos Santos

Data da defesa: 30/03/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rurion Soares Melo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 23/05/2023



(Prof. Rurion Melo)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sr Santos, Renato Xavier dos
Raça e RI: anarquia branca, hierarquia negra /
Renato Xavier dos Santos; orientador Rurion Soares
Melo - São Paulo, 2023.
222 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Raça. 2. Relações Internacionais . 3.
Hegemonia. 4. Hierarquia. 5. Internacionalismo negro.
I. Melo, Rurion Soares, orient. II. Título.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Rurion Soares Melo pela orientação da tese, por todas as aulas inspiradoras e por sempre receber minhas demandas com acolhimento e empatia. Uma sorte tê-lo como orientador.

Agradeço a Sofia, minha sobrinha que ao longo desses cinco anos tentou entender com o que o tio trabalhava.

Agradeço aos meus pais Sebastião Xavier dos Santos e Maria de Lourdes dos Santos (Tião e Lourdinha, respectivamente) pela confiança incansável e pelo apoio nos bons e não tão bons momentos.

Agradeço a Bianca Franzoso por não me deixar esquecer o caminho que percorri até aqui, por me lembrar todos os dias o valor inestimável dessa conquista, por me presentear todos os dias com a sua presença, seu carinho e seu amor.

Gratidão aos meus irmãos Rafael Xavier e Ana Paula Menezes pelo apoio o tempo todo e por apoiar todas as minhas escolhas.

Agradeço a Livia Avelhan pela parceria ao longo dos anos. Essa parceria teve importância fundamental na minha caminhada.

Agradeço muito minhas amigas e meus amigos, Taísa Rezende, Helena Salim, Michelly Geraldo, Rodrigo Amaral, Bruno Valim, Carla Pagliarini, Erick Beyruth, Vitor Sion e tantos outros e outras que não citei. Sei que vou cometer injustiça, mas muitas outras pessoas foram importantes e igualmente agradeço!

Sou muito grato aos professores do DCP pelas aulas instigantes e, igualmente, aos funcionários que propiciam um ambiente amigável e leve.

Agradeço aos poucos e bons amigos que conquistei na USP.

Agradeço à CAPES pelo apoio e fomento à pesquisa, parte fundamental da carreira acadêmica e que merece a valorização necessária.

Por fim, e não menos importante, agradeço a mim mesmo por persistir, por acreditar em mim, por valorizar tudo que fiz e por encerrar o ciclo com muita alegria.

*Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é
África
Pois em prática, essa tática,
matemática falou
Enquanto a terra não for livre, eu
também não sou*

Emicida, 2019.

Resumo

XAVIER, Renato. Raça e Relações Internacionais: anarquia branca, hierarquia negra. 2023. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2023.

Se convencionou contar a história do campo das Relações Internacionais a partir do primeiro debate entre realistas e idealistas e que a disciplina surgiu com o propósito de evitar os horrores da guerra. A história reiteradamente descrita pelo *mainstream* acadêmico da área apagou durante muitas décadas temas que estavam fervilhando tanto no debate público quanto no debate acadêmico, entre os quais, imperialismo e colonialismo. Estudos revisionistas da história intelectual do campo apontam para contradições na história oficial e, ainda mais preocupante, revelam silêncios ensurdecadores acerca da contribuição do pensamento negro para o campo nascente. No início do século XX, muito antes do debate entre realistas e idealistas, intelectuais negros, entre eles, W.E.B Du Bois e Alain Locke, se debruçavam sobre a questão internacional e denunciavam o caráter racial das RI. No começo do século significavam, em verdade, relações raciais, resultado da corrida imperial e do colonialismo que tomava conta da polícia externa das grandes potências. Preocupados com o imperialismo, os primeiros textos dos liberais do campo, ao contrário dos intelectuais negros, procuravam desenvolver uma ciência do internacional que fosse capaz de garantir a manutenção do *status quo* da ordem global imperialista. Nesse contexto, o primeiro impulso da autonomia do campo de RI foi a criação de uma agenda de pesquisa chamada administração colonial. Diante desse quadro geral de um campo nascente voltado para a melhor acomodação do imperialismo, de um lado, e intelectuais negros produzindo diagnósticos que apontavam para a questão racial no centro da política internacional, de outro, uma pergunta persiste: por que raça foi silenciada em RI? O objetivo do trabalho está em evidenciar em que medida o pensamento negro internacionalista é caracterizado como um movimento/deslocamento contra-hegemônico. A branquitude forjou um campo reflexo das suas próprias demandas, fixando significados e teorias que privilegiavam categorias e epistemologias racializadas, desde a anarquia (central no sistema internacional de Estados) até questões de equilíbrio de poder (entre as potências brancas) e a natureza humana (uma sociedade hipotética que representava a identidade negativa da branquitude). A questão racial na disciplina foi relegada à um problema de cunho moral e, portanto, doméstico. O pensamento negro internacionalista se apresenta como um movimento contra-hegemônico, desafiando a hegemonia branca e propondo uma ordem global racialmente inclusiva. Isso busca estabelecer um campo plural e democrático, agregando diferentes perspectivas.

Palavras-chave: Raça. Relações Internacionais. Hegemonia. Internacionalismo negro. Hierarquia.

Abstract

XAVIER, Renato. Race and International Relations: white anarchy, black hierarchy. 2023. Thesis (Doctorate). Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo. 2023.

It is agreed to tell the history of the International Relations field from the first debate between realists and idealists and that the discipline emerged with the purpose of avoiding the horrors of war. The story repeatedly described by the academic mainstream of the area erased for many decades themes that were seething both in public debate and in academic debate, among which, imperialism and colonialism. Revisionist studies of the intellectual history of the field point to contradictions in the official history and, even more worrisome, reveal deafening silences about the contribution of black thought to the nascent field. In the early twentieth century, long before the debate between realists and idealists, black intellectuals, including W.E.B Du Bois and Alain Locke, focused on the international question and denounced the racial character of IR. At the beginning of the century, meant, in fact, racial relations, a result of the imperial race and the colonialism that took over the external police of the great powers. Concerned with imperialism, the first texts of rural liberals, unlike black intellectuals, sought to develop a science of the international that was capable of guaranteeing the maintenance of the status quo of the imperialist global order. In this context, the first impulse of the autonomy of the IR field was the creation of a research agenda called colonial administration. Faced with this general picture of a nascent field focused on the better accommodation of imperialism, on the one hand, and black intellectuals producing diagnoses that pointed to the racial issue at the center of international politics, on the other, a question persists: why was race silenced in RI? The objective of this work is to show the extent to which internationalist black thought is characterized as a counter-hegemonic movement/displacement. Whiteness forged a field that reflected its own demands, establishing meanings and theories that privileged racialized categories and epistemologies, from anarchy (central in the international system of States) to questions of balance of power (between white powers) and human nature (a hypothetical society that represented the negative identity of whiteness). The racial issue in the discipline was relegated to a moral and, therefore, domestic problem. Black internationalist thought presents itself as a counter-hegemonic movement, challenging white hegemony and proposing a racially inclusive global order. This seeks to establish a plural and democratic field, adding different perspectives.

Keywords: Race. International Relations. Hegemony. Black Internationalism. Hierarchy.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
1.1 Interesse de pesquisa	8
1.2. Problema e objetivos	9
1.3 Organizando o trabalho	11
2. O nascimento das RI: mitos e apagamentos	12
2.1 Ortodoxia histórica e revisionismo	17
2.2 Administração colonial: primeiro grande debate	25
2.3 Breve contribuição de Du Bois	33
3. RI, Imperialismo e Raça: a tríade perfeita	39
3.1 Introdução	39
3.2 Relações Internacionais e imperialismo: Díade?	43
3.3 Raça e Relações Internacionais: sobre esquecimentos	60
3.4 Relações Internacionais, Imperialismo e Raça: a tríade perfeita	72
4. Internacionalismo Negro: movimentos do atlântico	79
4.1 Introdução: transnacionalismo da negritude	79
4.2 A influência da Howard School of International Relations	80
4.3 Pan-africanismo e mundo pós-colonial: Du Bois e a modernidade	87
4.4 Harlem e negritude francófona: luta global	98
5. Epistemologias das teorias cânones: racismo e supremacia branca	109
5.1 Introdução: por que hierarquia importa?	109
5.2 Du Bois e Locke: pensar outras teorias	112
5.3 Estado de natureza é o que os clássicos fizeram dele	120
5.4 Anarquia: epistemologia racializada	132
5.5 Teoria das RI: resolução de problemas brancos	146
6. Hegemonia branca, contra-hegemonia negra	156
6.1 Hegemonia na Teoria Social de Laclau e Mouffe	157
6.2 Identidades mutáveis	162
6.3 Antagonismo: a impossibilidade do Eu	164
6.4 Hegemonia e possibilidades de deslocamento	168
6.5 Anarquia branca, hierarquia negra	179
7. Considerações finais: a emergência de outras vozes	189
7.1 Introdução: um panorama geral	189
7.2 Outras vozes: pluralidade e democratização	190
7.3 Abordagens subalternas nas RI	193
7.4 Relações Internacionais como campo cultural plural	196
Referências	200

1. Introdução

Os leões não têm historiadores e, portanto, a caça ao leão é uma leitura humana, emocionante e satisfatória. Os negros não tinham bardos e, portanto, foi amplamente contado como a filantropia americana libertou o escravo.

Du Bois, 2020

O campo de Relações Internacionais (doravante RI), assim como outras áreas do saber, está em uma zona cinzenta entre o esquecimento e a evasão, o que Toni Morrison (1992) caracterizou como uma *norm against noticing*¹. O termo da intelectual negra Morrison (1992) - aplicado às RI por Robert Vitalis (2000; 2015) - presume denunciar a forma pela qual a sociedade muitas vezes ignora o racismo e as desigualdades raciais, criando uma norma contra perceber as diferenças raciais². À medida que a disciplina se desenvolveu, os problemas atemporais de anarquia e o dilema da segurança passaram a definir as questões centrais das RI de acordo com os imperativos da Guerra Fria, tornando raça e racismo irrelevantes para muitos estudiosos. Esta “norma contra a percepção” é traduzida por Krishna (2001) como um tipo de amnésia, tal e qual não pode ser analisada fora do discurso, do método à epistemologia, da história à teoria, da hegemonia da supremacia branca. Atualmente, pode se falar em um esquecimento calculado que tem como função obstruir o discurso, a linguagem e a fala (KRISHNA, 2001). A supremacia branca impôs uma visão do campo das RI que moldou não só os estudos sobre política internacional, mas igualmente a prática da política internacional. Ao reificar uma história cuja contribuição do pensamento negro, bem como a sua estrutura racista, fora esquecida, o *mainstream* do campo ceifou possibilidades de se pensar o mundo a partir de outras perspectiva. Ao privilegiar os estudos acerca de problemas racializados como, por exemplo, a natureza humana, a anarquia, a disciplina negligenciou o racismo como estrutura da ordem global. (HENDERSON, 2013; SABARATNAM, 2016).

O trabalho conduzido pelo novo revisionismo historiográfico é o primeiro passo de uma longa jornada. Esse mesmo revisionismo já deu resultados, no sentido de quebrar alguns mitos fundacionais do campo, que vale aqui apresentá-los: em primeiro lugar, a disciplina não surgiu no entreguerras, antes disso, estudiosos da Ciência Política já desenhavam o que seria o

1 Norma contra a percepção (tradução nossa).

² Ver mais em: MORRISON, Toni. **Playing in the Dark**: Whiteness and the Literary Imagination. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

campo autônomo de RI com fortes raízes na administração colonial, evidenciando-se nas discussões mais relevantes no meio acadêmico no início do século XX: colonialismo, império e administração colonial. Em segundo lugar, não existiu, pelo menos na forma que nos foi contato, um debate estruturado entre realistas e idealistas.

Na década de 1920, conforme nos informa a história ortodoxa do campo, não existia um campo teórico idealista estabelecido, o que havia era uma fragmentação de pensamentos que por si só não dialogavam. Nesse sentido, Edward Hallett Carr (1939) exagerou na tinta dos utópicos e, ao ser refutado por alguns idealistas, o autor não só não respondeu, como incorporou algumas ideias dos idealistas em obras pós-Vinte Anos de Crise. Por último, e aqui objeto de maior atenção, W.E.B Du Bois (1868-1963) teve contribuição singular para o campo das RI. Apesar da norma contra perceber o pensamento de Du Bois, a nova historiografia tem resgatado os diagnósticos desse (e de outros) intelectual negro como parte fundamental da história pregressa do campo, mas de modo igualmente importante para se pensar as RI do século XXI. O diagnóstico de Du Bois de que o problema do século XX era o problema da linha de cor global e de que a ordem global era hierárquica, raças brancas subjugando as raças negras, é uma contribuição *sine qua non* tanto do ponto de vista histórico quanto teórico e vai de encontro ao excesso de abstração do campo de RI. Não obstante ao fato de não existir uma história linear que possa ser identificada como uma identidade fechada do campo em questão, o tratamento adequado da história e a construção de mundos além-branquitude contribuem sobremaneira para a construção da área e conseqüentemente para a *práxis* da política internacional. Na seção seguinte, procura-se apresentar a pergunta que norteou o trabalho, bem como os objetivos alcançados.

1.1 Interesse de pesquisa

O interesse em estudar a questão racial no campo das RI surgiu na sala de aula, mais especificamente, na disciplina de pós-graduação em Ciência Política, intitulada, “Teoria crítica da democracia e as lutas por reconhecimento”, ministrada pelo Prof. Dr. Rurion Soares Melo na Universidade de São Paulo. A segunda unidade da disciplina trazia um recorte de “raça, gênero e sexualidade” que me despertou mais do que curiosidade, ao longo das leituras de autores e autoras como Stuart Hall, Patricia Hill Collins, Nancy Fraser me veio uma pergunta inicial: como RI trata as questões de raça, gênero e sexualidade tão urgentes na

sociedade atual? A resposta não precisou ser muito elaborada, a certeza é que se tratavam de temas marginais, especialmente em uma disciplina muito voltada para si e para questões de poder e Estado. Mas, ainda assim, era preciso ir mais longe e investigar a fundo. Decidi, por exclusão e por imaginar um campo muito rico e ainda não amplamente explorado, recortar minha pesquisa a partir da questão racial. Além das questões das possibilidades que o tema raça traz, me deparar com a “interseccionalidade” de Collins (2017) foi particularmente inspirador³.

1.2. Problema e objetivos

Pesquisar a questão racial em um campo que prioriza, sobremaneira, o Estado como ator principal se mostrou uma missão difícil, mas o problema se manteve e se aprimorou ao longo das primeiras leituras: qual papel o tema raça desempenhou no campo de RI? Responder a esta pergunta, que parece genérica, me levou a elaborar outra questão: como a disciplina surgiu? É a partir dessa segunda pergunta que o trabalho de pesquisa se inicia, da problemática da importância da raça em RI somada à fundação do campo disciplinar. O trabalho em voga é tributário das pesquisas sobre raça que estão cada vez mais difundidas no campo de RI, mas também da Ciência Política, da Teoria Social, do Feminismo, na teoria Decolonial e pós-colonial entre outras. Foi a partir de trabalhos voltados à temática racial no centro dos debates que se fez possível a investigação que apresentaremos na sequência.

Expostas as primeiras inquietações, o objetivo geral do presente trabalho é examinar como a hegemonia da branquitude excluiu a perspectiva racial do campo das Relações Internacionais e em que medida essa exclusão não foi completa, uma vez que o pensamento negro nas RI é um movimento contra-hegemônico. Especificamente, os objetivos específicos aqui expostos são (a) analisar as contradições entre a história oficial do campo das RI e as contribuições intelectuais dos pensadores negros, como W.E.B Du Bois e Alain Locke (b) examinar os temas que foram excluídos ou marginalizados pela história oficial, incluindo o imperialismo, o colonialismo e a perspectiva racial; (c) explorar como a perspectiva racial foi excluída das teorias e conceitos fundamentais do campo das RI, como anarquia e natureza

³ Ver mais sobre a interseccionalidade em: COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, interseccionalidade e política emancipatória? Tradução Bianca Santana. In: **Revista parágrafo**, jan./jun. V.5, n.1, 2017.

humana; (d) investigar como a branquitude moldou e reforçou a hegemonia do pensamento *mainstream* no campo das RI e; (e) examinar os esforços para estabelecer uma contra-hegemonia ao pensamento cânone, promovendo uma ordem global mais plural e democrática que inclua perspectivas que escapam às fixações de significados estabelecidos pela hegemonia branca.

Alguns são os objetivos principais do presente trabalho. Em primeiro lugar, revisitar a história do campo das RI a partir de uma perspectiva não ortodoxa, isto é, a história do nascimento da disciplina relatada não somente como resposta aos grandes eventos externos, mas a partir de uma convergência entre eventos externos, institucionalização interna, interesses na manutenção do *status quo* das potências ocidentais. Um segundo objetivo, e bastante relevante à tese, está em focar nas vozes que foram silenciadas no decorrer dos primeiros anos da área, além das vozes silenciadas, particularmente sustentar a importância do pensamento de W.E.B Du Bois e dos intelectuais de Howard School International Relations, particularmente, Alain Locke. Procurar-se-á sublinhar o que estas vozes silenciadas estavam informando ao campo acadêmico e ao público, bem como quais eram os objetivos das análises desses intelectuais. Deriva-se da importância do pensamento negro para as RI o movimento antirracista e anticolonial defendido por Du Bois e que teve como resultado prático-institucional a consolidação de Howard School como principal reduto do pensamento internacionalista negro, reverberando em movimentos transnacionais em prol da causa antirracista.

Para responder à pergunta que norteou a investigação, qual seja, “qual papel o tema raça desempenhou no campo de RI?”, procuramos demonstrar como o campo foi construído a partir de uma hegemonia forjada pela branquitude, em que o papel relevante da questão racial foi silenciado ou relegado a problemas de cunho moral e doméstico. A hegemonia mesma da branquitude possibilitou o surgimento de novos discursos que procuraram estabelecer uma contra-hegemonia ao pensamento *mainstream* da disciplina, especialmente a partir da noção de uma ordem global racialmente hierarquizada, intentando, assim, estabelecer um campo plural e democrático capaz de agregar pensamentos que escapam às fixações de significados estabelecidos pela hegemonia branca. Em suma, raça desempenhou um papel singular na construção da identidade do campo de RI, não só por inaugurar importantes debates sobre

racismo, imperialismo e colonialismo na política internacional, mas de modo igual por estabelecer parâmetros para uma teoria centrada nos temas raça e hierarquia internacional.

1.3 Organizando o trabalho

Este trabalho está dividido em sete capítulos que abordam temas relacionados às Relações Internacionais e à questão racial. A seguir, apresentamos como será organizado o trabalho, destacando os pontos principais de cada capítulo. Além da introdução aqui apresentada, no capítulo 2, serão discutidos os mitos e apagamentos históricos que permeiam o surgimento das Relações Internacionais como campo de estudo. O capítulo três trata da discussão sobre a relação entre as Relações Internacionais, imperialismo e raça, uma relação intrínseca e que, por vezes, se confundiam. O capítulo 4 aborda o movimento de internacionalismo negro e a transnacionalização do pensamento negro através da Howard School, da Renascença do Harlem, do Pan-Africanismo e da negritude francófona. O transnacionalismo negro teve um papel importante nas relações internacionais, já que intelectuais negros e negras desafiaram as fronteiras nacionais e trabalharam juntos na luta antirracista. No capítulo 5, discute-se a importância da hierarquia na compreensão do racismo e da supremacia branca nas teorias cânones das Relações Internacionais. Através da análise das obras de Du Bois e Locke, propõe-se uma crítica epistemológica a essas teorias, buscando pensar outras formas de compreender a política internacional que não reproduzam as categorias racializadas. O capítulo 6 examina a relação entre a hegemonia branca e a contra-hegemonia negra, abordando a anarquia como categoria racializada da hegemonia da branquitude e hierarquia como construção contra-hegemônica do pensamento negro. Em primeiro momento, examina-se a noção de hegemonia em Ernesto Laclau e Mouffe para fundamentar as possibilidades de deslocamento da hegemonia branca e a construção de novas identidades políticas. Nas considerações finais, faz-se uma síntese das principais discussões apresentadas nos capítulos anteriores e propõe uma reflexão sobre a emergência de outras vozes nas Relações Internacionais. Destaca-se a importância de se considerar as abordagens subalternas e a pluralidade cultural como elementos centrais para a democratização do campo das Relações Internacionais, buscando superar a hegemonia branca e ampliar a diversidade de perspectivas e experiências que são levadas em consideração na análise da política internacional.

2. O nascimento das RI: mitos e apagamentos

O presente capítulo apresenta uma reflexão crítica sobre a forma como a história das RI é geralmente contada, destacando a tendência de privilegiar debates teóricos em detrimento da história empírica, a abstração em detrimento da descrição e, aqui com especial atenção, o discurso da branquitude⁴ em detrimento do pensamento intelectual negro no nascimento campo de estudo. O discurso tradicional considera que a disciplina surgiu no período entreguerras, quando realistas e idealistas travaram um debate normativo sobre guerra e paz. Com o fim da Segunda Guerra Mundial como, o realismo se estabeleceu como a teoria dominante das RI, enquanto o idealismo se tornava uma teoria amorfa e incapaz de explicar e evitar a guerra. No entanto, essa história é insuficiente e apaga muitos eventos e perspectivas importantes, como a história do imperialismo e a influência dos intelectuais negros da virada do século XIX para o XX. William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) e pensadores da *Howard School of International Relations*⁵ (*Howard School*) como Alain Locke (1885-1954), Edward Franklin Frazier (1894-1962), Ralph Bunche (1904-1971), Rayford Logan (1897-1982), Eric Williams (1911-1981), Merze Tate (1905-1996) tiveram papel relevante no nascimento da disciplina. Não obstante, suas contribuições foram amplamente silenciadas pelo pensamento *mainstream* do campo de RI. Nesta introdução, propõe-se uma abordagem revisionista e descritiva do nascimento do campo, ressaltando a importância do pensamento negro nos primeiros debates sobre RI.

Convencionou-se contar que o campo das Relações Internacionais (doravante RI) se estruturou a partir dos seus debates inter-paradigmáticos, mais conhecidos como “grandes

⁴ Optamos aqui pelo termo branquitude, mas em total consonância com o debate acerca da importância (e diferença) dos termos branquitude e branquidade. Ver mais sobre o debate branquidade/branquitude em: PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão.. In: **Simpósio Internacional Do Adolescente**, 1., 2005, São Paulo.

Ver também: ADEVANIR, Pinheiro. **Sinpro/RS**: Branquidade, branquitude e a vida acadêmica. 20/11/2019. Disponível em: <https://contee.org.br/sinpro-rs-branquidade-branquitude-e-a-vida-academica/>. Acesso em: dez. 2022.

⁵Howard School of International Relations foi fundada em 1924 como parte da *Howard University* (uma universidade historicamente negra) em Washington, D.C., nos Estados Unidos. A escola oferecia cursos de graduação e pós-graduação em RI, com um foco especial na análise das relações entre os países africanos e os Estados Unidos.

debates”⁶ e que o seu nascimento se deu a partir da Primeira Guerra Mundial⁷. Booth, Cox e Dunne (1999) argumentam que a história do campo pode ser contada por meio de uma série de debates intelectuais entre diferentes perspectivas teóricas e que os grandes debates são importantes não apenas por suas contribuições para o desenvolvimento teórico das RI, mas também porque refletem as mudanças na política internacional e na sociedade global.

O debate inaugural, e aqui motivo de atenção, ocorre entre realistas e idealistas entre as décadas de 1930-40. Conhecido como o Primeiro Grande Debate da disciplina, foi desencadeado especialmente a partir da publicação do livro de Edward Hallett Carr, intitulado, *The Twenty Years' Crisis: 1919–1939: An Introduction to the Study of International Relations* (Vinte Anos de Crise), datado de 1939. Para além do debate inaugural, a obra do historiador e jornalista britânico E. H. Carr (1892-1982) teve impacto direto na disciplina, uma vez que na história *mainstream* do campo, o realismo substituiu o idealismo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial como principal teoria das RI (WAEVER, 1996). Em salas de aula, livros didáticos, manuais ou artigos em periódicos da disciplina, é consenso que RI, enquanto área autônoma, nasceu no período entreguerras (1918-1939) e se estruturou a partir do choque normativo entre idealistas e realistas.

Na história convencional, o surgimento do campo tinha como principal linha de pesquisa a guerra. O absurdo da Primeira Guerra Mundial é o impulso fundacional para o surgimento da disciplina. A história convencional nos informa que o surgimento do campo pode ser contado, de um lado, pelos grandes debates e, de outro, pelos eventos empíricos do século XX, especialmente as duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria. O campo nasceu com o intuito de explicar os fenômenos internacionais e dar respostas aos problemas percebidos pela elite acadêmica norte-americana⁸. No auge dos debates no entreguerras, nada

⁶ O primeiro grande debate ocorreu entre os realistas e idealistas/liberais no período entre guerras, e focou em questões de paz e cooperação internacional. O segundo grande debate ocorreu na década de 1950 entre os realistas e behavioristas, e se concentrou em métodos de pesquisa e análise empírica. O terceiro grande debate ocorreu entre os neoliberais e neorealistas, conhecido como debate neo-neo, e se concentrou na relação entre Estado e mercado na política internacional. Por fim, o quarto grande debate ocorreu entre os racionalistas e reflexivistas, no qual se discutia a importância das ideias, normas e identidades na política internacional.

⁷ Ver mais sobre a fundação da disciplina de ponto de vista tradicional em: ACHARYA, A. and BUZAN, B. (2019) “International Relations 1919–1945: The First Founding of the Discipline,” in **The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of IR at its Centenary**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 82–111. doi: 10.1017/9781108647670.005.

⁸ Outra questão relevante e que atravessa a formação do campo de RI é a relação que se estabeleceu entre o surgimento do campo e os eventos externo. A crítica a essa premissa de causa e efeito parte da noção de que foram eventos internos que mobilizaram o campo das RI - financiamentos, estruturas institucionais e mais que veremos adiante - mais do que uma resposta a causas externas.

parecia mais evidente do que examinar a realidade empírica para produzir análises e teorias que fossem capazes de alcançar certa previsibilidade, de modo a evitar uma nova catástrofe humana⁹. Com o estopim da Segunda Guerra Mundial, “tudo”¹⁰ o que havia sido pensado sobre política internacional até 1939 se tornou amorfo. Nessa perspectiva, o idealismo sucumbiu ao realismo enquanto teoria de “solução de problemas”¹¹ e alterou o curso da disciplina a qual a partir de então orbitou em torno de afirmar o realismo como teoria geral de RI ou de refutá-lo, porém mantendo um diálogo bastante próximo e se valendo de categorias analíticas do próprio realismo. Em ambos os casos, o realismo reinou no campo de pesquisa em detrimento da história que passou a ser contada pela visão vitoriosa, de modo que era quase desnecessário rever aquele período histórico - uma sensação de que não havia mais nada a ser contado. Só a partir da década de 1990, seguindo uma tendência de valorização da história global, que estudos revisionistas começam a ganhar força, a ponto de atualmente ser possível afirmar que já há um campo específico para a história das RI, um campo predominantemente crítico do legado histórico pós-Vinte Anos de Crise (SCHMIDT, 1998; BELL, 2001).

A abordagem desse trabalho desafia a suposição comum e difundida de que a história do campo pode ser explicada por referência a uma tradição contínua que remonta às histórias da Grécia antiga e se estende até o presente (SCHMIDT 1998). Por várias razões, os estudiosos de RI estão mais inclinados a identificar os antepassados do campo moderno com os pensadores políticos clássicos como, por exemplo, Tucídides, Maquiavel e Kant, do que estudiosos da virada do século XIX para o XX que tratavam de temas relevantes para a política internacional, como o imperialismo, o colonialismo e a escravidão. Há uma percepção generalizada de que os pensadores políticos clássicos e as tradições incorporadas por estes autores são parte integrante da formação do campo e, portanto, importantes para a compreensão da identidade atual da área. Essa adesão, muitas vezes involuntária e outras intencional, ao passado clássico está enraizada em muitos textos importantes da disciplina de

⁹ Essa “realidade empírica” se resumia à realidade dos Estados centrais: Estados Unidos e União Europeia.

¹⁰ As aspas sugerem que nem tudo que foi pensado, articulado, examinado no período entreguerras foi levado em consideração pelos teóricos das RI.

¹¹ O termo “teoria de solução de problemas” foi cunhado pelo teórico crítico Robert Cox, em seu artigo seminal que data de 1981: *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. **Millennium: Journal of International Studies**, 10 (2), 126–155. Disponível em : <doi:10.1177/03058298810100020501>. Acesso em jul. 2020.

RI¹². Essas histórias, que tentam explicar o desenvolvimento de um campo assumindo a existência de uma tradição histórica transmitida do passado antigo ao presente, fazem parte de mecanismos de legitimação frequentemente usados para apoiar reivindicações de conhecimento atuais. Olhar com uma visão crítica para o excesso de esforço em retomar os clássicos não diminui a importância destes, porém mostra uma prática generalizada e que mina outras formas de se olhar para a história do campo. Este movimento, de adesão não crítica aos clássicos, tem sido nas últimas décadas alvo de grande questionamento.

A história oficial contada e recontada nos cursos de RI se tornou alvo de novos estudos historiográficos, os quais revisitam as mais antigas páginas da disciplina, os primeiros escritos na virada do século XIX. Nos últimos anos, nota-se o que Duncan Bell (2001) chamou de virada historiográfica no campo, o surgimento de uma área até então pouco explorada e que possui atualmente um corpo de estudiosos e intelectuais dispostos a colocar a história em um lugar de destaque na disciplina de RI (LITTE, 1999). A preocupação principal do novo revisionismo é criticar o a-historicismo dos cânones de RI e demonstrar que a história tem papel significativo na formação da disciplina, demonstrando assim a relevância de releituras críticas - no lugar da reprodução acrítica - do passado (BELL, 2001). Os estudiosos de RI aceitaram a história contada, mais do que isso, “se puseram em prontidão para repetí-las até se tornar uma história que não precisava mais de revisão” (LITTLE, 1999, p. 292). A história convencional, em suma, implicou em dizer que o campo foi estabelecido como resposta aos horrores da Primeira Guerra Mundial e que os grandes debates galvanizaram a disciplina de RI. Além disso, a história ortodoxa insistiu em informar a centralidade da questão da guerra em detrimento de outros temas que estavam fervilhando nos debates público e acadêmico. Nesse contexto, a historiografia disciplinar passou de um campo geralmente convencional para uma das áreas mais vibrantes das RI contemporânea (WILLIAMS, 2011). Essa vibração é tributária da centralidade que a história adquiriu a partir das obras de Quentin Skinner¹³, a partir do seu contextualismo linguístico e suas formulações

¹² Hedley Bull (1966) faz um exercício dicotômico entre as abordagens clássica e as científica. Ver mais em: Bull, Hedley. (1966). *International Theory: The Case for a Classical Approach*. **World Politics**, 18(3), 361–377. <https://doi.org/10.2307/2009761>.

¹³ Duas obras parecem fundamentais no pensamento de Quentin Skinner, são elas: SKINNER, Quentin. (1966), "The Limits of Historical Explanation". **Philosophy**, vol. 41, pp. 199-215. SKINNER, Quentin (1969), "Meaning and Understanding in the History of Ideas". **History and Theory**, vol. 8, nº 3, pp. 3-53.

metodológicas¹⁴. A relevância da abordagem da história intelectual e política permaneceu até meados dos anos 1990 secundária para os estudiosos das RI. A preocupação principal se voltava para os embates teórico e as categorias derivadas destes: anarquia, equilíbrio de poder, estado de natureza, cooperação, entre outros (conceito que passou por gerações de pesquisadores).

Há uma nova corrida para entender o contexto em que as ideias e práticas surgiram a fim de melhor interpretá-las (SKINNER, 1969) que reascende a importância da historiografia para a disciplina. A releitura dos textos históricos, em um exame que alia contexto e tensões do período torna possível tirar a história das RI da inércia repetitiva das longas citações de “Thomas Hobbes e Tucídides fora dos seus contextos históricos como se eles pudessem falar sem problemas das nossas preocupações atuais” (BELL, 2001, p 117). O exercício habitual de citar Tucídides, Hobbes, Kant e outros clássicos nos textos de RI é uma forma de demonstrar que o campo tem certa hereditariedade, isto é, as teorias têm lastro em uma longa tradição de pensamento e, conseqüentemente, aos mencioná-los, o discurso se torna autorizado. Por isso, não são raras as dissertações e teses que precisam citar os catedráticos e reificar a história *mainstream* de modo a se inserir na disciplina normal¹⁵. A nova historiografia cumpre a função, sobremaneira, de produzir um trabalho que não se limita ao eurocentrismo e aos cânones, um olhar que permite contestar tudo que parece “dado” na política mundial, tornando assim o campo mais democrático em suas intenções intelectuais (HOBSON, 2019). A virada historiográfica tem sido fundamental para a compreensão de como as ideias políticas, filosóficas e sociais evoluíram ao longo do tempo e como elas foram moldadas pelas condições históricas em que surgiram, incluindo o caráter racial por trás dessas obras clássicas e as que seguiram.

O objetivo deste capítulo é contrastar a história contada pelo *mainstream* acadêmico de RI sobre o nascimento do campo, a qual comumente nos informa como surgida no período entreguerras, com a história apagada do nascimento da área na esteira dos primeiros debates do século sobre raça e imperialismo, bem como os demais debates que derivam dessas duas

¹⁴ Ver mais sobre o debate metodológico de Skinner em: Silva, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados** 53 (2), 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000200002>>. Acesso em: nov. 2022.

¹⁵ Na presente tese, vamos abrir mão de empreender este esforço de retomar os clássicos, como de costume, em benefício de focar nas vozes silenciadas, esquecidas, subalternizadas, nos que recontam a história da disciplina, incluindo, assim, uma série de intelectuais e estudiosos para além do *mainstream*. Esta escolha metodológica, de certa forma, tem respaldo em uma crítica - que mais adiante retomaremos - bastante necessária: o excesso de abstração do campo de RI em detrimento da história.

abordagens. Faz-se necessário retomar às origens do campo que coloca o Primeiro Grande Debate como o pontapé inicial das RI e nos informa que a disciplina surgiu para solucionar o problema da guerra e evitar a destruição total. É importante ressaltar que a história referida a partir do Primeiro Debate deu vida a duas das principais vertentes teóricas que até os dias atuais dominam a disciplina de RI, a saber: Realismo e Liberalismo¹⁶. A reificada história do debate entre idealistas e realistas teve como resultado o apagamento de outros discursos urgentes no início do século XX, especialmente quando falamos da questão racial que foi amplamente apagada da história do campo. É exatamente esta outra história que o trabalho em questão pretende ressaltar, um esforço empreendido recentemente pelo novo revisionismo e que capítulo em questão se pretende somar.

Especificamente, este capítulo procura seguir o caminho da historiografia revisionista das últimas décadas no intuito de revelar os mitos disciplinares e de questionar as verdades estabelecidas e, ao final, apontar para direções opostas ao campo normal das RI: a contribuição do pensamento negro e o papel relevante do racismo na construção do campo. O revisionismo da história das RI não é isento de crítica, ao contrário, ele falhou no que exatamente buscou evitar: uma ampla revisão da história cuja centralidade vai além das correntes majoritárias. Tal falha só foi corrigida mais tarde, em particular a partir de Robert Vitalis (2000). O texto a seguir se soma ao esforço de sublinhar a importância do pensamento negro e da questão racial na construção do campo a partir de trabalhos de Roxanne Lynn Doty (1993), Robert Vitalis (2000, 2005, 2015), Errol Henderson (2013, 2017), Adom Getachew (2019), Anievas, Manchanda e Shillam (2015), Krishna (2001), Meera Sabaratname (2020) e outros.

2.1 Ortodoxia histórica e revisionismo

A história das RI é contada seguindo dois grandes mitos¹⁷: o primeiro diz respeito ao nascimento do campo no período entreguerras, entre 1930-40; o segundo nos informa que a disciplina foi forjada doravante o primeiro grande debate entre idealistas e realistas. Deriva

¹⁶ Será possível notar que ora utilizaremos os termos “realismo” e “liberalismo” ou “neorrealismo” e “neoliberalismo”. A inclusão do “neo” nas teorias de RI indicam uma certa atualização da corrente teórica, mas o *core* do pensamento permanece, de forma geral, o mesmo.

¹⁷ O sentido de “mito” aqui empregado é mais antropológico do que hiperbólico, indicando narrativas altamente simplificadas que atribuem significados fixos e coerentes a eventos, pessoas e lugares selecionados. As mitologias disciplinares, portanto, servem para legitimar e dar certo sentido de progresso intelectual, moldam a identidade do campo e estabelecem, sobretudo, fronteiras e limites da disciplina. O que está dentro dessa fronteira é a autoimagem sendo reificada.

desses dois grandes mitos, a noção de que os primeiros anos da disciplina foram dominados, do ponto de vista não só dos financiamentos de projetos, mas também da efervescência do debate, por pesquisas voltadas para o pensamento idealista/utopista¹⁸, em outras palavras, havia um campo liberal estabelecido e consolidado na década de 1920. Disso surge o *core* da autoimagem da história ortodoxa do nascimento e da construção do campo enquanto disciplina autônoma em relação à Ciência Política. A nova historiografia contesta estas máximas, demonstrando com pesquisas bastantes sólidas que a autoimagem do campo é na verdade um autoengano (LONG, SCHMIDT, 1995; SCHMIDT, 1998, 2002, 2012; SMITH, 1995, 1996; BELL; 2001, 2009, 2019; LITTLE, 1999; WILSON, 1998).

A ascensão de estudos focados na história política e intelectual do campo tem resultado no questionamento dos mitos que se reproduzem automaticamente na história disciplinar. O que esses revisionistas estão observando é uma narrativa contínua, progressiva de RI através dos seus grandes debates, ao melhor estilo kuhniano¹⁹ sobre a evolução da ciência a partir dos debates teóricos (WEAVER, 1996). Essa narrativa ficcional, percebida pelos revisionistas, data do fim da Primeira Guerra Mundial, tanto do ponto de vista da sua institucionalização, na primeira cátedra de RI em Gales, Aberystwyth, quanto da relação direta da sua criação com os horrores causados por essa mesma guerra. Thakur, Davis, Vale (2017), inseridos nesse campo revisionista, observam e contestam a concepção muito difundida de que RI surgiu exatamente a partir da criação da cátedra de Aberystwyth, em Gales, ao afirmarem que o modelo racial sul-africano foi justamente o modelo importado pela comunidade britânica e que mais tarde se tornaria o padrão das RI, um padrão imperialista e racista de relação interestatal, isto posto, RI está mais próximo da África, pelo horror do *apartheid*, do que do romantismo das cátedras europeias.

A narrativa predominante continua nos instruindo sobre um período dominado por pesquisas idealistas, cujo objetivo principal era afirmar a importância das instituições internacionais em frear a guerra. Essa história mostra que o fim da Liga das Nações e a eclosão da Segunda Guerra Mundial foram duras derrotas para o pensamento liberal, o qual seria, nesse contexto, derrotado pelo realismo, configurando assim o fim do Primeiro Grande

¹⁸ O termo utopista foi cunhado por E. H. Carr e tem um caráter depreciativo.

¹⁹ O termo se refere a Thomas Samuel Kuhn (1922-1996), que teve seu trabalho ocupado boa parte na filosofia da ciência e foi referência na noção de mudança de paradigmas teóricos, muito utilizado também no campo das RI para explicar a suposta evolução da teoria ao longo dos grandes debates.

Debate. Como E. H. Carr (2001) insistiu, a ciência da política internacional surgiu de uma grande e destrutiva guerra; e o principal objetivo que orientou e inspirou os pioneiros da nova ciência foi evitar a recorrência dessa doença na política internacional. A prova empírica da derrota dos idealistas foi a Segunda Guerra Mundial, anunciada na obra *Vinte Anos de Crise*. A vitória do realismo mais tarde seria sacramentada na obra *Politics Among Nations*, de Hans Morgenthau (1948), influenciando os rumos do campo até os dias atuais (WILSON, 1998; BELL, 2019). A caricatura da história forçou o campo a buscar alternativas metodológicas, entre elas, orientações neopositivistas:

A narrativa pode ser contada no registro do declínio, sinalizando a rejeição de uma compreensão rica e multifacetada da vida política em favor de uma obsessão deslocada (até mesmo perigosa) pela ciência, ou como uma vitória da bem-vinda transição das tentativas vagas de compreender o mundo para um empreendimento científico social adequado. Além de sua visão caricaturada do passado, a narrativa progressista serviu como um poderoso dispositivo de legitimação para certas posições substantivas em RI do pós-guerra (notadamente o realismo político) e certas orientações metodológicas (notadamente o neopositivismo) (BELL, 2019, p. 19).

O fracasso do idealismo foi tema recorrente entre os estudiosos das RI, era comum a justificativa de que o realismo era mais preciso no diagnóstico da guerra, em detrimento de um idealismo/utopismo preso em questões de racionalidade e harmonia de interesses que não se aplicavam na prática da política de poder. Mais do que falhar nos diagnósticos, o idealismo foi acusado de ser responsável pela guerra. A referida obra de 1948 de Hans Morgenthau foi uma reação à abordagem legalista-moralista da política mundial (ASHWORTH, 2012). O que o realismo captou, especialmente em E. H. Carr e Morgenthau, foi menos complexo e mais inadequado do que os debates do período demonstraram, tanto do ponto de vista dos acadêmicos das RI, quanto do ponto de vista do debate mais amplo na esfera pública. Nesse sentido, a alegação de que ocorreu um grande debate, um debate coeso e uniforme entre realistas e idealistas é um dos pontos mais questionados pelos revisionistas do campo (WILSON, 1998). Por que o período é mais complexo do que a história ortodoxa nos mostra? O trabalho desses novos historiadores foi ler os cânones das RI contextualizados, "lê-los no contexto discursivo, em vez de atribuir-lhes espaços em uma trama disciplinar simplista" (BELL, 2019, p. 19). Essas novas leituras procuram revigorar o período histórico, atribuindo-lhe um corpo mais sofisticado e uma contingência política e social que está igualmente exposta nos textos clássicos. Essa releitura tirou o peso do realismo atribuído a E. H. Carr (1939) como um reflexo do idealismo que o autor tanto atacou e o idealismo ganhou com o

revisão, dado que passou a ser visto como um corpo de estudo mais complexo e plural e menos dependente do realismo, como algo a se negar.

Sem prejuízo, ainda há muito a ser dito sobre o período do entreguerras e do pós-guerra, a historiografia tem avançado, mas pensamentos internacionalistas marginalizados como, por exemplo, o feminismo, ainda carece de olhar mais atentos da história global intelectual. Glenda Sluga (2014, p. 103) reivindica o feminismo dentro de um contexto mais amplo de uma virada intelectual internacional, ou seja, a emergência de se pensar a história internacional aliada à história global e com isso recolocar a mulher no papel de protagonista na produção de conhecimento do campo. A ausência das mulheres é notável na história intelectual da disciplina de RI, em obra recente, Robert Vitalis (2015) destaca o papel de Merze Tate²⁰ como a primeira negra, mulher e doutora a dar aula de RI na *Howard School*²¹, demonstrando as dificuldades em exercer a sua profissão enquanto mulher em um ambiente masculinizado. A crítica de Sluga (2014) se volta ao *mainstream* teórico das RI que teve (e ainda tem em grande medida) a preocupação centrada no Estado, negligenciando outras abordagens. A história intelectual, ou a virada historiográfica, ainda não deu conta de colocar o devido papel que as mulheres desempenharam na história, esse movimento requer

não apenas a releitura de textos bem lidos, mas a recuperação desses textos, ao lado de outros perdidos para seu próprio tempo devido ao preconceito contra as mulheres publicando em gêneros "masculinos", e a formulação de um contexto em virtude do qual esses textos recuperados podem ser lidos na história mais ampla de uma história intelectual internacionalizada - uma tarefa considerável (SLUGA, 2014, p. 112).

Não é mais possível, nesse sentido, dizer simplesmente que a ausência das mulheres é ausência de textos, Sluga (2014) traz uma série de autoras que participaram ativamente da vida intelectual internacional ou não. Dar voz a estes trabalhos é fundamental para a democratização do campo de RI, cabe aos historiadores internacionais começarem "tomando

²⁰ Para ler mais sobre a intelectual negra, ver: Staff, MSRC, "TATE, Merze Vernie" (2015). **Manuscript Division Finding Aids**. 190, 2015. Disponível em: https://dh.howard.edu/finaid_manu/190. Acesso em: maio. 2020.

²¹ *Howard School* foi a principal universidade norte-americana a abrigar intelectuais e recém doutores negros na primeira metade do século XX. Os intelectuais de *Howard School* seguiram os passos da crítica de Du Bois sobre o colonialismo e a hierarquia internacional. Nesse sentido, ao falar dos intelectuais de *Howard* também me refiro a Du Bois como o grande catalisador intelectual da crítica negra. Doravante chamada de *Howard School* ou só *Howard*.

nota do preconceito de gênero e se esforçando para recalibrar nossa compreensão do passado por meio a recuperação e releitura de fontes textuais relevantes”²². (SLUGA, 2014, p. 115).

Voltando-nos para os mitos disciplinares, um dos primeiros e o que está mais no imaginário dos estudantes de RI é a estruturação do campo na esteira do Primeiro Grande Debate, segue-se a isso a derrota narrada como acachapante dos idealistas, decretada com o início da Segunda Guerra Mundial. Mais do que a incapacidade diagnosticar as causas da guerra, o idealismo sucumbiu ao modelo científico alternativo de E. H. Carr, que foi capaz de oferecer uma explicação convincente, com certa previsibilidade da guerra prescrevendo um tipo de política mais eficaz. O idealismo foi alçado ao *status* de teoria anômala, incapaz de ter uma conexão estrita com a realidade. O que parece ter sido uma substituição de paradigma - o dito “progresso científico” do idealismo para o realismo -, as novas abordagens tratam como um equívoco de avaliação.

O trabalho de Peter Wilson, intitulado, *The myth of the First Great Debate*, publicado em 1998, parece complexificar a verdade disciplinar desse debate. A investigação de Wilson (1998) é pioneira no revisionismo ao questionar a centralidade desse debate e, muito além, ao duvidar peremptoriamente da própria existência do debate realista *versus* idealista. Em um argumento duplo, Wilson afirma que, de um lado, não houve uma troca efetiva entre as duas abordagens concorrentes, como é de se esperar em um debate acadêmico e, de outro, não foi possível observar no período entreguerras um campo consciente ou uma escola de pensamento coesa que poderia ser chamada de idealista. Para Wilson (2018), nomear o idealismo de “utópico” não passava de dispositivo retórico introduzido por E. H. Carr para desacreditar uma série de abordagens das quais ele discordava.

O que Wilson (1998) demonstra de grande relevância é que a crítica de E. H. Carr ao idealismo não foi tão devastadora como a ortodoxia nos conta. A obra de E. H. Carr foi motivo de críticas de Norman Angell (1872-1967), Arnold Toynbee (1889-1975), Alfred Zimmern (1879-1957) e outros. Embora todas as críticas a E. H. Carr se unissem na questão do “vácuo moral” deixado por seu realismo, ou relativismo moral, os autores chamados de utópicos reviram suas posições, continuaram a escrever sobre história e política internacional e enfrentaram as críticas de E. H. Carr. O mais interessante, e observado por Wilson (1998), é

²² Em obra recente, Sluga examina o papel das mulheres e das ideias feministas no processo de uma ordem europeia pós-napoleônica, argumentando que as mulheres foram atores importantes na criação da ordem internacional moderna. Ver em: Sluga, G. **The invention of international order: Remaking Europe after Napoleon**. Princeton University Press, 2018.

que além de E. H. Carr não estabelecer um diálogo com seus críticos, o autor abandonou parte do seu ferramental teórico da sua obra mais conhecida: “seu abandono notavelmente repentino dos dois pilares conceituais de sua ciência das RI - ‘utopia’ e ‘realidade’ - em todas as suas obras subsequentes, pode ser visto como uma resposta, pelo menos em parte, a aqueles críticos que revelaram habilmente a fragilidade de tal estrutura” (WILSON, 1998, p. 7-8).

O trabalho historiográfico de Wilson (1998) é minucioso na análise da obra *Vinte Anos de Crise*, é nesse texto que o idealismo se torna algo à maneira de E. H. Carr, não de forma fria e imparcial, mas em favor da tese que defendia (as críticas a Carr também foram concentradas na sua falta de rigor científico). Essa crítica, no entanto, não parece ser a mais relevante, E. H. Carr criou a ideia de utopia e fez disso uma retórica poderosa: “a utopia é uma arma para a promoção das preferências de E. H. Carr; um dispositivo engenhoso para espancar aqueles que não conseguiram atacar o *status quo*”. (WILSON, 1998, p. 27). Utopia, para E. H. Carr, era a identidade negativa do realismo a perfeita antítese:

O realista completo, aceitando incondicionalmente a seqüência dos acontecimentos, se priva da possibilidade de modificar a realidade. O utópico completo, rejeitando a seqüência causal, se priva da possibilidade de entender a realidade que está tentando transformar, ou os processos pelos quais ela poderia ser transformada. O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade (E. H. CARR, 2001, p. 18).

O binarismo de E. H. Carr significava um “nós” realistas e os “outros” utopistas, escamoteando assim o mais importante desse debate: a pluralidade de pensamentos à época que impossibilitava colocar o idealismo dentro de uma só lugar. Ao caricaturar os idealistas como utópicos, E. H. Carr (2001) procurou demonstrar o que o realismo não era, mas o excesso de negação é uma forma de afirmação. Wilson (1998) rejeita a separação simplista entre realistas e idealistas, afirmando que havia uma agenda em comum entre ambos e *Vinte Anos de Crise* suprimiu essa aproximação. A contenda está especialmente no que se refere às condições para a paz, tanto Wilson (1998) quanto Lucian Ashworth (2012) observaram que é nesse ponto especificamente que o realismo de E. H. Carr se aproxima do idealismo que ele combateu. Em sua obra de 1942²³, E. H. Carr flerta com os institucionalistas liberais ao reiterar que as condições para a paz advinham de condições sociais e econômicas, e isto não era meramente uma questão de política de poder.

²³ CARR, Edward, H. **Conditions of Peace**. Pp. xxiv, 282. New York: The Macmillan Co., 1942.

Para Ashworth (2012), E. H. Carr era exatamente aquilo que ele negava: um utópico. A caricatura em torno dos idealistas, tratando-os de utópicos, colocou o próprio E. H. Carr em um dilema de primeira ordem, qual seja: se for aceita a ideia de utópico, ou seja, aquele que defende estruturas sociais e econômicas para a manutenção da paz, ele próprio seria um utópico:

[...] o próprio E. H. Carr se torna um utópico, dado seu endosso ao funcionalismo e a certas formas de coletivismo internacional. Rejeição do sistema existente em favor de algum projeto para uma ordem mundial inteiramente nova, então Woolf não é um utópico. Ele não rejeitou completamente a ordem existente e, embora nunca tenha sido reticente em apresentar propostas de mudança frequentemente bastante radicais, ele raramente se engajou na elaboração de projetos - isto é se entendermos por "projeto" um projeto abrangente e um plano detalhado de como seria um novo mundo e como funcionaria (LONG, 1996, p. 148).

A desvalorização do pensamento idealista é consequência direta da visão de E.H Carr, o internacionalismo liberal foi todo desacreditado por um argumento sustentado em um mito disciplinar, essa é a conclusão de Wilson (1998) e Ashworth (2012). A primazia do realismo teve como resultado mais direto, entre eles, a difusão da ideia de que o financiamento de pesquisa foi durante os primeiros anos do nascimento do campo de RI predominantemente idealista (OSIANDER, 2012). Apesar de E. H. Carr dispensar bastante esforço para demonstrar que o idealismo era uma corrente teórica coesa e estabelecida entre as décadas de 1920 e 1930, David Long (1995, p. 302) contesta tal informação, afirmando que nunca existiu de fato a predominância do idealismo na teoria internacional do período entreguerras, sendo fruto de certo exagero de E. H. Carr, um exagero reforçado por "interpretações pouco cuidadosas" de autores posteriores à obra em questão.

O período dito como idealista é identificado por uma série de discursos difusos que se encontram no tema imperialismo. O tema imperialismo, diferentemente do que defende Ashworth (2012), é o rótulo mais acertado do idealismo do início do século XX, conforme veremos no capítulo 2. Não obstante a aproximação dos primeiros liberais com o imperialismo, a nova historiografia encontra nessas obras um contexto histórico-político do início do século XX bastante variado. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (EUA), os idealistas se envolveram desde a questão capitalista, a segurança coletiva, até abordagens sobre a administração colonial. Nesse sentido, não é o debate entre realistas e idealistas que está no centro das discussões da branquitude anglo-saxã (ASHWORTH, 2012).

Ashworth (2012) se apoia em Wilson (1998) para afirmar não haver fortes evidências de que o debate realista-idealista tenha ocorrido, especialmente na forma em que os autores modernos de RI supõem. O objetivo do autor (2012) é fazer um ajuste entre o que foi dito e o contexto histórico daquele momento contingencial. Isso dá um panorama bastante diferente do que sempre pregou a ortodoxia da história das RI. Um dos caminhos dessa empreitada revisionista é ver justamente como o debate realista e idealista era visto na comunidade tanto acadêmica quanto a profissional (tomadores de decisão e diplomatas em órgãos internacionais). Ashworth (2012) evidencia que nas principais revistas da década de 1930-40, entre as quais, *International Affairs* e *Political Quarterly*, não havia qualquer menção sobre o debate realista-idealista, de forma geral, à época havia pouco ou nenhum interesse em comentar o debate em questão. Fora das universidades, o Primeiro Grande Debate também passou ao largo; realismo e idealismo foram termos pouco ou quase nunca usados em discussões sobre o papel da Liga das Nações.

No final, concordo com Wilson, quando ele argumenta que o grande dano causado por este mito de um "primeiro" Grande Debate "foi simplificar demais a natureza das RI no período entreguerras e fechar as avenidas de pesquisa que foram muito intimamente identificados com os pensadores que foram rotulados de idealistas [...]" (ASHWORTH, 2012, p. 75).

Ashworth (2012) está se referindo a autores como Konni Zilliacus, Norman Angell, Harold Laski, HN Brailsford, Leonard Woolf, Alfred Zimmern e JA Hobson que foram simplesmente ignorados pelo clamor que as obras de E. H. Carr e Hans Morgenthau despertaram. Para o autor, o realismo moderno ignorou uma geração anterior que havia compreendido os perigos inerentes ao fascismo. Ashworth (2012) está alinhado com Wilson (1998) ao analisar que o período não apenas contou com uma série de pensadores, como uma gama de debates que não foram capturados por E. H. Carr:

Os escritos no período entreguerras variaram de análises baseadas em classes do sistema de estados de Brailsford, Palme-Dutt e Laski, às análises de poder político de Spykman e Schuman; do pessimismo cristão de Niebuhr e Voigt, ao pacifismo humanístico de Russell e Huxley; da abordagem de "paz por meio da lei" de Noel-Baker e Lauterpacht à abordagem de "paz por meio da prosperidade" de Keynes e Hobson (WILSON, 1998, p. 28).

Ainda que o idealismo tenha falhado ao acreditar no institucionalismo internacional como solução para a guerra, e por este motivo seja alvo de críticas que ainda perduram, a conclusão que podemos tirar é que o primeiro grande debate no campo de RI é fruto de um discurso que procurava se fazer como hegemônico (o realismo). O revisionismo possibilita

agora questionar as grandes Verdades da disciplina, dentre elas, o primeiro grande debate como estrutura do campo nascente e o pós-Primeira Guerra Mundial como ponto de partida dessa mesma disciplina. Por fim, Schmidt (2002) questiona o mito do "idealismo" na história da disciplina, argumentando que essa ideia é simplista e não reflete a complexidade das teorias e ideologias que influenciaram a disciplina durante o período. O autor afirma que o estudo das Relações Internacionais nos Estados Unidos foi influenciado por uma variedade de teorias e ideologias durante o período entreguerras. Além disso, Schmidt sugere que a compreensão simplista da disciplina como "idealista" ou "realista" não é precisa e que as teorias e abordagens na disciplina são muito mais diversas e complexas do que muitas vezes são retratadas.

Mas ainda assim, nessa primeira etapa da nova historiografia algumas informações precisariam ainda de certo aprimoramento. Assim sendo, o ponto crítico, uma espécie de pecado original, da historiografia aqui apresentada, é ter falhado na leitura da história das RI racializada. Realismo, idealismo, seus comentadores e seus críticos partiram de um ponto de partida que é, como afirma Vitalis (2015), iminentemente branco ou, como prefere Hobson (2012), puramente eurocêntrico. O revisionismo jogou todas as cartas no período entreguerras, mas especialmente nos dois grandes paradigmas que supostamente travavam um embate de ideias na primeira metade do século: realismo e idealismo. A nova historiografia avançou muito no sentido de derrubar alguns mitos fundacionais do campo de RI, no entanto, até metade da década presente ainda não havia procurado entender o papel dos intelectuais negros na construção do campo, esforço que vem sendo cada vez mais desempenhado por intelectuais negros e negras e interessados nos temas que cercam a raça. A equação parece simples: se o debate entre realistas e idealistas não era tão relevante quanto parecia, então qual era o debate relevante daquele período histórico? Essa pergunta é o ponto de partida para os debates nas seções seguintes.

2.2 Administração colonial: primeiro grande debate

Imperialismo e raça são duas das principais linhas de investigação dessa nova historiografia. Delas resultam outras igualmente importantes como, por exemplo, a

administração colonial²⁴, a qual teve atenção especial na virada do século XIX para o XX, consoante com a expansão imperialista das potências em territórios dos continentes africano e asiático. A pesquisa atenta do novo revisionismo histórico sobre a administração colonial possibilitou verificar uma aproximação inerente entre imperialismo e RI nos primórdios do campo, quando este começou a assumir uma forma reconhecível no início do século XX. A disciplina de RI foi forjada a partir das preocupações da Ciência Política em resolver a questão da administração colonial (SCHMIDT, 1998). Documentos e textos escritos na virada do século indicam um caminho totalmente oposto ao que nos é contato na história tradicional. A interação entre imperialismo e RI foi o que deu o primeiro impulso para a disciplina, muito antes do que qualquer embate entre paradigmas distintos (SCHMIDT, 1998, 2013; LONG, SCHMIDT, 2005; VITALIS, 2015).

Brian Schmidt (1998) já havia observado que as abordagens sobre imperialismo e administração colonial tinham forte apelo nos anos de construção do campo das RI, nos primeiros anos em que RI e Ciência Política nos Estados Unidos ainda não eram campos separados. Em vista disso, não era possível dissociar política doméstica de política internacional, havia inclusive certa resistência nessa separação e no estudo exclusivo de RI. Em relação a separação dos campos doméstico e internacional, um dos principais defensores do estudo das RI foi Pitman B. Potter, que em 1923 escreveu importante artigo, intitulado, *Political Science in the International Field*, defendendo a autonomia do estudo sobre o internacional²⁵. O discurso sobre a administração colonial e, conseqüentemente, sobre imperialismo, tomou parte importante da atenção de parte dos cientistas políticos já inseridos no campo internacional no início do século XX. A administração colonial teve forte apelo na

²⁴ Alleyne Ireland (1871–1951) é o grande pioneiro no que se convencionou chamar de “ciência da administração imperial”. Ireland ganhou essa reputação depois da sua principal publicação em 1989. Em 1901, a Universidade de Chicago o nomeou seu comissário colonial, um cargo que lhe rendeu dois anos de pesquisa para um ambicioso estudo de oito volumes sobre colonialismo em todas as possessões asiáticas dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Holanda. (VITALIS, p. 29). Ver mais em: IRELAND, Alleyne. **Tropical colonization, an introduction to the study of the subject**. Nova Iorque, Londres, 1899.

²⁵ Potter (1923, p. 391), conclui seu artigo argumentando: “Estudamos o campo municipal, o campo do governo estadual ou provincial ou colonial, o governo nacional; por que não estudar o governo mundial, na medida em que existe? Recomendamos o desenvolvimento adicional do governo estadual e nacional e fazemos planos para isso; por que não fazer o mesmo com o sistema existente de governo internacional? Por que não somos os líderes do pensamento no maior problema político da história, um problema peculiarmente nosso, o problema da reorganização e prática governamental internacional?”. O autor discute a relação entre a ciência política e a diplomacia, argumentando que a ciência política deve ser utilizada para informar a diplomacia, ajudando a moldar a política externa e as relações internacionais de um país.

primeira reunião da *American Political Science Association* (APSA)²⁶, sendo recomendado que houvesse um seção exclusivamente dedicada aos problemas relacionados à colonização e à política colonial. A discussão tinha um cunho racial arraigado, o que estava em jogo era como os Estados autodeclarados “civilizados” resolveriam a questão da desordem nos Estados “não civilizados”. A recorrência dos termos “civilizados” e “não civilizados” escancara o racismo científico, mais especificamente um certo tipo de darwinismo social²⁷ que moldou os discursos científicos da virada do século XIX para o XX, da antropologia à biologia. Na esteira da anexação das Filipinas²⁸, livros e periódicos dedicados ao estudo das RI, incluindo as questões fundamentais, tais quais, império, guerra racial, e administração colonial (temas da supremacia branca) ocupavam os espaços da academia durante mais de uma década (SCHMIDT, 1998). O papel desempenhado pela antropologia foi central na criação e disseminação de uma visão de mundo a partir do recorte racial, este se desenvolveu na Europa e logo se espalhou pelo mundo no final do século XIX. A visão de um mundo racializado teve como estrutura científica o determinismo biológico, o qual tentou separar o “civilizado” do “selvagem”, criando, pois, uma hierarquia racial com base aparentemente científica. Essa visão de mundo foi associada à escravidão, colonialismo e à discriminação com bases na cor da pele e no fenótipo. No entanto, foi o próprio crescimento do campo da antropologia como disciplina que ajudou a colocar em ruínas à visão de mundo racista criada no coração da primeira fase da antropologia (ANIEVAS, MANCHADA, SHILLIAM, 2015).

Em Vitalis (2005; 2015) é possível afirmar que o nascimento das RI está vinculado ao interesse de teóricos políticos na abordagem sobre a administração colonial do imperialismo,

²⁶ Fundada em 1903, a American Political Science Association (APSA) é a principal organização profissional para o estudo da ciência política.

²⁷ O darwinismo social foi uma interpretação distorcida e aplicação equivocada dos princípios da teoria da evolução de Charles Darwin para explicar e justificar as desigualdades sociais e as hierarquias raciais e étnicas. Essa abordagem sugeria que as sociedades humanas também estavam sujeitas à seleção natural, com a ideia de que certos grupos étnicos ou sociais eram biologicamente superiores e destinados a dominar sobre outros grupos considerados inferiores. O darwinismo social foi usado como uma justificativa pseudocientífica para o racismo, o imperialismo, a discriminação e a exploração de grupos marginalizados. Essa interpretação deturpada da teoria de Darwin ignorava a complexidade das influências sociais, culturais e econômicas na estrutura e no funcionamento das sociedades humanas. Ver mais em: Dennis, R. M. (1995). Social Darwinism, Scientific Racism, and the Metaphysics of Race. *The Journal of Negro Education*, 64(3), 243–252. <https://doi.org/10.2307/2967206>

²⁸ A ocupação norte-americana nas Filipinas foi de 1898 a 1946. Em 1898 as Filipinas saíram das mãos dos espanhóis e foram “cedidas” aos norte-americanos, resultado de um tratado de paz que colocava fim à Guerra Hispano-Americana. Esse evento marca o período inicial do imperialismo estadunidense. O artigo III do tratado versava: “Spain cedes to the United States the archipelago known as the Philippine Islands, and comprehending the islands lying within the following line [...]”. (TREATY OF PEACE BETWEEN THE UNITED STATES AND SPAIN, 1898). Em 1946, as Filipinas se tornam independentes. Ver em: <https://loc.gov/rr/hispanic/1898/treaty.html>.

esse período histórico foi amplamente ignorado pela ortodoxia histórica. A centralidade da questão da administração colonial apareceu também em um dos cânones do liberalismo das RI, Woodrow Wilson (1856-1924), o qual, segundo Schmidt (1998) em artigo de 1887, *The Study of Administration*, conclamava que a administração fosse observada com maior atenção, a fim de aumentar a eficiência dos colonizadores *pari pasu* aos baixos custos de recursos e energia. A preocupação de Wilson (1887) era de como o Estado poderia ser eficiente na administração das colônias respeitando a abordagem constitucional do Estado dominante, Wilson (1887, n.p) era um grande defensor da administração colonial, a ponto de afirmar que “a ciência da administração é o último fruto daquele estudo da ciência da política que começou há cerca de 2.200 anos. É um nascimento do nosso século, quase da nossa geração.”

Vale ressaltar que o revisionismo histórico tem como consequência derrubar não só os mitos basilares da construção do campo, mas também cânones não receberam devida atenção ou tiveram um olhar complacente da história padrão. Woodrow Wilson parece um caso exemplar desse novo revisionismo e Adom Getachew (2020) faz esse movimento com maestria, a autora (2020) alerta para a necessidade de se repensar Wilson para além dos “14 pontos para a paz”²⁹ e questionar os limites da sua noção de autodeterminação dos povos³⁰. Para Getachew (2020), não foram os ideias de Wilson que, mais tarde, se tornariam a noção de autodeterminação adotada pela ONU, pelo contrário, Getachew (2020) defende que foram os nacionalistas anticoloniais que transformaram um princípio secundário (uma autodeterminação racializada que não olhava a hierarquia internacional) em um direito humano. A autora (2020) ressalta ainda que a defesa de Wilson da Liga das Nações sem questionar a hierarquia racial somada a sua preocupação com a administração colonial o colocam numa posição de defensor da hierarquia racial e, por conseguinte, compatível com uma ordem internacional imperial.

Os cientistas políticos da época estavam imbuídos na matéria império e de como estender os estudos sobre a administração colonial para além dos Estados Ocidentais (leia-se,

²⁹ Os 14 pontos para a paz de Woodrow Wilson é um documento basilar para a criação da Liga das Nações (1919-1946). Ver mais em: KEYNES, John M. **As conseqüências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

³⁰ Em 1960, depois de muitas lutas pelo fim da colonização, a ONU aprova resolução que visava à garantia da independência dos Estados e povos colonizados. Ver em: ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960**. Disponível em [https://undocs.org/es/A/RES/1514\(XV\)](https://undocs.org/es/A/RES/1514(XV)). Acesso em: mar. De 2021. A resolução da ONU vai ao encontro dos Estados africanos que buscavam independência e autonomia, uma visão distante da autodeterminação dos povos (sob tutela) desenvolvida por Woodrow Wilson (GETACHEW, 2020).

EUA e Europa). Tudo que estava fora das fronteiras do Ocidente era considerado “não civilizado”, conseqüentemente, excluído de qualquer tentativa de observação dos estudiosos da administração. Na virada do século XIX, a atenção dada aos chamados “Estados civilizados” foi foco tanto da teoria jurídica como do direito internacional. O direito internacional era exclusivo aos Estados ditos “civilizados”, fora disso o que existiam eram tribos de selvagens, incapazes de organização social mínima (SCHMIDT, 1998).

É nesse contexto racializado que a questão da anarquia aparece com mais força. Os estudos da administração colonial colocavam a questão da anarquia não como um problema do sistema internacional, não como um problema do sistema de estados. A anarquia, conforme aponta Schmidt (1998), era tudo o que estava nas fronteiras do Ocidente. Ou seja, a falta de um soberano nos estados chamados de “fracos” ou, mais comumente, de “não civilizados” - a preocupação primeira dos cientistas à época era de como conter essa anarquia, não interestatal, mas doméstica. O que Schmidt (1998) traz de grande relevância não era mais a anarquia como uma ausência de poder no sistema internacional de estados, mas antes disso, anarquia vista como desordem e caos interno aos Estados “não civilizados” em regiões em que não havia uma sociedade de estados formal, o termo anarquia era sinônimo de poder de quem emitia, poder de quem definia anarquia: “em vez de anarquia denotar a falta de uma autoridade mundial centralizada, o discurso reconstruído neste capítulo acentuou o caos e a desordem internos que os estudiosos das RI atribuíram às regiões que ainda não haviam se tornado membros da chamada sociedade de estados”. (SCHMIDT, 1998, p. 148-149).

O caráter racializado das primeiras discussões do campo das RI é inequívoco, tudo que não fosse Estados Unidos e Europa, os “civilizados”, era desordem e anarquia e precisava ser motivo de intervenção e administração para o progresso da humanidade. De outro lado, o discurso de “civilizar” era apenas um pano de fundo para a expansão econômica, seja por uma questão de administrar bens e riquezas dos povos não brancos, porquanto, os “não civilizados eram incapazes”, ou por uma questão de conquistar novas rotas de mercado: escoar a produção abundante no início do século XX e formar um novo mercado fora dos grandes centros. Essas discussões sobre o caráter do império expansionista e a forma de administração colonial tomou conta dos debates muito antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (SCHMIDT, 1998).

Como pano de fundo destes primeiros debates, a anarquia se revela não como uma categoria neutra, mas um conceito racializado, ainda não amplamente trabalhado na relação entre os Estados, mas que vinha sendo aplicado aos povos negros: expansão, exploração, invasões, interferência política e econômica. No lugar da tradicional dicotomia anarquia externa/ordem interna, as discussões diziam respeito à desordem interna em regiões “não civilizadas”, em regiões de populações de pele negra. Anarquia, nesse contexto, aparece como uma espécie de gatilho para a administração das colônias recém-dominadas, a desordem dos outros é um dos pretextos para o avanço e progresso civilizacional (HENDERSON, 2013). O progresso, não visto como emancipação, como necessidade de ordem e imposição de culturas políticas da branquitude e administração das dependências. Por esse motivo, anarquia é tão central nas questões raciais no nascimento do campo, e embora raça e racismo tenham sido frequentemente ignoradas nas RI contemporâneas, tais questões foram de fato essenciais para o nascimento do campo de pesquisa. A disciplina, sem prejuízo, foi fundada, em grande parte, como uma Ciência Política projetada para resolver “os dilemas colocados pela construção de impérios e administração colonial enfrentada pelas potências ocidentais brancas que se expandem e ocupam os chamados lugares desolados da terra, como o Sul Global foi comumente referido por contemporâneos” (ANIEVAS, MANCHADA, SHILLIAM, 2015, p 2). Estava explícita a questão racial ao se falar de administração colonial e de imperialismo. A academia norte-americana no início do século XX já havia concentrado em um departamento especial o tema das colônias e do governo colonial (VITALIS, 2015). Nesse contexto, a questão racial era vista como o maior problema a ser enfrentando pelos Estados Unidos e esse problema seria enfrentado com colonização, dependência e guerra. A “superioridade de raça”, nos discursos acadêmicos e nos meios militares, era sustentada pelo racismo, e uma forte crença que as diferenças entre os povos eram diferenças biológicas. Diferenças biológicas não seriam superadas simplesmente com a exportação de constituições ou formas de administração. O sonho de autogoverno, nesse contexto, era simplesmente restrito aos povos brancos, aos povos negros e não brancos, 2/3 do planeta, restavam violência e tutela.

É esse caráter racializado das RI que Robert Vitalis (2015) observa com muita atenção anos depois de Brian Schmidt (1998). Em seu livro *White World Order, Black Power Politics*, Vitalis (2015) sustenta, fundamentado em Du Bois (1868-1963), que relações internacionais significam relações raciais. A contribuição de Vitalis é fundamental para o campo das RI, o

autor não só estabelece uma relação entre raça, império e RI como atribui à supremacia branca o apagamento do pensamento negro no início do século XX. Amparado em uma série de documentos e na leitura atenta e contextualizada do passado, Vitalis (2015) refaz a trajetória dos pensadores de Howard School e retira dos escombros os escritos que até então haviam sido ignorados pelo tradicionalismo acadêmico e, por consequência, pelos novos pesquisadores da área. Bell (2019) ressalta a importância da obra de Vitalis (2015) no que diz respeito a recuperação do que autor chama de Escola Internacional de Howard:

[...] ele chama de “Escola Howard” de RI, um grupo de notáveis estudiosos afro-americanos - incluindo Ralph Bunche, Rayford Logan, Eric Williams, Alain Locke e Merze Tate - que foram apagados da história da disciplina. Eles forneceram a única fonte real de resistência intelectual às pretensões raciais e imperiais do campo dominado pelos brancos na primeira metade do século e nos primeiros anos da Guerra Fria (BELL, 2019, p. 21).

Vitalis (2015) faz um trabalho arqueológico de RI e apresenta textos antigos, vasculhando arquivos muitas vezes mal conservados, examinando palavras amareladas em textos que representam algumas das pesquisas acadêmicas mais nítidas no nascimento de RI. Estudos nessa linha desafiam o “esquecimento deliberado” sobre o imperialismo prevalente entre as gerações posteriores de estudiosos de RI. Há muito mais trabalho a ser feito aqui, e não apenas no contexto dos Estados Unidos (BELL, 2019, p. 21). No entanto, o potencial dos estudos de Vitalis (2000, 2015) enfatiza a questão fundamental do imperialismo e da contribuição do pensamento negro para a disciplina. Entender os movimentos do passado é uma forma de entender como e por quê as coisas são como são na atualidade. Hoje, é mais difícil sustentar a hipótese de Stanley Hoffmann (1997)³¹, de que RI é uma ciência social norte-americana, sob o prejuízo de olhar apagar saberes de mundos não esbranquiçados, mas o nascer do século XX observou uma ascensão vertiginosa dos Estados Unidos e, como tal, não é razoável que a questão do imperialismo não seja central no nascimento do campo e que este não tenha servido à política externa que buscava hegemonia global.

O revisionismo não passou imune às críticas, Nicolas Guilhot (2011) ressalta o caráter racial do revisionismo historiográfico e defende que a disciplina se estabilizou a partir da conferência de 1954, quando a *Rockefeller Foundation*, em particular, a Divisão de Ciências Sociais convocou uma reunião para discutir o desenvolvimento de uma abordagem mais teórica de RI. Apesar da reunião não ter avançado no sentido de uma unificação do realismo

³¹ RI é uma ciência predominantemente norte-americana? Ver respostas em: HOFFMANN, Stanley. “An American social science: International Relations”. *Daedalus*, 106 (3), p. 41-60, 1977.

em termos paradigmáticos, Guilhot (2011, p. 4) reafirma a centralidade do realismo na formação do campo e faz severas críticas ao revisionismo que, segundo ele, serve para criar “novas fontes de poder”, em suas palavras: “as histórias revisionistas operam como agentes para redistribuir autoridade dentro de um campo”. A pesquisa de Guilhot (2011) está nos informando, entre outras coisas, que um grupo de homens, brancos, um seleto grupo de homens, definiu não só o que seria o realismo dali em diante, como também a definição das primeiras páginas contadas da disciplina de RI. Não há espaço hábil para discutir a relevância ou não da conferência de 1954 para a disciplina das RI³², no entanto, exemplifica que o revisionismo vai precisar buscar caminhos para responder aos diversos questionamentos e críticas que irá receber.

Já está em curso uma disputa acadêmica pelo discurso mais aceito, o que Vitalis (2015), Henderson (2017), Getachew (2020) e outros observam é que a supremacia branca do campo das RI sustentou um discurso retilíneo que atravessou todo século XX e início do século XXI e negligenciou um importante aspecto institucional dessa supremacia: o imperialismo inerente às RI.

Esta associação, por vezes desconfortável, entre império e RI³³ nos parece peça-chave para se pensar o conhecimento produzido no campo disciplinar, na medida em que os problemas globais discutidos refletem o que se seguiu no pós-guerra e que David Armitage (2012) chamou de transição prolongada de um mundo de impérios para um mundo de Estados. Como ignorar a questão do império (na construção do campo ou na história global) se a humanidade viveu a maioria do seu tempo sob impérios? Morefield (2020) observa igualmente as amarras do imperialismo:

Apesar da centralidade do imperialismo, da hierarquia global e das cartografias racializadas transnacionais para a fundação da disciplina, os valores predominantes da disciplina que emergiu deste período naturalizou um terreno internacional composto quase inteiramente por estados soberanos discretos. Desde o início, este aparato conceitual necessariamente obstruiu não apenas o impacto persistente da raça e do imperialismo no mundo política, mas também alternativas existentes para seu próprio conhecimento político e topográfico (MOREFIELD, 2020, p. 132).

³² Aqui o *report anual* de 1954, cuja discussão das ciências sociais traz à tona a importância do campo de RI, a discussão sobre o behaviorismo e até a abordagem teórica. Ver mais em: ROCKEFELLER FOUNDATION, **Annual Report**, 1954. West 49th Street, New York. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/wp-content/uploads/Annual-Report-1954-1.pdf>. Acesso: mar. 2020.

³³ Alvo de maior atenção no capítulo seguinte.

Essa desconexão entre autores que estão pensando a história das RI e como ela interferiu na produção da teoria e conseqüentemente no nosso entendimento sobre os problemas internacionais será motivo de maior atenção no capítulo dedicado às Teorias de RI. Cabe aqui, trazer de forma introdutória as contribuições do pensamento negro para o campo de RI, especialmente em Du Bois.

2.3 Breve contribuição de Du Bois

As reflexões e diagnósticos dos intelectuais negros afro-americanos tiveram papel de grande importância no nascimento da disciplina RI. Essa assertiva era, até pouco tempo atrás, inimaginável na área de estudo em questão. Essa virada, se deve, em grande medida, ao esforço de diversos intelectuais dentro e fora da escola anglo-saxã, nas universidades centrais e em outras da periferia, nos Estados Unidos e Inglaterra, mas também na África do Sul, na Índia, China e no Brasil. O revisionismo histórico iniciado na década de 1990, que tardou em não incluir os intelectuais negros e o mundo não ocidental, teve uma correção de rota importante, muitos são os autores e autoras responsáveis por essa virada.³⁴

No caso do intelectual negro, um dos mais ativos na luta contra o racismo e contra as estruturas racistas no âmbito global foi Du Bois³⁵. O sociólogo e ativista político Du Bois estava particularmente interessado em analisar como o racismo era o padrão das RI, mais especificamente, Du Bois (2021 [1903]; 1915; 2017 [1935]) observara como sistema internacional era hierárquico e baseado no corte racial, uma oposição ao que viria a ser mais tarde o sistema internacional anárquico. Em suas obras, ele enfatizou a importância das questões raciais e coloniais nas relações internacionais e criticou a dominação das potências coloniais sobre os países menos desenvolvidos. Em suma, Du Bois acreditava que as relações internacionais eram influenciadas pelas relações raciais, e que a luta contra o racismo era

³⁴ Robbie Shilliam, seu trabalho analisa as relações entre colonialismo, racismo e a história das relações internacionais, co-editor de "International Relations and Non-Western Thought: Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity"(2011); Olivia U. Rutazibwa, editora da obra Routledge Handbook of Postcolonial Politics (2018), desenvolve estruturas analíticas de ponta que se baseiam no pensamento negro, decolonial, feminista, indígena, marxista e pós-colonial, bem como em uma infinidade de tradições intelectuais de todo o mundo; Willoughby-Herard, Tiffany, com a obra Waste of a white skin : the Carnegie Corporation and the racial logic of white vulnerability (2015), a qual a autora desenvolve a ideia de internacionalização do apartheid e o apoio da elite branca dos Estados Unidos; Alina Sajed, autora da obra Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives, cujo cerne está em mostrar por que e como raça, gênero e cultura importam e será uma leitura essencial para todos os estudantes de política global e teoria de relações internacionais; entre outros que aqui serão citados.

³⁵ Du Bois fundador e presidente da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP, sigla em inglês) e um dos mais proeminentes intelectuais na luta antirracista.

fundamental para alcançar a paz e a justiça global. Du Bois argumentou que a paz e a cooperação global só podem ser alcançadas quando os países do mundo reconhecem e respeitam as diferenças culturais e raciais, e trabalham juntos para superar a opressão e a exploração. O sociólogo via a discriminação racial como uma força que permeava as relações internacionais, moldando a política de potências coloniais e influenciando as dinâmicas de dominação e opressão em todo o mundo. Ele criticou o sistema colonial, que considerava como uma forma de opressão racial e econômica que prejudicava os povos colonizados e impedia seu desenvolvimento. Além disso, Du Bois acreditava que a luta contra o racismo era uma questão de justiça global, e que a igualdade racial era uma condição fundamental para a paz e a cooperação internacional. Ele defendia a criação de uma comunidade internacional baseada na igualdade racial e no respeito mútuo entre todos os povos. Assim, as ideias de Du Bois sobre as relações internacionais enfatizaram a importância da luta contra o racismo como uma questão central para a política global. Ele argumentou que o racismo era uma força que moldava as relações de poder em todo o mundo, e que apenas a igualdade racial poderia garantir a paz e a justiça internacionais.

Apesar do seu diagnóstico bastante acurado da realidade na aurora do século XX, os escritos de Du Bois foram amplamente apagados no campo de RI³⁶. Na obra *African Roots of War* (1915), Du Bois ousa ao teorizar sobre o imperialismo e o conflito global, colocando a questão da Primeira Guerra Mundial como reflexo da corrida expansionista em direção ao continente africano. Segundo Vitalis (2000) a empreitada de Du Bois nunca foi discutida em qualquer texto de teoria de RI nos Estados Unidos³⁷. E, de fato, os famigerados “grandes debates” simplesmente ignoraram a análise de Du Bois e pouco, ou nada, disseram em relação ao imperialismo ou à questão racial como basilares da disciplina de RI (voltaremos nessa questão no capítulo 4).

³⁶ Mas não só, Du Bois, visto por muitos como o mais importante sociólogo negro, o primeiro sociólogo a desenvolver o estudo da branquitude como experiência vivida, foi silenciado dentro do seu próprio campo de formação por quase todo o século XX. Ver a relevância de uma sociologia Du Boisiana em: José Itzigsohn and Karida L. Brown. **The Sociology of W. E. B. Du Bois**: Racialized Modernity and the Global Color Line. New York: New York University Press. 2020.

³⁷ Em “Alternative View of Modernity: The Subaltern Speaks”, Aldon Morris (2022) examina uma série de documentos de Du Bois afim de corrigir o apagamento do pensamento do autor negro na sociologia: “A fim de documentar a extensão do apagamento de Du Bois, examinei todo o corpus de 112 discursos presidenciais da American Sociological Association (ASA) para determinar com que frequência esses presidentes mencionaram Du Bois em comparação com Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber”. (MORRIS, 2022, p. 3).

A hierarquia internacional, reivindicada por Du Bois, e a expansão dos impérios ultramarinos, em uma corrida por acesso a novos mercados, somada à tutela política ancorada na supremacia branca pressupõem um racismo global intrinsecamente ligado ao capitalismo, o que alguns autores denominam como capitalismo racial³⁸. Ao colocar a África no centro da causa da Primeira Guerra Mundial, Du Bois (1915) aponta para o imperialismo (capitalismo racial) e à supremacia branca como estruturas inerentes à guerra e aos problemas do século que começara:

[...] a maioria dos homens assumem que a África está muito longe do centro de nossos problemas sociais candentes, e especialmente de nosso problema atual da Guerra Mundial. No entanto, em um sentido muito real, a África é a causa principal dessa terrível reviravolta da civilização que vivemos para ver; e essas palavras procuram mostrar como no continente negro estão escondidas as raízes, não apenas da guerra hoje, mas da ameaça de guerras amanhã (DU BOIS, 1915, n.p).

Aqui justamente anunciado como uma obra clássica do nascente campo de RI, antes mesmo que qualquer discussão entre idealistas e realistas, Du Bois nos exorta a pensar como a questão da linha de cor está no cerne das RI e, intrinsecamente, como o império é a continuação de uma política de degradação dos povos negros e do continente africano. Explorar as terras estrangeiras seria o primeiro passo para fundar os novos impérios no exterior, trabalho este iniciado pelos europeus - a busca por riqueza para além das suas fronteiras. No bojo do imperialismo, para Du Bois (1915, n.p), observava-se o continente africano que seria nas palavras do intelectual “a terra do século xx” e, continua, “o mundo sabe algo sobre o ouro e os diamantes da África do Sul, o cacau de Angola e Nigéria, a borracha e o marfim do Congo e o óleo de palma da Costa Oeste”. O imperialismo branco e europeu se voltou para a África e, por isso, a Primeira Guerra Mundial não era sobre a expansão intra-continente, mas sim extra-continente:

A presente guerra mundial é, então, o resultado dos ciúmes engendrados pelo recente surgimento de associações nacionais armadas de trabalho e capital cujo objetivo é a exploração das riquezas do mundo, principalmente fora do círculo europeu das nações. Essas associações, ficando com ciúmes e suspeitas da divisão dos espólios do império comercial, estão lutando para aumentar suas respectivas participações; procuram expansão, não na Europa, mas na Ásia e, particularmente, na África. "Não queremos um centímetro de território francês", disse a Alemanha à Inglaterra, mas a Alemanha foi "incapaz de dar" garantias semelhantes às da França na África (Du Bois, 1915, n.p).

Nesse contexto, a guerra não era uma aberração da civilização europeia, não seria evitada sem o diagnóstico do racismo, ao contrário disso, a guerra era a expressão de uma

³⁸ Ver mais sobre em: Go, Julian. (2021). Three Tensions in the Theory of Racial Capitalism. **Sociological Theory**, 39 (1), 38-47. Acesso em: mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0735275120979822>>.

Europa expansionista que procurava alargar seus territórios: guerra e colonialismo, guerra como reflexo do racismo na política internacional (ANIEVAS, MANCHANDA, SHILLIAM, 2015). A empreitada de Du Bois no início do século inaugura o que Errol Henderson (2017) chamou de paradigma da diáspora nas RI. Du Bois anuncia o que Paul Gilroy ([1993] 2019) chamaria mais tarde de Atlântico Negro³⁹, o olhar para a África como forma de “abandono do excepcionalismo americano” em favor de uma coalizão anti-imperialista e antirracista que ultrapassa fronteiras nacionais, que se movimenta e cruza os mares (GILROY, 2019, p. 33). Du Bois entende a escravidão como um aspecto constitutivo da modernidade, uma modernidade racializada, posto que outras formas de escravidão já existiam e não estavam relacionadas à raça, na forma moderna de racismo, a questão do imperialismo tem grande apelo no pensamento do intelectual Du Bois (ROWE, 1997).

Ná década de 1930, Du Bois estava interessado em mostrar como o trabalho negro tinha sido extremamente importante para o crescimento econômico dos EUA. O trabalho e capital estavam no cerne da opressão dos negros nas colônias, presumindo em opressão dentro do território norte-americano, o qual Henderson (2017) chamou de imperialismo nacional. O mesmo movimento que ocorria no exterior, a super exploração de populações não brancas, ocorria com os afro-americanos em território doméstico, o capitalismo racial mostrava sua face expansionista⁴⁰. Com o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos, em 1865, a emancipação do negro e o fim da escravidão, a união capital/trabalho seria motivos de preocupação para Du Bois. Para ele, “uma nova escravidão surgiu; o movimento ascendente do trabalho branco foi traído em guerras de lucro baseadas na casta de cor. “A democracia morreu, exceto nos corações dos negros” (DU BOIS, 1935, *apud*. HENDERSON, 2017, p. 9). A nova escravidão que emergiu do trabalho do branco e da procura por lucros às custas da casta de cor decretava o fim da democracia e o apogeu da supremacia branca. A subordinação do trabalho negro aos lucros dos burgueses brancos era, no diagnóstico de Du Bois, um movimento global. Du Bois estava demonstrando como as RI estavam alicerçadas em uma

³⁹ Para Gilroy, o Atlântico Negro é uma expressão cultural e histórica de comunidades afrodescendentes em todo o mundo, que transcende as fronteiras nacionais e as identidades fixas. Gilroy argumenta que o Atlântico Negro é uma cultura transnacional, que se desenvolveu a partir do comércio de escravos e das diásporas africanas que se seguiram. Ele vê o Atlântico Negro como uma cultura dinâmica, híbrida e diversa, que incorpora influências de diversas tradições culturais e históricas. Ver mais em: GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo: Editora 34. 2a. reimpressão, 2012.

⁴⁰ A obra *Marxismo Negro* (2023) de Cedric J. Robinson é a mais extensa e completa que trata do tema capitalismo racial. Ler em: ROBINSON, Cedric. J. **Black Marxism: A tradição radical negra** (2a ed.). Autêntica. 2023.

economia de exploração racial. A base industrial ficou a cargo dos trabalhadores brancos, como resultado dessa base industrial, a subordinação descambou na Grande Depressão de 1929 (HENDERSON, 2017).

Corrigindo uma possível ausência em Vitalis (2015), segundo o qual Du Bois teria relevância histórica, porém não teórica nas RI, Henderson (2017) revela duas contribuições bastantes relevantes do intelectual negro para a teoria das RI: de um lado, o conceito de hierarquia na ordem global, hierarquia entre raças, fruto da supremacia branca e, de outro, o imperialismo como principal ferramenta institucionalizada de subalternização dos povos da África, da Ásia, e de regiões não ocidentais⁴¹. Diferentemente da discussão sobre as causas do expansionismo imperialista por razões econômicas e políticas, para Du Bois o imperialismo tinha forte viés sociocultural, em outras palavras, o imperialismo se sustentava no racismo. Henderson (2017) coloca Du Bois na prateleira dos teóricos das RI, segundo o qual, “a tese de Du Bois foi confirmada empiricamente em uma extensão maior do que suas duas teses rivais: não é apenas uma teoria das RI, é uma teoria precisa das RI”(HENDERSON, 2017, p. 11).

Ao anunciar que o problema do século xx era um problema de linha de cor “a relação entre as raças de homens mais claros e mais escuros na Ásia e na África, nas Américas e nas ilhas do mar”⁴², Du Bois (2021, p. 35) coloca o racismo no lugar que deveria ocupar, embora sempre negligenciado: no centro dos debates de RI. Foi enquanto estudava na Alemanha, na década de 1890, que Du Bois entendeu que a questão racial era uma questão global, o problema da linha de cor não se limitava aos Estados Unidos, a linha de cor é uma estrutura histórica global ligada ao colonialismo⁴³. O racismo, não como um problema doméstico, como luta global contra a supremacia branca, cujas instituições, normas e regimes internacionais são reflexos dessa supremacia. Ademais, e não menos importante, Du Bois (2021) inaugura também um novo campo de estudos que atualmente tem sido melhor explorado: o da crítica à branquitude (HAIDER, 2019; ALMEIDA, 2021). A construção da branquitude e seus privilégios de identidade são coexistentes e, por isso, retroalimentam-se de

⁴¹ Essas duas hipóteses serão enfrentadas mais adiante.

⁴² É no Primeiro Congresso Pan-Africano, em 1900, que Du Bois, responsável pelo relatório final, escreve uma das frases mais importante do século: “O problema do século XX é o problema da linha de cor”.

⁴³ Ver mais em uma das suas obras auto-bibliográfica, intitulada, “Dusk of Dawn: An Essay Toward an Autobiography of a Race Concept”, de 1940.

opressão e privilégios, no entanto a branquitude⁴⁴ não é uma questão individual, senão verificada por uma estrutura social vigente que possibilita essa equação. Ressalvas são importantes, outros intelectuais negros e negras ficaram de fora desta análise, no entanto, Du Bois marca de uma vez por todas a sua relevância no campo das RI e escancara o problema racial.

⁴⁴ É preciso ressaltar ainda que a própria identidade “branquitude” (ou branquidade), a despeito da generalização, não é estática, imutável, portanto, está sujeita a mudança como toda identidade (HALL, 2009).

3. RI, Imperialismo e Raça: a tríade perfeita

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Emicida, 2019

3.1 Introdução

O revisionismo histórico do campo de Relações Internacionais aponta em direção a uma discussão bastante relevante no período anterior às duas guerras mundiais: tratava-se do imperialismo como primeiro impulso para o internacionalismo, ou sendo mais específico, o internacionalismo na forma de expansão imperialista. A ideia de internacionalismo na virada do século XIX para o XX caminhava em consonância com o expansionismo imperialista. Segundo Brian Schmidt e David Long (2005), ao observar as produções de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, não era possível dissociar internacionalismo de imperialismo (e vice-versa). O campo em ascensão de RI, ainda dentro dos departamentos de Ciência Política norte-americana (e britânico), tinha como preocupação central não o debate idealista *versus* realistas, mas sim a preocupação da elite branca de como administrar as colônias recém anexadas nesse novo período imperialista. De uma relação distante e praticamente relegada ao plano do esquecimento, investigações que recontam a história das RI apontam para uma fluidez entre imperialismo e RI, temas co-constitutivos no campo de estudo em formação, movimento este registrado em atas de reuniões das mais diversas associações de política dos Estados Unidos, entre elas a APSA (SCHMIDT, 1998; SCHMIDT; LONG 2005; VITALIS, 2005). Para avançar na noção de que o campo não nasce no entreguerras (1919), a partir de uma disputa teórica, mas com fundo ideológico muito arraigado, é imprescindível observar os debates do fim do século XIX para com isso notar como a construção do campo das RI falha em ocultar o tema imperialismo. A falha pode ser chamada de “esquecimento intencional da ciência política dos Estados Unidos”, conforme observou Robert Vitalis (2005, p. 160).

Esse esquecimento não é verdade fora do *mainstream*, os marxistas tem na questão imperialista o pulmão do pensamento internacional da corrente teórica, em sua obra "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo" (2021 [1916]), Lênin aprofundou a análise marxista do imperialismo, argumentando que essa fase é marcada pela concentração de

capitais em poucas mãos, pela fusão entre os grandes bancos e as indústrias, e pela dominação dos monopólios sobre a economia mundial. Ele também ressaltou a importância da exportação de capitais para a exploração de outros países e do surgimento de uma luta mais intensa entre as potências imperialistas pela divisão do mundo. Por outro lado, Rosa Luxemburgo argumenta na obra "A acumulação do capital" (1970 [1913]), que o imperialismo não é uma fase inevitável do capitalismo, mas sim uma resposta à dificuldade de expansão do sistema. Para ela, o imperialismo é uma tentativa de superar a crise de superprodução do capitalismo, por meio da exportação de capitais e da criação de novos mercados em outros países. Antonio Gramsci (2017) também desenvolveu uma visão única sobre o imperialismo. Para o autor italiano, o imperialismo não é apenas um fenômeno econômico, mas também político e cultural. Gramsci acreditava que a dominação imperialista se manifesta não apenas na exploração econômica, mas também na imposição de uma cultura dominante e na criação de um senso comum que justifica a submissão dos povos colonizados. Gramsci (2017) enfatizou a importância da hegemonia cultural na manutenção do sistema imperialista argumentando que as potências imperialistas não se limitam a impor suas forças militares e econômicas sobre as nações colonizadas, mas também buscam moldar a cultura e a mentalidade das pessoas desses países. Isso é feito por meio da disseminação de uma cultura dominante que reforça a ideologia imperialista e justifica a submissão dos povos colonizados.

Na clássica obra "Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo" (2013), Hannah Arendt se destaca ao identificar as mudanças no jogo político com a ascensão de regimes totalitários na Europa Central. Para Hannah Arendt, o imperialismo é uma forma de dominação política que se baseia na expansão territorial e na conquista de territórios por meio da força militar. Ela argumenta que o imperialismo é uma consequência inevitável do nacionalismo, que cria a necessidade de expansão territorial para garantir a segurança e a sobrevivência do Estado. Arendt também destaca que o imperialismo é uma forma de governo que nega a igualdade entre as nações e as pessoas, pois se baseia na ideia de superioridade de uma nação sobre as outras. A autora ressalta que o imperialismo viola os direitos humanos e a dignidade dos povos colonizados, ao privá-los da liberdade e da autodeterminação. Além disso, Arendt vê o imperialismo como um fenômeno que destrói a política, pois os governos imperialistas se concentram na conquista de territórios e na exploração de recursos naturais, em vez de se preocuparem com o bem-estar dos cidadãos. O

imperialismo, nessa perspectiva, cria uma cultura de violência e destruição, que é prejudicial para a humanidade como um todo. Hannah Arendt (2013), tem no imperialismo o principal projeto de dominação, o qual resulta em desigualdade e na violação dos direitos humanos, que ameaça a paz e a estabilidade política global.

Por outro lado, no realismo, e na sua vertente neo, especificamente, os principais autores passaram pelo tema imperialismo *un passant*. Morgenthau (2003), por exemplo, afirma que o imperialismo é um termo usado indiscriminadamente para definir qualquer política externa. No entanto, para ele também, o imperialismo não é um mecanismo definidor da esfera internacional. Em vez disso, é mera consequência da busca por mais poder ou produto da política de poder. Nesta abordagem, o imperialismo não pode ser considerado como uma teoria e é reduzido a um conceito vago. Para Waltz (1979), imperialismo é como uma lei, uma vez que revela a dependência entre duas ou mais variáveis, tecendo críticas ao marxismo, Waltz (1979) argumenta que, nas abordagens marxistas o imperialismo é percebido como um produto do capitalismo, não podendo ser definida como uma teoria. Para ele, uma teoria é uma construção intelectual pela qual selecionamos fatos e os interpretamos, e ela descreve a organização de um determinado domínio e as conexões entre suas partes. Já Robert Gilpin, ocupado com o tema hegemonia, define o imperialismo como "a política de uma nação para expandir seu poder econômico e político sobre outras nações ou áreas geográficas" (GILPIN, 2002, p. 23 [1987]). Ele argumenta que o imperialismo é uma das principais forças que moldam a ordem internacional, já que as nações sempre buscam expandir seu poder e influência em relação aos outros. Gilpin também destaca que o imperialismo pode assumir várias formas, incluindo a conquista militar direta, a hegemonia econômica, a disseminação de valores culturais e políticos e a criação de alianças e organizações internacionais para promover interesses nacionais. A amplitude do conceito e a pouca ou quase nenhuma relação com a questão racial torna essas análises bastante abstratas e laterais.

Os neoliberais, ocupados com teorias abstratas, como "interdependência complexa", a qual revela uma relação econômica, política e cultural reservada aos países centrais, dedicaram pouco atenção ao imperialismo. Em influente obra para o campo das relações internacionais, *Power and Interdependence* (2012 [1997]), Robert Keohane e Joseph Nye (2012, p. 201) defendem os regimes internacionais como neutros em relação ao imperialismo, para os autores,

se os estados pobres não devem perceber os regimes internacionais para regular a interdependência como uma forma de imperialismo, eles devem ser livres para decidir por si mesmos quanto desejam participar. Tornou-se comum perceber que a ideologia do livre comércio no século XIX serviu aos interesses da Grã-Bretanha como o estado mais avançado, e que pode haver um neocolonialismo econômico ou um imperialismo do livre comércio (e investimento).

Os autores neoliberais defendem que os regimes internacionais relativizam a hierarquia de poder. Ficando ao encargo dos Estados a sua participação plena no sistema internacionais: “À medida que os estados desenvolvem suas capacidades, eles devem ser tanto autorizados a compartilhar o status quanto encorajados a compartilhar os encargos da liderança coletiva.” (KEOHANE, NYE, 2012, p. 201). Os autores não expõe os problemas do imperialismo, e quando falam dos custos do colonialismo, falam apenas em termos de dificuldades de uma globalização plena, segundo os autores: “globalização é uma palavra cativante e certamente reflete aumentos na intensividade e extensividade da interdependência - em sua "espessura". O globalismo de hoje é diferente do século XIX, quando o imperialismo europeu fornecia grande parte de sua estrutura política, e os custos mais altos de transporte e comunicação significavam que menos pessoas estavam envolvidas diretamente.” Imperialismo aparece na obra dos principais liberais do campo de RI não como um problema a ser enfrentando, gerador de mazelas, dependência econômica e violência, mas como algo lateral à famigerada “interdependência econômica”.

É a partir desse “esquecimento intencional” que o presente capítulo se estrutura: em primeiro lugar, tentando reconstruir a história do imperialismo e internacionalismo na construção da disciplina, trazendo um importante debate sobre o volume organizado por Schimdt e Long (2005), intitulado, *Imperialism and Internationalism the Discipline of International Relations*, para, na sequência, apontar os esquecimentos e falhas tanto do ponto de vista do debate em si, quanto do esquecimento dos primeiros liberais do campo. Esses primeiros estudiosos liberais, entre eles, Francis Lieber (1800-1872), Paul S. Reinsch (1869-1923), John A. Hobson (1858-1940) e Alfred Eckhard Zimmern (1897-1957), se dedicaram à questão das RI e do imperialismo (que vou tratar aqui como diáde), mas falharam em abordar a questão racial com importância marginal. Desse modo, procura-se corrigir tal ausência recorrendo a Du Bois e a forma como o autor debateu a questão racial observando o avanço dos impérios sobre os territórios africanos; em uma só chave de análise é possível

afirmar que Du Bois mostrou como RI, imperialismo e raça estavam intrincadas (essa relação umbilical chamarei de tríade perfeita). Se os liberais estavam preocupados com o avanço do imperialismo sem levar em conta a questão racial, Du Bois (1915; 1925) exortava a seus leitores entender como a ordem global era uma ordem predominantemente de linha de cor e, em vista disso, racialmente hierarquizada. Nesse sentido, qualquer análise que abordasse a questão do império e que não fizesse um recorte racial teria uma falha de origem.

A corrida expansionista (o avanço sobre os territórios/povos africanos e asiáticos) que culminou na Primeira Guerra Mundial é o maior exemplo do enredo RI, império e raça, a tríade perfeita. Vale ressaltar que os autores liberais supracitados, os primeiros interessados no internacionalismo e no imperialismo nascente, também entraram no rol do esquecimento disciplinar, parte disso se deve ao fato da linguagem adotada por esses autores estar muito arraigada a uma Ciência Política pautada no preconceito racial, na crença biológica da superioridade da raça branca e no imaginário perverso de que pregava o “nós”, civilizados e, “eles”, não civilizados (SCHMIDT, 1998; 2005). Essa linguagem usada pelos autores para justificar análises imperiais e coloniais gera um constrangimento ao leitor, mas é preciso mostrar como pensavam os primeiros acadêmicos da área e apontar o caráter racializado nesse tipo de abordagem.

3.2 Relações Internacionais e imperialismo: Díade?

O título da seção em forma de pergunta (díade?) revela uma perspectiva crítica sobre as primeiras análises de RI na virada do século XIX para o XX, sem deixar de ressaltar a importância que a empreitada revisionista tem gerado na construção de novas agendas de pesquisa para a disciplina. O trabalho coletivo organizado por Long e Schmidt (2005) que culminou na obra *Imperialism and Internationalism the Discipline of International Relations* é exemplar nesse sentido, pois a rica série de artigos questiona a ordem reificada da história contada do nascimento da disciplina. Dito isso, ao fim da seção poderemos abrir novos flancos para questionar a existência da díade RI/Imperialismo e as ausências que surgem a partir dessa constatação.

Como frisado, o campo de RI surgiu muito antes do entreguerras, no fim do século XIX e início do XX autores se debruçavam sobre a questão mais relevante daquele contexto histórico: o imperialismo. Os debates iniciais sobre política internacional entre os cientistas

políticos americanos foram moldados fundamentalmente por um enfoque nas práticas do imperialismo e colonialismo entre o anos 1850 e 1920. Pensar imperialismo, nessa conjuntura, presumia refletir sobre as RI e como o mundo estava em franca transformação. Foi assim que pensadores liberais desenharam as primeiras páginas sobre o que mais tarde se tornaria o campo autônomo de RI. A institucionalização da disciplina, ou o início dela, marca relação intrínseca entre imperialismo e internacionalismo em voga nos debates dentro e fora da academia (LONG, SCHMIDT, 2005). É possível afirmar que os primeiros estudiosos das RI não estavam preocupados com os debates teórico-normativos, mas focados em questões práticas da política internacional, interessados nos rumos do mundo ocidental branco na virada do século. No contexto de rápido avanço da anexação de territórios por parte das potências europeias e dos Estados Unidos, as discussões sobre parâmetros e agendas do ponto de vista da administração colonial e do colonizador se intensificaram:

Quando as RI começaram a assumir uma identidade reconhecível no início do século XX, nacionalismo, imperialismo, colonialismo e várias manifestações de internacionalismo eram todas práticas observáveis ocorrendo naquele reino de atividade que estava cada vez mais demarcado como RI (LONG, SCHMIDT, p. 1, 2005).

A história do nascimento do campo, a partir de saber heterodoxos, deixa de ser dicotômica, realismo/idealismo, e passa a ser combinada, imperialismo/internacionalismo. É preciso, pois, enfrentar a díade imperialismo/internacionalismo a qual David Long (2005, p. 72) chama de "parte integrante do projeto intelectual liberal". Duncan Bell (2005) critica a pretensa ideia de que havia um liberalismo ao invés de alguns liberalismos, no entanto, ao longo do texto será possível encontrar um liberalismo amplamente adaptado ao imperialismo, demarcando o internacionalismo do século XX.

Na esteira do revisionismo historiográfico das RI, Long e Schimdt (2005) deixam evidente que os liberais da virada do século XIX estavam bastante interessados no tema imperialismo. O que há em comum entre Lieber, Reinsch, Hobson e Zimmern, no entanto, é, de um lado, a crítica ao novo imperialismo e, de outro, certa condescendência, ou “paternalismo” - uma interpretação crítica das obras dos liberais em questão. O tema imperialismo fluuava entre a crítica suave e a acomodação. Cabe salientar que os primeiros liberais das RI aqui mencionados não dedicaram atenção a questão racial ao tratarem do tema imperialismo. As críticas apareciam igualmente como prescrições e propostas de reforma imperial, não a sua abolição completa. Nesse sentido, é possível afirmar que o liberalismo

nascente das RI conviveu relativamente bem com a ideia de imperialismo e silenciaram sobre a relação entre imperialismo e raça.

Especificamente no caso de Francis Lieber, um dos autores pilares na criação da disciplina Ciência Política e, segundo David Clinton (2005), precursor dos especialistas em RI, sua atenção não era totalmente em política internacional, mas a questão especial da expansão territorial chamava a sua atenção. Para Clinton (2005), Lieber acreditava que o internacionalismo nascente estava relacionado a um tipo de nacionalismo vibrante, de outro modo, a força dos estados nacionais os impulsionavam para fora das suas fronteiras: um nacionalismo forte culminava em um internacionalismo expansionista. O desequilíbrio gerado no avanço do nacionalismo era a maior preocupação de Lieber, sua crítica ao imperialismo estava ligada à defesa nacionalista, à defesa da nação forte e o imperialismo seria uma forma de ingerência nos governos nacionais. Apesar de nacionalismo e internacionalismo caminharem juntos, uma sociedade com nações fortes levaria a um estado geral de cooperação:

Um mundo de Estados nacionais era um mundo em que a sociedade internacional podia florescer por meio de medidas voluntárias de cooperação internacional. Os grandes estados iriam “liderar”, mas essa liderança consistiria principalmente em promover um conjunto de normas internacionais que serviriam aos interesses de todos (CLINTON, 2005, P. 24).

Ao revisar a obra de Lieber, Clinton (2005) procurou reconstruir a contribuição do autor ao discurso acadêmico inicial sobre política internacional, em particular a sua noção sobre imperialismo. Lieber não viu o auge do novo imperialismo, escrevendo até meados do século XIX, quando se vale do termo imperialismo, o autor está resgatando a versão napoleônica de império e, portanto, imperialismo era um sinônimo para o que Lieber também chamou de soberania “imperial” ou poder arbitrário ou centralismo (CLINTON, 2005, p. 25). A crítica de Lieber colocada por Clinton (2005) era sustentada por uma visão organicista da nação: uma sociedade orgânica, cujo cidadão e governo estavam alinhados, não comportava governos estrangeiros ou qualquer outro tipo de interferência internacional, inclusive a de organizações supranacionais.

Na ideia de nação orgânica⁴⁵, cujo território era coerente e expressava uma conexão intrínseca entre seus membros, a questão racial não cabia na agenda de Lieber. Apesar do autor liberal se opor à escravidão, chamando-a de anacrônica, Lieber comparou a escravidão com andaimes que tinham sido necessários para a construção de um edifício. Ainda na questão racial, o autor refutava a ideia de haver uma raça latina, ao passo que empregou o termo cis-caucasiano ou as raças cis-caucasianas⁴⁶ ao se referir aos europeus, creditando aos brancos a missão de internacionalismo. Segundo Clinton (2005, p. 29), Lieber “pensava que a “raça cis-caucasiana” estava liderando o caminho para o entendimento internacional, ele afirmou: “o internacionalismo faz parte da religião de um homem branco”. Clinton (2005) se esforça para não incluir Francis Lieber em uma chave racista, no entanto, Lieber não foi na contramão do *espírito do seu tempo*, cujo cerne de pensamento era a noção dos brancos como uma raça superior às demais. A superioridade racial estava ancorada na ciência, desde a antropologia até a própria ciência política como veremos mais adiante.

O nacionalismo de Lieber justificava, em certa medida, o avanço imperial. Clinton (2005) observou que se o objetivo fosse unir os povos, isto é, superar a divisão racial, Lieber estava certamente preparado para apoiar a expansão territorial: “se seu objetivo fosse unir áreas povoadas por membros de uma nação e criar um estado nacional [Lieber apoiaria]”. Impregnada na ideia de criar novas nações, estava certamente uma visão branca de supremacia racial que tinha como resultado exportar um modo de vida tido como superior. Clinton (2005, p. 30) destaca “os modernos precisam das nações [...] por suas literaturas e leis, sua indústria, liberdade e patriotismo; queremos que os países trabalhem e falem, escrevam e brilhem, vivam e morram por”.

A crítica de Lieber aos “Estados que não eram nações” não se limitava às fronteiras além-ocidente, o autor desprezava monarquias e especialmente estados multinacionais, por isso sua crítica tão veemente à Áustria, a qual, segundo o autor, era “um conglomerado vasto e heterogêneo de inúmeras tribos diferentes” (Clinton, 2005, p. 30). Nesse sentido, Lieber foi um grande defensor do expansionismo territorial e contra todo tipo de cessação, ao passo que

⁴⁵ Ver mais em: LIEBER, Francis. **On civil liberty and self-government**. Philadelphia: Lippincott, Grambo and Company. 1853. Disponível em: https://oll-resources.s3.us-east-2.amazonaws.com/oll3/store/titles/1943/1382_Bk.pdf. Acesso em: maio. 2020.

⁴⁶ “Aproveito esta oportunidade para aconselhar todos os jovens leitores desta obra a estudar com atenção a história da bruxaria, formanda, possivelmente, com o tráfico de escravos africanos, as maiores aberrações de nossa raça cis-caucasiana.” (Ibid, p. 82). Lieber via a raça branca como a detentora da história e superior as demais raças.

criticava a expansão ilimitada sem nenhum vínculo natural. O nacionalismo era a força motriz para o internacionalismo e conseqüentemente para um tipo de imperialismo que resultaria no crescimento do Estado em direção às suas fronteiras naturais. Clinton (2005, p. 32) pontuou:

o imperialismo, quando entendido como o crescimento do Estado para atingir suas fronteiras naturais estabelecidas pelos territórios povoados por sua nação, era desejável e de acordo com a vontade da Providência. O imperialismo, quando entendido como a expansão ilimitada do Estado sem levar em conta a coleção mal-sortida de nações sobre as quais poderia vir a exercer controle apenas por meio da coerção e não por meio de união e liberdade institucionalizadas, por outro lado, era uma ideia ultrapassada, contrário ao desígnio do criador das nações. Lieber nunca deixou de se gabar do primeiro e fulminar contra o segundo, e nesta centralidade do nacionalismo ele permaneceu consistente ao longo de sua carreira.

O internacionalismo defendido por Lieber tinha como base a soberania e, à vista disso, sua crítica estava direcionada a todo e qualquer tipo de governo mundial, salvos casos em que o crescimento do Estado para além das suas fronteiras era tido como natural, ou seja, quando era desejado ou quando era o destino daquela nação. Clinton (2005) resgata é um pensamento centrado na nação providencial⁴⁷, ou seja, uma nação predestinada a levar sua cultura política, seu modo de vida e associação para outros Estados. Internacionalismo, sendo assim, era missão, uma missão predominantemente branca ou, como nos lembrou Clinton (2005), uma missão cis-caucasiana. E a missão final do internacionalismo era a cooperação entre as nações, respeitando o princípio da soberania dentro da concepção de nação (leia-se soberania ocidental) de Lieber:

A imagem é clara e familiar: um mundo de muitas unidades independentes, cada uma igual em sua soberania e direitos legais, e cada uma apoiada em uma sociedade definida por nacionalidade. Qualquer coisa que questionasse esse princípio fundamental de organização do sistema internacional, introduzindo uma estrutura mais hierárquica, era, para Lieber, uma ameaça a ser combatida (CLINTON, 2005, p. 33).

Arraijada à ideia de soberania, estava o entendimento de que os Estados eram autônomos, porém, à medida que não o fossem e se naturalmente a expansão territorial dos impérios trouxesse prosperidade para aquele território do globo, o imperialismo se justificava por si mesmo. A díade internacionalismo/imperialismo se concretizaria na ideia de levar luz aos lugares mais distante do ocidente. Assim, Clinton (2005, p. 39) pontua:

o internacionalismo construtivo dependia da cooperação entre Estados construídos em bases nacionais sólidas, que podiam contar com o apoio popular interno e tinham o Iluminismo para compreender seus interesses comuns, bem como os princípios desinteressados de justiça que melhorariam cada vez mais suas relações à medida que a civilização progredisse.

⁴⁷ Lieber (1853, p. 589) via a ideia de providência intimamente ligada ao destino civilizatório do homem cis-caucasiano: “Depois de grandes agitações políticas, sempre acontece que as nações se lançam com alegria nos braços do homem forte que a Providência lhes envia.”

O internacionalismo cis-caucasiano de Lieber é claramente uma forma de imperialismo, e perdurou até mais da metade do século XX - um tipo de internacionalismo construtivo. No entanto, é preciso pontuar que tal construção tinha fortes raízes no Iluminismo e um caráter racial não cooperativo, ao contrário do que pensou Lieber: o internacionalismo do início do século XX era de ordem hierárquica e violenta.

Brian Schmidt (2005) também identificou essa relação umbilical entre internacionalismo e imperialismo na obra de Paul S. Reinsch⁴⁸, fundador da APSA e um proeminente cientista político. O argumento do autor (2005) é que o estudo do governo colonial e da administração dentro da Ciência Política compreendeu uma parte considerável do discurso inicial sobre política internacional. Sua intenção, nesse sentido, é a de reconstruir os contornos da contribuição específica de Reinsch, cujo resultado seria uma política internacional direcionada ao império, e demonstrando como o trabalho do cientista política estava justamente inserido na interseção imperialismo e internacionalismo. Escrevendo algumas décadas após Lieber, Reinsch se tornou notável pelos estudos da administração colonial⁴⁹, seu enfoque principal era nas questões de imperialismo e colonialismo, um estudo feito dentro dos departamentos de Ciência Política no alvorecer da disciplina de política e muito antes da institucionalização da área de RI. Desse modo, não só as RI como a Ciência Política viveram seus primeiros anos muito voltadas para atender as demandas do imperialismo colonial (SCHMIDT, 2005; BLATT, 2018).

O trabalho de Reinsch está amplamente inserido nas chamadas práticas representacionais, o autor foi um dos primeiros a tratar da questão da identidade na política internacional e o fez a partir da noção empregada na ciência da época, também utilizada por Lieber, em outras palavras, a auto-identificação do “nós, civilizados”, em detrimento dos “os outros, não civilizados” ou “bárbaros”. Como pano de fundo da noção racializada do internacional, estava a compreensão de que a sociedade internacional não é um ambiente externo em que todos estão convidados a participar. O oposto, a sociedade internacional é a fronteira entre os “civilizados e os “não civilizados”. Apesar de Schmidt (2005) não ter dito

⁴⁸ Ver especialmente a obra: REINSCH, Paul. **Colonial administration**. New York: Macmillan. 1905.

⁴⁹ Reinsch ([1922] 2020, n.p) foi um defensor ferrenho da administração colonial, inclusive falava da importância da administração em qualquer forma de governo: “Não pude deixar de refletir que, mesmo em nossa própria democracia, as administrações receberam crédito e culpa em razão da prosperidade geral ou da falta dela, e que boas colheitas certamente ajudam o partido no poder.”

quem eram esses “outros”, a história é nos mostrou que os que não participavam do sistema internacional de nações eram, de modo geral, os povos negros. O discurso da administração colonial, projeto da Ciência Política nascente nos encontros da APSA, tratou de “construiu uma representação particular do ‘outro’ que, por sua vez, criou a problemática de qual deveria ser a relação adequada entre os estados ‘desenvolvidos’ e suas colônias (SCHMIDT, 2005, p. 49).

Na perspectiva de Reinsch, abordada por Schmidt (2005), o nacionalismo era a principal característica das RI no início do século XX e, dessa forma, a luta pela independência de cada um dos Estados-nação trazia certo equilíbrio na política internacional. Tal equilíbrio dificultaria uma ordem governada por um império mundial, dado que Reinsch focava no entendimento de equilíbrio entre as potências: “a luta pelo poder característica dessa forma inicial de nacionalismo contribuiu para uma vitalidade produtiva na política mundial que, de outra forma, seria expurgada da uniformidade morta de um império mundial” (SCHMIDT, 2005, p. 52). No entanto, o nacionalismo que estava diante dos olhos dos cientistas políticos da época não tinha traços pacificadores ou de algum conserto de nações com interesses harmoniosos, como esperavam os liberais do período, tampouco contribuiu para uma “vitalidade produtiva na política mundial”. Nascia uma forma de nacionalismo que tinha como essência a expansão territorial, econômica e cultural. Segundo o autor, Reinsch logo observou uma mudança no caráter da identidade nacional: de uma identidade endógena para exógena, em outras palavras, “a justaposição da superioridade de uma civilização própria à inferioridade de outras.” (CLINTON, 2005, p. 53). Na mesma linha de Lieber, segundo o qual havia espaço para anexar terras distantes se houvesse justificativa para isso, Reinsch chamou essa corrida nacionalista de imperialismo nacional, esse termo, para Schmidt (2005, p. 53), imporia aumentar os recursos nacionais, expandir seu nacionalismo ultramarino através da posse de recursos estrangeiros:

Essa nova forma de nacionalismo, que Reinsch chamou de imperialismo nacional apareceu pela primeira vez no início do século XX. O imperialismo nacional foi definido por Reinsch como o esforço para aumentar os recursos do estado nacional através da absorção ou exploração de regiões subdesenvolvidas e raças inferiores, mas não tenta impor controle político sobre nações altamente civilizadas

As salvaguardas previstas pelos liberais - em especial Reinsch, particularmente, o equilíbrio de poder entre as nações para evitar que uma se expandisse indiscriminadamente - não foram suficientes para conter o internacionalismo/a nova forma de imperialismo. A defesa

de um nacionalismo brando, anterior ao do século XX, se chocou com uma realidade de um mundo dividido por raças. Entretanto, nem Lieber, tampouco Reinsch, especificaram o caráter racista das RI do início do século XX. O revisionismo historiográfico, de forma geral, não questiona esse esquecimento voluntário. Reinsch, por sua vez, vislumbra um tipo de conflito de ordem global baseado na vontade dos mais fortes, um internacionalismo extremamente competitivo, uma nova política internacional baseada no imperialismo. Schmidt (2005) observa a preocupação de Reinsch com a luta imperial sem controle, sem organizações capazes de frear ímpetos expansionistas e econômicos.

A questão civilizacional agregava certa legitimidade ao expansionismo imperial, um moralismo que ajudava a espalhar uma forma única de vida e de organização política, sustentado pelo avanço do capitalismo na etapa de absorção do excedente de capital no além-mar (SCHMIDT, 2005). O imperialismo, como uma justificativa de acesso do capitalismo aos melhores mercados, aos lugares mais distantes dos países centrais, parecia inevitável e Reinsch reafirmou que a expansão para os “confins do mundo” não era apenas necessária, mas inevitável e justificável, aos moldes de Lieber: uma providência cis-caucasiana. Reinsch seguia a linha de que o imperialismo era uma fatalidade ou, segundo Schmidt citando o autor, um “fardo do homem branco” (2005, p. 55). O fardo do homem branco, cis-caucasiano, significava expandir suas fronteiras, impor sua cultura e seu modo de produção e, como pano de fundo, justificar-se através da ideia de superioridade do homem branco (supremacia branca). O trabalho de Schmidt (2005), de resgate do liberalismo da virada do século, não só aproxima a disciplina de RI com o espinhoso tema do imperialismo, como revela a convergência do pensamento liberal com a *práxis* do imperialismo.

Até então, em RI, esse vínculo liberalismo/imperialismo era ignorado ou negado a partir de uma perspectiva majoritária, a qual o discurso vencedor (realista) resultou na leitura superficial dos debates anteriores à Primeira Guerra Mundial⁵⁰. Ainda na chave civilizacional, portanto racista, acreditava-se que o expansionismo traria benefícios a longo prazo para a humanidade, para as partes envolvidas, inclusive, para os povos colonizados, dado que “não eram capazes de autogoverno”, tampouco de administrar suas riquezas: era utópico acreditar “que um povo rude deveria ter permissão para desenvolver sua própria vida sem interferência

⁵⁰ Essa miopia excluiu fatores internos e institucionais, como o avanço dos estudos sobre imperialismo e administração colonial, em favorecimento de grandes choques externos para explicar o surgimento da disciplina, particularmente as duas guerras mundiais.

estrangeira. O espírito da civilização contemporânea é intolerante com o isolamento bárbaro”. Schmidt (2005, p. 56), citando Moses (1906), argumentou que, “a principal justificativa para a intervenção externa nas regiões tropicais era colher os benefícios materiais, para o mundo em geral, dos recursos que permaneceram sem uso pelos habitantes locais”.

A despeito do apoio de Reinsch ao imperialismo dos Estados Unidos, o mesmo procurava formas brandas para o expansionismo, entre as soluções, Schmidt (2005) encontra a Política de Portas Abertas dos Estados Unidos⁵¹ em relação a China - como uma forma de impor o expansionismo estrangeiro sem a necessidade de um domínio colonial direto e até em forma de governo⁵². A imposição direta de um governo em terras estrangeiras era vista como um grande custo para o Estado imperialista. Schmidt (2005, p. 57) conclui que “Reinsch pode ser visto como um participante da tradição da política externa americana de fomentar a expansão econômica por meios imperialistas, mas sem o fardo de uma política colonial formal Império”. Reinsch orbitava entre uma crítica mais severa ao colonialismo ao mesmo passo em que fazia uma crítica mais branda ao imperialismo, uma permissividade observada pela nova historiografia, porém não totalmente exposta nos textos em questão. Assim, “embora o argumento da disseminação da civilização fosse frequentemente apresentado para defender a prática do colonialismo”, Reinsch afirmava que a realidade era que “a civilização prometida muitas vezes consiste em uma erradicação rápida dos selvagens da face da terra” (SCHMIDT, 2005, p. 58). Por esse motivo, a administração colonial está tão presente nas primeiras análises de política internacional. A crença dos liberais era a de que a ciência e os avanços tecnológicos resolveriam questões práticas da política, entre elas,

fornecer aos formuladores de políticas o conhecimento para elaborar melhores políticas coloniais. Conforme originalmente concebida, a ciência política era entendida como um empreendimento acadêmico dedicado a adquirir autoridade de conhecimento sobre seu assunto, de modo a estar em posição de reformar a prática política. (SCHMIDT, 2005, p. 60).

⁵¹ A “política de portas abertas” dos EUA visava à exploração dos territórios por parte dos imperialistas. Após a vitória dos EUA sobre os espanhóis no México, o Secretário de Estado John Hay, nos primeiros meses de 1899, decide despachar uma nota intitulada “Porta Aberta”, com o intuito de disputar com europeus e o Japão o acesso ao promissor mercado chinês, especialmente na questão do acesso aos mares. A política de “portas abertas” dos EUA foi um ponto de inflexão na sua política externa cujos objetivos imperiais eram claros. Ver mais em: HUNT, Michael H. **Frontier Defense and the Open Door: Manchuria in Chinese-American Relations, 1895–1911**. Yale University Press, 1973.

⁵² Sobre isso, Reinsch (2020) relaciona a Política de Portas Abertas a um desejo dos chineses de cooperação com as potências (Leia-se EUA e Grã-Bretanha) para, assim, evitar o avanço marinho de Japão e Rússia.

A defesa do imperialismo e da administração colonial era central no pensamento liberal da Ciência Política e conseqüentemente de RI na virada dos século XIX para o XX e como pano de fundo a disciplina passava a mensagem de que sua existência se justificaria na procura “científica” de melhorar a vida dos colonizados, aumentar as oportunidades econômicas para os habitantes locais, isto é, uma política expansionista que tinha como premissa “melhorar as condições de vida das pessoas”. Nas palavras de Reinsch, (apud. SCHMIDT, 2005, p. 63), “a experiência tem mostrado que há uma forte tensão entre, por um lado, respeitar as condições e costumes locais e, por outro lado, trabalhar para ‘melhorar’ e ‘modernizar’ o modo de vida de um povo diferente.” Autonomia, destarte, estava limitada às nações civilizadas, nações brancas, fato que vai de encontro à ideia de que o internacionalismo liberal de Reinsch buscava uma ordem internacional pacífica. Schmidt (2005, p. 65) conclui a contribuição da revisão historiográfica de Reinsch resgatando o caráter liberal da obra do autor, o qual reivindica uma ordem internacional cooperativa a partir da institucionalização das RI:

A condição de interdependência requer que a atenção seja direcionada para os problemas que assolam os estados mais pobres do mundo; pois nada menos do que a própria sobrevivência do planeta e da raça humana está em jogo. A unidade fundamental do mundo, especialmente nas áreas de economia, ciência e tecnologia, tornou absolutamente necessário que os Estados coordenassem suas atividades nacionais específicas e estabeleçam mecanismos formais para alcançar a cooperação internacional.

A base para a cooperação pregada por Reinsch, em forma de interdependência⁵³, deixa brechas para relações internacionais de ordem racista, isto é, a cooperação entre as nações brancas e a dominação dos povos negros. David Long (2005) identifica a *tutela da branquitude* (destaque nosso) como uma forma de paternalismo nas relações entre os impérios e os povos subalternos. Long (2005) constata um anti-imperialismo moldado pelo paternalismo ao investigar a relação dos Estados imperiais com as “raças inferiores”⁵⁴ na obra de J.A. Hobson: *Imperialism: A Study* (1902). Mais explicitamente que seus contemporâneos, Hobson defendeu o imperialismo como forma de segurança e controle globais, ao mesmo

⁵³ Paul Reinsch foi responsável por cunhar o termo “interdependência” antes mesmo dos liberais Joseph Nye e Robert Keohane, que fizeram mais tarde na década de 1970. Para mais informações sobre a primeira noção de interdependência, ver: REINSCH, Paul S. **World politics at the end of the nineteenth century as influenced by the Oriental situation**. New York: Macmillan, 1900. Sobre o conceito utilizado como se fosse inédito pelos autores liberais, ver especialmente: ROBERT O. Keohane, JOSEPH S. Nye, eds., **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

⁵⁴ As aspas sublinham uma linguagem amplamente utilizada e aceita pelos primeiros liberais dedicados à disciplina de RI, mais especificamente, Hobson (1902) o qual tratava os não brancos como povos “atrasados” ou “raças inferiores”. Ver mais em: HOBSON, J. A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

tempo argumentava que era necessária uma transformação no *modus operandi* do império para que o resultado da expansão fosse a melhoria das condições de vida e os padrões civilizacionais dos povos colonizados. Segundo Long (2005), Hobson defendia uma supervisão internacional do imperialismo, um imperialismo domesticado por uma organização internacional, cujo objetivo era justamente garantir que o império trouxesse os resultados que ele acreditava serem os ideais, uma tentativa de suavizar o imperialismo ocidental. A ideia de paternalismo está muito arraigada ao texto de Hobson, especialmente à suposição de que "raças inferiores" são como crianças na relação familiar, por isso, carecem de ser tuteladas no âmbito das relações internacionais. Hobson construiu uma agenda reformista do imperialismo baseada na suposição da dicotomia raças inferiores/raças superiores e, com isso, legitimação exatamente o tipo de imperialismo internacionalizado que o autor condena em outros lugares (LONG, 2005). Segundo Long (2005), Hobson não está completamente sozinho nesse projeto de tutela internacional, longe de ser uma anomalia para o liberalismo, o império era central para os interesses dos pensadores políticos liberais e integrantes do projeto intelectual liberal. A metáfora do paternalismo na relação império/povos atrasados complica a ideia liberal de igualdade, para Long (2005, p. 72) a metáfora paternalista pode ser vista como uma analogia entre pai (os povos liberais) e filho (os povos atrasados), dessa forma Hobson se esquivava da condição empírica das RI e se vale de uma compreensão e/ou experiência familiar. Nesse sentido, a relação pai e filho é atravessada por cuidado e responsabilidade, mas igualmente por poder e superioridade.

Assim como Reinsch, Hobson acreditava que o internacionalismo era o resultado da construção de vários nacionalismos⁵⁵. Em discordância, Hobson era simpático às interferências internacionais, pois sua visão estava arraigada à ideia de supremacia branca, de superioridade dos povos brancos sobre os demais povos. Para Long (2005), Hobson defendia que em assuntos internacionais deveria existir uma forma de governança internacional. “Como resultado, podemos esperar que Hobson seja mais intervencionista internacionalmente

⁵⁵ “Um internacionalismo autêntico e vigoroso em seu espírito ou em sua forma supõe a existência de nacionalidades poderosas e conscientes de sua dignidade, que procurarão unir-se à base das necessidades e interesses nacionais comuns. Este processo histórico estaria muito mais em consonância com as leis do desenvolvimento social do que um anárquico cosmopolita, surgido de unidades distintas e não conexas e em um clima de decadência da vida nacional. O nacionalismo leva direta e facilmente ao internacionalismo e, se não o fizer, haveria motivos para pensar que se produziu uma perversão da naturalidade e propósitos. Esta perversão é o imperialismo, no qual as nações forçam os limites da assimilação natural e da violência, e transformam a salutar e estimulante rivalidade dos diversos tipos nacionais numa luta à morte de impérios em concorrência”. (HOBSON, 1981, p. 27).

do que seus antepassados liberais.” A sua crítica ao imperialismo era, nesse sentido, uma forma de torná-lo mais “saudável”, “um tipo de imperialismo humanizado” (LONG, 2005, p. 75-76). Para Hobson (1981), a corrida nacionalista, a qual levaria ao internacionalismo, poderia ser facilmente distorcida e convertida em imperialismo. Nesse contexto, imperialismo poderia ser uma fase violenta do nacionalismo e, por consequência, do internacionalismo. Por isso a importância de organismos supranacionais capazes de criar freios e contrapontos aos impérios. Long (2005) procura resgatar o caráter racial do imperialismo em Hobson, argumentando que sua visão estava em consonância com o pensamento liberal da época, assim sendo, a interferência dos povos brancos em territórios não ocidentais não era, *a priori*, ilegítima. Citado por Long (2005, p. 76), Hobson (1981 [1902]) argumentava que “de fato, os governos civilizados podem assumir o controle político e econômico das raças inferiores: a forma característica do imperialismo moderno não é sob todas as condições ilegítima”. As condições para a legalidade do imperialismo iam desde: interferências externas, que deveriam garantir a segurança global, o imperialismo deveria mostrar sua contribuição para a civilização do mundo; os direitos das populações subalternizadas deveriam ser garantidos; toda ação de intervenção deveria ser arbitrada por alguma organização internacional; respeitadas estas condições, estava garantido um imperialismo saudável na visão de Hobson. Hobson (1981, p. 27) insiste em apontar as formas de imperialismo agressivo, estabelecendo, por lógica, na existência do dito “imperialismo saudável”: “O imperialismo agressivo não só impede o avanço rumo ao internacionalismo ao fomentar a inimizade dos impérios rivais, como também, com seu ataque às liberdades e contra a própria existência das raças mais fracas ou inferiores, provoca nelas um correlativo excesso de autoconsciência nacional. Um nacionalismo cheio de rancor e distorcido pela obsessão da autodefesa é uma perversão quase tão grande de suas tendências naturais quanto um nacionalismo agitado pelo lucro e pela expansão à custa dos outros”.

O resgate do pensamento de Hobson pela nova historiografia se mostra extremamente importante, pois ele não representou tão somente aquele dado momento histórico, mas sim a história da política internacional e das RI do século XX, nas intervenções humanitárias internacionais, e em uma ordem global, como bem observou Du Bois (1925), atravessada pela linha de cor. O paradoxo é que paternalismo de Hobson se aplicava tão somente aos “povos

atrasados”, e quem definia quem era os povos atrasados eram justamente os homens brancos, que deveriam levar o progresso para todos os rincões do globo:

o isolamento completo não é mais possível mesmo para a ilha mais remota; a autossuficiência absoluta não é mais possível para uma nação do que para um indivíduo: em cada caso, a sociedade tem o direito e a necessidade de salvaguardar seus interesses contra uma afirmação prejudicial de individualidade” (Hobson 1988, p. 231, Apud. LONG, 2005, p. 78).

O contato entre os povos brancos e os não brancos deveria ser racionalizado, para Hobson (1981) o racionalismo seria a única saída para as RI e este mesmo racionalismo levaria a elaboração de uma organização internacional para proteger os “mais fracos”. Razão ocidental e paternalismo no imperialismo de Hobson se evidenciam, conforme comenta o próprio autor:

O internacionalismo autêntico é a única base sólida para a competição e a seleção racional entre as nações. [...] Só na medida em que a seleção racial e nacional se orienta e decide racionalmente é que o mundo consegue se proteger desses desperdícios e infortúnios. Somente um governo internacional pode fornecer proteção adequada a nações valiosas, mas fracas, e neutralizar a brutalidade insolente de agressores poderosos, preservando a igualdade de oportunidades para a autoexpressão nacional, que é tão essencial para o bem-estar comum das nações quanto umas das outras. em particular (HOBSON, 1981, p. 174).

O racionalismo liberal a serviço do imperialismo, com vestes de aversão ao unilateralismo dos impérios. O novo internacionalismo pregava a cooperação entre as nações civilizadas, um clube de nações cis-caucasiano que decidiria sobre o futuro do planeta e como os bens globais deveriam ser geridos, uma vez que, nessa visão supremacista branca, os povos negros e outros não seriam capazes de administrar seus próprios territórios. O liberalismo de Hobson era de fato o liberalismo para nações brancas: ordem no ocidente, desordem e anarquia em territórios não brancos:

Hobson considerou brevemente, mas descartou a ideia de que os povos atrasados pudessem se defender, ou seja, uma política de realmente deixar as populações nativas em paz. Além de sua preocupação de que a superioridade militar e tecnológica das nações imperiais fosse esmagadora, Hobson não foi de modo algum persuadido por argumentos nacionalistas contra tal interferência internacional. Os argumentos anti-intervencionistas, ele raciocinou, baseavam-se no direito absoluto das nações de fazer o que quisessem com “seus” recursos naturais. Hobson rejeitou esse argumento alegando que não havia esse direito absoluto de propriedade (LONG, 2005, p. 79).

Nessa perspectiva, observada por Long (2005), o internacionalismo de Hobson estava intrinsecamente ligado ao imperialismo, à intervenção estrangeira das nações brancas sobre povos negros e asiáticos. O imperialismo era a face primeira do internacionalismo dos estados ocidentais, para que houvesse uma repartição dos bens globais de forma ordenada e

organizada, o internacionalismo de Hobson pregava a cooperação entre as nações e, como já observado, a criação de uma supervisão internacional. A proposta previa desde solução de conflitos entre impérios e populações locais, e do avanço tecnológico até o controle do crescimento populacional mundial e a garantia do livre comércio. No que diz respeito ao controle populacional, a ideia era a de que a “organização internacional da população eliminaria, então, a dor e a miséria dos milhões nascidos na pobreza: não é necessário para a segurança e o progresso da sociedade que crianças ‘inaptas’ morram, é necessário que elas não nasçam” (HOBSON, 1988, p. 1964, apud. LONG, 2005, p. 83).”

O pano de fundo do internacionalismo da virada do século, uma face do imperialismo ocidental, era a questão racial: o controle populacional; a questão moral civilizatória; a noção de povos inferiores; todas elas intrínsecas à hegemonia da supremacia branca no campo das RI. Não é nenhum anacronismo situar o paternalismo imperialista de Hobson como racismo, a figura do pai impondo ordens e sanções ao filho pode ser substituída pela figura do homem branco castigando o homem negro, embora o revisionismo de Long (2005) tenha suavizado as críticas ao caráter racista de Hobson, o autor (2005, p. 84) nos conta que Hobson sugeriu que “[as] raças da África podem ser consideradas como selvagens ou crianças 'atrasadas' em seu progresso, na estrada geral de civilização em que o anglo-saxão representa a vanguarda, exigindo a ajuda de raças mais avançadas”.

Long (2005) lançou as bases para a crítica ao imperialismo de Hobson, no entanto, a crítica pode se estender sem nenhum prejuízo, como bem vimos, ao internacionalismo do autor liberal. RI baseada na confiança, na responsabilidade, coerção e educação são traços evidentes do paternalismo do liberalismo internacionalista da virada do século. Enquanto Du Bois (2021 [1903]) estava totalmente convencido de que a educação do povo negro era a única forma de emancipação, o liberalismo de Hobson justificava o imperialismo para as raças inferiores como forma de tutelar as formas de vidas. Hobson (1981) confiava na metáfora da relação pais/filho: controle, responsabilidade, educação e coerção. O caráter racializado e paternalista de Hobson (1981) está bastante evidente, no entanto, o autor vai ainda mais longe ao afirmar a condição irrecusável do imperialismo.

Se aceitarmos que as técnicas do "progresso", ou algumas delas, são comunicáveis, o que parece indiscutível, não pode haver um direito inato de um povo recusar-se a receber a educação obrigatória de que necessita para passar da infância à maturidade, dentro de o concerto das nações. À primeira vista, parece válido

estabelecer uma analogia com a forma como as crianças são educadas, sem que os perigosos abusos que podem ser cometidos na prática sejam causa suficiente para invalidá-la.

No cerne do internacionalismo paternalista está a noção de que “povos [negros] subjugados são como crianças que precisam de educação, precisam ser ensinadas, não apenas deve haver controle e um sistema de educação, mas também certas quantidades de força legítima podem ser aplicadas” (LONG, 2005, p. 86).

Conforme nos conta Jeanne Morefield (2005), o tom patriarcal impresso ao imperialismo também aparece em Alfred Zimmern⁵⁶, uma vez que a associação entre família e sociedade internacional é a marca mais forte do autor. A preocupação aparente de Zimmern é com a ortodoxia liberal da virada do século, em outras palavras, a procura pelo interesse próprio em detrimento da comunidade (está última defendida pelo autor como modelo a ser seguido). O internacionalismo, nessa perspectiva, seria o crescimento natural do desenvolvimento espiritual que ocorreu entre os indivíduos que viviam no seio de “núcleos familiares nacionais” e, por essa razão, a forte crença no nacionalismo gera críticas em relação ao caráter liberal de suas obras. No entanto, foi justamente a crença no nacionalismo como modelo para a ordem global que posicionou o autor britânico liberal na rota da crítica de E. H. Carr. Desenvolver uma teoria

baseada em um compromisso com a moralidade do nacionalismo precisamente em uma época em que os nacionalistas na Europa estavam se comportando de maneira claramente expansionista e impulsionada pelo poder para um caminho contra-intuitivo” parecia utópico (MOREFIELD, 2005, p 94).

A crença em um internacionalismo nacional moralizante está relacionada a uma ideia de comunidade, ao melhor modelo da *Commonwealth*⁵⁷. Morefield (2005) nos recorda que a preocupação de Zimmern era desenvolver um internacionalismo solidário, capaz de superar a geração anterior de liberais que viam o individualismo em uma perspectiva ortodoxa e utilitarista. Nesse sentido, era preciso superar a ortodoxia liberal para criar as bases para um internacionalismo com princípios morais universais. A ética tinha lugar primordial no internacionalismo de Zimmern e a razão universal era a força necessária para superar conflitos no campo externo. Ao mesmo tempo, o autor liberal tinha aversão ao socialismo e

⁵⁶ A primeira obra importante de Zimmern *Nationality and government* (1918) foi um marco para o campo das RI não pela influência do escrito para os pares, mas sim pela crítica que E. H. Carr faz ao autor liberal no livro *Vinte Anos de Crise*.

⁵⁷ Comunidade britânica de nações.

consequentemente a qualquer tipo de governo supranacional. Coube a Zimmern explorar a ideia de mente internacional⁵⁸ como poder animador da arena externa e princípio ordenador para se refutar uma sociedade internacional governada por algum ator supranacional.

O internacionalismo de Zimmern rejeitou todas as formas de governo supranacional ou governo mundial, em contrapartida, as nações deveriam desempenhar função essencial no desenvolvimento ético dos seus cidadãos. Esse desenvolvimento ético, como nos liberais supracitados, também tem lastro na relação família/estado, isto é, um tom paternalista, uma teoria do internacional com raízes fortes na própria formação familiar do autor. Morefield (2005, p. 103) insiste no caráter particular da análise de Zimmern: “essa equação metafórica entre a nação-como-natural-e-subjetiva e a nação-como-íntima-e-familiar dificilmente foi incidental para Zimmern. Em vez disso, foram precisamente suas qualidades familiares que tornaram as nações tão singularmente morais.” O cerne do internacionalismo do autor estava na afirmação das nações e dos nacionalismos, uma junção que repetiria a lógica nacional, mas que rejeitaria qualquer tipo de governo mundial que suprimisse direitos fundamentais. Como resultado, o internacionalismo de Zimmern se estendia para a mesma relação pai/filho observada em Hobson, uma política internacional paternalista e patriarcal condescendente com o imperialismo e pouco preocupada com projetos de nações não brancas. Segundo Morefield (2005, p. 105),

A democracia, ele sustentou, em nacionalidade e governo, não era uma “fórmula mágica. Está aberta a limitações bastante óbvias para o estudante de raças não adultas” [...]. Igualmente, Zimmern descreveu as RI como relações parentais, de tutela: [...] “milhões de seres humanos menos civilizados” cujo “destino moral” foi confiado às mãos britânicas.

O imperialismo em Zimmern espelhava o pensamento liberal britânico mais específico, isso acarreta que povos negros eram vistos como povos que precisavam da tutela da supremacia branca: educação e projeto civilizacional europeus. A crença em uma moralidade e liberdade universais esbarrava na linha de cor, refutando qualquer tipo de autonomia política para 2.3 da população do planeta. O projeto imperialista surge com vestes internacionalista na defesa da liberdade e da moralidade como projeto político do pensamento

⁵⁸ O conceito de “mente internacional”, no entanto, de forma alguma implicava “governo internacional” para Zimmern. De fato, ao longo de seus escritos internacionalistas, a aversão de Zimmern ao socialismo e a todas as formas de “estatismo” transparecia em seu desconforto constantemente reiterado com qualquer tipo de poder centralizado em nível doméstico ou internacional. As “grandes forças morais” em ação no mundo, de acordo com Zimmern, tiveram que ser permitidas surgir espontaneamente sem o mecanismo unificador de um “superestado”. (MOREFIELD, 2005, p. 101).

branco ocidental. Como resultado, Morefield (2005, p. 106) afirma que Zimmern defendia o imperialismo britânico como projeto internacional, isto é, “a Grã-Bretanha deveria abordar sua missão imperial de uma maneira que desse um exemplo moral para os colonos”. As relações internacionais, desse ponto de vista, têm conotações hierárquicas: no topo civilizacional as nações brancas, as quais tinham como missão exportar o conceito de comunidade, que era reflexo da relação família/Estado e, na base, as nações não brancas, que viveriam sob a tutela moral e educacional da supremacia branca. Há um claro projeto supremacista branco de RI e o imperialismo está no topo da prática desse projeto, posto que o imperialismo mantinha uma ordem hierárquica, cujo resultado era a violência constante contra negros e outros povos não caucasianos. Segundo Morefield (2005, p. 109) “Zimmern parecia feliz em incluir tais “dependências” imperiais em sua noção de comunidade e argumentava que um de seus pontos fortes era sua flexibilidade, sua capacidade de abranger “raças e povos em níveis variados de progresso social, que é sua peculiaridade”.

O pensamento sobre o internacional refletia a crença de que a cooperação seria alcançada através de organismos internacionais, sublinhando o espírito da ciência do momento. Os liberais empenhados em pensar nas relações internacionais e no imperialismo depositaram esperança na ciência para tornar o ambiente internacional mais cooperativo. Segundo Fritz (2005, 142.) “um pressuposto importante no estudo da cooperação internacional no início do século XX era que, por meio da aplicação do conhecimento científico, às práticas de Estados e sociedades poderiam tornar as relações mais pacíficas.” O acréscimo da ciência na formulação de políticas públicas levaria a um resultado ótimo automaticamente. Especialistas ocupando cadeiras em organizações internacionais como, por exemplo, na Liga das Nações, davam o tom de respeitabilidade, mais do que isso, a ciência prometia uma governança internacional mais esclarecida. No entanto, o que se observou foi justamente a manutenção de uma ordem hierárquica dentro dos organismos internacionais, a clara reprodução da relação de poder entre os Estados. O projeto tornou a Liga das Nações um ambiente ideal para a manutenção de uma ordem global hierarquizada racialmente e o imperialismo reinante (GETACHEW, 2019).

A disciplina RI tem seu nascimento dentro dos departamentos de Ciência Política muito vinculada às questões do império e os temas derivados dele (administração colonial, por exemplo). O que o revisionismo evidencia é a impossível separação entre o surgimento da

disciplina e o imperialismo da virada do século XIX para o XX. O esquecimento desse período tão simbólico das RI coloca em dificuldade toda a construção da identidade do campo a partir das leituras ortodoxas focadas especialmente nas transformações externas em detrimento das construções institucionais do campo. Em outras palavras, os cânones da área forjaram um entendimento disciplinar que negligenciou uma parte fundamental da sua própria formação. O resgate dessa história tem o empenho de pesquisa de vários autores, como aqui já mencionamos, que se debruçaram sobre a história disciplinar, mais do que simplesmente aceitarem uma história contada e recontada diversas vezes. A presente investigação, até aqui explorada, deixa poucas dúvidas de que RI e imperialismo são temas gêmeos e fazem parte dos primeiros esforços de se forjar uma disciplina autônoma e institucionalmente independente. Ainda assim, é preciso reiterar que o esforço revisionista também falhou ao não salientar que a tríade RI e imperialismo é, em verdade, uma tríade. É exatamente a questão da raça o elemento mais importante não só da relação do imperialismo com o internacionalismo, como do ponto de vista do nascimento da própria disciplina. Raça é o ponto-chave da questão internacional do século XX, sendo ela o traço fundamental da *práxis* política e também da formação da disciplina. RI, Imperialismo e Raça fazem parte de uma só conversa e o objetivo das próximas seções é trazer dar luz à questão racial que fecha o nascimento disciplinar.

3.3 Raça e Relações Internacionais: sobre esquecimentos

Na década de 1990, Roxanne Lynn Doty (1993) já observava que o campo de RI estava em grande defasagem quanto ao tema racial. Comparada a outras disciplinas como literatura, filosofia, teoria feminista, estudos culturais e sociologia, RI sofria de um certo insulamento. Em outras palavras, o lugar-comum do campo não enxergava relevância em temas raciais e o racismo se restringia aos problemas sociais domésticos. Parte dessa falta de interesse, pois, se devia ao fato de que raça parecia se restringir a um problema unicamente endógeno, distante do que parecia ser um problema de ordem global. Teóricos e historiadores de RI têm dificuldades em olhar para as questões raça e racismo como problemas que extrapolam suas fronteiras. Na dicotomia padrão de RI (doméstico/internacional), raça parecia não se enquadrar nas abordagens ortodoxas anglo-saxãs. Para Doty (1993, p. 136)

aqueles que consideram a raça apenas uma questão doméstica ignoram e possivelmente obscurecem os processos pelos quais essas resoluções ocorreram. Eles também pressupõem uma dicotomia dentro/fora não problemática entre o

doméstico e o internacional, uma dicotomia que se constrói nos termos dessas resoluções.

A maioria dos debates surgidos a partir da década de 1970 focavam mais em como definir o que é raça do que perguntar “por que raça importa?”. O primeiro passo de Doty (1993) para responder a pergunta de “por que raça importa” foi procurar definir como tratar a questão da raça no campo das RI sem correr o risco de entrar em essencialismo⁵⁹. Mais do que acrescentar raça na agenda da disciplina, é preciso olhar como a raça funcionou na construção de vários aspectos da política global. Já na década de 1970, James N. Rosenau (1970) demonstrava que o impacto da questão racial nas RI estava começando a ganhar outros contornos acadêmicos. A política externa começou a ser mais observada do ponto de vista racial, ou como as decisões no âmbito externo afetavam as relações raciais e como cooperação e competição eram igualmente variáveis que precisavam entrar no cálculo político, com o objetivo de responder as pressuposições diretas do racismo nas relações internacionais. Esses questionamentos ficaram em uma espécie de prateleira muito baixa para pudesse se enxergar, mas o fato é que o tema raça nas RI não surgiu nos anos 1990, na década de 1970 circulavam poucas publicações da problemática racial. Rosenau (1970) observou as mudanças globais em jogo e previu um crescimento nos estudos sobre raça na disciplina de RI como. Não obstante, esse *boom*, se é que se pode chamar assim, só se concretizaria a partir dos anos 1990 e mais especificamente a partir dos anos 2000.

Assumir que a questão racial é um problema global envolve dizer que a própria noção de raça estaria inerentemente ligada às práticas de exclusão e poder na ordem internacional. Sendo assim, o primeiro passo para se pensar raça nas RI é ir “além dos marcadores físicos”, raça nas RI (mas não só) é dominação, opressão e poder, raça e desigualdade *entre as nações* (destaque nosso) estão intimamente ligadas (DOTY, 1993). Estendendo o argumento da autora e, desta maneira, fazendo uma importante ponte com a nova historiografia, império é raça, relações internacionais é hierarquia. Doty (1993) sugere que ao investigarmos raça nas relações internacionais, precisamos observar quais são as práticas que constroem e reconstroem a identidade racial. Nesse sentido, a contribuição de Robert Vitalis (2000; 2005; 2015) parece fundamental para entendermos como raça figurou nos primeiros anos da

⁵⁹ Stuart Hall (2003, 2004) é referência no argumento de que o essencialismo escamoteia a pluralidade dos povos racializados.

disciplina quando ainda não havia um campo de estudo de RI institucionalizado entre 1900 e 1920.

Se os discursos definem onde se inscreve a noção de raça no campo das RI, é na construção dos impérios na virada do século XIX, e na relação direta com a hierarquia da ordem global por parte da supremacia branca, que vamos observar o que vou chamar aqui de *triade perfeita* (destaque nosso): relações internacionais, imperialismo e raça. Segundo Doty (1993, p. 150)

Posto dessa forma, a raça se torna uma questão relevante quando se discute a transformação global. Isso coloca os incidentes raciais específicos mencionados no início deste artigo em um contexto global. A raça é simultaneamente relevante na configuração da sociedade nacional e internacional. A resolução da identidade e da diferença, do eu e do outro dentro das estruturas raciais ocorre tanto globalmente quanto internamente. A identidade racial torna-se um elemento importante na construção da identidade nacional, por exemplo, em termos de distinções Norte/Sul. Simultaneamente, porém, a própria diferença racial é construída nas sociedades domésticas do Ocidente, que agora devem acomodar um grande número de povos do 'Terceiro Mundo' dentro de suas fronteiras nacionais.

Apesar da abordagem racial não figurar nas obras dos primeiros liberais das RI, conforme observado, o trabalho de Vitalis (2000; 20005; 2015) é seminal nesse sentido. Vitalis (2000) resgata a importância de Du Bois para o campo nascente de RI ao trazer à tona a frase célebre do intelectual negro segundo o qual o século XX é o século da linha de cor, isto é, as RI serão pautadas pela questão racial, pelo racismo, pela diferença racial, pela supremacia da branquitude. Se observar a questão racial é observar a dominação e a opressão, conforme nos alertou Doty (1993), significa que as práticas no campo da política internacional reproduzem um sistema de hierarquia racial observado diariamente dentro das fronteiras estatais. Segundo Vitalis (2000), o que existe de fato são estruturas do racismo como instituição internacional, e suas práticas históricas sublinham o racismo como organizador das RI:

A primeira são as distinções de casta das quais as chamadas intervenções humanitárias historicamente dependiam e ainda dependem. A segunda é a lógica supremacista branca “estratégica” sobre a qual se baseou a oposição ao expansionismo norte-americano. E o terceiro é o sistema de apartheid americano (Jim Crow) que foi exportado dos Estados Unidos para o Caribe, América Latina, Oriente Médio e Ásia à medida que o expansionismo ganhou novos terrenos na virada do século (VITALIS, 2000, p. 333)

Vitalis (2000) observa como a tradução desse racismo está revelada no campo das teorias das RI. Não é difícil concordar com o autor (2000) que nas principais teorias de RI a questão racial é totalmente relegada ao esquecimento, até nas leituras feitas sobre o império

pelo realista Kenneth Waltz (1959-1979) o tema raça, que está por trás dos movimentos expansionistas de meados do século XIX até meados do século XX, não tem menção relevante. Na base desse esquecimento está o que Vitalis (2000, p. 332) chama de silêncio e evasão ou “norma contra a percepção”⁶⁰ sobre a presença afro-americana nos domínios do campo das RI. A ortodoxia do campo levou às últimas consequências o esquecimento (voluntário) dos primeiros escritos sobre a disciplina de RI. Vitalis (2005) observa como autores que estavam pensando RI simplesmente foram ignorados pela história oficial da disciplina: Raymond Leslie Buell⁶¹, por exemplo, alerta Vitalis (2005), já chamava a atenção para o surgimento no século XX de movimentos anticoloniais (pan-africanismo) e de como estes agrupamentos estavam dispostos a questionar a supremacia branca no âmbito internacional. O esquecimento voluntário impede que nos cursos de graduação até os dias atuais haja qualquer relação entre o surgimento da disciplina e a questão imperialista, tampouco, fala-se sobre a imbricada relação entre RI, império e raça, a tríade não aparece nos manuais mais generalistas do campo. Para Vitalis (2005, p. 333), “a escrita contemporânea sobre RI acaba compartilhando com todos os outros domínios da cultura americana a forte tendência ao “silêncio e evasão” sobre a presença de quatrocentos anos de africanos e afro-americanos nos Estados Unidos”. E assim a reprodução desse *status* vira norma, norma contra qualquer percepção.

Voltando para a questão central da seção - de como RI, imperialismo e raça estavam no cerne da criação da disciplina - Jessica Blatt (2018, p. 4) foi categórica ao afirmar que "o pensamento racial moldou a Ciência Política dos Estados Unidos em suas origens muito mais profundamente do que se reconhecia anteriormente". A autora explora a forma como as ideias racistas permearam o pensamento político dos fundadores da disciplina e como isso afetou a maneira como a ciência política foi ensinada e praticada nos Estados Unidos. Blatt (2018) argumenta que a disciplina da ciência política americana foi construída sobre uma base racista e que essa base influenciou o pensamento dos primeiros cientistas políticos, que muitas vezes

60 Vitalis (2000, 2015) toma emprestado o termo "norma contra a percepção" de Toni Morrison, escritora e intelectual negra norte-americana, cujo brilhante trabalho, entre outros, foi o de apontar a segregação da cultura negra imposta pela supremacia branca norte-americana. Vitalis (2002, 2015) alarga esse noção de esquecimento voluntário para o campo das RI. Ver, entre outros: **MORRISON**, Toni. Amada. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Cia das Letras, 2011.

61 Raymond Leslie Buell (1915-1981) pesquisou o curso do desenvolvimento da raça e foi o primeiro estudioso dos EUA a fazer um trabalho de campo na África, intitulado, *The Labour Problem in Africa*, de 1929. (VITALIS, 2015).

apresentavam preconceitos e estereótipos em relação a minorias raciais. Blatt examina como essas visões influenciaram o desenvolvimento da disciplina, incluindo sua abordagem metodológica, seu currículo e a forma como as questões raciais foram tratadas na pesquisa política. A autora também analisa as lutas dos estudantes e acadêmicos negros para incluir perspectivas raciais na Ciência Política americana e para superar as barreiras impostas pela discriminação racial. A acadêmica e pesquisadora destaca como a luta pela inclusão racial tem sido central para a formação da ciência política americana e como os debates atuais sobre raça e política continuam a influenciar a disciplina. No geral, Jessica Blatt oferece uma perspectiva crítica e provocadora sobre a história da ciência política americana e como ela tem lidado com questões raciais.

Nas RI, é preciso resgatar novamente o papel da administração colonial e de como ela definiu as bases institucionais do campo. Conforme observamos em Long e Schmidt (2005), império e raça estavam no centro dos escritos liberais na virada do século XIX, de forma implícita, Reinsch, Hobson e outros observaram o mundo dividido em castas: civilizados/não civilizados, povos avançados/povos atrasados, cis-caucasianos/negros, asiáticos e indígenas. Preocupados em não mostrar uma linguagem claramente racista, historiadores e teóricos das RI simplesmente contaram a história com uma parte fundamental (sobre o império) recortada. Vitalis (2005; 2015), desta forma, procura desfazer esse erro histórico mostrando como a base filosófica dos primeiros escritores de RI (os primeiros liberais que analisaram a política internacional) estava firmada em um tipo de *darwinismo* conservador e reformista. Foram as teorias evolucionistas responsáveis pelos primeiros estímulos para os cientistas políticos da época institucionalizarem o campo das RI, uma institucionalização a serviço de princípio hierárquico, uma hierarquia baseada na raça, no domínio da supremacia branca, no racismo como organizador do sistema de nações. A hierarquia do campo e da práxis das não resulta do acesso às tecnologias (meios de comunicação, transporte, etc.), como defendem as correntes liberais do campo, mas é fruto do recorte da racialização das relações sociais, econômicas e políticas.

O interesse pelo tema colonial tomou conta dos principais encontros anuais das associações de Ciência Política dos Estados Unidos. O crescente movimento caminhava *pari passu* à política externa norte-americana engajada em um novo tipo de imperialismo em meados do século XIX, desde a guerra Hispano-Americana, e a invasão de Cuba, até a

ocupação das Filipinas. O expansionismo imperialista norte-americano exacerbava a questão racial, sublinhava um nacionalismo imperial voltado à luta pela supremacia da branquitude. É diante desse contexto que a disciplina de RI começa a ser desenhada dentro dos departamentos de Ciência Política. RI nasceu como o braço científico do imperialismo, tal braço científico tinha forte lastro no *darwinismo* social, deste modo, no racismo. No âmago do imperialismo, era facilmente perceptível a noção reificada da inferioridade dos povos negros (asiáticos e indígenas) e nisto a justificativa perfeita para a intervenção externa, uma política externa ostensiva capaz de governar os “incapazes” e evitar a “anarquia nas colônias”.

Nos primeiros congressos, que já tinha a presença de Du Bois combatendo o racismo científico e a supremacia branca, a teoria da superioridade racial branca aparecia, conforme nos aponta Vitalis (2015, p. 31), de três formas: (1) a adaptabilidade dos brancos, (2) a autossuficiência e a (3) educação⁶². A ideia de que a raça branca era inerentemente superior foi meticulosamente desenvolvida por brancos e intelectuais de elite para justificar a brutal dominação branca. Essa ideologia surgiu no final do século XIX, em um contexto de expansão colonial e imperialismo, quando as potências europeias estavam em busca de justificativas para conquistar e controlar territórios e povos considerados "inferiores". A teoria da superioridade racial foi usada para justificar a dominação dos povos colonizados, bem como a negação dos seus direitos e a exploração dos seus recursos. No século XX, “as estruturas da supremacia branca e as ideologias associadas se espalharam pelo mundo, atingindo a África, a Ásia, a América do Sul, o Caribe e os Estados Unidos” (MORRIS, 2022, p. 4-5). Muito dessa noção de superioridade estava no orgulho de sangue, isto é, na noção de não mistura entre as raças, a aversão ao hibridismo (oposição à colonização ibérica). O norte (desenvolvido), mais do que o sul dos Estados Unidos (agrário), cuja população negra era mais presente e sofria todo tipo de violência dos brancos, era tido como exemplo da supremacia da raça branca⁶³. Para Du Bois (2021 [1905]), o sul era justamente o exemplo de como o encontro entre as raças poderia ser problemático. O afastamento das “raças atrasadas” era garantia de sucesso da supremacia branca e uma evidência científica da sua superioridade.

⁶² Esses três fatores só foram possíveis com a implementação da escravidão e não o contrário. A autossuficiente, a adaptabilidade e a educação superior só foram possíveis a partir do domínio colonial e racial.

⁶³ O resultado mais direto da política de superioridade racial foi o nazismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a teoria da superioridade racial foi levada ao extremo pelo regime nazista da Alemanha, que pregava a superioridade da “raça ariana” e a eliminação dos “indesejáveis”, incluindo judeus, homossexuais, ciganos e outras minorias étnicas e religiosas. Desde então, a teoria da superioridade racial é amplamente rejeitada pela comunidade internacional e é considerada uma forma de discriminação e intolerância.

Deriva dessas preposições o caráter anti-imigratório dos países ocidentais, segundo Vitalis (2015, p. 31) muito dependia, então, de “enfrentar o desafio que a imigração representava para a supremacia branca. O homem branco “teria um papel brilhante e protagonista no palco da história” por causa de sua capacidade e eficiência, instituições gratuitas e educação universal”.

É a partir do combate à teoria da superioridade da branquitude, segundo o qual o resultado moldava as ciências sociais no início do século XX, e mais especificamente as RI, que Du Bois (1925; 2021 [1905]) constatou que as Relações Internacionais eram, em verdade, relações hierárquicas alimentada por uma ciência amplamente racista⁶⁴. Henderson (2017, p. 3) afirmou que “os primeiros trabalhos do campo estavam sustentados no *darwinismo* social, ou na supremacia branca sobre os povos negros, baseado na dominação, na escravidão, no colonialismo e no genocídio”. Para a ciência estabelecida, a noção de igualdade racial era impossível de ser alcançada e a procura por tal igualdade levaria a conflitos internos. Por outro lado, se a inferioridade do povo negro era um fato, e a sua subordinação à raça branca inevitável, nesta perspectiva, era preciso políticas para a redução dos conflitos a fim de evitar o que chamavam de iminente “guerra racial”⁶⁵, a melhoria da vida econômica e social dos povos negros, mas ditadas pela supremacia branca - uma democracia impossível de ser efetivada num contexto de *Jim Crow*⁶⁶.

No contexto de construção dos impérios, tornava-se mais consensual a ideia de que os recursos públicos globais não podiam ser administrados por “raças inferiores”. Nesse sentido, a administração colonial teria papel relevante nas RI do início do século, qual seja, governar os “ingovernáveis”, justificando, pois, possíveis intervenções com a ideia de progresso da humanidade. Conforme Vitalis (2015), Franklin Giddings (1855–1931)⁶⁷ foi um dos

⁶⁴ Nos próximos capítulos vamos desenvolver de forma mais profunda o pensamento de Du Bois sobre hierarquia internacional e como o intelectual negro colaborou de forma fundamental para a teoria das RI.

⁶⁵ O termo “guerra racial” ainda faz parte do imaginário da supremacia branca, ler sobre em: MILLER, Michael. ‘The War of Races’: How a hateful ideology echoes through American history. **Washington Post**. Washington, 27 dez, 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2019/12/27/war-races-how-hateful-ideology-echoes-through-american-history/>>. Acesso em: abril. 2021.

⁶⁶ Jim Crow eram leis estaduais e locais que reforçavam a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Todas essas leis foram aprovadas por legislaturas estaduais controladas, majoritariamente, pelos democratas na virada do século XIX para o XX, em um período pós-abolição da escravidão nos Estados Unidos.

⁶⁷ Um panorama geral da sua sociologia e a defesa da raça em um viés próximo a seleção natural, ver em: NORTHCOTT, Clarence H. “The Sociological Theories of Franklin H. Giddings.” **American Journal of Sociology**, vol. 24, no. 1, 1918, pp. 1–23. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2763583>. Accessed Jan. 2021.

principais defensores da expansão do comércio a partir da obtenção de novas possessões tropicais. Giddings foi severamente criticado por Du Bois e por John Burgess⁶⁸, este um dos maiores críticos do novo imperialismo:

Burgess alertou sobre as responsabilidades de estabelecer um protetorado e sobre os custos excessivos de mobilizar o exército necessário para isso. “Grande perspectiva, muitos escritórios, muitos contratos com o governo, grandes lucros, abundância de trabalho, preços altos e infinitas sensações. Mas tudo deve ser pago no final em montanhas de tesouro, certamente, e em rios de sangue e provavelmente séculos de miséria (VITALIS, 2015, p. 37)

Franklin Giddings defendeu a expansão do comércio através da obtenção de novas possessões tropicais, como as Filipinas, durante o período de imperialismo americano no final do século XIX e início do século XX. Ele acreditava que a expansão territorial era essencial para a segurança econômica e política dos Estados Unidos. No entanto, suas opiniões foram criticadas por muitos outros intelectuais da época, incluindo Du Bois e John Burgess. Du Bois, em particular, criticou Giddings por apoiar a expansão imperialista, argumentando que isso seria prejudicial aos povos colonizados e às suas culturas. Burgess, por outro lado, criticou Giddings por sua visão de que a expansão imperialista era uma necessidade para a sobrevivência nacional, argumentando que a nação americana poderia prosperar sem recorrer ao imperialismo.

Na crítica do nascimento da Ciência Política, Jessica Blatt (2018, p. 3) nos recorda que “foram os anglo-saxões que criaram e puderam desfrutar das instituições democráticas. Foram também eles que levaram adiante o potencial da civilização”. Quanto ao resto, alguns poderiam eventualmente ser assimilados, mas a maioria era mais adequada ao autoritarismo (doméstico) ou à dominação colonial (externa). Cientistas políticos avessos ao novo imperialismo viam na constituição norte-americana o escape para evitar o expansionismo da política externa do país, entre eles, Burgess. Vitalis (2015, p. 39) considerou um equívoco de Burgess a crença na suprema corte pra combater o imperialismo americano:

[a] Suprema Corte decidiu de outra forma em uma série de casos que estabeleceram o princípio de um conjunto de regras para povos civilizados em territórios incorporados e outro conjunto de regras para os não civilizados em territórios não incorporados; isto é, um sistema de desigualdade política e hierarquia.

Na prática, mantinha-se um sistema que subjugava os povos negros, naquela altura referendado pela suprema corte norte-americana. O que se evidenciava era a construção de

⁶⁸ Ler mais sobre Burgess em: BURGESS, John. **The reminiscences of an American scholar**. New York: Columbia University Press, 1934.

império baseado na lei, um sistema de hierarquia que validava o racismo no seio da mais antiga democracia moderna. No cerne da Ciência Política, já amplamente institucionalizada, o estilo combativo de Burgess estava sendo substituído pela nova academia de Ciência Política, especialmente na figura de Woodrow Wilson, o qual sinalizou o que:

em breve se tornaria uma crítica generalizada ao modo de ciência política de Burgess. Wilson e estudiosos de mentalidade semelhante, como Henry Jones Ford, Albert Shaw, Frank Goodnow e outros que buscavam profissionalizar ainda mais a disciplina no início do século XX, acharam a ciência política ao estilo de Burgess legalista e desvinculada de qualquer fundamento empírico (BLATT, 2018, p. 36).

A formação da Ciência Política e, por associação, as RI, se deu a partir da afirmação de uma política imperial além-fronteira, sendo assim, já não era mais possível separar o projeto imperial da questão hierárquica e racial, mais especificamente separar RI de relações raciais e de imperialismo. No âmbito doméstico, a *Jim Crow* tratava de segregar os negros no Sul, enquanto isso, do ponto de vista externo, a política norte-americana globalizava os conflitos raciais (VITALIS, 2015). Esse movimento da supremacia branca estava ancorado na ciência da administração colonial e no seu rápido avanço nas reuniões da APSA. O avanço do imperialismo a partir da Conferência de Berlim, 1884, se deu quando líderes brancos da Europa e dos Estados Unidos se organizaram coletivamente para assumir o controle do continente africano, e assim, a construção do império atingiu seu apogeu. Esse esforço foi extremamente bem-sucedido: apenas a Etiópia e a Libéria escaparam da colonização europeia. O avanço do imperialismo no século XX se deu lado a lado à disciplina colonial, os primeiros passos do campo das RI:

A agenda da primeira reunião anual da APSA, realizada em conjunto com a reunião anual da AEA, foi esmagadoramente entregue aos problemas colocados pelo imperialismo, o que não é surpreendente tendo em conta os acontecimentos dos primeiros anos do século. Os Estados Unidos travaram uma guerra curta com a Espanha e outra mais longa de conquista nas Filipinas. A Grã-Bretanha travou uma segunda guerra com as repúblicas bóeres em 1898–1902. Em 1904, o ano da convenção, a Rússia lutou contra o império rival japonês na Manchúria e na Coreia (VITALIS, 2015, p. 44)

Os liberais, entre eles Reinsch, estavam convictos de que as RI e, à vista disso, o imperialismo, podia ser espelhado por uma ciência enraizada em questões biológicas de recorte *darwinista*. A ideia era que a competição entre as nações era uma extensão da luta pela sobrevivência na natureza, e a conquista de novos territórios era uma forma de expandir a influência e o poder de uma nação. O sistema internacional, dominado pela corrida imperialista das potências europeia e a nova potência do continente americano, reproduzia

uma ideia de “hierarquia natural”, não dos mais adaptados, mas dos mais fortes (uma distorção da teoria da seleção natural). As dicotomias que mais tarde seriam parte do ferramental teórico das RI como, por exemplo, anarquia internacional (civilizados/selvagens) estavam no escopo da política imperial, mas igualmente central no fazer ciência sociais daquele período. Além disso, Reinsch e Hobson insistiam no argumento de que as raças não brancas eram inferiores biologicamente, por isso necessitavam de intervenção civilizatória, reforçando a hipótese de Long e Schmidt (2015) de um “liberalismo paternalista”. Segundo Vitalis (2015, p. 50), Reinsch defendeu o governo indireto em territórios do continente africano e Hobson, ao usar a ideia de raça infantil, estabeleceu o nível “mais elevado da teorização das ciências sociais, em vez de inexperiência ou ignorância”. A ideia de desenvolvimento mental infantil dos negros persistiu nas ciências sociais, mas já no início do século XX biólogos desmoronavam o racismo insistente nesse tipo de análise. Nesta altura, os avançados estudos de genéticas, todos impulsionados pelo *mendelismo*⁶⁹, particularmente, na sociologia, o combate de Du Bois ao racismo e à hierarquia das RI sublinhou um campo da intelectualidade negra lutando contra o racismo no sistema interestatal altamente hierarquizado.

Em um contexto de crescente tensão, restava aos novos internacionalistas buscar engenharias institucionais⁷⁰ que fossem capazes de criar alguma harmonia entre Ocidente e Oriente, entre atlântico e pacífico, brancos e negros. Borbulharam institutos, como nos mostrou Vitalis (2015), que tinham como agenda a colonização e a guerra racial. O Instituto de Política de Williamstown, de 1921, serviu de exemplo para o Instituto de Relações do Pacífico, este último reconhecido como a primeira escola de relações exteriores dos Estados Unidos. Já o Williamstown, voltava-se para os crescentes interesses dos Estados Unidos em “países atrasados”, Instituto reuniu importantes teóricos políticos americanos e europeus da época, incluindo Carl Schmitt, Walter Lippmann, John Dewey, Harold Laski e Reinhold Niebuhr. A conferência marcou uma importante contribuição para a consolidação da disciplina

⁶⁹ O mendelismo é a teoria científica desenvolvida por Gregor Mendel, que é considerado o pai da genética moderna. Ele descobriu as leis básicas da hereditariedade, após experimentos com ervilhas, que permitiram a compreensão do processo de transmissão de características de geração em geração. A teoria do mendelismo propõe que as características hereditárias são determinadas por fatores hereditários chamados genes, que são transmitidos de pais para filhos de acordo com regras precisas e previsíveis. A partir dessas descobertas, foi possível avançar no entendimento da genética e da evolução das espécies.

⁷⁰ A primeira revista de RI foi a *Journal of Race Development* (1910). Mais tarde a revista se tornaria amplamente conhecida no campo de RI pelo nome *Foreign Affairs*.

de ciência política nos Estados Unidos, uma vez que muitos dos participantes tornaram-se líderes no campo e contribuíram para o desenvolvimento da disciplina nas décadas seguintes. Segundo Vitalis (2015, p. 75) “o imperialismo econômico tratado mais do que qualquer outro assunto no instituto Williamstown e as consequências de “nações brancas” enviarem “seu capital excedente e especialistas em engenharia, científicos, comerciais e bancários nas regiões povoadas pelas raças negras”.

Das conferências da Williamstown saíram as mais severas críticas ao internacionalismo liberal que replicava na prática o sistema de opressão doméstico sobre o povo negro. O artigo 22⁷¹ do pacto das Liga das Nações consagrava o princípio de tutela e os mandatos⁷² por classes evidenciaram como o imperialismo agiria na forma de organizações internacionais. Nos territórios africanos, diferentemente dos territórios europeus, era impossível imaginar a aplicação qualquer conceito de autodeterminação (VITALIS, 2015). A hierarquia racial foi afirmada como uma estrutura organizacional da recém-formada Liga das Nações. Arthur Balfour⁷³ expressou a visão dominante da raça na ordem internacional, argumentando que “era verdade em certo sentido que todos os homens de uma nação em particular foram criados iguais; mas não que um homem na África Central foi criado igual a um europeu” (apud. GETACHEW, 2019, p. 22). Enquanto a Europa reivindicava seu papel de domínio global da raça branca, o Japão procurava lançar as bases para uma cláusula de igualdade racial na Conferência de Versalhes (1919), com a esperança de que fosse incluída no Concílio da Liga das Nações. No entanto, esta cláusula foi rejeitada e a hierarquia racial foi estabelecida como a estrutura organizacional da recém-formada Liga das Nações. Ficava estabelecido, agora formalmente na Liga, que os países não ocidentais, em vista disso, não brancos, não tinham os pré-requisitos para o autogoverno⁷⁴.

71 A assinatura do Tratado de Versalhes em 1919 oficializava o colonialismo como política internacional e institucional. Na íntegra o Art.22: “Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão”. (Liga das Nações, 1919). Ver em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>>.

72 Ibid.

73 Representante da Grã-Bretanha na conferência de Versalhes.

74 A noção de “incapacidade de autonomia” foi desenhada por Jan Smuts, o homem de Estado da África do sul. O arquiteto do *apartheid* influenciou Woodrow Wilson que, por sua vez, influenciou a carta da Liga das Nações (GETACHEW, 2019).

Os argumentos a favor de um novo campo interdisciplinar chamado RI eram, ao contrário, ousados, claros e, em retrospecto, óbvios. Uma nova ordem mundial de imperialismo nacional emergiu, produzindo novos problemas administrativos políticos e práticos urgentes para o Estado, o qual buscava financiadores para estudos e soluções científicas. Buell (1925) cunhou o termo “interdependência” complexa para caracterizar essa nova ordem entre as raças naturais e históricas. As abordagens tradicionais da história política, teoria e direito internacional não podiam reconhecer e muito menos resolver os problemas introduzidos por esta nova forma de imperialismo. O principal desses problemas dizia respeito ao progresso racial e de como melhor ajudar o progresso dos subdesenvolvidos: “novas formas de especialização, combinadas e interdisciplinares eram, portanto, necessárias, principalmente as ciências sociais da geografia, eugenia, antropologia, história contemporânea ou ciência política, administração colonial e assim por diante”. (VITALIS, 2005, p. 172).

A Primeira Guerra Mundial foi a materialização de como a tríade perfeita (RI, imperialismo e raça) estava em pleno funcionamento. O que surge deste conflito é o florescimento do militarismo na esteira da corrida imperial por novos mercados, novos territórios e novas almas. O sistema internacional hierarquizado racialmente entrava em colapso e a supremacia branca travava uma luta capitalista:

Em *African Roots of War* (1915), de Du Bois, que apareceu em forma revisada como “Hands of Ethiopia” em *Darkwater* (1920), onde ele se volta seriamente para o estudo do sistema mundial. Apareceu dois anos antes do *Imperialismo de Lenin: o Mais Alto Estágio do Capitalismo* (Lewis 1993:503-504). (VITALIS 2005, p. 172)

O internacionalismo do início do século XX foi atravessado pela questão racial, os primeiros estudiosos da Ciência Política e das RI se debruçaram para justificar a opressão de povos cis-caucasianos, o imperialismo reproduzia a lógica racial e, por consequência, a tríade perfeita RI, imperialismo e Raça caminhava tranquilamente sem que a história da disciplina fosse revista ao longo de quase todo o século XX. A nova historiografia está cumprindo o papel de buscar as primeiras fontes de RI, demonstrando que seu nascimento estava muito mais ligado à administração colonial do que a uma ruptura pós-guerra, como sugeriu os cânones disciplinares. Não obstante, a nova historiografia ainda tem um longo caminho a percorrer quando o assunto é racismo e RI. Na seção seguinte, vamos destacar brevemente o papel de Du Bois na luta anti-racial e como o intelectual negro foi assertivo ao apostar no que chamo tríade perfeita: a combinação do internacionalismo com o imperialismo em um contexto histórico hierárquico e racializado.

3.4 Relações Internacionais, Imperialismo e Raça: a tríade perfeita

A questão racial não esteve presente nos primeiros debates sobre política internacional, apesar de imperialismo ser sinônimo de internacionalismo, raça permaneceu apagada dos estudos de RI na virada do século. Os liberais com ideais iluministas viam a expansão territorial, a universalização da moral branca como algo positivo e desejável, ao mesmo tempo em que não observavam nenhum tipo de hierarquia no sistema internacional e, portanto, viam a questão racial como um problema de ordem puramente moral e doméstica. Apesar de raça não aparece nas características definidoras das nações nessas primeiras análises, ela desempenhou papel significativo no projeto imperialista, nas últimas décadas a nova historiografia da disciplina tem resgatado não só este papel (raça e racismo) no nascimento da disciplina como, igualmente, o trabalho dos intelectuais negros que se debruçaram sobre as RI.

Interessa nesta seção demonstrar como as ideias raciais moldaram o pensamento político, mais especificamente, como Du Bois (2021 [1905]) antecipou os problemas das RI do século XX. Além da celebre frase de que o “problema do século XX é o problema da linha de cor”, o autor estava muito preocupado em como o mundo estava encolhendo as distâncias e como essa aproximação (globalização) entre os povos brancos e os povos negros, em particular, traria problemas para o futuro (BLATT, 2018). Em um dos mais famosos discursos, na oportunidade da Primeira Conferência Pan-Africana⁷⁵, de 1900, o intelectual negro desafiou a plateia mostrando a questão moral na relação racial e indagando: como vamos explicar que metade da população planetária não terá os mesmos privilégios que a civilização branca? Du Bois, a partir de então, se torna um dos maiores nomes na luta antirracista e o principal intelectual do movimento pan-africanista que se fortaleceria ao longo da primeira metade do século XX.

Du Bois (1915), alheio aos cânones da disciplina das RI, denunciou a corrida imperialista como a causa da Primeira Guerra Mundial. Mais especificamente, o intelectual negro apontou que as raízes da guerra estava no continente africano. Antes dele, Locke foi o primeiro afro-americano a argumentar que o imperialismo causou a guerra no entanto, o ponto

⁷⁵ Ver mais sobre o Primeiro Congresso Pan-Africano em: HOOKER, J. R. The Pan-African Conference 1900. *Transition*, 46, 20–24, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2934952>. Acesso em: set 2020.

mais importante de Locke foi que a guerra arruinou a razão ideológica do imperialismo, ou seja, que o imperialismo era necessário porque trouxe uma civilização anglo-saxônica moralmente superior.. aos povos "bárbaros". A guerra provou que os europeus eram tão bárbaros, senão mais, do que aqueles que haviam colonizado. Em vez de uma história de progresso ilimitado, como alegavam os darwinistas sociais, a história do imperialismo anglo-saxão era agora desvendada pelo que era: uma busca gananciosa por riqueza e poder. Nenhuma nação européia poder mais reivindicar o direito divino de governar, e negros não deviam mais lealdade ao Ocidente por sua suposta superioridade moral e cultural (STEWART, 1992, p. XI).

Para Du Bois (1915), a corrida pelos bens no continente africano tornou a Europa um ambiente de extrema competição capitalista. Depois de Bélgica, França e Reino Unido dividirem a África entre si, foi a vez da Alemanha buscar o mesmo *status* dos seus vizinhos. Segundo Du Bois (1915, n.p), “a África é a causa principal dessa terrível reviravolta da civilização que vivemos para ver; e essas palavras procuram mostrar como no continente negro estão escondidas as raízes, não apenas da guerra hoje, mas da ameaça de guerras amanhã.” Du Bois faz o caminho inverso dos primeiros analistas de RI, seu interesse estava em demonstrar como a causa da Primeira Guerra tinha fortes raízes no racismo e, por isso, estava inserida no que ele chamou de o século da linha de cor:

O problema do século XX é o problema da linha da cor - a relação entre as raças mais escuras e mais claras dos homens na Ásia e na África, na América e nas ilhas do mar. Foi uma fase desse problema que causou a Guerra Civil; e por mais que aqueles que marcharam para o Sul e o Norte em 1861 possam ter se fixado nos pontos técnicos, de união e autonomia local como um shibboleth, todos sabiam, como sabemos, que a questão da escravidão dos negros era a verdadeira causa do conflito (DU BOIS, 2021 [1903], p. 15).

A África sempre foi alvo dos brancos europeus, desde os milhões de escravos no tráfico em direção ao império britânico, os seguidos saques até os “tratados mentirosos, rios de rum, assassinatos, mutilação, estupro e tortura marcaram o progresso de ingleses, alemães, franceses e belgas no continente negro” (DU BOIS, 1915, n.p). O processo de remoção foi brutal também entre índios rebeldes: assassinatos, campos agrícolas confiscados, casas incendiadas e túmulos roubados. Os colonos britânicos obtiveram o controle total das terras indígenas pertencentes aos nativos americanos e desenvolveram o que se tornou os Estados Unidos, uma joia da coroa da modernidade (MORRIS, 2022). Foram milhões do que Du Bois chamou de “almas negras” cujo resultado foi um estado completo de desamparo, miséria e

violência no continente africano. Du Bois (1915) está recontando a história do passado, mas pensando no resultado do presente: a Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a cor se tornou “sinônimo de inferioridade” e o continente africano um nome para a “bestialidade e barbárie”. O projeto imperialista se materializava nas raízes africanas da guerra. Segundo o autor (1915, n.p)

A presente guerra mundial é, então, o resultado dos ciúmes engendrados pelo recente surgimento de associações nacionais armadas de trabalho e capital cujo objetivo é a exploração das riquezas do mundo, principalmente fora do círculo europeu das nações. Essas associações, ficando com ciúmes e suspeitas da divisão dos espólios do império comercial, estão lutando para aumentar suas respectivas participações; procuram expansão, não na Europa, mas na Ásia e, particularmente, na África.

Du Bois (1915) estimulou observarmos o continente africano não só do ponto de vista da exploração da riqueza, da luta capitalista, dos monopólios e da classe trabalhadora branca, que sem dúvida tinham relevância *sui generes*, especialmente a exploração no vale do Congo. A causa da guerra, nesse contexto, era mais profunda, estava relacionada ao projeto da supremacia da branquitude, supremacia da raça branca, em prejuízo de outras raças. O imperialismo movimentava a indústria da guerra, em suas palavras: “a causa mais profunda” e, continua, “a Guerra Franco-Prussiana desviou da Europa os olhos daqueles que buscavam o poder e o domínio. A Inglaterra já estava na África, limpando os escombros do comércio de escravos e tateando semi-conscientemente em direção ao novo imperialismo.” França, Portugal, Alemanha, Itália e Bélgica olhavam para o continente africano como uma oportunidade de se expandir territorial e moralmente, além de “mergulhar de mãos sujas na riqueza da nação”. A exploração externa foi a solução, segundo Du Bois (1915), encontrada para manutenção da riqueza doméstica do projeto supremacista branco, a garantia do estado de bem-estar social europeu. Explorar os mais fracos, explorar a riqueza em terras estrangeiras significava a *práxis* do internacionalismo do início do século XX, o imperialismo que o campo das RI fez questão de não invocar nos seus principais manuais de história e teoria da disciplina. No entanto, Du Bois (1915) estava convicto de que o imperialismo era um projeto contra os povos da África e da Ásia e as guerras, anexações e fatiamento dos Estados não ocidentais materializava a análise de Du Bois sobre as RI nas primeiras décadas do século. O imperialismo, observado pelo intelectual negro, contava com, de um lado, monopólios industriais e comerciais, e, de outro, os trabalhadores brancos. Segundo Du Bois (1915, n.p)

o trabalhador branco foi convidado a dividir o espólio de explorar ‘chinks e niggers’. Não é mais simplesmente o príncipe comerciante, ou o monopólio aristocrático, ou mesmo a classe empregadora, que explora o mundo: é a nação; uma nova nação democrática composta de capital e trabalho unidos.

Na virada do século XIX, quase todas as terras africanas estavam sob controle europeu, e a construção de impérios por meio da colonização tornou-se fundamental para o processo de modernização. Adebajo Adekeye (2010, p. 16) observa como as terras africanas foram literalmente fatiadas pelos Europeus a partir da Conferência de Berlim de 1884:

“Berlim havia disparado o tiro de partida para a partição imperial e, nas próximas duas décadas, quase toda a massa terrestre da África seria dividida entre as potências européias. Justificando essa dominação, a ideologia branca proclamava que os africanos mereciam servir aos brancos porque eram incivilizados.”

No contexto doméstico, a coalizão nacional democrática permitiu o avanço do imperialismo em busca de riqueza nas novas colônias. A riqueza que sustentou um aumento extraordinário na qualidade de vida dos povos brancos vinha especialmente das nações “mais sombrias”, da “Ásia e África, América do Sul e Central, Índias Ocidentais e as ilhas dos mares do sul” (DU BOIS, 1915, n.p). O domínio econômico do continente africano, a luta pelas suas riquezas ancoradas na ideia de que estes povos (“não civilizados”) eram incapazes de se autogovernarem resultou na atenção total dos imperialistas no continente, na criação da disciplina voltara para a administração das colonial, o berço das RI que conhecemos hoje. A primeira guerra total foi o estopim da tríade que acompanhou os primeiros anos do século XX: RI, império e raça. A democracia e as instituições jurídicas-democráticas não foram ferramentas relevantes na tentativa de criar freios e contra-pesos contra o avanço dos impérios, pelo contrário, os ideais universais democracia liberal e instituições internacionais estavam restrito ao povo branco, negros, asiáticos e povos indígenas (os não caucasianos) não usufruíam nem dos ideais democráticos, tampouco dos benefícios adquiridos por esses regimes. Restava aos povos não brancos as rebarbas do sistema: crises econômicas, guerras violentas e conflitos de cunho ideológico. Mais tarde, em *World of Colors* (1925), Du Bois, fazendo uma análise comparada dos impérios, concluiu que nesses Estados, tais quais, Inglaterra, França, Portugal e Bélgica, o que prevalecia nos seus domínios domésticos era uma democracia (ainda que não universalizada), ou seja, o império convivia bem com a democracia, ao passo que em territórios externos, nas suas possessões, a face democrática se transformava em autocracia, uma política de violência severa nas colônias. Uma democracia

frágil, sem uma inclusão plural dificultava a luta pela paz e, por conseguinte, a emancipação dos povos negros. Por isso, Du Bois (1915; 2021) apostava na educação como o único caminho para o desenvolvimento humano⁷⁶. E, mais do que isso, acabar com o racismo seria acabar com o imperialismo e a exploração dos povos negros. As RI eram moldadas pela linha de cor, nesse sentido, era impossível pensar racismo sem pensar nas estruturas de poder no âmbito das RI, pois na área externa se reproduzia toda violência, exclusão e exploração que os povos negros sofriam nos ambientes domésticos.

O trabalho de Du Bois é primordial para entendermos como as RI se organizavam (e se organizam) e como a famigerada ordem internacional foi pautada por uma hierarquia de raça e, igualmente importante, como a ortodoxia disciplinar obstruiu esses discursos, relegando os intelectuais negros e a importância da raça nas RI ao esquecimento voluntário (KRISHNA, 2001; THOMPSON, 2013). O que na década de 1970 ficou conhecido como a abertura para novos temas nas RI, uma óbvia contribuição dos institucionalistas que procuravam fugir da centralidade do Estado como ator unitário (ROSENAU, 1970; WALTZ, 1971) no quadro teórico do campo, Du Bois (1903; 1915; 1925) já estava produzindo análises nessa direção quase 70 anos antes, demonstrando como o racismo era a principal variável da política internacional, investigando o que acontecia dentro da caixa preta⁷⁷, de olho nas lutas raciais internas, no patriarcado, nos impérios capitalistas e no “preconceito de cor”, sem deixar de se ater ao caráter global dessas questões.

Basicamente, quem está tratando de inverter a lógica da identidade do campo contada pelo *mainstream* de cientistas políticos brancos é justamente pesquisadores interessados na fim da manutenção da cegueira racial (VITALIS, 2015). A tríade RI, imperialismo e raça é a marca principal do nascimento da disciplina em questão, o papel dos intelectuais negros é fundamental para recontar a história do nascimento do campo das RI. Ainda que a hegemonia do pensamento branco persista em apagar a importância do tema raça nas RI, o incômodo da descoberta que a disciplina não tem uma história linear e tão virtuosa quanto se conta nos manuais precisa ser levado às últimas consequências. No capítulo presente, foi possível

⁷⁶ Sobre a ideia de educação em Du Bois, ler: LAUREN A. Wendling. Higher Education as a Means of Communal Uplift: The Educational Philosophy of W.E.B. Du Bois. *The Journal of Negro Education*, 87(3), 285–293, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7709/jnegroeducation.87.3.0285>. Acesso em fev. 2020.

⁷⁷ Termo utilizado pelos neorrealistas para se referirem a unidade estatal, indicando que as unidades agem com independência em relação às forças sociais dentro do Estado, não importando, portanto, o que tem dentro dessa “caixa preta”.

observar como o tema internacionalismo e imperialismo caminharam lado a lado nos primeiros passos da disciplina, ainda dentro dos departamentos de Ciência Política. Verificase, ademais, que a institucionalização do campo ocorreu muito antes do entreguerras, o surgimento de associações, conselhos de política externa, revistas dedicadas ao tema raça e imperialismo fervilharam o cenário disciplinar no início do século XX, muito dos intelectuais do período direcionavam suas atenções para o estudo da administração colonial, uma demanda relevante da política externa norte-americana, a qual mesmo antes do início do século XX já colocava em prática uma política imperialista.

Procurou-se evidenciar a presença do fator raça na criação da disciplina. O internacionalismo liberal, sinônimo de imperialismo, procurava firmar seus princípios na universalização da sua cultura ocidental, mais especificamente da supremacia branca. A ideia de supremacia da raça branca encontrava respaldo nos estudos biológicos de cunho racista nas primeiras décadas do século XX, justificando, assim, na razão científica a anexação de territórios, a luta por bens globais, a tutela e a violência contra os povos negros. Du Bois (1915; 1925) foi um dos mais importantes intelectuais negros a se levantar contra o imperialismo, antecipando o racismo como o problema global do século XX e a escravidão como a base do Estado moderno. Outrossim, o autor insistiu em mostrar como as raízes da guerra eram fundamentalmente africanas, a África negra, seus bens e riquezas de povos “incapazes de se auto-governarem” na perspectiva da supremacia branca. Por fim, a tríade perfeita se completa ao concluir que RI, imperialismo e raça fazem parte de um mesmo projeto: o desejo da supremacia branca de engendrar uma ciência capaz de fornecer ferramentas para a manutenção do *status quo*, a conversação dos benefícios e privilégios da branquitude, particularmente, em detrimento dos povos negros, indígenas e asiáticos.

O imperialismo moderno, então, era um novo sistema de exploração, que organizava o poder com base na cor: somente a partir da expansão europeia nos séculos XV e XVI, por meio do comércio de escravos, é que a cor se tornou o principal indicador do status racial no mundo moderno. Além disso, o imperialismo moderno se baseava em teorias raciais para justificar suas práticas: os povos não ocidentais eram definidos como culturalmente inferiores e, portanto, merecedores de conquista e exploração. Nessas circunstâncias, até mesmo os missionários se tornaram ferramentas insidiosas do imperialismo, ao desvalorizarem consciente ou inconscientemente as culturas indígenas e criarem mercados para bens

ocidentais ao trazerem uma religião e cultura cristãs "superiores" para os "nativos". Noções de inferioridade racial, portanto, alimentaram diretamente o desenvolvimento econômico do Ocidente e o subdesenvolvimento dos povos não ocidentais.

4. Internacionalismo Negro: movimentos do atlântico

O problema do século xx é um problema de linha de cor, a relação entre as raças de homens mais claros e mais escuros na Ásia e na África, nas Américas e nas ilhas do mar

Du Bois, 1903

4.1 Introdução: transnacionalismo da negritude

A Howard University School (doravante Howard) está no *hall* das *Historically Black Colleges and Universities* (HBCUs)⁷⁸. No início do século XX, Howard se transformou no principal reduto de professores negros, aqui, especialmente, estamos falando sobre a Howard School of International Relations. O campo das RI de Howard se tornou o mais importante baluarte institucional que abrigava intelectuais negros. A importância da Escola na luta antirracista é de extrema relevância, o quadro de pensadores tinha como ponto de partida investigar e observar as RI do ponto de vista da “linha de cor”, inspirados sobremaneira nos escritos de Du Bois.

Os intelectuais negros de *Howard* caminhavam na contra-mão da ciência tradicional, defendendo que a biologia não explicava as diferenças raciais, mas sim a história e as questões sociais. A luta contra o racismo científico marcou as primeiras décadas do século XX em Howard School e a Escola é parte fundamental da história não contada do nascimento da disciplina de RI (HENRY, 1995). O título da obra de Vitalis (2015) - *White World Order, Black Power Politics* - refere-se justamente às atividades do que o autor nomeia de International Howard School: um núcleo de professores negros associados à Howard University que desafiaram coletivamente as ideias e teorias imperialistas sustentadas pelos cânones das RI. Vitalis (2015) sustenta que Howard School foi praticamente silenciada dentro do financiamento científico dos Estados Unidos. Isso impressiona, considerando que a Escola abrigou estudiosos proeminentes e influentes como Du Bois, e outros importantes intelectuais: Alain LeRoy Locke, Ralph Bunche, Rayford Logan, E. Franklin Frazier, Merze Tate e Eric

⁷⁸As universidades historicamente negras (sigla em inglês: HBCUs) são instituições de ensino superior estabelecidas nos Estados Unidos durante a segregação racial, as quais antecederam a promulgação da Lei dos Direitos Civis de 1964, com a intenção de servir principalmente à comunidade afro-americana. Neste período, os negros tanto os recém formados quanto os que já estavam no caminho profissional da carreira acadêmica tinham suas matrículas ou vagas de empregos vetadas pelas universidades predominantemente brancas de ensino superior. Os afro-americanos eram vetados de frequentar as principais instituições do país e, portanto, buscavam nas HBCUs um meio mais segura de ingressarem na academia.

Williams. No entanto, Howard ficou restrita a alguns pesquisadores da história afro-americana e dos estudos da diáspora africana, quando mais na sub-área do internacionalismo negro.

Nesse contexto, Alain Locke, E. Franklin Frazier, Ralph Bunche, Rayford Logan, Eric Williams e Merze Tate foram figuras emblemáticas tanto do ponto de vista da luta antirracista nos níveis local e global, quanto da relevância para o campo das RI, dado que não só denunciaram a questão da “linha de cor” no âmbito internacional, como criaram condições para se pensar as RI de um ponto de vista hierárquico-racial. Raça, na perspectiva dos intelectuais de Howard, era parte integrante das RI, pensar RI acarreta em analisar a questão central do século XX: o racismo. É nesse sentido que a questão racial era parte constitutiva das RI, o sistema internacional de Estados operando na lógica hierárquica-racial, resultando na conclusão de Charles Mills (2017, p. 109): “as RI foram originalmente baseadas no imperativo de manter a dominação branca global”.

Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais de Howard School of International Relations anteciparam o ativismo político não estatal, fato não observado pelos cânones do campo e que, mais tarde, na década de 1970, apareceria como “novas agendas” e “novos atores não estatais”: ecologia e economia como novas agendas; ONGs, indivíduos, empresas transnacionais, movimentos sociais como atores não estatais. Consequentemente, o que vamos observar neste capítulo é justamente o surgimento do ativismo transnacional a partir da questão racial, da luta contra o racismo, dos movimentos de libertação, do pan-africanismo anticolonial, do movimento cultural no *Harlem* e da influência do pensamento negro no principal órgão não estatal, as Nações Unidas, todos estes temas não figuram nos principais manuais de RI, entram na conta da cegueira racial da disciplina. Esse conjunto de questões fomentado doravante à diáspora negra revela a importância dos movimentos do atlântico para a disciplina das RI. Esse caldo da primeira metade do século XX caracteriza movimentos transnacionais da negritude e indicam um campo amplo de investigação, o qual vamos passar por uma parte dele (que não se esgota nessa investigação).

4.2 A influência da Howard School of International Relations

Durante os anos 1930, Howard foi a casa de diversos pesquisadores negros, não por acaso, a segregação racial atingia todos os campos da vida, incluindo as atividades intelectuais/acadêmicas. Logo, Howard tinha também a importante função institucional de

absorver esses intelectuais negros que se formavam nas principais universidades norte-americanas e que não eram contratados para o quadro de professores e pesquisadores - independente de suas capacidades intelectuais -, um claro recorte racial. A segregação racial acarretava que apenas as HBCUs absorveriam esses intelectuais, independentemente dos seus talentos (HENRY, 1995). Em 1932, Bunche relatou que mais de 80% dos professores de Howard eram graduados e Phd's em *Howard, Atlanta e Fisk*⁷⁹. Apesar da proliferação de processos judiciais, protestos estudantis e iniciativas em busca de oportunidades, o progresso na desagregação da academia tem sido desigual.

À época, muitas instituições predominantemente brancas da elite norte-americana reduziram o número de acadêmicos negros em seu quadro, brancos não queriam afro-americanos em seus departamentos. Os alunos negros não ingressavam em universidades brancas porque havia uma prática de preços impeditiva. Nesse contexto, Howard e Atlanta University se tornaram as maiores produtoras de doutores negros nos Estados Unidos (HENDERSON, 2007; RICH, 2007)⁸⁰. O termo Escola de Howard foi cunhado por Vitalis (2015), a despeito do mesmo acusar que tal rótulo era artificial, já que as ideias que circulavam em Howard não eram para os mesmos fins. No entanto, os pensadores da Escola se destacaram por suas críticas severas às supostas à ciência racial e ao papel que o racismo desempenhou na sustentação do imperialismo, e isso era a linha de pensamento crucial que ligava os mais diferentes intelectuais (VITALIS, 2015).

Como principal abordagem, os intelectuais negros acomodados nos departamentos das HBCUs tinham como primeiro desafio implodir o racismo científico que justificava as relações de abuso, violência e subordinação do branco em relação aos negros. Além disso, em particular em Howard, a supremacia branca era colocada em questão na esteira da Primeira Guerra Mundial e da corrida pelo retalhamento do continente africano. Du Bois, Alain Locke e outros intelectuais negros, acusavam as RI de relações raciais, a reprodução do racismo no âmbito internacional. O discurso da Escola de internacional deixava claro a noção de que o

⁷⁹ Ver mais em: HENRY, Charles P. Abram Harris, E. Franklin Frazier, and Ralph Bunche: The Howard School of Thought on the Problem of Race. *National Political Science Review*, 5, 36–56, 1995. In.: HOLDEN, Matthew. **The Changing Racial Regime**. New York: Routledge. 1995.

⁸⁰ Sobre a dificuldade do ingresso de negros e negras em universidades predominantemente brancas, ver mais em: RICH, Wilbur. (Org). **African American perspectives on political science**. Philadelphia: Temple University Press. 2007.

domínio colonial, o racismo global e o imperialismo eram as forças motrizes das RI, segundo Henderson (2017, p. 5),

as ideias associadas à Escola de Howard da teoria das RI eram aquelas de seus principais pensadores [que] por si só demonstraram um compromisso em compreender e escrever sobre a supremacia mundial branca do ponto de vista de suas vítimas.

Os intelectuais negros de Howard tinham como missão escrever sobre o ponto de vista das vítimas da supremacia branca, e a palavra “vítima” reflete a perseguição e segregação dos negros nas escolas tradicionais de RI do país, além de sofrer toda a sorte de violência com a *Jim Crow* regulando as relações sociais (VITALIS, 2015). Na esteira da luta antirracista, Howard rompeu com o paradigma dominante do pensamento branco que se traduzia na abordagem biológica (e também antropológica) para explicar a questão racial, além disso, novas abordagens surgiam para a busca de soluções do racismo endêmico em outros espaços acadêmicos, entre as quais: a análise comparativa de grupos minoritários de Donald Young, da Escola de Sociologia de Chicago, a sociologia regional de Howard Odum, a antropologia cultural de Melville Herskovits e a abordagem de casta e classe de John Dollard (HENRY, 1995). Em Howard, os jovens da Escola viam a necessidade urgente de romper com as concepções biológicas de raça, concepções estas que varreram a Ciência Política na virada do século. Demonstrar a seriedade da ciência social, de forma geral, era o primeiro passo, e para isso era preciso pensar em novos métodos e epistemologias em três passos: evidências empíricas, métodos quantitativos e pensamento alinhado ao racionalismo (HENRY, 1995). Estava em jogo a necessidade de dar legitimidade à Ciência Política, se aproximando de estudos empíricos e metodologias de pesquisa previamente estabelecidos.

Ralph Bunche (2013 [1936]) foi, nesse caminho, um dos principais intelectuais negros de Howard dedicado a uma abordagem da questão racial mais ampla, universal e menos paroquial. Bunche se especializou em antropologia cultural durante um período de dois anos, com a ajuda de uma bolsa de pesquisa do *Social Science Research Council*. Estudando com três importantes antropólogos do período, Bunche⁸¹ passou a fazer trabalho de campo na África do Sul, África Oriental e Indonésia. Apesar de seu treinamento intensivo, Bunche

⁸¹ Na sua principal obra, *A World View of Race*, de 1936, Bunche faz uma análise de como opera o sistema internacional, preocupado comumente com a questão econômica do negro e o problema de classe social.

rejeitou o funcionalismo de Malinowski⁸², talvez porque seu relativismo moral conflitava com a teoria democrática tão cara aos intelectuais de Howard. Como a maioria dos cientistas políticos americanos, Bunche estava comprometido tanto com a aceitação das técnicas científicas quanto com o apego aos ideais democráticos. A escola funcionalista negaria que a democracia seja necessariamente a melhor forma de governo para todos os grupos em todos os tempos (HENRY, 1995).

Os professores de Howard buscavam lutar contra o racismo na ciência e, conseqüentemente, denunciar o papel que ele desempenhou no imperialismo/RI. A Escola de Howard representou uma clara ruptura com o paradigma biológico do passado, Ralph Bunche, E. Franklin Frazier e Abram Harris negaram que houvesse diferenças biológicas significativas entre as raças, valendo-se de sua formação como cientistas sociais, eles tentaram demonstrar que eram os fatores sociais e econômicos que explicavam as diferenças entre as raças. O estabelecimento de um ambiente antirracista, focado na questão internacional e na crítica ao imperialismo, propiciou um intercâmbio acadêmico bastante rico entre os intelectuais de Howard, os teóricos da libertação e os futuros líderes da África independente e das nações insulares do Caribe⁸³. Essa rica história não foi tratada pelo *mainstream* das RI, nos manuais sobre o nascimento do campo, a história intelectual da disciplina compreende metade do século XX (no mínimo) foi silenciado nos departamentos da disciplina, Howard também não figurou na história ortodoxa do campo. Para Vitalis (2015, p. 13),

nos últimos cinquenta anos, as únicas discussões sérias nas RI de Du Bois, Alain Locke e um punhado de outros teóricos afro-americanos das RI são feitas por um punhado menor de afro-americanos e afro-americanas. Caribenhos que ensinaram RI no início dos anos 1970 o que ensinam hoje. Acontece que a identidade é importante para as práticas mais básicas de criação de disciplinas.

Esse silêncio deliberado se destaca pela ausência de professores, alunos e teóricos negros nas RI. O quadro das universidades preenchido por professores brancos dificultou ainda mais que o campo de estudo fosse reestruturado e contasse a história a partir de ideias não brancas, como fizera a antropologia, sempre trazendo a questão racial e a história a tona. Segundo Vitalis (2015, p. 14),

⁸² Ver mais em: MACEDO, Alzira, T. Funcionalismo. **Vereadas**: revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, vol. 1, nº 2 - p. 71 a 88. 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/R4.pdf>. Acesso em jun. 2020.

⁸³ Foi na Alemanha que Du Bois entendeu a questão racial como um problema global. Ver mais em: José Itzigsohn and Karida L. Brown. **The Sociology of W. E. B. Du Bois**: Racialized Modernity and the Global Color Line. New York: New York University Press. 2020.

Pode ter sido diferente, certamente a divisão entre os estudos afro-americanos e as RI não era tão grande durante a primeira década de manifestações, construção de aquisições e demandas por estudos sobre negros e do “Terceiro Mundo” como é agora. Nos estudos afro-americanos de hoje, cada um dos pensadores da escola de Howard tem um biógrafo e, com exceção de Merze Tate, uma posição importante no panteão revisionista dos “fundadores” do novo campo. Os estudos afro-americanos têm agora o principal fundador Du Bois (da maneira que a sociologia costuma reivindicar Karl Marx como um “fundador”) e seus interlocutores Locke e Frazier, que recebem nomeações secundárias por suas contribuições marcantes para o estudo interdisciplinar da raça. As nomeações póstumas de Bunche e Logan foram adiadas por um tempo. Isso porque Logan, o ex-pan-africanista, foi para o túmulo opondo-se aos estudos negros (e à identidade negra), enquanto Bunche, que sempre rejeitou a identificação racial como base para a organização na arena política, passou a ser visto como um inimigo em vez de um aliado da libertação negra mundial na década de 1960.

Henderson (2017) asseverou o caráter contra-hegemônico dos intelectuais de Howard, em um período em que o racismo científico era a pedra de toque das ciências e dava a base para as RI serem, em verdade, relações raciais, Howard ia na contramão da supremacia branca no campo das RI. Segundo o autor, os pensadores da Escola se destacavam por suas primeiras e implacáveis críticas às supostas verdades da ciência racial e ao papel que o racismo desempenhou na sustentação do imperialismo; eles representam uma contra-rede crítica para as redes dedicadas a atualizar as instituições do domínio colonial que os professores brancos forjaram na era da Liga das Nações. Henderson (2017) observa que Du Bois e seus herdeiros da escola de Howard começavam a insistir na ideia de que a história, não a biologia, explicava a hierarquia, especificamente a história da expansão capitalista colonial e mercantil e do comércio transatlântico de escravos que garantiu o domínio do povo ocidental e a subordinação dos povos africanos, asiáticos e caribenhos, um empenho que vai de encontro ao pensamento liberal da “providência”. Portanto, foram os intelectuais de Howard que desafiaram a hierarquia racial nas Ciências Sociais e suas imbricações na ordem global hierárquica. Os intelectuais de Howard contribuíram para elaboração de um conceito central na escola de RI, qual seja: o racismo como dispositivo de propagação da nova era do imperialismo, o qual Du Bois (1915) discutia as raízes profundas da Primeira Guerra Mundial no continente africano, o expansionismo dos países centrais que o intelectual chamou de imperialismo nacional. Uma das principais premissas da Howard School era que o racismo serviu como dispositivo para o imperialismo, enquanto a maioria dos teóricos brancos das RI se apegavam a aparentes verdades da sociedade sobre dominação e subjugação.

Bunche (2013, p. 471) vocalizava essa crítica ao racismo, argumentando que o imperialismo moderno deu mais impulsão à tendência de rotular os povos humanos como

"superiores" e "inferiores" porque a raça tem sido uma forma conveniente para o imperialista. Durante a conquista do imperialismo A população mundial é arbitrariamente dividida em raças ou povos "avançados" e "atrasados". A propaganda imperialista ensinou o mundo a assumir que algumas pessoas são irremediavelmente atrasadas e incapazes de acompanhar o mundo industrial moderno. Na verdade, eles não medem esforços para fazer essas pessoas pensarem que são atrasadas. Mas essa classificação não é apenas teórica. Foi usado como base para reivindicar conquista e exploração. e dividir-se o mundo em nações dominantes e subordinadas. Portanto, o imperialismo tentou mascarar seus motivos cruelmente egoístas sob subtítulos pomposos. Poderosas nações industrializadas violentar a África sob o pretexto de carregar O fardo do homem branco". A missão particular dos povos governantes tem sido vista como levar a civilização aos povos atrasados da terra; convertê-los à religião cristã e expô-los aos benefícios de uma cultura européia avançada. Uma nova filosofia "moral" foi inventada, segundo a qual alguns povos, sendo atrasados por natureza, poder estar mais ou menos permanentemente sujeitos a povos avançados. Mas porque as pessoas atrasadas muitas vezes hesitam em aceitar essas bênçãos. Eles foram, portanto, forçados a receber essas bênçãos com baionetas. Assim, a Itália está dando os "benefícios da civilização" aos desafortunados etíopes de hoje. No final da conquista, o povo atrasado aprendeu com tristeza que a "bondade" consistia em opressão cruel, a gananciosa exploração econômica dos recursos naturais e humanos de países que já não lhes pertencem.

No início do século, Howard mostrava para quem quisesse ver que “Onde se localizava o internacional no início do século, podia se substituir por raça ou a linha de cor, em outras palavras, o racismo.” (HENDERSON, 2017, p. 6). Os intelectuais da Escola estavam preocupados com outras questões centrais de desenvolvimento racial, imperialismo e descolonização, enquanto isso, os cânones de Ri ignoravam tais questões e focavam no debate inter-paradigmático, o qual pouco ou quase nada falou sobre o racismo. Por exemplo, Vitalis (2015) reconhece que descolonização foi indiscutivelmente a transformação mais significativa do século XX, mas é impossível nomear um único estudioso entre aqueles cânones contemporâneo do campo em questão que tenha abordado a descolonização, ou seja: enquanto os argumentos sobre o imperialismo proliferaram em todo o mundo após 1945, novos financiamentos de pesquisa para o estudo do imperialismo desaparecem, tudo isso em uma disciplina que dez anos antes considerava ser o problema fundamental da ordem

mundial. Vitalis (2015) mostra que os recursos para a pesquisa sobre descolonização diminuíram muito no entreguerras e depois. Por seu turno, Henderson (2017) ressalta que a contribuição da Escola de Howard foi além da questão da denúncia do racismo como estrutura das RI: os intelectuais negros foram os primeiros a elaborarem teorias sobre as RI⁸⁴. Howard apoiou uma rede de pesquisadores, financiando anos de estudos antirracistas e internacionalistas, foram responsáveis pela educação de uma geração de nacionalistas, que Getachew (2019) nomeia de esfera pública afro-americana, entre estudantes e intelectuais africanos e caribenhos, possibilitando o nascimento de um pensamento negro singular sobre as questões internacionais.

A Escola possibilitou os primeiros escritos teóricos do campo de RI de um ponto de vista amplamente não branco e, mais do que isso, de um ponto de vista do sistema internacional antirracista e hierárquico. Henderson (2017) fala do caráter de libertação de Howard School: um movimento político e teórico global em resposta à teoria e prática da supremacia branca que tinha como resultado a violência da guerra. Os pensadores da Escola furaram barreiras dentro do próprio estado norte-americano, superando os problemas da segregação e a hegemonia da branquitude, mas também ultrapassaram as fronteiras internas e levaram as ideias nascidas em Howard para outros continentes. Os intelectuais da Escola se destacaram por uma crítica precoce e implacável das verdades assumidas da ciência racial e do papel do racismo como um defensor do imperialismo, construindo, assim, uma contra rede capaz de criar formas de institucionalização que não dependiam do aval da supremacia branca. Por fim, Howard School foi um movimento transnacional e teórico do pensamento internacionalista negro, contribuindo para a luta anticolonial. As conexões entre os professores de Howard e o mundo internacionalista negro mais amplo proporcionaram aparições a vários outros internacionalistas e ativistas africanos, incluindo Alphaeus Hunton (1903-1970), William Leo Hansberry (1894-1965), George Padmore (1903-1959), St. Clair Drake (1911-1990), Marcus Garvey (1887-1940), C. L. R. James (1901-1989), Kwame

⁸⁴ No capítulo seguinte vamos aprofundar a questão teórica no efervescente pensamento negro de *Howard School*.

Nkrumah (1909-1972) e Paul Robeson (1898-1976)⁸⁵. É neste contexto de forte vigor no transnacionalismo negro que o movimento diaspórico das RI viaja pelo atlântico negro, até se transformar em uma força político-cultural que desembocaria no fortalecimento do movimento anticolonial mais amplo a partir do pan-africanismo.

4.3 Pan-africanismo e mundo pós-colonial: Du Bois e a modernidade

Se no início do século XX as RI eram relações raciais, como apontaram os intelectuais de Howard, o principal movimento que procurava frear o expansionismo imperialista, por conseguinte, o racismo no sistema internacional de Estados, era o pan-africanismo⁸⁶, ou seja, os nacionalistas anticoloniais. A Escola de Howard não foi a única voz do internacionalismo negro, o pan-africanismo emergiu no florescer do século XX a partir da luta de ativistas negros na diáspora africana, o primeiro grande objetivo era a valorização da comunidade negra. Porém, antes mesmo da virada do século, intelectuais ocidentais já construía as bases da primeira geração do movimento (BARBOSA, 2011; 2012). O movimento se pretendia internacionalista, cuja valorização da identidade negra africana e afrodescendente estava no cerne do movimento. Era, portanto, um movimento transnacional e internacionalista do atlântico negro por excelência, e teve nos primeiros congressos um caráter cultural e diaspórico de valorização africana. Em sua segunda fase, por assim dizer, pós-Segunda Guerra Mundial, o Pan-africanismo se volta para a questão política, em outras palavras, se torna um movimento caracterizado pela luta anticolonial e em busca da independência dos povos negros da supremacia branca, um movimento de libertação e autodeterminação

⁸⁵ No entanto, as perspectivas e experiências únicas de mulheres negras como Amy Jacques Garvey (1895-1973), Cooper, Amy Ashwood Garvey (1897-1969), Suzanne Césaire (1915-1966), Eslanda Robeson (1895-1965) e Dorothy Hunton (1889-1984) permanecem à margem da compreensão do internacionalismo tradicional. Isso inclui Jane Nardal (1902-1993) e Paulette Nardal (1896-1985), esta última fez um importante ensaio em 1928 intitulado *Internationalisme Noir*. As redes dessas mulheres geralmente circularam pela Howard School, mas muito pouco fora dela. Ler mais sobre as mulheres na negritude em: BONI, Tanella. “Femmes en négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire”. In: **Rue Descartes, Négritude et philosophie**. Collège International de Philosophie, 2014/4, n.83, p. 62-76. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2014-4-page-62.htm>. Acesso em Jul. 2021.

O pan-africanismo é um movimento político e social que busca a unidade e a solidariedade entre os povos africanos, tanto no continente africano como na diáspora africana ao redor do mundo. Ele surgiu no final do século XIX e início do século XX como uma resposta à opressão colonial e ao racismo sofrido pelos africanos e afrodescendentes. O movimento pan-africanista teve diferentes fases e líderes ao longo do tempo. No início, destacaram-se intelectuais e ativistas como Henry Sylvester Williams, W.E.B. Du Bois e Marcus Garvey, que defendiam a unidade africana e a igualdade dos direitos dos afrodescendentes. Posteriormente, o pan-africanismo foi influenciado por líderes africanos como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba e Julius Nyerere, que buscavam a independência e a unidade do continente africano. O pan-africanismo teve um papel significativo na luta pela independência das colônias africanas e na formação de organizações como a Organização da Unidade Africana (OUA), que mais tarde se transformou na União Africana (UA). O movimento também influenciou a formação de identidades e movimentos de libertação em toda a diáspora africana.

essencialmente (BARBOSA, 2019). É possível, portanto, estabelecer duas frentes amplas do movimento de independência: de um lado, a libertação do imperialismo europeu branco e, de outro, uma confederação de povos negros, um projeto voltado para a integração negra contra o colonialismo externo. É a partir dos resultados da diáspora forçada e da escravidão que o movimento pan-africanista se impulsiona contra as injustiças. E é esse movimento político-internacional que tem no seu escopo o pensamento do intelectual negro Du Bois.

A divisão do trabalho dentro dos Estados Unidos, mas também observada fora, crucial para manter a diferenciação entre brancos e negros, funcionaria também nas RI, na exploração do século XX de colônias estrangeiras na África, Oriente Médio, Pacífico e Ásia. Para escapar ao imperialismo racista, Du Bois sugeriria mais do que o cânone liberal sugeriu, como, por exemplo, imprensa e mercado livres, para o intelectual, só uma coalizão ampla anti-colonial, que mais tarde viria a ser o movimento pan-africanista, seria capaz de salvar os povos negros. O Pan-africanismo, nesse sentido, representaria a paz global e da mesma forma a possibilidade de emancipação em relação a supremacia branca (HENDERSON, 2017). A paz nas mãos dos povos subjugados, pela luta anticolonial, a paz a partir da justiça social, liberdade e prosperidade do povo negro (DU BOIS, [1903] 2021).

O pan-africanismo tinha como objetivo ser uma ferramenta de autossuficiência para os negros, uma contribuição cultural para a humanidade, bem como um berço político na luta contra o colonialismo e o imperialismo. Foi em 1900, no primeiro Congresso Pan-Africano, que Du Bois cunhou a famosa frase “O problema do século XX é o problema da linha de cor.” Nessa formulação, ele vinculou as formas de dominação racial das sociedades pós-escravidão representadas pela linha de core e a *Jim Crow* à nova era de expansão imperial no final do século XIX. No período entreguerras, uma nova geração de internacionalistas negros expandiu a crítica de Du Bois. As fileiras transatlânticas de nacionalistas anticoloniais foram profundamente influenciadas por suas experiências de viagem, estudo no exterior e encontros sobre outros assuntos coloniais. Por meio de circulações literárias, institucionais e políticas, eles ofereceram um repensar da história da escravidão transatlântica, moldaram sua crítica do império como escravidão e influenciaram os primeiros entendimentos do trabalho mundial anticolonial. As primeiras referências acadêmicas de Du Bois à África indicavam claramente seu desejo de colocar os povos africanos no centro da história e o pan-africanismo era a arena ideal para por em prática tal desejo. Du Bois tratou as questões da escravidão, colonialismo e

racismo não apenas como problemas morais, mas centrais para a economia global, racismo como um elemento fundamental e, porque não, fundante das RI. Portanto, o autor procurava se afastar de qualquer conteúdo que tivesse relação com questões morais, as quais poderiam facilmente ser confundidas com vitimização. Sua abordagem voltada para o capitalismo global apontava para um abismo material entre a branquitude e os povos negros (MOSES, 2008). Du Bois defendia o pan-africanismo como um movimento político e cultural o qual a diáspora africana e os povos da África compartilhavam um destino comum e deveriam agir juntos por sua emancipação.

O pan-africanismo é central no pensamento de Du Bois, e aparece nos primeiros escritos do intelectual negro no início do século XX no lugar da África como centro da corrida europeia e a luta pela descolonização. Antes de tudo, o movimento pan-africanista, criado inicialmente fora das fronteiras do continente africano, teve participação fundamental de Du Bois na luta por um mundo e uma ordem internacional antirracistas. No bojo do projeto dos afro-americanos, estava a busca ativa pela emancipação do povo africano, a aquisição finalmente de uma cidadania justa e não subalternizada, bem como autonomia política para os povos negros em um período pós-escravidão (GILROY, 2012). Esse movimento de Du Bois em direção aos problemas da África é o que Gilroy (2012) chamou de mudança de *locus* da modernidade ocidental (Estados Unidos) para a modernidade africana. Inicialmente, Du Bois adotou a ideia de modernidade a partir do conceito de progresso⁸⁷, mas não deixou de ter uma postura ambivalente diante da modernidade, isto é, uma “teoria da modernidade” que tem como perspectiva a visão do negro escravizado. Se Du Bois pode ser acusado de moderno, seu pluralismo negro o coloca na condição de um intelectual que dava voz ao povo silenciado ao longo dos séculos pela escravidão. Gilroy (2019, p. 228) sublinha os limites da modernidade ocidental, no que ele chama de “zigzague” do Atlântico Negro:

As sucessivas fases de luta dos negros no - mas não completamente do - Ocidente têm alargado os limites mesmo daquilo que a modernidade euro-americana delineou como espaço autorizado para a política no interior de suas formações sociais. Ideias convencionais de cidadania moderna às vezes têm sido esticadas de forma a poderem acomodar as esperanças negras. Outras vezes, têm sido comprimidas até o ponto de implosão pelo peso morto do sofrimento negro. Isto é uma outra maneira

⁸⁷ Du Bois foi alvo de críticas ao longo de décadas, em razão de o intelectual negro não ter abandonado o liberalismo latente no conceito de modernidade e progresso ocidentais. Ler mais sobre a crítica ao liberalismo de Du Bois em: REED, Adolph. L. **W.E.B. Dubois: A Perspective on the Bases of his Political Thought. *Political Theory***, 13(3), 431–456. 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0090591785013003008>>. Acesso em: abril. 2022.

de dizer que as formas específicas de democracia e mutualidade inerentes às estruturas opositoras dinâmicas que os negros criaram para fazer avançar seus interesses exigem um vocabulário político e filosófico diferente daquele endossado pelas convenções científicas sociais passadas e presentes.

Nesse sentido, Gilroy (2012) estimula pensar que as lutas dos povos negros, em particular, o pan-africanismo, está inserido na ambivalência moderna, a qual Du Bois (2021) sintetizou como “dupla consciência”⁸⁸. O Ocidente estruturou e reificou uma modernidade ambivalente que, de um lado, produzia a racionalidade europeia e, de outro, praticava o terror contra os povos negros, essa ambivalência da modernidade apontada por Du Bois em seu movimento de colocar em análise o lugar da escravidão na episteme branca, a supremacia branca traduzida no terror das culturas políticas⁸⁹. Desta maneira, a modernidade tem como traço definidor não só a razão, tão pregada no seio do pensamento branco europeu, mas também o terror “santificado por Deus e pela razão” (GILROY, 2012, p. 234). E exatamente esse terror que Du Bois denuncia na sua análise sobre a modernidade branca: os linchamentos em praça pública, mesmo com o fim da escravidão, a *Jim Crow* avançando sobre os povos negros do sul e o capitalismo racial global - traços da ambivalência da modernidade terror/razão.

A violência e a brutalidade denunciadas por Du Bois são partes de um sistema moderno de civilização, em outras palavras, por civilização moderna Du Bois expõe a permanente brutalidade contra os povos negros e aponta para o fracasso advindo das promessas nunca alcançadas pela modernidade⁹⁰. E essa formação que está no cerne da diáspora negra e, logo, um movimento incessante que culminou em movimentos vivos que tinham como premissa, na visão de Du Bois, a luta contra a escravidão e o racismo, a conquista por direitos e a independência dos povos africanos. A última premissa, a independência, sugeriria a libertação da África para a aquisição da autonomia negra, tais lutas

⁸⁸ Por “dupla consciência”, Du Bois entende a noção de que a identidade do negro é, de um lado, como ele se autodefine e, de outro, como o branco o define. Essa plasticidade da identidade negra coloca a questão da raça no centro da ideia de pertencimento frente à diáspora negra. De forma prática, a questão da dupla consciência nos leva a uma pergunta: como ser negro em um território branco, distante das suas origens? Esse é o apelo que Gilroy (2012) faz no sentido da formação de uma transcultural negra que combine experiências de todo atlântico negro.

⁸⁹ A dupla consciência escancara também o horror da supremacia branca, impactando peremptoriamente no sujeito negro: “Du Bois inaugura uma reflexão sistemática acerca da constituição da subjetividade negra, notadamente, daqueles sujeitos e grupos cuja experiência vivida realiza-se nos Estados Unidos” (FLOR, KAWAKAMI, SILVÉRIO, 2020, p. 1293). Ver mais em: FLOR, Caue; KAWAKAMI, Érica; SILVÉRIO, Valter. Tornar-se sujeito afro-diaspórico: working with Du Bois, Frantz Fanon e Stuart Hall. **Contemporânea**. v. 10, n. 3 p. 1289-1322Set.–Dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.18>. Acesso em: abril. 2022.

⁹⁰ Depois da década de 1930, Du Bois abandona a noção tradicional de modernidade: progresso e razão.

políticas indicavam a multiplicidade da diáspora e o que Gilroy (2012, p. 241) chamou de formação “caótica, viva e inorgânicas” das lutas. A luta de Du Bois para entender sua própria identidade racial se estendeu para uma luta global contra a colonização. Contra a ocupação colonial na Ásia e, especialmente, na África, Du Bois construiu um corpo teórico consistente, tornando-se o principal expoente do nacionalismo⁹¹ anticolonial do início do século. O problema das RI era o problema do colonialismo, nesse sentido, Du Bois parte da sua atenção em colocar o continente africano no centro do debate afro-americanista, “além de suas teorias de raça e consciência de raça e incorporou as abordagens desafiadoras e às vezes contraditórias do problema mundial do colonialismo que ele apresentou em seus escritos posteriores, explicitamente pan-africanos”. (KENDHAMMER, 2007, p. 53).

O pensamento nacionalista anti-colonial de Du Bois teve resistência no campo da Ciência Política, e sua visão sobre o pan-africanismo foi certamente subestimada pela disciplina das RI, a qual optou por temas essencialmente da branquitude euro-americana. Em essência, o pan-africanismo duboisiano estava inserido na tentativa de imaginar a diáspora africana como parte de um esforço para resolver a dualidade da dupla consciência: a identidade racial afro-americana recuperando a história africana. Por isso, o pan-africanismo de Du Bois estava concretamente interessado não só em combater problemas concretos como o racismo e a desigualdade racial no seio da política colonial, mas, igualmente, impulsionado pelas próprias experiências com a questão colonial que Du Bois observava da necessidade intrínseca de autogoverno dos povos africanos. A ideologia colonial era, portanto, central na luta de Du Bois pela autodeterminação dos povos, autogoverno e liberdade política, sua crítica se direcionava às práticas coloniais, afirmando que o colonialismo não apenas prejudica os povos colonizados, mas também é prejudicial para a paz e a democracia global. Ativismo Pan-Africanista: Du Bois desempenhou um papel importante no movimento pan-africanista, participando de conferências e congressos pan-africanos ao redor do mundo, defendendo a unidade dos povos africanos e afrodescendentes e criticando o colonialismo como uma forma de opressão que deveria ser superada (DU BOIS, 2007 [1945]). Segundo Brandon Kendhammer (2007, p. 54, apud Du Bois):

Essa história pode ser resumida em uma palavra – Império; a dominação da Europa branca sobre a África negra e a Ásia amarela, por meio do poder político construído

⁹¹ Para ler a história e evolução do nacionalismo negro, ver: MOSES, Wilson, J. **Classical Black Nationalism: From the American Revolution to Marcus Garvey**. New York University Press, Year: 1996.

sobre o controle econômico do trabalho, da renda e das ideias. O eco desse imperialismo industrial na América foi a expulsão dos homens negros da democracia americana, sua sujeição ao controle de castas e à escravidão assalariada. Essa ideologia foi triunfante em 1910.

Kendhammer (2007, p. 55) insiste em afirmar que a ideologia pan-africanista de Du Bois era de fato nacionalista anticolonial, isto é, um nacionalismo em que “vê as nações como comunidades imaginadas, que são limitadas, soberanas e enraizadas em um profundo sentido de comunidade”, e, por outro lado, um pan-africanismo ancorado em laços “raciais, históricos e econômicos” compartilhados pelo Atlântico negro e na união global de negros, em suma, uma comunidade comprometida com o autogoverno e a autonomia econômico-política. Estavam, portanto, contempladas tanto as questões de viés racial, quanto as de cunho econômico e material. Nesse sentido, o movimento pan-africanista procurava abalar as estruturas da supremacia branca na sua forma internacional, isto é, na ordem global hierárquica-racial.

O pan-africanismo, como movimento nacionalista e um projeto transnacional na arena das RI, representava uma orientação cultural entre os povos negros. Du Bois também foi criticado por um suposto essencialismo no olhar sobre o continente africano⁹², no entanto, seus trabalhos na luta antirracista e sua importância no campo das RI são seminais, sua preocupação em refutar o racismo científico e antropológico, colocando a África e os povos africanos no centro da sua própria história foi parte importante da história intelectual da diáspora.

Adom Getachew (2019), se defendendo da crítica essencialista, não fala de pan-africanismo no singular, mas sim pan-africanismos no plural, indicando que o movimento do início do século foi múltiplo e, além disso, teve nas raízes em um importante intercâmbio da diáspora africana, tendo como personagens centrais anglófonos, de início, e posteriormente nomes importantes na Europa central (especialmente na França) no período da ocupação nazista e na Inglaterra pós-1945, tornando a pluralidade do pan-africanismo uma importante marca do movimento. Foi através da troca de ideias no seio do pan-africanismo que foi possível produzir um corpo importante na luta anti-colonial. Assim como na abolição da

⁹² Kendhammer (2007) faz uma importante discussão sobre a importância do pensamento pan-africanista na visão duboisniana, ao passo que resgata a dualidade liberal/comunista no pensamento do intelectual negro, especialmente na seção intitulada *Pan-Africanism and DuBois's liberalism*. Ver em: KENDHAMMER, Brandon. DuBois the pan-Africanist and the development of African nationalism. *Ethnic and Racial Studies*, 30:1, 51-71, 2007. Disponível em <10.1080/01419870601006538>. Acesso em: jul. 22.

escravidão, foram intelectuais africanos e da diáspora que tomaram à frente do projeto de emancipação global, colocando-se no centro da construção de um mundo de não dominação, um mundo antirracista.

No período do entreguerras, Nkrumah e Eric Williams defenderam o federalismo como modelo pós-colonial, argumentando que as federações regionais poderiam superar a situação pós-colonial criando mercados internos maiores e mais diversificados, organizando planos coletivos de desenvolvimento e de redistribuição regional. Para a Getachew (2019, 4), “o internacionalismo negro do período entreguerras transcendeu as fronteiras imperiais e deu origem à colaboração política e ao intercâmbio intelectual entre colônias britânicas e franceses”. Figuras como Aimé Césaire (1913-2008), Paulette Nardal (1896-1985) e Léopold Senghor (1906-2001) lideraram grande parte dessa colaboração, mas a supressão dos intelectuais negros em Paris, que se intensificou durante a ocupação alemã, corroeu significativamente os círculos internacionalistas francófonos. A solidariedade em busca de um mundo pós-colonial se deu também em movimentos para além do pan-africanismo, um exemplo clássico das RI é a Conferência de Bandung (1955), o Movimento dos Não Alinhados (1961), agregando um caráter anti-imperialista das raças não brancas, da Ásia à África, até a América Latina⁹³.

Pensar no mundo anticolonial supõe pensar na estrutura da ordem internacional e de como o império se fortaleceu na virada do século XIX. De um lado, o mundo moderno traçado a partir da escravidão do negro e, de outro, uma ordem internacional baseada no que Du Bois (1915; 1925) chamou de hierarquia internacional. O legado da escravidão somado ao internacionalismo baseado no império e na hierarquia racial foram pontos-chave para a trajetória distinta da diáspora negra na construção de um novo mundo, conforme assevera Getachew (2019), mas igualmente a construção da disciplina das RI e da *práxis per se*. Nesse sentido, repensar a história da escravidão e o seu desenrolar no novo imperialismo, no que Du Bois chamou de século da “linha de cor”, é uma forma de reescrever as RI de um ponto de vista diametralmente oposta à branquitude. Por esse motivo, os intelectuais negros que estavam debruçados sobre o internacional, a partir das viagens e intercâmbios intelectuais, puderam observar um mundo em transformação a partir da experiência negra. A revolução haitiana, como exemplo de luta contra a escravidão e contra o imperialismo, foi reescrita nas

⁹³ Esses movimentos, tanto Bandung quanto os Não Alinhados, tinham como uma das premissas defender uma visão de mundo não essencialmente branca.

mãos dos internacionalistas negros de Howard, debruçando-se fundamentalmente na crítica de Du Bois sobre a hierarquia internacional como mote de um sistema de Estados ancorado no racismo como projeto político internacional. Segundo Getachew (2019, p. 7):

os internacionalistas negros reescreveram a história da escravidão do Novo Mundo e aprimoraram sua crítica à integração desigual e à hierarquia racial internacional. Mas, naquele momento, eles permaneceram bastante indecisos sobre as formas institucionais de um mundo pós-imperial. Os contornos dos projetos de construção do mundo descritos neste estudo tomariam forma apenas na próxima década.

Desde a África até o Caribe, havia uma articulação transnacional em torno da questão da luta pela independência, muito disse se deve ao nacionalismo anticolonial. No entanto, independência e autonomia não significavam apenas a expulsão do Estado invasor. Mais do que autogoverno doméstico, era preciso olhar para as RI e observar como tal sistema integraria os recém-Estados independentes. Nesse contexto, Kwame Nkrumah⁹⁴ estava imbuído na missão de vencer o colonialismo não só do ponto de vista político, como também econômico e cultural, não só no âmbito doméstico, senão no sistema hierárquico internacional. Impor um freio na interferência estrangeira significa compreender as várias facetas do neocolonialismo, devido aos “métodos dos neocolonialistas são sutis e variados, [porém] não somente no campo econômico, senão também nas esferas políticas, religiosas, ideológicas e culturais. As organizações internacionais, por exemplo, o Banco Mundial, eram estruturas internacionais de manutenção do imperialismo, destarte, do colonialismo e da hierarquia racial nas RI. A geração de intelectuais negros que se articulavam a partir do Atlântico Sul denunciou o mundo hierárquico e a sociedade internacional atravessada pelo racismo e criou possibilidades para se imaginar um *mundo pós-imperialista* (destaque nosso). Segundo Getachew (2019, p. 8),

A geração universitária dos anos 1930, que incluía Azikiwe, Nkrumah, Padmore e Williams, deu forma à primeira fase da construção do mundo anticolonial na era da descolonização. Eles implantaram as novas histórias de escravidão para criticar o império como uma forma de escravidão, institucionalizaram o direito à autodeterminação nas Nações Unidas, alcançaram a independência nacional e trabalharam para realizar a federação regional na África e no Caribe.

Internalizado na construção da ideia de um movimento Pan-africano, a hierarquia internacional era o principal obstáculo observado pelos internacionalistas negros desde Du Bois. Nesse aspecto, Getachew (2019, p. 17) recorta de forma bastante singular o que seria a

⁹⁴ Kwame Nkrumah foi um líder político africano, um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e presidente de Gana de 1960 a 1966. Para mais leitura sobre a importância do líder político na descolonização, ver: RAHMAN, Ahmad. **The Regime Change of Kwame Nkrumah Epic Heroism in Africa And the Diaspora**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

construção do mundo pós-imperial: não a partir da ocidentalização gradual do mundo, conforme alguns críticos previram, mas sim tendo como ponto de partida a crítica dos nacionalistas anticoloniais, dos processos internos do império, econômico e político, até o sistema internacional de Estados racializado. O processo de descolonização, o qual culminou na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos coloniais⁹⁵, foi produto do transnacionalismo dos internacionalistas negros, a descolonização não foi um vento que soprava sobre o continente africano, mas sim um “furacão de mudança. . . [isto é] arrasar por terra os muitos bastiões do colonialismo” (NKRUMAH, 1964). Os nacionalistas anticoloniais direcionaram as suas críticas à ordem internacional racializada, ou seja, às instituições do sistema internacional de Estados que trabalhavam não para um mundo pós-colonial, todavia para a manutenção da hierarquia internacional, a qual Estados estavam libertos do imperialismo “formal”, mas eram submetidos a regimes internacionais em ampla desvantagem (imperialismo informal). As regras estabelecidas na Liga das Nações conferia esse caráter informal do império, um império que dominava por vias outras, cultural e econômica, por exemplo. Com a criação da Liga das Nações, de forma que mantinha a “linha de cor” como modus operandi da política internacional, restava aos intelectuais negros buscar soluções para além do mundo colonial imperial branco, em outras palavras, construir um mundo pós-império, na medida em que o império se acomodava dentro das leis internacionais estabelecidas para frear seu próprio avanço.

O domínio dos impérios alcançava, nesse sentido, as organizações internacionais, estas criadas justamente para equilibrar as relações de força, e avançava na dominação além-fronteira. Destarte, era preciso que a descolonização fosse igualmente um projeto internacional, um projeto transnacional do Atlântico negro, a criação de um mundo livre do domínio branco, em que os Estados africanos teriam igualdade de participação nos principais fóruns internacionais. Tal projeto envolvia o autogoverno no sentido estreito, a libertação cultural do povo negro e, sobremaneira, a autonomia econômica, prejudicada pela exploração colonial e reproduzida no capitalismo global, na transnacionalização das grandes empresas e do capital financeiro. Nas palavras de Getachew (2019, p. 23):

⁹⁵A resolução 1514 da Assembleia Geral da ONU, aqui já mencionada, e intitulada “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais” retratou o domínio estrangeiro como uma violação dos direitos humanos, reiterou o direito à autodeterminação e apelou ao fim imediato de todas as formas de domínio colonial. A Resolução 1514 ofereceu um repúdio completo ao domínio estrangeiro e rejeitou quaisquer pré-requisitos para a obtenção da independência.

A criação do mundo anticolonial - o projeto de superar a hierarquia internacional e constituir um mundo pós-imperial - assumiu a forma de assegurar a não dominação internacional. Ao usar a linguagem republicana de não dominação para caracterizar este projeto, pretendo destacar as maneiras pelas quais a construção do mundo anticolonial respondeu às relações de dominação e dependência que excederam as garantias formais de não intervenção. Para os nacionalistas anticoloniais, a dominação nem sempre veio na forma de controle direto ou intervenção de um poder estrangeiro.

Assim pensaram os nacionalistas anticoloniais: um mundo pós-colonial dependia fundamentalmente da autonomia econômica, especialmente em um mundo onde os fluxos de capital e a financeirização da economia ameaçavam a independência e a autonomia dos Estados (africanos, asiáticos e latinos). A luta anticolonial era a luta, portanto, por relações internacionais mais justas e inclusivas e as estruturas jurídicas precisavam coadunar com a noção de relações justas para garantir a participação efetiva dos povos não brancos. O fim da dominação da branquitude levaria a uma reinvenção completa das estruturas jurídicas, políticas e econômicas da ordem global. O entendimento de uma ordem pós-imperialista não sugeriria apenas em uma ordem mais expansiva e inclusiva, mas também em uma sociedade internacional mais plural e autônoma. Nesse contexto, não bastava a conquista da soberania formal, o autogoverno dos povos africanos não contemplava a libertação do imperialismo do século XX, era preciso reivindicar uma ordem internacional não nos termos da descolonização como processo de alargamento da sociedade internacional, mas sim o fim império como a tradução de uma ordem internacional hierárquica e racial, a exemplo do mundo *westfaliano*⁹⁶, cuja prática foi a manutenção do *status quo*: o mundo dividido entre dominadores e dominados, brancos e negros/asiáticos/indígenas, ordem/anarquia (GETACHEW, 2019). O mundo anticolonial, livre da dominação dos Estados europeus e dos Estados Unidos, era um mundo soberano, mas a soberania neste caso necessitava de uma ressignificação, em outras palavras, a soberania não se limitava ao campo político ou simplesmente a um termo jurídico abstrato, tratava-se, sobretudo, de uma noção de reivindicação de independência econômica. Getachew continua (2019, p. 26)

Mesmo quando os nacionalistas anticoloniais se apropriaram de princípios-chave, como autodeterminação e igualdade soberana, eles redefiniram e reinventaram seu significado. Por exemplo, a autodeterminação anticolonial sempre incluiu

⁹⁶ Na história ortodoxa do campo, por "mundo westfaliano" entende-se uma ordem política internacional baseada no princípio da soberania estatal e no sistema de Estados soberanos e autônomos. O termo deriva do Tratado de Westfália, que foi assinado em 1648 e encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Esse tratado estabeleceu as bases para a moderna ordem internacional, estipulando que cada Estado é soberano em seu território e tem o direito de governar sem interferência externa.

independência econômica e também política. Além disso, a igualdade soberana não se limitava a uma reivindicação jurídica, mas exigia a redistribuição do poder legislativo e econômico. Essa visão foi muito além dos termos existentes da ordem mundial vestfaliana.

Para garantir um mundo livre da dominação, portanto, era preciso liberdade econômica, bem como instituições internacionais capazes de absorver as demandas dos Estados recém-libertos da dominação externa. No entanto, o que se seguiu nos anos 1960, após a Carta das Nações Unidas (ONU), que estabelece o Princípio da Autodeterminação dos Povos, foi o avanço das instituições internacionais no sentido das intervenções humanitárias⁹⁷, o aprofundamento dos conflitos produzidos pela Guerra Fria nos continentes africano e asiático. Desse modo, os nacionalistas anticoloniais estavam convictos de que independência e autogoverno em uma ordem internacional hierárquica e racializada, dominada pelas demandas da supremacia branca, tornariam a autodeterminação precária.

Sendo assim, foram os projetos federalistas que tentaram cumprir a promessa de autonomia econômica, o pan-africanismo seguiu esse caminho pós-legado de Du Bois, especialmente na figura do o senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986), o qual lutou para construir um pan-africanismo voltado para uma nova historiografia do continente, o qual unia história, cultura, teoria e política. A questão econômica do movimento pan-africanista ganhou fôlego a partir da década de 1970. Os ideais de libertação e integração, idealizados pelos clássicos do pan-africanismo do período formador, como E. Blyden, W. E. Du Bois e Garvey, já superavam a necessidade de se pensar a economia africana desde uma perspectiva própria.⁹⁸ A Liga das Nações e depois as Nações Unidas foram estruturas que trabalhavam na manutenção do *status quo* branco, sendo o racismo o grande organizador da ordem hierárquica global. O mundo pós-colonial floresceu com mais Estados participantes da ordem internacional, um alargamento visto com grande euforia (o sonho de nações de fato unidas e iguais).

O poder, tão presente nas teorias realista e liberal, era o alicerce da máquina do pensamento branco de manutenção do *status quo* das grandes potências, em outras palavras, a preocupação era de como manter o poder em relação às colônias tropicais e, nesse sentido,

⁹⁷ Ver mais em: BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁹⁸ Ver mais sobre as fases do pan-africanismo, especialmente sobre a relevância da questão econômica em: BARBOSA, M. Pan-africanismo e RI: uma herança (quase) esquecida. *Rev. Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 144-162.

como aumentar o poder da administração colonial. Henderson (2011; 2013) defende que o que está por trás da anarquia é a hierarquia das raças no plano global e como a manutenção do mundo colonial (da ordem global hierárquica) é um pouco mais do que justificativa intelectual. A supremacia branca no campo das RI impôs ao mundo não ocidental um custo bastante alto de participação efetiva no sistema internacional de Estados soberanos. A teoria liberal, cujos regimes internacionais corrigiriam os problemas da anarquia, não trouxe soluções para os povos negros. Ao contrário, ao entrar no regime monetário/financeiro capitalista internacional sem nenhum tipo de freio ou contrapeso, os Estados recém emancipados no continente africano ficaram à mercê de crises financeiras, com pouca ou nenhuma autonomia no âmbito internacional. Parafraseando Du Bois sobre o fim da escravidão que não se revelou o fim de fato, no caso dos Estados recém-independentes: era como experimentar a liberdade e, poucos momentos depois, voltar para a realidade de dominação e dependência. Esta seção tem como foco fundamental o racismo inerente às teorias dominantes do campo das RI.

Os intelectuais negros imaginaram um mundo pós-colonial, mas se viram impedidos de obterem verdadeiramente uma soberania negra, impelidos a participarem de uma ordem internacional hierarquia e que integrava os Estados desigualmente, “O resultado foi uma forma de filiação desigual e opressora. Dessa forma, a expansão da sociedade internacional e o fortalecimento da hierarquia internacional caminharam de mãos dadas.”. (GETACHEW, 2019. p. 58). Os movimentos do atlântico em busca da emancipação também são sinônimos não da globalização, mas das redes culturais e políticas criadas a partir da luta antirracista. A arena internacional foi importante na busca pelo fim da dominação; o racismo, como fenômeno global e organizador das RI, requer um projeto de luta transnacional que ultrapasse o caráter moral, reivindicado na luta contra o racismo, importando, pois, observar o abismo material que o racismo provoca, mais especificamente, o abismo material que a escravidão e a modernidade racializada legaram aos povos não brancos.

4.4 Harlem e negritude francófona: luta global

O *Harlem Renaissance* é sem dúvida um momento marcante na luta contra o racismo, sobremaneira, na valorização da cultura negra, caracterizado como um movimento que não foi puramente local. Alain Locke, professor de Howard School, é o grande intelectual do

renascimento do *Harlem*⁹⁹, colaborando de forma decisiva para as bases do modernismo negro, uma nova arte negra de um povo que procurava a emancipação do racismo do homem branco¹⁰⁰. Du Bois recebeu a ideia do movimento do *Harlem* com euforia, afirmando em 1920 haver talento suficiente para iniciar um renascimento¹⁰¹. No entanto, após a compilação da obra de Alain Locke *The New Negro*

Du Bois descarregou sua ira sobre o estado das artes no Harlem. Na convenção anual da NAACP em junho de 1926, Du Bois deu uma palestra intitulada "Critérios da Arte Negra", na qual insistia que toda arte relevante deveria ser propaganda. A palestra foi posteriormente publicada em uma série especial da Crise, "The Negro in Art".(JOHNSON, 1925, n.p).

A obra que inicia o movimento do *Harlem* é *The New Negro*, editado por Alain Locke em 1925, foi uma coletânea de escritos de artistas, intelectuais e ativistas negros que se tornou uma obra seminal do movimento cultural conhecido como *Harlem Renaissance*. O livro retratava a diversidade e a vitalidade da experiência negra nos Estados Unidos, abordando temas como a identidade racial, a luta contra o racismo e a busca pela expressão artística e intelectual. Com contribuições de nomes como Langston Hughes, Zora Neale Hurston e Countee Cullen, o Novo Negro destacou a importância da autodeterminação, orgulho racial e da redefinição da imagem do negro na sociedade americana, o coração do movimento nada tinha a ver com o Estado, foi um movimento de atores sociais, de atores negros¹⁰². O *Harlem Renaissance* é mais do que um movimento artístico-cultural, ele está inserido na tentativa de tornar a luta antirracista global. No entanto, *Harlem* foi um movimento amplamente silenciado pelos manuais de RI, consequentemente, a questão cultural como ferramenta antirracista passa ao largo das abordagens do campo em questão. A presente seção pretende lembrar, ainda que de forma sucinta, esse movimento histórico. *The New Negro* refletia o fervor das décadas de 1920 e 1930, momento em que Locke se tornaria um dos principais intelectuais da primeira geração de escritores negros, conforme afirma Jeffrey C. Stewart (2018, p. 13), o próprio novo negro, com uma postura combativa e vigorosa:

⁹⁹ Territorialmente falando, *Harlem* é um bairro da cidade de *New York*, mais precisamente localizado no distrito de Manhattan. Ocupado, sobremaneira, por instituições culturais, bares musicais e restaurantes de origem negra, a meca do movimento negro entre as décadas de 1920-1930.

¹⁰⁰ As ideias de Locke se baseavam no conceito de construção de raças: implicava em dizer que raça não é apenas uma questão de hereditariedade, senão, uma questão de sociedade e cultura. Ver mais sobre o conceito de raça do pensador em: STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY (2022). Alain LeRoy Locke. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/alain-locke/#NewNegro>> . Acesso em: ago. 2021.

¹⁰¹ No entanto, o intelectual de *Howard* fez críticas públicas à ênfase dada a questão cultural.

¹⁰² O que nas RI se encaixaria perfeitamente no debate sobre “como os atores não estatais desempenham papel relevante na arena política internacional”.

Locke era um catalisador para uma revolução no pensamento chamado de Novo Negro. A verdade mais profunda era que ele, Alain Locke, também era o Novo Negro, pois incorporava todas as suas contradições, bem como sua promessa. Em vez de lamentar sua situação, sua marginalidade, seu sofrimento silencioso, ele pegaria o que sua sociedade e sua cultura haviam lhe dado e faria disso algo revolucionário.

No *Harlem*, Locke sentia-se à vontade, pois naquele ambiente “os negros escaparam do olhar normativo de uma sociedade branca, porque mergulharam em uma maioria negra. Cercado pelo bem-sucedido e pelo criminoso, Locke se sentia em casa no Harlem, porque era um pouco dos dois” (Stewart, 2018, p. 42). Na obra de Locke, o autor (2018) exortava a ideia de que o negro deveria por si só dizer quem ele era e a sua expressão se daria a partir das artes: ficção, poesia, drama, música¹⁰³, etc. No centro da efervescência cultural¹⁰⁴ da renascença do negro, localizava-se o bairro novaiorquino do *Harlem*, nomeado por Locke como a “capital cultural dos povos negros”, um bairro em Nova Iorque que experimentou diversas culturas, passando do holandês para o irlandês, ao judeu, até se tornar a metrópole negra nos anos 1920 e 1930. O que vale ressaltar é que o espaço geográfico do *Harlem* não se limitou à cidade de *New York*, tampouco aos Estados Unidos:

“Meca Negra”, “Metrópole Negra”, “Capital negra do mundo”, “Cidade do refúgio” representam apenas uma pequena amostra do apelidos mais populares que foram atribuídos ao Harlem em seu apogeu. Cada um sugere que essa “cidade dentro da cidade” era algo fora do comum, não apenas notável, mas único, e positivamente. Pois a importância do Harlem transcendeu sua limitada base geográfica e populacional no norte de Manhattan quando se tornou o centro dos movimentos políticos afro-americanos e da expressão artística negra durante grande parte do século XX. Para os negros em outras partes da diáspora africana — no Caribe, América Central e do Sul, Grã-Bretanha e França —, bem como no próprio continente africano, o Harlem adquiriu o status lendário de um “Timbuktu” moderno (JAMES, 2018, n,p).

O movimento apelava para a noção de que a herança negra deveria ser explorada pelos próprios negros, a história deveria ser contada do ponto de vista dos que sofreram exploração, dos que passaram pelo absurdo da escravidão, o mundo, nessa perspectiva, estava sendo refeito pelo movimento negro do *Harlem*, na busca tanto por emancipação de um povo por séculos escravizados, como a busca pelo aprofundamento da própria democracia americana que carecia de legitimidade e estava manchada pela violência da *Jim Crow*. O movimento do

¹⁰³ Para saber mais sobre a relação da valorização da cultura negra a partir da música no Harlem, ver especialmente: GILROY, Paul. Joias trazidas da servidão: música negra e a política da autenticidade. In: GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: ed. 34. 2012.

¹⁰⁴ Importante ressaltar que tal efervescência não começou exatamente no Harlem. Huggins (2007) faz uma contribuição singular nesse sentido ao mostrar que a inquietação cultural e política dos povos negros já acontecia em outras cidades para além do bairro de New York. Ver sobre em: GAVINS, Raymond. *Harlem Renaissance*. **The Cambridge Guide to African American History** (pp. 123-124). Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

renascimento do Harlem colocou a cultura negra em destaque, o jazz ganhou respeitabilidade como forma de “alta arte”. Além disso, as dança associadas ao jazz, como o sapateado, tornaram-se modas internacionais como resultado do movimento que valorizava a cultura popular negra. O novo negro educou os brancos demonstrando que havia uma “dupla consciência”, uma tensão constante entre esses dois mundos (GILROY, 2012). Esse novo sujeito negro, vindo do Harlem, escrevia, como afirmado acima, mas também frequentava universidades e, além disso, e aqui nos importa, esse novo negro viajava, tinha uma visão global do racismo, pois também já carregava bagagens de viagens para o continente africano¹⁰⁵ (STEWART, 2015). O imperialismo, articulado através do racismo global, era a prática a ser combatida através de ações culturais, políticas e sociais, o movimento *Renaissance* era eminentemente um projeto anticolonial, anti-imperialista e anti-hierárquico racial.

Locke anunciava a nova era, a modernidade negra e, para isso, mobiliza as artes plásticas, a música, a literatura e todas as expressões culturais dos povos negros naquele espaço geográfico chamado Harlem¹⁰⁶. O “velho negro” era tudo que deveria ser superado, pois ele carregava as amarras da escravidão e, mais do que isso, a arte era sustentada pelos “mestres” brancos. A construção do novo exigia uma ruptura total com o passado e algum nível de independência do que havia sido a mão controladora da supremacia branca. Autodeterminação era a palavra-chave e significaria muitas coisas: desde as lutas para controlar a imagem da raça em salões literários e até salões de beleza, até demandas por direitos civis ou desejo de independência territorial. A amplitude do *Harlem* colocava tudo e todos na grande novidade que era o “novo negro”. O movimento influenciou o *Black Power* e a *Black Arts Movement*, os quais reverberam até hoje na luta por direitos, valorização e não “branqueamento” das contribuições negras na cena cultural e histórica: “ao lado de uma gama mais ampla de expressões culturais, esta coleção também posicionará a experiência do Novo

¹⁰⁵ Locke foi o primeiro negro doutor a escrever sobre a África depois de visitá-la, Du Bois iria ao continente um pouco depois de Locke.

¹⁰⁶ Segundo Baldwin e Makalani (2013, p. 12) “Locke posicionou as artes e as letras como o veículo para a auto-expressão racial e o retrato preciso além da caricatura da ciência social e do estereótipo do menestrel. Para uma tarefa tão ambiciosa, Locke recrutou as ilustrações de Winold Reiss, Aaron Douglas e Miguel Couvarrubias, enquanto sob o mesmo guarda-chuva ele reuniu uma variedade de estilos literários, desde a obra “nonnegro” de Jean Toomer até a poesia gentil de Countee Cullen e Georgia Douglas Johnson, ao lado de Langston Hughes e Zora Neale Hurston, mais explicitamente blues e reflexões folclóricas. As contribuições das ciências sociais incluíram um ensaio histórico do historiador e bibliófilo Arturo Schomburg e a tese de retenção africana do aluno da antropologia Franz Boas, Melville Herskovits, e o foco da assimilação racial do sociólogo E. Franklin Frazier. Finalmente, Du Bois completou a coleção com uma visão do mundo maior das raças mais sombrias”.

Negro nos Estados Unidos como apenas um ponto nodal dentro de um circuito dinâmico e desigual do internacionalismo negro” (BALDWIN; MAKALANI, 2013, p. 44).

O movimento tornou-se obsoleto na década de 1940, quando as expressões políticas e culturais de consciência racial que percorriam o globo foram substituídas pelo mito da democracia racial¹⁰⁷. Ainda assim, Alain Locke percorreu diversos campos da vida norte-americana até chegar no ponto que aqui chama a atenção: a política externa. Se o *Harlem Renaissance* não se tornou um projeto articulado no aparato institucional norte-americano, não obstante Du Bois acreditar que a solidariedade “entre as pessoas negras eram naturais”¹⁰⁸, Locke direcionou sua crítica, à maneira da boa diplomacia, à organização internacional que representaria a arena da solidariedade e da cooperação: a Liga das Nações (mais especificamente ao artigo 22 da Liga, o qual versava sobre como administrar as colônias da Alemanha no âmbito do tratado de Versalhes). Na mesma linha de Du Bois, Locke questionava a tutela imposta sobre os povos africanos, e, ao invés de ocupação, conclamava pela responsabilidade da comunidade internacional em desenvolver os povos, olhando em uma perspectiva futura de autogoverno: “a administração de mandatos no espírito de tutela internacional dos direitos dos povos subdesenvolvidos e sua tutela preparatória para participação no governo e auto-ajuste construtivo é um dos aspectos mais importantes e progressivos do trabalho da Liga das Nações”. (LOCKE, apud. STEWART, 2015, p. 36-37).

A série de palestras¹⁰⁹ proferidas por Alain Locke no início do século XX articulava uma elite negra, a qual definia as relações interracialis na prática do imperialismo exortava tal elite para uma nova atitude diante do racismo. Para Locke a questão da raça estava relacionada à realidade do imperialismo moderno e compreendia como esse imperialismo afetava suas vidas e culturas. As palestras *Race Contacts and Interracial Relations* (1992) definiram o imperialismo como *a praxis* racista e o racismo nos Estados Unidos como um tipo de imperialismo doméstico. Dirigir palestras à elite negra impunha em uma tentativa de

¹⁰⁷ O próprio Du Bois acreditou na democracia racial brasileira e promoveu a ideia de que o Brasil era um lugar sem racismo, um paraíso racial. Ver mais em: Góes, J. (2022). Du Bois e o Brasil: reflexões sobre o transnacionalismo negro e a diáspora africana. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, 19 (2), 293-308. doi:10.1017/S1742058X2100045X.

¹⁰⁸ Ibid. (2022, p. 303).

¹⁰⁹ Locke ministra uma série de palestras sobre o estudo científico de raça e relações raciais, intituladas, “Race Contacts and Interracial Relations: Lectures on the Theory and Practice of Race”. Ver mais em: STEWART, Jeffrey, C. (NHC Fellow, 1990–91), ed. **Race Contacts and Interracial Relations: Lectures on the Theory and Practice of Race**. Edited by Jeffrey C. Stewart and Alain LeRoy Locke. Moorland-Spingarn Series. Washington, D.C.: Howard University Press, 1992.

influência na tomada de decisão, especialmente quando tais intelectuais estavam interagindo com poderosos atores da política externa dos EUA (STEWART, 1992).

O *Harlem* era uma tentativa de colocar a questão negra no centro da política externa norte-americana, visto que ela (a política externa) é predominantemente uma política pensada, articulada e executava por brancos. Na visão de Stewart (2015), Alain Locke e Ralph Bunche Locke e Bunche inauguraram no início do século XX uma nova política externa do *New Negro*, ambos os intelectuais procuraram estabelecer ao longo dos anos bases justas para um futuro viável para a África e para os afro-americanos. Segundo o autor (2015, p. 34) , “esses pensadores de política externa procuraram importar o conhecimento de raça para a discussão de política externa e reformular o pensamento de raça, poder e política externa em um uma nova ética do internacionalismo e uma abordagem democrática e global do sujeito africano”. Nesse sentido, o Harlem se afirmava como um movimento internacional, dentro do espectro maior da luta contra o racismo global, um projeto de globalização da localidade¹¹⁰, que partia da cultura e desembocava em uma política externa ética e plural, focada em problemas que não eram predominantemente da branquitude. Colocar temas negros no centro do debate público norte-americano era uma forma de mostrar ao mundo as consequências do racismo tanto do ponto de vista doméstico quanto internacional. Nesse sentido, o presidente dos Estados Unidos, Warren Harding (1865-1923), discursou¹¹¹ na década de 1920 enfatizando que o problema racial que o país enfrentava e a questão racial [explícita] não se restringia aos Estados Unidos¹¹² (Du Bois argumentava que as relações raciais americanas eram apenas uma fase local de um problema mundial).

O movimento iniciado no *Harlem* ganhou novos contornos ao se conectar com movimentos aos redor do globo, os contatos raciais se intensificaram nas sociedades colonizadas. Conforme afirma Robert Vitalis (2015), o *Harlem* confrontava a ordem internacional vigente, racializada e hierárquica, e, além disso, desafiava os estudiosos brancos que voltavam seus esforços e recursos financeiros do campo das RI para temas sobre a

¹¹⁰ Mais sobre como Langston Hughes imagina a corrida no Harlem e no mundo em: SHUKLA, S. "It's That Spanish Blood": Langston Hughes Imagines Race in Harlem and the World. *American Quarterly* 70(4), 755-775., 2018. Disponível em: <doi:10.1353/aq.2018.0062>. Acesso em: mar. 2021.

¹¹¹ Ver trechos do discurso histórico em: LAWRENCE W. Reed, Warren Harding's Historic Speech on Race: How Black and White Americans Responded. When the President finished, the cheers all came from the back. **FEE Stories**. Out. 2021. Disponível em: <https://fee.org/articles/warren-harding-s-historic-speech-on-race-how-black-and-white-americans-responded/>. Acesso em dez. 2021.

¹¹² O discurso foi visto com muito a surpresa por se tratar de um presidente branco.

administração colonial, relegando a questão do racismo a problemas de cunho moral e doméstico. O refazer de uma cultura a partir da multiplicidade de temas, entre os quais, a poesia¹¹³, a música e o teatro, borbulhavam no movimento como uma forma de combater a catástrofe causada pelo cientificismo racista daquele período. O *Harlem*, isto posto, tinha como objetivo precípua a autodeterminação dos povos subjugados, fato que o conectava aos povos não brancos ao redor do mundo, por isso, Locke ([1925] 1999) considerava a Renascença como a maior comunidade cultural do mundo. A imigração do sul para o norte dos Estados Unidos era como um refúgio para a emancipação, os negros poderiam ocupar escolas, universidades, e obter a educação (liberal, diga-se de passagem) tão defendida por Locke e Du Bois. Locke consegue colocar o Harlem no centro das lutas anti-imperiais ao afirmar que o movimento de renascimento está conectado a outras lutas, que vão desde a luta palestina até praga:

No Harlem, a vida negra está aproveitando suas primeiras chances de expressão grupal e autodeterminação. É – ou pelo menos promete ser – uma capital racial. É por isso que nossa comparação é feita com aqueles centros nascentes de expressão popular e autodeterminação que estão desempenhando um papel criativo no mundo de hoje. Sem a pretensão de seu significado político, o Harlem tem o mesmo papel a desempenhar para o Novo Negro que Dublin teve para a Nova Irlanda ou Praga para a Nova Tchecoslováquia (LOCKE, 1999, n.p).

O *Harlem* foi um importante movimento do atlântico negro e Locke conseguiu torná-lo global, demonstrando que a questão racial ultrapassava as fronteiras nacionais. Participando de conferências sobre racismo e imperialismo, Locke praticou RI em um ambiente predominantemente branco e, já na década de 1940, abordou diversos temas que iam desde o antissemitismo negro, garveyismo e fascismo, até a guerra racial. Quando chamado para representar sua raça, dado seu papel de liderança cultural, ele recusou; em vez de, ele escolheu representar a si mesmo (HARRIS, MOLESWORTH, 2009).

A luta global contra o racismo conectava *Harlem* e outros movimentos relevantes do início do século XX, os quais podem ser enquadrados em uma abordagem crítica ao estadocentrismo de RI, um caminho percorrido na contra-mão do *mainstream* teórico da disciplina. O movimento surgido em uma das principais metrópoles capitalistas, por intelectuais negros, questionava o mundo como ele era, procurava denunciar não só o

¹¹³ O Harlem se internacionalizou a partir de várias vertentes artísticas, Clemens Spahr (2015) destaca como a poesia negra desempenhou o papel de solidariedade global, em especial o capítulo 2. . Ver em: , Cap 2. “Global Harlem: In.: The Internationalism of the Harlem Renaissance”. Ver em: SPAHR, Clemens. **A poetics of global solidarity: modern American poetry and social movements**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

imperialismo e ressaltar a luta por emancipação dos afro-americanos, como também as mazelas do colonialismo no atlântico negro.

A dispersão do *Harlem*, tanto como espaço físico, quanto como modelo propriamente "renascentista", ajuda a manter a geografia e a expressividade do momento. *Escape from New York*, de Baldwin, Makalani (2013), nos leva além das fronteiras, através de uma esfera mais ampla de atividade e de expressões culturais não convencionais que atendem às arestas refinadas e ásperas do período. Claro, o registro histórico não apenas obras de arte e escritos modernistas negros aguardando construção estética. O novo negro estabelece a conexão entre o local e o global tão cara a Du Bois, o jornal *Crusader* faz ligações diretas entre eventos locais e globais em todo o mundo negro, declarando:

se um caucasiano lê notícias do Egito ou da África Ocidental, da capital americana ou das Índias Ocidentais, de Chicago ou do Panamá, deve estar ciente de que sua autoafirmativa supremacia mundial está chegando ao fim. Esse espírito internacional do Novo Negro gerado pela rebelião deu nova vida a organizações negras estabelecidas, incluindo a Associação Nacional de Mulheres de Cor. Ao mesmo tempo, novos grupos "raciais" surgiram, variando de mudanças com foco no trabalho e fraternidade Sleeper Maid, há templos religiosos até mesmo um "espírito de luta" emergindo nos pequenos bairros negros de Los Angeles, habitados pela NAACP integracionista e pelos membros pan-africanos globais de Marcus Garvey da Associação de Melhoramento do Negro (UNIA), que venceram a batalha para impedir uma cidade tomada pela Jim Crow. É digno de nota um grupo de sindicalistas radicais negros em Hampton Roads, Norfolk, Portsmouth e Newport News, Virgínia, que, junto com a National Fraternity Workers, deixou claro que a consciência política não explode na partida. No exterior, essa consciência racial foi encontrada na Ligue Universelle de Defense de la Race Noire em Paris, no jornal Diario de la Marina em Havana, na União dos Estudantes da África Ocidental em Londres, no renomeado Congresso Nacional Africano e nos direitos dos negros em geral em fábricas, casas noturnas e bondes. É claro que o Harlem superou as barreiras domésticas para se tornar um movimento global, antirracista, anticolonial, anti-imperialista e, de forma positiva, apreciador da cultura negra dentro dos territórios norte-americanos e além do Atlântico Negro (BALDWIN, MAKALANI, 2013, p. 9).

A luta anticolonial ganhou notoriedade nas sociedades colonizadoras, fundamentalmente a partir da crítica de intelectuais negros imigrantes vivendo na Europa. Entre essas sociedades, Paris se destacou. Foi de lá que o conceito de "negritude", cunhado por Aimé Césaire (1913-2008), ganhou destaque e admiradores especialmente nas colônias francesas. A luta anticolonial, a afirmação da identidade africana e a emancipação definitiva dos povos oprimidos eram lemas da negritude francófona. Culturalmente, significava a recusa da supremacia branca e a união dos povos que sofreram os males da escravidão. O internacionalismo negro no entreguerras não se limitou à língua anglófona, o transnacionalismo das demandas dos povos negros transcendeu as fronteiras imperiais e deu

“origem à colaboração política e ao intercâmbio intelectual entre súditos coloniais britânicos e franceses” (GETACHEW, p. 5). O anticolonialismo francês, no movimento da negritude, tinha como premissa básica a luta contra a dominação, e a liberdade dos povos colonizados uma ideia de soberania negra bastante distante daquela de Woodrow Wilson.

A negritude francófona tinha na luta anticolonial a defesa da agência negra, Frantz Fanon (1925-1961) foi um dos nomes mais relevantes na luta anticolonial, tanto o Ele quanto Césaire entendiam que o processo de descolonização do sujeito ocorreria ao longo de um período de tempo e em vários estágios. O processo de resistência como parte da estratégia da luta política do negro estava na afirmação da identidade negra. Assim como Césaire, Fanon entendeu que diferentes momentos históricos exigiam diferentes estratégias de resistência. Seu reconhecimento da necessidade de adotar por um tempo narrativas essencializadas para fins “terapêuticos e edificantes”, juntamente com sua compreensão da natureza produtiva de identidades socialmente construídas, sinalizava para um movimento que ia além de uma mera resposta reacionária ainda presa dentro de uma estrutura maniqueísta binária. O essencialismo de Fanon se insere no que Gayatri Chakravorty Spivak “essencialismo estratégico”¹¹⁴ (NIELSEN, 2013, p. 342).

Nielsen (2013) defende que Fanon se enquadra no movimento da negritude francófona, no entanto, a negritude em Fanon frequentemente colidia com as filosofias de outros ativistas negros que buscavam promover mudanças sociais por meio de estruturas políticas, legais e outras já existentes. Por um lado,

Fanon aplaudia os esforços dos escritores de Négritude para representar a cultura africana e valores para o mundo, tendo extraído, é claro, as distorções brancas da África e da negritude. Outra variante da Negritude foi desenvolvida por Jean-Paul Sartre. A Négritude sartreana, assim como as expressões senhoriaanas e césaireanas, também influenciou o pensamento de Fanon. Em resumo, Sartre afirmava que a Négritude era essencialmente reacionária, um estágio fraco na marcha dialética em direção à libertação. Em outras palavras, por ter nascido de uma reação à fase ou tese dominante, ou seja, a supremacia branca, a Négritude é, no quadro maior, um mero momento de negatividade. Sartre prossegue para afirmar que a Négritude “existe para sua própria destruição”, pois seu objetivo é preparar o caminho para a síntese última, ou seja, a “realização de um humano em uma sociedade sem raças”. Como Rabaka explica, a ideia de uma sociedade pós-racial coloca a Négritude sartreana em claro conflito tanto com a Négritude césaireana quanto com a senhoriaana e a relação entre capitalismo e racismo. Para Césaire e outros radicais negros – aqueles forçados a viver à margem e sofrendo nas mãos da sociedade

¹¹⁴ O essencialismo estratégico é um conceito que se originou com o teórica pós-colonialista Gayatri Chakravorty Spivak, e representa a ideia de um grupo oprimido intencionalmente assumindo estereótipos sobre si mesmo para interromper ou subverter o domínio que o oprime ou marginaliza. Ver mais em: ABRAHAM, S. (2009). Strategic Essentialism in Nationalist Discourses: Sketching a Feminist Agenda in the Study of Religion. *Journal of Feminist Studies in Religion*, 25(1), 156–161. <https://doi.org/10.2979/fsr.2009.25.1.156>. Ver também: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Other Asias*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008, 260 p.

dominante – tal conexão era uma realidade que eles viviam dia após dia; conseqüentemente, ao contrário de seus colegas marxistas brancos, eles se recusaram a tornar o colonialismo e o racismo questões secundárias (NIELSEN, 2013, p. 343-344).

O movimento da negritude francófona surge a partir da ação do povo oprimido, reconhecendo sua necessidade de unidade grupal e uma auto-concepção positiva, esse essencialismo estratégico recuperado por Nielsen (2013) em Frantz Fanon coloca o movimento da negritude francófona como protagonismo dos povos oprimidos e parte importante na busca pela liberdade produzindo assim a possibilidade de mundos diferentes da violência da branquitude. Esse mundos diferentes ultrapassaram as fronteiras dos impérios, e vocalizaram um momento fértil dos povos negros no que diz respeito ao internacionalismo e suas agendas. O movimento da negritude assim como Howard, *Harlem* e o movimento pan-africano estão seguramente inseridos no que Gilroy (2012) chama de “modelo diaspórico” (acrescento o “internacional” nesse modelo). O modelo diaspórico internacional de conexão cultural para entender os movimentos entre os diferentes povos negros do Atlântico, - imbuídos na noção de contra-modernidade - têm colocado tais povos contra o humanismo ocidental e suas instituições procuram estabelecer novos parâmetros para as relações transacionais descentralizadas do Estado nacional. Se Gilroy é criticado pela falta de empirismo dos seus movimentos do Atlântico Negro, conforme defende Lee (2004), a obra de Brent Hayes Edwards (2003) parece acrescentar o empirismo necessário à diáspora. Lee (2004, p. 571) enxergar no trabalho de Edwards (2003) uma abordagem metodológica bastante adequada para recuperar o conjunto das relações do Atlântico Negro. Essa nova ênfase enfrenta a questão diaspórica sustentando seu argumento de que “o internacionalismo negro como um fenômeno do século XX não foi meramente imaginado, mas o resultado de um processo tátil e técnico de correspondência, tradução e outras práticas escritas”.

Todos esses movimentos revelam a existência do transnacionalismo do pensamento negro na prática, ao passo em que nas RI tradicional a diáspora africana era marginalizada. O *New Negro* saiu de *Harlem* e foi parar em Paris¹¹⁵; a negritude viajou o atlântico a partir da França e chegou no Teatro Experimental do Negro (TEN)¹¹⁶, o pan-africanismo ressoou no

¹¹⁵ Ver mais em: EDWARDS, Brent Hayes. **The practice of diaspora** : literature, translation, and the rise of Black internationalism. Cambridge, Mass. :Harvard University Press, 2003.

¹¹⁶ Ver também: BARBOSA, S, Muryatan. O Ten e a negritude francófona no Brasil: recepção e inovações. **Rev. bras. Ci. Soc.** 28 (81) Fev 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100011>. Acesso em: dez. 2022.

Brasil no importante papel de Abdias do Nascimento¹¹⁷. O internacionalismo negro intensificou a luta antirracista como luta global e, à revelia dos movimentos de esquecimento, precisa figurar como parte importante e integrante da identidade de RI. Parece certo afirmar que o internacionalismo negro superou as barreiras domésticas para se tornar um movimento de questionamento global, antirracista, anticolonial, anti-imperialista: a diáspora das Relações Internacionais.

Du Bois construiu durante seu trabalho na NAACP (A Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor) e na ONU na década de 1940 um pensamento transacional bastante efetivo. Du Bois explorou o conceito de colônia para fazer valer sua luta antirracista, de modo a conectar povos coloniais em um programa de práxis política internacional. Desta forma, Du Bois contribuiu diretamente para as discussões internacionais sobre descolonização e também para uma noção de maioria democrática transnacional. Segundo Adam Dahl (2022, n.p), Du Bois utilizou o conceito de "espaço e escala" para compreender as dinâmicas do colonialismo e do poder global, destacando a necessidade de uma abordagem transnacional e global para enfrentar as questões relacionadas à descolonização¹¹⁸. Du Bois elaborou uma série de políticas na defesa dos direitos dos povos colonizados na ONU, bem como prepara um movimento anticolonial transnacional na luta pela igualdade racial. O intelectual negro quebrou as barreiras entre as jurisdições domésticas e internacionais no que diz respeito a questões de raça e colonialismo, questionando-as politicamente. Ele integrou ainda mais a linguagem internacional dos direitos das minorias e dos direitos humanos nas demandas por autogoverno dos povos colonizados, com o objetivo de desestabilizar as estruturas emergentes de autoridade jurisdicional que se baseavam em uma divisão rígida entre o doméstico e o internacional.

¹¹⁷ Ver em: NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. 2.ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

¹¹⁸ Sobre a “política do espaço” ver mais em: Duncan Bell, “Making and Taking Worlds”, em Samuel Moyn e Andrew Sartori, eds., **Global Intellectual History** (Nova York, 2013), 254–79.

5. Epistemologias das teorias cânones: racismo e supremacia branca

A anarquia, ao que parece, é apenas o que alguns estados fazem dela

Sampson, 2002

5.1 Introdução: por que hierarquia importa?

Henderson (2017) sublinha, fazendo uma crítica a Robert Vitalis (2015), a importância do pensamento de Alain Locke e Du Bois para o campo teórico das RI e como esses dois estudiosos afro-americanos contribuíram para o campo teórico em questão. O ponto de partida aqui é mais do que a contribuição histórica-descritiva, sem negar a relevância da pesquisa descritiva em Relações Internacionais, um forte contraponto à abstração normativa que tomou conta da disciplina e praticamente impôs uma norma de pesquisas não descritivas. Um dos papéis deste trabalho é, em vista disso, ressaltar a relevância e pesquisas descritivas e retirá-las da marginalidade sobre o pretexto da falta de rigidez a que o campo impôs.

Retomando o ponto de partida, os intelectuais negros no início do século XX tiveram importância teórica e histórica no nascimento da disciplina, fato que até então tentamos demonstrar aqui nos capítulos anteriores, desde a denuncia do imperialismo como co-constitutivo da *práxis* das RI até o movimento do internacionalismo negro no Atlântico, isso inclui desde a escola de Howard, o pan-africanismo, *Harlem* à negritude francófona e suas reverberações além-Occidente.

Nesse sentido, o objetivo geral deste capítulo é apontar como os intelectuais negros contribuíram para a construção de uma teoria de RI. Embora ainda não fixada nas RI convencionais, a questão da hierarquia é fundamental para entendermos o funcionamento da tão famigerada ordem internacional¹¹⁹, a qual foi alvo de análise de todas as abordagens teóricas-normativas da disciplina, desde os realistas até mais recentemente os pós-modernistas. Especificamente, como as abordagens teóricas clássicas do campo privilegiaram um tipo de pensamento (do homem branco) em detrimento de outros saberes (especialmente, aqui, a contribuição do internacionalismo negro). A hipótese aqui sugerida é que as relações internacionais são pautadas pela questão racial-hierárquica, mais do que isso, as relações

¹¹⁹ A ordem internacional tem sido alvo de investigações desde os anos 1970 com a ideia de que os EUA estavam em declínio hegemônico. Ver alguns dos principais autores que trabalham com teses declinistas: Wallerstein (2004); Arrighi (1996); Gilpin (2002); Keohane (1988).

internacionais respondem à hegemonia da branquitude, que privilegiou os problemas brancos, como o caso noção de anarquia, em detrimento de questões prementes como, por exemplo, a hierarquia da ordem global. Por isso, ressalta-se como e por que hierarquia racial explica melhor o funcionamento da ordem global do que o conceito de de anarquia internacional¹²⁰ - este último extraído da obra *Leviatã*, instrumentalizado pelos teóricos convencionais das RI e que, segundo Mill (1997), contem um caráter extremamente racial.

Para isso, faz-se necessário apontar como as principais correntes teóricas focaram as suas abordagens nas demandas da supremacia branca, em outras palavras: como e porque as teorias de resolução de problemas brancos silenciaram os temas raça e racismo nas RI? A omissão (ou silenciamento¹²¹) está inserida no que Krishna (2001) chamou de “epistemologia do esquecimento”, tal epistemologia mudou não só a academia disciplinar, mas moldou a própria prática das RI a partir de fundamentos que privilegiavam anarquia internacional, estado de natureza, contrato social e equilíbrio de poder¹²² em detrimento do colonialismo, racismo e imperialismo - para ficarmos nesses exemplos. O silenciamento impossibilitou o crescimento do campo para além dos debates inter-paradigmáticos do século XX, uma hegemonia que mudou a história do nascimento do campo e a prática da política internacional em si. Diante dessa assertiva, é preciso deslocar o discurso hegemônico branco para outras produções de saberes/práticas e, aqui, particularmente, a ênfase no mundo não branco, dando a devida importância aos intelectuais que estão à margem da hegemonia da branquitude. Tais movimentos envolvem a quebra de hierarquias que sustentam as relações sociais e, conseqüentemente, as RI.

Se o século XX foi o século da “linha de cor”, conforme anunciou Du Bois (1915), ou seja, o padrão doméstico de relações sociais baseado no racismo, o mesmo Du Bois já observava no campo das relações internacionais. Olhando especialmente, mas não só, para o continente africano, Du Bois (1915, 1925) via a causa da Primeira Guerra Mundial com raízes fortes na África, a corrida europeia pela riqueza do continente africano, tendo como pano de

¹²⁰ Para ler mais sobre a história do conceito “anarquia internacional”, sugiro: MILNER, Helen. The assumption of anarchy in international relations theory: A critique. **Review of International Studies**, 17(1), 67-85, 1991. Disponível em: <doi:10.1017/S026021050011232X>. Acesso em: mar. 2021.

¹²¹ Ver mais sobre o silenciamento em: SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordo”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas RI. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37

¹²² Aqui novamente o excesso de abstração da disciplina.

fundo a ideia de incapacidade de autogoverno no continente negro. A competição imperial por recursos e a expansão colonial da Europa na África levou a uma grande guerra imperialista, mas não só, foram diversos conflitos ao longo do século XX que relegaram o continente africano à violência brutal, guerras que dificultaram o processo de desenvolvimento socioeconômico daquela região¹²³. De imediato, a Primeira Guerra Mundial descambou em uma série de conflitos armados por posse de terras na África subsaariana, domínios franceses, britânicos e alemães fizeram da África o palco da luta imperialista, um período de convulsão social e econômica para a maioria dos países do continente africano, fator que impactou decisivamente nos movimentos anticoloniais¹²⁴.

Se anarquia é central para a disciplina, hierarquia tem sido nos últimos anos motivo de atenção. Depois de Du Bois, pensar em hierarquia é, de alguma forma, questionar os pressupostos neorrealistas, e Mattern e Zarakol (2016) fazem esse exercício ao encontrar a definição de hierarquia no criador da ideia de que vivemos em uma ordem internacional anárquica:

uma das mais importantes obras hierárquicas em RI é também a mesma que tornou natural a distinção do “internacional” e a primazia analítica da anarquia: *Theory of International Politics*. Waltz argumenta que existem apenas dois tipos de ordens: hierarquia e anarquia. A anarquia é a condição na qual as características da hierarquia estão ausentes, enquanto a hierarquia consiste em relações de subordinação nas quais os atores são formalmente diferenciados de acordo com os graus de sua autoridade e suas funções distintas (MATTERN, ZARAKOL, 2016, p. 11).

Mattern e Zarakol (2016) argumentam que as hierarquias são uma característica central das relações internacionais e que desempenham um papel importante na determinação do comportamento dos atores estatais. Eles exploram três dimensões fundamentais das hierarquias: a diferenciação entre atores superiores e inferiores, a distribuição desigual de autoridade e poder, e a internalização de normas e valores pelos atores subordinados. Mattern e Zarakol examinam uma ampla gama de casos, incluindo o sistema internacional contemporâneo, a história do colonialismo e o papel das organizações internacionais. As autoras (2016) defendem que as hierarquias não são meramente uma questão de poder e coerção, mas também envolvem processos de construção de identidade e conformidade.

¹²³ Para mais informações sobre as consequências da guerra no desenvolvimento da África, ler AMMONS, L. *Consequences of War on African Countries' Social and Economic Development*. **African Studies Review**, 39(1), 67, 1996. Disponível em: doi:10.2307/524669. Acesso em ago. 2022.

¹²⁴ Ver mais em: CROWDER, Michael. *The First World War and its consequences in Africa*, cap. 12. In: BOAHEN, Albert Adu. **General history of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935**. UNESCO: University of California Press 1985.

Mattern e Zarakol (2016) destacam que as hierarquias não são fixas e podem ser contestadas e transformadas. Elas também enfatizam a importância de analisar as hierarquias a partir de perspectivas múltiplas, levando em consideração fatores como gênero, raça e cultura. As autoras fornecem uma análise abrangente das hierarquias nas relações internacionais, destacando sua natureza complexa e variada contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas de poder e autoridade no sistema internacional. As autoras (2016) fazem uma distinção bastante relevante entre as análises que focam em anarquia e hierarquia. No caso da primeira, as abordagens focadas na anarquia (o *mainstream* disciplinar), os estudos são a política mundial a um sistema internacional, ou seja, na relação estrita entre Estados, no segundo caso, abordagens que procuram mostrar as relações hierárquicas, oferecem um campo de visão e um sistema global, não apenas internacional, isto é, o foco sai dos Estados se complexifica em outros atores¹²⁵.

5.2 Du Bois e Locke: pensar outras teorias

Du Bois foi o primeiro a fornecer uma análise acurada do racismo nas relações internacionais e Alain Locke a apontar como a questão cultural importava para a política externa. Segundo Henderson (2017, p. 2), ambos os autores foram pioneiros ao incluírem a questão da diáspora no epicentro do debate sobre as RI, em suas palavras: “o papel do imperialismo nacional na guerra moderna, bem como sobre teses de mudança cultural e seu impacto nas RI não apenas articulam a teoria das RI, mas antecipam um paradigma 'diasporista' do campo”. São os intelectuais negros Du Bois e Locke os primeiros a diagnosticarem um novo paradigma para o campo das RI: a diáspora. A diáspora, nesse sentido, se vale da crítica à hierarquia internacional, o sistema racista que rege as relações entre os Estados, para avançar no foco em culturas políticas do atlântico negro, como “agente de mudança chave na política doméstica e internacional”, como “fator relevante para autodeterminação dos povos”, à serviço de um cosmopolitismo intercultural, ou seja, internacional” (HENDERSON, 2017, p. 3).

No início do século passado, como aqui já apontado, o *darwinismo* social dominava a cena acadêmica da Ciência Política e, por consequência, a nova disciplina chamada RI. As

¹²⁵ Ver mais sobre o debate anarquia/hierarquia em: Adler-Nissen, Rebecca. 2015. *Opting Out of the European Union: Diplomacy, Sovereignty and European Integration*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. E também: Barder, Alexander. 2015. *Empire Within: International Hierarchy and Its Imperial Laboratories of Governance*. London: Routledge.

teses *darwinistas* da época assumiam uma hierarquia de raças dominada pelos europeus brancos e suas principais ramificações diaspóricas nas Américas, Ásia e continente africano. O pensamento branco, dessa forma, racionalizou suas políticas de dominação racial, resumidas na escravidão, conquista imperial, colonização e genocídio. Em outras palavras, os brancos se autointitularam civilizados e relegaram às outras culturas, entre elas, a negra, a pecha de não civilizados. A “não civilização” gerou uma séria de missões ocidentais na África tendo como pano de fundo a necessidade de civilizar e governar os bens e as riquezas daqueles povos. Os teóricos das RI não criaram condições para combater as teses *darwinistas*, em oposição, reafirmaram o caráter biológico da raça e os estudos da administração colonial fundamentaram as RI do século XX. Nesse contexto, Du Bois não redundou em mostrar que as RI eram em verdade relações raciais. A ideia de colonização dos povos africanos percorreu os estudos das RI euro-americanas, conforme nos mostra Henderson (2017, p. 3),

[em uma] Introdução ao Estudo das RI, Kerr argumentou que 'um dos fatos mais fundamentais da história humana' é que 'uma espécie é dividida em uma escala graduada' variando de civilizado a bárbaro e selvagem, necessitando de colonização deste último pelo primeiro. Giddings via o "governo" das "raças inferiores da humanidade" como um dever dos civilizados e baseou-se no livro de Kidd, 'O controle dos trópicos', que advertia as raças superiores a assumirem sua responsabilidade de cultivar a riquezas dos 'trópicos'.

O *darwinismo* social, a divisão entre brancos e negros, civilizados e não civilizados, ocidentais e bárbaros, anarquia e ordem, evidencia de forma decisiva como as RI estão organizadas não por Estados soberanos que convivem igualmente em um ambiente anárquico, conforme apregoa os neorrealistas e neoliberais, mas por relações baseadas na raça e no racismo e, desse modo, relações com recorte hierárquico, segunda a qual a supremacia branca se impõe pela via coercitiva (guerra imperial, colonialismo, escravidão), e/ou pela via do consenso compulsório (regimes internacionais e organizações internacionais¹²⁶).

Henderson (2017) faz uma importante crítica ao livro de Vitalis (2015), o qual, de um lado, valoriza o trabalho histórico seminal de Vitalis (2002; 2015), ao recuperar o internacionalismo negro, especialmente a partir da Escola de Howard e, de outro, faz uma importante contestação e, por isso, uma crítica que em suma pressupõe dizer que os intelectuais negros de Howard não só contribuíram de forma crítica contra o racismo dos

126 Para ler mais sobre como as organizações internacionais operam em favor dos Estados centrais, da manutenção do *status quo* do que Robert Cox (1996) chama de “burguesia internacional”, sugiro o capítulo da obra: COX, Robert (1996). *Influences and commitments*. In: COX, Robert e SINCLAIR, Timothy J. **Approachs to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19- 38, 1996.

européus e americanos, como fundamentalmente forneceram ferramentas teóricas para se pensar as RI, em suas palavras:

Os estudos antirracistas sintetizados nos argumentos de estudiosos da Howard School, como Du Bois e Locke, discutidos acima (assim como Bunche), não apenas forneceu críticas poderosas das RI racistas europeias e euro-americanas, mas ofereceu contrapontos teóricos perspicazes que descansam por seu próprio mérito como teoria de RI. Assim, tenho uma visão otimista da tese de Vitalis no que diz respeito às contribuições seminais da Escola Howard para RI, em geral; no entanto, não sou parcial em sua rejeição de suas contribuições para a teoria de RI (HENDERSON, 2017, p. 5).

As contribuições dos estudiosos de Howard não se limitaram às poderosas críticas ao racismo no campo das RI, especialmente no mundo euro-americano, mas contribuíram com contrapontos teóricos relevantes, estabelecendo méritos próprios para as teoria das RI. O que Henderson (2017) procura demonstrar é a validade dos intelectuais de *Howard* no que diz respeito as contribuições teóricas de forma geral, ao passo que se afasta de Vitalis (2015) por não concordar com sua rejeição dos intelectuais e suas contribuições para as teorias da RI. Segundo Zachariah Mampilly (2022, n.p)

[...] o apagamento de suas contribuições aos debates sobre a política externa e a ordem internacional dos Estados Unidos representa uma perda enorme. Ao descartá-lo, o establishment da política externa americana roubou de si um dos críticos mais perspicazes e prescientes do capitalismo e do imperialismo do século XX.

Os textos de Du Bois agora se mostram extremamente relevantes para o conjunto teórico das Relações Internacionais. Para Mampilly, “seus textos agora esquecidos sobre política mundial prefiguram muitas das ideias que mais tarde moldaram a teoria das relações internacionais”. Sua ênfase na crítica ao colonialismo e ao racismo, estabelecem o que foram as relações internacionais ao longo do século XX, mas igualmente o que são as relações internacionais atuais. Por si só, seus diagnósticos da ordens imperial e da Guerra Fria persistem na ordem internacional supostamente liberal de hoje, redescobrir sua obra serve “mais do que um propósito puramente histórico”. Mampilly defende que o diagnóstico de Du Bois sobre a ordem global é extremamente importante para se pensar as relações internacionais de forma geral e nesse aspecto Du Bois nunca deveria ter sido esquecido/silenciado, senão figurar como o próprio cânone do campo de RI:

Uma ordem melhor exige um cálculo mais completo, e restaurar o lugar de direito de Du Bois no cânone das relações internacionais seria um passo em direção a esse objetivo. redescobrir sua obra serve mais do que um propósito puramente histórico. Uma ordem melhor exige um cálculo mais completo, e restaurar o lugar de direito de Du Bois no cânone das relações internacionais seria um passo em direção

a esse objetivo. redescobrir sua obra serve mais do que um propósito puramente histórico. Uma ordem melhor exige um cálculo mais completo, e restaurar o lugar de direito de Du Bois no cânone das relações internacionais seria um passo em direção a esse objetivo (MAMPILLY, 2022, n.p)

Du Bois enxergou rapidamente que as elites ocidentais tinham forte apego às hierarquias raciais e econômicas. A hierarquia nas RI está intimamente ligada, de um lado, à expansão “capitalista colonial e mercantil e do comércio transatlântico de escravos que garantiu o domínio do povo ocidental e a subordinação dos povos africanos, asiáticos e caribenhos” e, de outro lado, ao racismo como motor-produtivo para o imperialismo. Destarte, o internacional identificado pelos teóricos *mainstream* das RI está justamente no complexo hierárquico forjado pela supremacia branca (VITALIS, 2015; HENDERSON, 2017).

Na primeira metade do século XX, no sentido contrário dos estudiosos de Howard, os cânones de RI pouco ou nada falaram sobre o colonialismo, fato que se revelaria após 1945 quando os recursos para pesquisas voltadas ao processo de descolonização ficaram escassas (VITALIS, 2015). Para Henderson (2017), os intelectuais negros foram além de meros expectadores que contavam suas histórias de sofrimento, a teoria empírica é apontada justamente nos conceitos apresentados pelos autores negros, tornando-os mais do que suficientes para serem enxergados do ponto de vista teórico: hierarquia racial, imperialismo, descolonização, colonialismo interno. Esse conjunto de abordagens, demonstrados empiricamente, deixa poucas dúvidas de que os intelectuais negros de Howard estavam engajados em criar uma teoria para o nascente campo das RI, sublinhado no papel do racismo o qual sustentava a hierarquia internacional, teoria defendida no início da primeira guerra mundial por Du Bois e Locke. Henderson (2017, p. 8) corrige o apagamento dos teóricos negros ao afirmar que:

é incorreto afirmar que eles não articularam a teoria de RI refletindo sua agência intelectual e perspicácia. Ou seja, havia muito na Howard School além da crítica; e uma grande parte do que tornou os estudiosos da Howard School tão excepcionais foi que eles transcenderam a miopia racista de seus teóricos de RI contemporâneos, estes últimos a quem Vitalis tem pouca dificuldade em identificar como "teóricos". Além disso, os estudiosos da Howard School propuseram uma teoria de RI que era ao mesmo tempo nova e original.

Henderson (2017) prenuncia o que seria um novo paradigma das RI forjado pelos intelectuais negros de Howard, trazendo os escritos de Du Bois sobre opressão e trabalho, o autor destaca a importância da força trabalho negra nos Estados Unidos e suas implicações internacionais, colocando, assim, a mão de obra negra como o grande motor para as mudanças

econômicas da virada do século. Du Bois insiste em afirmar que as raízes da hierarquia internacional está na "revolução escravista", ou seja, como centenas de milhares de escravos transformaram uma guerra "para salvar a União" em uma "revolução para derrubar a escravidão", fundamentalmente, transformando os Estados Unidos.

Na esteira da libertação dos povos negros nos Estados Unidos, a resposta da branquitude foi de uma nova escravidão, no entanto, no âmbito internacional: a nova escravidão que surgiu do trabalho do branco e da procura por lucros às custas da casta de cor, a morte da democracia, que importava mais aos negros que aos brancos (DU BOIS, 2020). Du Bois questionou incisivamente "por que a classe trabalhadora branca nos Estados Unidos se recusou a se alinhar com os ex-escravizados negros americanos para desafiar sua opressão comum". A lógica competitiva do capitalismo se instaurou nos Estados Unidos e Du Bois observou bem ao observar como "as elites brancas evitavam a redistribuição econômica e mantinham o poder político ao oferecer aos trabalhadores brancos "um salário público e psicológico" na forma de controle sobre as forças policiais (MAMPILLY, 2022, n.p). O salário psicológico permitiu que os trabalhadores brancos pobres se identificassem com os ricos, os brancos pobres não se identificavam com os pobres pretos. A branquitude, assim, anulou a possibilidade de uma classe trabalhadora unificada. O privilégio material da aparece como resultado da exploração dos trabalhadores negros, a partir da apropriação dos recursos coloniais, mas esse privilégio não é só material, é igualmente social e simbólico, como resultado do poder de definir o mundo social e os muitos pequenas e grandes formas de reconhecimento social atreladas a esse poder na vida cotidiana (ITZIGSOHN, BROWN, 2020 MORRIS, 2022).

Essa estrutura de opressão nacional fora lançada no exterior, isto é, o nacional imperialismo dominava os povos não brancos criando um mundo colonial, RI baseadas na escravidão que moldou o capitalismo do período. Du Bois, antes mesmo de Carr, já teorizava os motivos da primeira guerra mundial, que, para ele, foi em grande parte resultado do conflito de interesse de posse das potencias imperialistas [que se fundiram aos interesses da burguesia]. Em resumo, a busca era pelo dominação da supremacia branca na econômica e na política da África e da Ásia. Deste modo, Du Bois lançava uma teoria de face dupla da disciplina de RI: em primeiro lugar, ao reconhecer a prevalência do imperialismo e como a supremacia branca dominou povos da África e da Ásia. Em segundo lugar, como essa relação

da branquitude forjou um sistema internacional de Estados hierárquico; a hierarquia global é uma clara oposição ao que nos acostumamos a debater, a anarquia internacional.

A hierarquia internacional fora percebida pelos marxistas como resultado do capitalismo global, resultando em uma sociedade internacional desigual, outras teses focaram na questão do imperialismo como uma *práxis* política, Du Bois estabeleceu os fatores culturais, mais particularmente, a questão da linha de cor como organizadora das relações internacionais. Obviamente, não são teses excludentes, as questões econômica, política e cultural podem conversar em alguma medida, o que vale ressaltar é que as teses econômicas e políticas da hierarquia global prosperaram e foram, de certa forma, trabalhadas no campo nascente, ao contrário da tese da hierarquia racial de Du Bois que ficou por muitas décadas silenciada.

A tese de Du Bois (1915) coaduna como uma teoria da política internacional: o autor identifica o imperialismo na forma de supremacia branca dominante e na subjugação dos povos africanos e asiáticos e compreende de forma bastante singular o sistema internacional como hierárquico em vez de anárquico, uma oposição aos teóricos brancos liberais e realistas. Du Bois não estava sozinho nesta empreitada, Locke seguiu caminho similar a partir das duas palestras de 1916 sobre o *The Political and Practical Conceptions of Race*, especialmente na sua rejeição a questões militares como justificativa para a supremacia branca, para Locke a supremacia branca era o resultado do racismo e não da sua superioridade militar-tecnológica. A hierarquia dificulta o acesso aos bens públicos globais, deste modo, a questão racial está no centro da ordem global para os intelectuais de Howard. O grupo superior, neste caso, é taxado como raça superior, no entanto, essa premissa da ciência ignora a história do racismo e da escravidão e coloca a biologia acima das questões sócio-culturais - tão relevantes para a política internacional¹²⁷.

É nesse jogo da arena internacional que Locke enxerga a questão do imperialismo como o padrão de dominação internacional. A prática imperialista e, então, a prática racial nas relações internacionais desembocou na exploração comercial das regiões tidas como atrasadas:

em seus aspectos políticos e práticos, a raça reflete imperativos políticos amplamente associados ao imperialismo. Vendo o imperialismo como alimentado

¹²⁷ Apesar da ciência hoje refutar qualquer diferença biológica entre as raças, o racismo permanece. Portanto, a conclusão mais óbvia é que o racismo está muito além da questão científica, e ele continua organizando as RI a despeito da refutação de teses racistas.

em grande parte pela exploração comercial de mercados estrangeiros complementada pela atividade missionária religiosa, ele observou que isso possibilitou a dominação política, econômica e social internacional e domesticamente. Isso levou Locke a fornecer um dos primeiros argumentos de que a Primeira Guerra Mundial resultou das práticas imperialistas das principais potências europeias (que antecederam em oito meses "as raízes africanas da guerra" de Du Bois). (HENDERSON, 2017, p. 12).

O que se pode observar é mais do que uma crítica à supremacia branca, ao racismo estruturante das RI, senão, a concatenação de argumentos que possibilitam se pensar uma teoria das RI a partir da Escola de Howard, nas palavras de Henderson (2017, p. 12): “eles também estavam teorizando as RI de maneiras novas, criativas e muitas vezes prescientes”, de um lado, Du Bois, pensando na questão da expansão capitalista e a mão de obra negra como sustentação do imperialismo e, por sua vez, Locke observando desde *Harlem* a questão cultural, duas formas especialmente novas de se pensar as RI no início do século XX, anterior ao debate travado por realistas e idealistas que tomou conta dos manuais da disciplina e ainda o faz.

Para Locke (1999) a cultura não era determinada pela raça, o contrário disso, pois, a raça era um fenômeno sociológico, uma construção social. Raça está então muito mais ligada à solidariedade de grupo do que a fatores físicos/antropológicos. Na medida que raça está inserida em uma determinada cultura, a cultura está sempre passível a dinâmicas de mudanças internas e externas, no último caso por meio de contato com outras culturas sociais. Esse dinamismo preserva o que Locke vê como importante: a solidariedade entre grupos marginalizados. É a partir dessa dinâmica que o intelectual de Howard enxerga no orgulho de si, no orgulho da raça o caminho para se criar uma contra-doutrina que consiga frear o processo de preconceito de raça que estava enraizado na democracia norte-americana. O reconhecimento coletivo preserva a consciência de pertencimento e promove a conservação da cultura negra, seu desenvolvimento, sua maturidade enquanto cosmopolita e a tolerância em relação a outras culturas. É perfeitamente observável que o pensamento de Locke tem capilaridade internacional, especialmente na implementação de um ambiente internacional que suporte diferentes culturas, que derrube obstáculos para a emancipação de todos os povos não brancos. Um sistema global que absorva a diáspora negra, uma composição cultural capaz de criar fortes atores internacionais, colocando, assim, os grupos culturais como “unidades de análise” não fechadas, não essencializadas nas RI. Apesar da pouca atenção dos cânones, a contribuição de Locke é *sine qua non*. A tese de Locke enfatiza a importância das diásporas

como agentes na política global e, portanto, como objetos de estudo na área de Relações Internacionais. Essa perspectiva não se baseia em noções racistas de "civilização", que Locke criticou em suas palestras na Universidade Howard, nem adota representações primordialistas de "conflito entre civilizações" que são comuns nas teorias de RI contemporâneas. As ideias de Locke sobre raça, cultura e mudança política foram visionárias, apresentando novas teorias sobre as forças que impulsionam a política mundial quando foram apresentadas em Howard em 1916. Na verdade, as teses de Locke - assim como as de Du Bois - não apenas contribuem para a teoria das Relações Internacionais, mas também antecipam um paradigma "diasporista" dentro desse campo. Segundo Henderson (2017, p. 18)

Este último vai além de uma crítica da estrutura hierárquica racista do sistema político global e, como argumentado em outro lugar, enfoca os grupos culturais como unidades proeminentes de análise; diáspora, como um agente de mudança chave na política doméstica e internacional; e autodeterminação cultural, intraculturalmente, e cosmopolitismo, interculturalmente, como objetivos das relações interculturais ou seja, internacionais.

A diáspora aparece nos intelectuais negros como agenda relevante na política internacional, e assim objeto de estudo premente para o campo. Essa premissa não está baseada em noções racistas, Locke desvendou isso nas palestras de Howard, nem tampouco em teses de conflito civilizacional que escancara um preconceito de raça e até hoje são prevalentes nas RI¹²⁸. As teses de Locke (e de Du Bois) tanto constituem teorias da RI como antecipam o paradigma diasporista da área em questão, pouquíssimo utilizado no campo de estudo. A diáspora nesse sentido vai além da crítica da hierarquia racista internacional, toca na questão da diáspora como agente de mudança nas relações internacionais, na autodeterminação, em relações que sejam relações entre culturas diversas.

Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (2015) defendem uma agenda de pesquisa nova para o campo teórico baseada nos escritos de Du Bois: o problema da linha de cor global. As dicotomias tradicionais enfrentadas pelo campo das Relações Internacionais estão destinadas ao fracasso. Não é mais viável dividir a disciplina por meio de dualidades como interno/externo e economia/política. Nesse contexto, a importância da raça na política

¹²⁸ A obra de Samuel Huntington, *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* (1997) é um exemplo clássico de um discurso racial das civilizações, bem como um pré-requisito para a expansão do império, racionalização da violência e constantes intervenções diretas e indiretas no sul global. Ver mais em: HATEM BAZIAN. The clash of civilization: A racial discourse. **Daily Sabah**. Nov. 2015. Disponível em: <https://www.dailysabah.com/columns/hatem-bazian/2015/11/12/the-clash-of-civilization-a-racial-discourse>. Acesso em: dez. 2021.

global, tanto no passado quanto nos dias atuais, torna-se ainda mais evidente. A noção de Du Bois sobre a linha de cor “lança luz sobre as práticas globais de criação de limites e controles de fronteira que imitam em detalhes explícitos as práticas da cartografia colonial, baseadas nos ideais da supremacia branca”. Essas práticas, como regimes de vistos arbitrários, controles de imigração e sistemas transnacionais de encarceramento baseados em políticas liberais, são exemplos evidentes da forma como o racismo se institucionaliza em escala global. Infelizmente, a consolidação e a perpetuação dessas práticas excludentes tornaram-se parte integrante das dinâmicas das Relações Internacionais (ANIEVAS, MANCHADA, SHILLIAM, 2015, p. 10-11). O que está em jogo na elaboração de uma teoria das RI que tenha como premissa a questão racial, é justamente observar como a episteme do campo se estabeleceu nas principais teorias e como essa episteme se afastou dos saberes dos povos negros. Em outras palavras"

Uma forma de lidar com tais preocupações é reconhecer a necessidade da desestabilização do terreno epistêmico (Chow 2006), longe do que Charles Mills (1997) chamou de uma “epistemologia da ignorância” para uma episteme que centra a raça e seu entrelaçamento nas modalidades de patriarcado e capitalismo, especialmente em múltiplas dimensões - política, econômica, cultural, psicológica, etc. Confrontar a linha de cor global exige que incorporem e nos movamos além do nexo identidade/diferença e, assim, não andemos mais por cima das preocupações de Du Bois e outros pensadores cognatos (ANIEVAS, MANCHADA, SHILLIAM, 2015, p. 10).

Ainda que os trabalhos dos intelectuais negros de Howard estejam em franca discussão, chama atenção que a discussão fique à margem do *mainstream*, ao mesmo tempo que aceitar Du Bois e Locke como figuras proeminentes do campo das RI pressupõe colocar sob suspeição boa parte do esforço teórico da disciplina. Hierarquia importa porque nos informa as práticas das relações internacionais traduzidas nas relações de poder entre Estados, na assimetria dentro das organizações internacionais, bem como nas diferenças materiais e de como a hierarquia trabalha para a manutenção o *status quo* dominante. Colocar sob suspeição os esforços teóricos é exatamente o objetivo das próximas seções, a começar pela problematização do conceito-chave em ri: a anarquia. Hierarquia nas relações internacionais é a tradução de como o racismo opera no nível global.

5.3 Estado de natureza é o que os clássicos fizeram dele

O racismo nas teorias das RI está informado por meio de sua influência nos pressupostos empíricos, éticos e epistemológicos que sustentam seus paradigmas. Por isso, antes de se tornarem paradigmas, as teorias das RI beberam das fontes clássicas, em particular, dos contratualistas: Thomas Hobbes (1588 – 1679), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804). Em suma, o contratualismo é uma teoria na filosofia política que busca fundamentar a autoridade política e a legitimidade do governo por meio de um contrato social hipotético. De acordo com os contratualistas, como Hobbes, Locke e Rousseau, os indivíduos voluntariamente renunciam a parte de sua liberdade em troca da proteção e da ordem fornecidas pelo Estado. O contrato social é visto como um acordo entre os cidadãos e o governo, no qual estabelecem-se direitos e deveres mútuos. A teoria contratualista busca responder questões sobre a origem do governo, a natureza do poder político e os direitos e responsabilidades dos indivíduos e do Estado. Ela desempenha um papel relevante na formação de sistemas políticos e na compreensão dos fundamentos da sociedade civil. Foram nas obras desses autores clássicos que o conceito de anarquia delimitou o alcance das teorias das RI. Falar de teoria, conseqüentemente, é falar dos clássicos, é buscar as origens do conceito de anarquia, o qual posteriormente veio a se tornar chave nas abordagens realista, liberal e construtivista.

A anarquia fornece a base para as principais abordagens do campo, advinda do contrato social, a anarquia caracteriza o estado de natureza, isto é, uma sociedade hipoteticamente vivendo em um estado de guerra de todos contra todos e, por isso, tem a necessidade de firmar um contrato social, cujo cerne é a liberdade de cada indivíduo em prol da segurança de todos (HOBBS, 2003). A concepção de contrato é central na obra *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes, mas também em Locke, no *Segundo Tratado do Governo Civil* (1689), Rousseau, em *O contrato social* (1762) e em Kant, *Ideia de uma história universal sob um ponto de vista cosmopolita*, de Immanuel Kant (1784) ou *a Paz Perpetua* (1795).

As teorias *mainstream* não problematizaram a questão que permeia a ideia de contrato social, isto é, a noção de raça. Esse trabalho começa a ser desvelado, de forma bastante completa e seguindo a virada historiográfica do fim do século XX, na obra de Charles Mills (1997), *The Racial Contract*¹²⁹. Em *The Racial Contract* (1997) Mills examina as formas pelas quais a raça e o racismo moldam estruturas sociais e políticas, focando no contrato

¹²⁹ Doravante Contrato Racial.

social implícito que opera nas sociedades ocidentais. De acordo com Mills, o Contrato Racial é um acordo informal que está na base das interações políticas, econômicas e sociais em sociedades predominantemente moldadas por pessoas de ascendência europeia. O autor argumenta que esse contrato estabelece um sistema de supremacia branca e hierarquia racial, concedendo privilégios e vantagens aos indivíduos brancos enquanto subordina e marginaliza indivíduos não brancos. Mills (1997) sustenta que o “Contrato Racial” é distinto das teorias explícitas de “contrato social” desenvolvidas por filósofos como Hobbes, Locke e Rousseau. Enquanto as teorias do contrato social afirmam estabelecer princípios de justiça e equidade para todos os indivíduos, o “Contrato Racial” exclui os indivíduos não brancos da plena participação e proteção. Ao examinar várias esferas da sociedade, incluindo política, direito, educação e cultura, Mills (1997) expõe como o Contrato Racial opera para manter e perpetuar a dominação branca e a subordinação sistemática de grupos racializados. Ele argumenta que o Contrato Racial não afeta apenas as relações interpessoais, mas está profundamente enraizado nas estruturas institucionais e normas sociais. O trabalho de Mills (1997) desafia a noção de uma sociedade que não vê cor e destaca a necessidade de reconhecer e abordar as dimensões raciais do poder e dos privilégios. Ele pede um exame crítico do Contrato Racial e a criação de contratos sociais alternativos que promovam a justiça racial, igualdade e inclusão. "O Contrato Racial" tem sido influente na teoria crítica da raça e no estudo da raça e política. Contribui para discussões em curso sobre o racismo sistêmico, privilégio branco e a interseção entre raça e poder na sociedade contemporânea.

Para Mills (1997, p. 120) "o Contrato Racial é teoricamente superior ao contrato social sem raça como modelo do mundo atual e, correspondentemente, do que precisa ser feito para reformá-lo". O autor, continua, “defende a complementação das discussões padrão do contrato social com uma descrição do Contrato Racial. Nas palavras de Mills (1997, p. 11)

ou meta-acordos formais ou informais (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites da validade dos contratos) entre os membros de um subconjunto de humanos, doravante designado por critérios ‘raciais’ (fenotípico/genealógicos/culturais) C₁, C₂, C₃ . . . como ‘brancos’ e co-extensivos (dando o devido desconto para a diferenciação de gênero) com a classe de pessoas completas, para categorizar o subconjunto restante de humanos como ‘não-brancos’ e de status moral diferente e inferior, sub-pessoas, de modo que tenham um subordinado [...].

Se o contrato social propõe uma sociedade segura, unificada e governada por um soberano (autoritário ou não), com deveres e benesses estabelecidas homoganeamente, o Contrato Racial escancara a relação heterogênea desta suposta sociedade. O Contrato Racial

aponta para uma sociedade heterogênea, significativamente hierárquica e organizada racialmente, em outras palavras, uma sociedade que pressupõe a dualidade brancos e não brancos. Essa dualidade continua sendo o padrão do campo das RI e informa como a política internacional deve ser estabelecida, desde as justificativas para guerras (guerra justa)¹³⁰, até as intervenções humanitárias, esta última ancorada na noção de Estados Falidos¹³¹.

A preocupação de Mills (1997) está em investigar como a política liberal branca dos Estados Unidos organizou as RI a partir de um pressuposto racista, qual seja, a anarquia. Sendo assim, o contrato social é um acordo da branquitude para excluir as operações da supremacia branca, um acordo para não se revelar como a branquitude organizou as RI a partir da tal pressuposto. Quais foram os caminhos para isso? Mills (1997) afirma que o Contrato Racial se dá através de diversas operações que excluem, apagam ou obscurecem o papel central da questão racial. A construção histórica do mundo moderno ocorre sem que as histórias de violência e os abusos de cunho raciais tenham sido colocados nessa conta. Mills (1997), chama isso de meios de “ignorância” necessários para a manutenção da supremacia branca, para privilegiar as demandas da branquitude em detrimento de qualquer justiça racial. A ignorância, observada pelo autor, está no campo da epistemologia e, assim, na própria subjetividade da supremacia branca. Significa dizer que a ignorância, a qual frequentemente é considerada como uma lacuna no conhecimento, como uma omissão epistêmica que poderia ser facilmente corrigida assim que percebida, pode parecer um resultado acidental das limitações de tempo e recursos que os seres humanos têm para investigar e compreender seu mundo. Embora esse tipo de ignorância exista, não é o único tipo. Segundo Shannon Sullivan and Nancy Tuana (2007, p. 11) “às vezes, o que não sabemos não é apenas uma lacuna no conhecimento, mas um resultado ativamente produzido para fins de dominação e exploração, especialmente no caso da opressão racial, uma falta de conhecimento ou uma desaprendizagem de algo previamente conhecido”. O que as autoras estão colocando é que a

¹³⁰ A teoria da “guerra justa” foi desenvolvida tanto por teólogos da antiguidade, Santo Agostinho e São Thomas de Aquino, como por autores importantes do século XX, Michael Walzer, Elizabeth Anscombe e outros. Ver mais em: Alexander Moseley. Just War Theory. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://iep.utm.edu/justwar/>. Acesso em: jan. 2022.

¹³¹ Para uma abordagem geral da ideia de “Estados falidos” (ou fracassados) ler: MONTEIRO, Leandro N. (2006). **O Conceito de Estados Fracassados nas RI**: Origens, Definições e Implicações Teóricas. Dissertação de mestrado (134 p.). Programa de Pós-Graduação em RI, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O conceito a partir de um olhar do discurso colonialista, ler em: TOLEDO, A. “Estados falidos” enquanto discurso colonial. **Monções: Revista de RI da UFGD**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 165–192, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11534>>. Acesso em: Jun de 2022.

ignorância, no caso epistêmico da branquitude, mais especificamente, é deliberada. Para Mills (1997, p. 93),

Os brancos então agirão de maneira racista enquanto pensam em si mesmos como agindo moralmente. Em outras palavras, eles experimentarão dificuldades cognitivas genuínas em reconhecer certos padrões de comportamento como racistas, de modo que, além de questões de motivação e má fé, eles serão moralmente prejudicados simplesmente do ponto de vista conceitual de ver e fazer a coisa certa. Como enfatizei no início, o Contrato Racial prescreve, como condição para a adesão à política, uma epistemologia da ignorância.

Du Bois foi o primeiro a tratar a questão da “ignorância”, ele desenvolve o estudo da branquitude como experiência vivida e, em escritos sobre a dupla consciência e o véu, argumenta que não apenas o racializado, mas também o grupo racialmente dominante. Se a vivência do racializado é caracterizada pela dupla consciência, a vivência do sujeito que racializa é caracterizada pela *ignorância* e pela má-fé (destaque nosso). Du Bois (2001) mostra que os discursos e entendimentos raciais se tornaram parte da atitude natural dos brancos. Sendo assim, a “ignorância” é um dos principais pilares para o que vou chamar mais adiante de hegemonia da branquitude. Ou seja, era preciso algum tipo de descaso voluntário para prescrever o Contrato Racial, uma relação de subordinação no epicentro do principal clássico da disciplina de RI.

A ignorância epistêmica passou ao largo dos cânones das Relações Internacionais, o que foi extraído dos filósofos clássicos não tinham esse olhar analítico e crítico sobre a questão racial. Nesse contexto de ignorância da tradição do campo, um dos conceitos basilares do *mainstream* é a ideia de estado de natureza. O (neo)realismo abraçou o estado de natureza violento, brutal e hipotético da pré-sociedade. Para Mills (1997), ainda que a representação de Hobbes parece aplicável a todos, como seria possível estabelecer uma sociedade violenta, baseada na guerra de todos contra todos, de alguém que falava a partir de uma realidade eurocêntrica. A resposta de Mills (1997, p. 65) é que esse estado de natureza só existe se pensarmos que ele é reservado para os não brancos:

embora nunca tenha havido qualquer momento em que determinados homens estivessem em condições de guerra uns contra os outros", há "em todos os tempos" um estado de "ciúmes contínuos" entre os reis. e pessoas de autoridade soberana. Ele presumivelmente enfatiza essa afirmação para que o leitor imagine o que aconteceria na ausência de um poder comum a temer.

O que Mills (1997) está argumentando parece lógico: se não houve em nenhum momento este estado de natureza, a sua hipótese se aplica ao imaginarmos tudo que está fora do olhar do pensador europeu. Em sua obra *Leviatã*, Hobbes não está olhando para a Europa

central, sua preocupação com a anarquia (a guerra de todos contra todos, a extrema violência) está voltada para “lugares selvagens”, "há muitos lugares onde eles vivem agora", por exemplo, "os povos selvagens em muitos lugares da América" (Mills 1997, p. 66). O único exemplo bem observado por Hobbes e descortinado por Mills (1997) é a América, o lugar em que os povos não brancos lutavam por terras e expulsavam os brancos europeus. Hobbes assume que jamais em qualquer lugar houve um período de total anarquia (HENDERSON, 2013).

Mills (1997) argumenta, portanto, que por trás da noção de anarquia e o estabelecimento de um contrato social está a lógica racial, isto é, o estado de natureza é particular aos não brancos. No continente americano ou em outros rincões do globo há um evidente estado de natureza, uma guerra de todos contra todos, por seu turno, na Europa o estado de natureza não passa de uma abstração hipotética. É desse ponto que Mills (1997) extrai o que ele chama de dualismo do contrato social, questões inerentes aos brancos e outras inerentes aos não brancos: anarquia para os não brancos e ordem para os brancos:

o conflito entre brancos é o conflito entre aqueles com soberanos, ou seja, aqueles que já estão (e sempre estiveram) na sociedade. A partir desse conflito, pode-se extrapolar. . . ao que poderia acontecer na ausência de um soberano governante. Mas realmente sabemos que os brancos são racionais demais para permitir que isso aconteça com eles. Assim, o estado de natureza mais notório na literatura contratualista – a guerra bestial de todos contra todos – é realmente uma figura não branca, uma lição racial objetiva para os brancos mais racionais, cuja compreensão superior da lei natural (aqui em seu caráter prudencial e não altruísta). Essa versão lhes permitirá tomar as medidas necessárias para evitá-lo e não se comportar como 'selvagens'. (Mills 1997, p. 66)

O estado de natureza não se aplica aos brancos, aos reis soberanos, mas, sim, aos povos negros, os quais não entram no *hall* de soberanos de Hobbes. Para os selvagens, o contrato social seria a única saída para evitar a guerra de todos contra todos, fato que exclui a figura aut centrada e racional do europeu. Por trás dessa concepção, (MILLS, 1997, p. 66-67), a ideia de que para concretizar o avanço do colonialismo era preciso de um Estado forte, absolutista, capaz de frear a guerra de todos contra todos - ao passo que os europeus desfrutariam de governos parlamentaristas. Anarquia e contrato social para os não brancos, selvagens, não civilizados, paz, república e parlamentarismo para os brancos civilizados e racionais. A obra de Mills (1997) estabelece uma inversão extremamente importante: o contrato não era social, homogêneo, aplicável a todos, mas sim racial, excludente, hierárquico e heterogêneo.

O mesmo se aplica ao contrato social estabelecido pelo liberal John Locke, a racionalidade do contrato é estabelecida pela quantidade de bens que está em jogo. Para o autor (1997, p. 68) Locke não só criou uma sociedade hipotética baseada em questões raciais, como contribui para a escravidão, "na prática, e sem dúvida também a teoria, de Locke também desempenhou um papel no contrato de escravidão. No Segundo Tratado, Locke defende a escravidão resultante de uma guerra justa, por exemplo, uma guerra defensiva contra a agressão". Mais especificamente, o estado de natureza de Locke (MILLS, apud. HENDERSON, 2013, p. 81)

o estado de natureza de Locke é "moralizado" e "normativamente regulado pela lei natural tradicional (altruísta, não prudencial)" e é aquele em que tanto a propriedade privada quanto o dinheiro existem. Ele observa que 'Locke argumenta notoriamente que Deus deu o mundo "para o uso do Industrioso e Racional", cujas qualidades foram indicadas pelo trabalho. Assim, enquanto ingleses diligentes e racionais trabalhavam em casa, na América, em contraste, encontravam-se "florestas selvagens e resíduos não cultivados [e] . . . deixadas à Natureza" pelos índios ociosos".

A disputa por terras dos nativos americanos, por exemplo, fica aberta ao escrutínio da ordem não anárquica, ao estado de natureza definido e estabelecido pelo branco europeu. O contrato racial se manifesta em Locke de várias maneiras, mas Mills (1997) observa a defesa do autor clássico da escravidão, resultado de uma guerra justa e, desta maneira, seu olhar sobre os povos negros como não totalmente humanos, que estão sujeito a outro tipo de regra normativa: desapropriados para certos territórios, incapazes de se autogovernarem e portanto indivíduos inferiores aos brancos europeus (MILLS, 1997). O contrato social de Locke também pode ser caracterizado como um contrato racial, dado que estabelece mundos hipotéticos para os não brancos, enquanto para os brancos sobra o império da lei e da ordem liberais.

O mesmo acontece com Rousseau, visto por Mills (1997) como um contratualista paternal, mas não menos às voltas com o dualismo brancos/não brancos. Segundo o autor, a ideia de contrato social de Rousseau parece menos racializada, à medida que o autor clássico francês abandona o "homem mau por natureza" de Hobbes e adota o famoso "bom selvagem". Não precisamos retomar aqui os aspectos mais detalhados da obra clássica de Rousseau (1970), Mills (1997) faz isso com maestria ao revelar que há distinções raciais cruciais no conceito de desigualdade de Rousseau e que, por isso, o estado de natureza por ele estabelecido não é homogêneo como parece ser. Isso porque os selvagens relatados por

Rousseau ou são crianças criadas por lobos ou, e aqui é onde reside todo seu aparato racializado, os não brancos. Mills escreve (1997, p. 69, apud. HENDERSON, 2013, p. 82)

para a Europa, a selvageria está em um passado distante e obscuro, já que a Europa há muito desenvolveu especialização em metalurgia e agricultura, que Rousseau argumenta que deu origem à civilização avançada da Europa sobre outras regiões. “Mas Rousseau”, acrescenta Mills, “escrevia mais de duzentos anos depois do encontro europeu com os grandes impérios asteca e inca; não havia pelo menos um pouco de metalurgia e agricultura em evidência ali? Aparentemente não: “Tanto a metalurgia quanto a agricultura eram desconhecidas dos selvagens da América, que sempre permaneceram selvagens.

Rousseau estabelece uma diferença entre os selvagens e os não selvagens, os casos em que se aplicam o estado de natureza e o seu total oposto, a tecnologia. Mills (1997) observa que no caso de Rousseau a falta de olhar outras realidades o impediu de observar avanço tecnológico em qualquer parte a não ser na Europa central. Fazendo o exercício incompleto, ou seja, de observar o avanço tecnológico sem se ater as questões sociais, políticas e até culturais, o autor clássico muito absorvido pelo campo das RI justifica a hierarquia a partir do avanço tecnológico. As novas tecnologias eram assim exclusividade dos brancos, ao contrário dos selvagens que permaneceriam na base da hierarquia racial. Segundo Mills, para Rousseau mesmo que selvagens não brancos fossem saudáveis e tivessem bens e posses, ainda assim seriam considerados selvagens. O contrato racial de Rousseau é paternalista à medida em que elogia o vigor dos não brancos em relação à degradação dos europeus, envolvidos em corrupção e toda a sorte dos governos déspotas, os não brancos estariam hierarquicamente inferiorizados em relação aos brancos europeus. Nesse contexto, não há dúvidas de que a abstração da anarquia em Rousseau se vale da “dicotomização racial subjacente e a hierarquia de civilizado e selvagem” para estabelecer um novo contrato para a hipotética sociedade civil (MILLS, 1997, p. 69).

Apesar de Rousseau aparecer sempre como o autor mais republicano dos contratualistas, uma “leitura cuidadosa do texto revela, mais uma vez, distinções raciais cruciais. Os únicos selvagens naturais citados são selvagens não-brancos, exemplos de selvagens europeus, estando restritos a relatos de crianças selvagens criadas por lobos e ursos[...]”. Rousseau faz uma diferenciação clara entre brancos e não brancos, a possibilidade de estado de natureza só existe para a segunda categoria. Essa dicotomia estabelece também em Rousseau a hierarquia racial subjacente aos contratualistas e, na hipótese da aplicação

desse estado de natureza, só os brancos são capazes de assinar o contrato social, portanto, conforme Mills (1997, p. 69), o contrato racial:

Deixar o estado de natureza, como Rousseau argumenta em O Contrato Social, seu relato posterior de uma política ideal, é necessário para que nos tornemos agentes morais totalmente humanos, seres capazes de justiça. Portanto, o elogio aos selvagens não-brancos é um elogio paternalista limitado, equivalente à admiração por animais saudáveis, de forma alguma deve ser tomado como implicando sua igualdade, muito menos superioridade, aos europeus civilizados da política ideal. A dicotomização racial subjacente e a hierarquia entre civilizado e selvagem permanecem bastante claras.

É exatamente esse dualismo racial que foi absorvido pelas teorias do campo, o discurso de RI esticou a corda da noção de estado de natureza, não mais entre os indivíduos dentro de um determinado território, mas entre os Estados soberanos, sendo um dos conceitos-chaves para se pensar a anarquia internacional tão presente na disciplina. A hierarquia racial nos contratualistas em momento algum foi desafiada pelas principais teorias das RI, ao contrário, foi absorvida e até os dias atuais ainda está no *hall* dos principais manuais do campo (HENDERSON, 2013).

Em Kant não é diferente, Mills (1997, p. 70) ilustra como o contrato racial informou todo a trajetória teórica do campo, posto que Kant sempre foi visto como um defensor da Paz, da cooperação e, assim, o caráter racial na sua obra passa ainda mais despercebido. Ao contrário do que parece, o autor afirma que em Kant se observa a “melhor ilustração do domínio racial”. Da sua noção de contrato social, o que pode-se retirar - e que ainda é muito utilizado no campo das RI - é a ideia de “paz republicana”. A ideia de paz republicana em Kant está relacionada ao conceito de paz perpétua e à necessidade de estabelecer relações pacíficas e estáveis entre os Estados. Kant argumenta que a paz não deve ser apenas uma ausência de guerra, mas sim uma condição na qual os Estados estão em uma harmonia duradoura e cooperativa. Para alcançar essa paz republicana, Kant (1989 [1795]) propõe três princípios fundamentais. Em primeiro lugar, ele defende a ideia de que os Estados devem ser governados de acordo com princípios republicanos, nos quais o poder é exercido pelo povo e as decisões são tomadas de forma democrática. Isso garante que as políticas externas sejam influenciadas pela vontade do povo e não estejam sujeitas a ditaduras ou governos autoritários. Em segundo lugar, Kant argumenta que os Estados devem se unir em uma federação de nações livres. Essa federação seria baseada em princípios de direito internacional, nos quais os Estados reconhecem e respeitam os direitos e interesses uns dos

outros. Através dessa cooperação internacional, os conflitos seriam resolvidos pacificamente e haveria um sistema de segurança coletiva. Em terceiro lugar, Kant propõe que haja uma relação comercial e econômica aberta entre os Estados. Ele acredita que a interdependência econômica promove a paz, pois os Estados têm um interesse mútuo em manter relações comerciais pacíficas e benéficas. A paz republicana em Kant tem como objetivo superar a lógica da guerra e da conquista, substituindo-a por uma ordem internacional baseada na justiça, na cooperação e no respeito mútuo. É uma visão idealista que enfatiza a importância da democracia, do direito internacional e da interdependência econômica na promoção de uma paz duradoura entre os Estados.

Em resumo, presume em dizer que Estados republicanos não entram em guerra, pois suas instituições democráticas, como a imprensa (opinião pública), a economia livre, a diplomacia e outras tendem a frear ímpetos belicosos¹³². A paz republicana que gerou legados para a paz democrática não olha a fundo o discurso de Kant. Mills (1997) faz esse movimento e retira de Kant parte relevante da sua teoria racial. Citando Emmanuel Chukwudi Eze (1995, p. 227), Mills (1997, p. 70) afirma :

de acordo com Kant, os negros são inferiores aos brancos. Ele deixa claro que “tão fundamental é a diferença entre essas duas raças de homens (brancos e negros), e parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à cor”. Para Kant, o "talento" era um "ingrediente natural" essencial para a aptidão em realizações racionais e morais superiores" e o talento era distribuído desigualmente entre as raças, os brancos possuindo o maior "dom" de talento e os negros em grande parte carecendo dele.

Emmanuel Chukwudi Eze (1995) aborda a concepção de "raça" na antropologia de Immanuel Kant. O autor examina como Kant entendia a raça e como essa compreensão influenciou sua visão da natureza humana e das diferenças raciais. Eze argumenta que Kant desenvolveu uma concepção hierárquica das raças, com a raça branca sendo considerada superior às outras raças. O autor (1995) também analisa as implicações éticas e políticas dessa concepção racial de Kant. Ele destaca como as ideias de Kant sobre raça e sua visão de uma hierarquia racial afetaram suas ideias sobre a civilização, o progresso humano e a capacidade das diferentes raças de se autogovernarem. O filósofo nigeriano proporciona uma análise crítica e perspicaz da abordagem de Kant em relação à raça em sua antropologia, explorando suas implicações e desafios éticos e políticos.

¹³² Sobre a “Paz Democrática”, ver em: DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. *Philosophy and Public Affairs* 12 (3):205-235, 1983.

A doutrina da natureza humana de Kant vem da obra de Rousseau, impõe dizer que o estado de natureza deve ser superado e a forma de alcançar tal superação é essencialmente moral. A moral está restrita aos homens brancos que, segundo Eze (1997), desenvolveram a capacidade de deixar o estado de natureza a partir do processo de conhecimento (educacional), criando uma hierarquia moral traduzida em racial (uma mistura estranha entre biologia e antropologia). Kant justifica a hierarquia racial do ponto de vista biológico e antropológico e, não menos importante para Kant, do ponto de vista moral. Na moralidade kantiana, os brancos são superiores aos negros, amarelos e outras raças, isso porque os brancos europeus eram mais capazes de realizar o que ele definiu como o cerne do pensamento Ocidental: a razão. É na razão que Kant estabelece uma hierarquia racial tendo os europeus no topo de tal hierarquia. Em "Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático", Kant (2006 [1798]) faz referências a diferenças físicas entre os povos, classificando-os em termos de cor de pele e traços faciais. Kant classifica os diferentes grupos humanos de acordo com essas características físicas, sugerindo uma espécie de hierarquia racial implícita. Ele associa características como pele clara e traços faciais europeus a atributos como inteligência, sensibilidade e habilidades sociais, enquanto associa características físicas distintas a supostas inferioridades.

O pai da razão, Kant, via os não brancos como “indivíduos” impossibilitados de atingir a educação que seria a única capaz de iluminar a escuridão. Ademais às características físicas, a diferença na hierarquia racial era também moral, e Eze (1995, p. 215) sustenta: “para Kant, eles são incapazes de atingir o nível de racionalidade exigido dos agentes morais. Os negros “podem ser educados, mas apenas como servos (escravos), ou seja, eles se permitem ser treinados”. Nessa perspectiva, o negro não tinha agência moral e capacidade cognitiva de atingir a famigerada razão, por esse motivo, era preciso sempre ser contido com violência: “[...] vencer o negro com eficiência requer, assim, uma bengala, mas tem que ser rachada, para que a bengala cause feridas grandes o suficiente para impedir a supuração sob a pele grossa do negro” (EZE, 1995, p. 215). O estado de natureza kantiano é uma luta sobre o significado do homem ou, no melhor dos casos, uma luta para um projeto que possibilite tornar-se humano (EZE, 1997, p. 128). Kant está interessado na “cultura pura” e faz da sua obra o “mais profundo pensamento racializado” (EZE, 1997, p. 103).

A inspiração kantiana na disciplina de RI ignora o caráter racial de sua obra e nos informa a importância da paz democrática como freio para guerras e outros conflitos, legando ao mundo mais do que uma paz duradoura, mas sim um estado sublime de paz (DOYLE, 1997). Mills é taxativo ao afirmar que a teoria ética e política de Kant é inequivocamente racista, segundo o autor (1997, p. 71),

[Kant] extirpa faixas inteiras da humanidade de seus processos. O republicanismo que Kant defende – em contraste com as afirmações de Russett – está bem distante da democracia popularmente concebida: é uma democracia de Herrenvolk para brancos que proporciona “paz perpétua” e continua, “o fato embaraçoso para o Ocidente branco (que sem dúvida explica sua ocultação) é que seu teórico moral mais importante dos últimos trezentos anos é também o teórico fundamental no período moderno da divisão entre Herrenvolk e Untermenschen, pessoas e subpessoas, sobre as quais a teoria nazista mais tarde se basearia. A teoria moral moderna e a teoria racial moderna têm o mesmo pai.

Em outras palavras, a democracia (ou republicanismo) liberal defendida no escopo do projeto iluminista não é plural, trata-se de uma democracia para brancos, uma democracia que preserva os interesses da supremacia branca em detrimento de outros povos “incapazes”¹³³.

Entre os contratualistas, o que se evidencia em comum é a negação da participação no processo de construção do mundo que não seja do ponto de vista da supremacia branca. Segundo Mills (1997, p 94)

Com o Contrato Racial, como vimos, há um padrão semelhante entre os contratualistas Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e seus adversários teóricos – o anti-contratualista Hume, que nega que qualquer outra raça que não a branca tenha produzido uma civilização; o utilitarista Mill, que nega a aplicabilidade de seu “princípio do dano” anti-paternalista aos “bárbaros” e sustenta que eles precisam do despotismo colonial europeu; o historicista G. W. F. Hegel, que nega que a África tenha qualquer história e sugere que os negros foram moralmente aprimorados por serem escravizados, não importa quais sejam suas divergências teóricas sobre outras questões.

O silêncio em relação a racialização do principal conceito do campo de RI revela o pouco ou quase nenhum interesse em questionar os cânones, nesse sentido, há uma lacuna na formação do campo de RI a ser preenchida. Mills (1997, p. 94) vai mais longe e faz uma crítica geral aos pensadores europeus

o silêncio constitui uma boa evidência *prima facie* de que o assunto não era de particular interesse. Por sua falha em denunciar os grandes crimes inseparáveis da conquista europeia, ou pela indiferença de sua condenação, ou por seu endosso real em alguns casos, a maioria dos principais teóricos éticos europeus revela sua cumplicidade no Contrato Racial.

¹³³ Deslocando para o campo das RI, a paz democrática liberal não se aplicou, Estados democráticos entraram em guerra entre si e, quando não, a guerra na maioria das vezes foi exportada para continentes outros como a África e Ásia. A guerra também figurou no *hall* de lutas pela manutenção de hierarquias.

O conceito de anarquia, derivado da hipotética noção de estado de natureza, está carregado de símbolos racializados. A ideia de anarquia, que descreve um estado de guerra de todos contra todos, foi originalmente concebida a partir de experiências distantes do mundo branco europeu. O estado de natureza e a anarquia internacional nunca foram conceitos aplicados aos europeus; pelo contrário, sempre foram associados aos povos não brancos, como os negros na África, asiáticos e indígenas "selvagens" das Américas. Nessa perspectiva, a anarquia deixou de ser apenas um conceito abstrato e passou a ser utilizada como uma justificativa para invasões, saques e a aplicação rígida das chamadas leis internacionais. Todo o sistema westfaliano foi projetado para manter a paz europeia em detrimento da violência dos antigos e novos impérios sobre territórios dominados. O que a ideia de anarquia revela é uma ordem global hierarquicamente racializada, determinada pela supremacia branca. A partir do estabelecimento das Relações Internacionais (RI) como disciplina institucionalizada no início do século XX, a anarquia passou a ser pensada de forma sistemática, embora abstrata. A abstração em torno da anarquia foi o terreno fértil para o surgimento das principais teorias das RI, tais como o neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo. Essas teorias foram desenvolvidas com base na compreensão da anarquia como uma estrutura central das relações internacionais, mas muitas vezes falharam em questionar a hierarquia racial que permeia essa ordem global.

5.4 Anarquia: epistemologia racializada

Posto o quadro geral dos autores clássicos que informaram os pressupostos básicos das teorias *mainstream* das Relações Internacionais, evidencia-se o caráter racial empregado nas categorias manejadas pelo neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo. O estado de natureza e a anarquia internacional ilustraram o Sistema Internacional de Estados: o mundo visto como um ambiente altamente conflituoso - em que reina a desconfiança mútua -, regido por uma ordem anárquica, isto é, sem um governo supranacional capaz de aplicar sanções sobre os Estados soberanos. Nesse contexto, as três principais correntes normativas da disciplina de RI se valeram fortemente da categoria anarquia (o estado de natureza bruto dos Estados) e do que dela se derivou, sem um olhar preocupado com a questão racial envolvida na obra dos cânones.

Sankaran Krishna (2001) sustenta que as Relações Internacionais se preocuparam sobremaneira em criar teorias incapazes de refletir a realidade para além do pensamento da supremacia branca. Krishna (2001) discute a ausência da questão racial na disciplina de Relações Internacionais. O autor argumenta que o campo negligencia sistematicamente a raça e seus resultados na análise das relações internacionais, resultando em uma "amnésia" que obscurece a compreensão das dinâmicas globais. O autor examina como a educação em Relações Internacionais tende a focar principalmente em atores estatais e questões de segurança, negligenciando os aspectos raciais e coloniais que moldaram e continuam a moldar a ordem mundial. Krishna (2001) destaca que a raça tem sido historicamente central para a exploração e subjugação de certos grupos e que as estruturas de poder globais são moldadas por relações raciais desiguais. No entanto, a disciplina de RI frequentemente ignora essas dinâmicas, perpetuando uma visão universalista e desracializada do mundo. Ele argumenta que a inclusão da raça na análise das relações internacionais é crucial para entender as desigualdades, os conflitos e as formas de resistência que ocorrem no sistema global.

A dura crítica de Krishna (2001, p. 404) se justifica no que ele chama de “amnésia” acerca da questão da raça nas principais teorias das RI ao longo do século XX. No entanto, a amnésia, observada pelo autor, não data do nascimento da disciplina em si, muito antes disso, na história do surgimento do Estado moderno, “territorialmente soberano, o qual tem raízes no genocídio de povos, bem como na escravização dos povos africanos e na colonização dos povos asiáticos”. O surgimento do Estado moderno é chave na explicação do autor, e a história do seu surgimento só pode ser contado a partir dessa *tríade* esquecida pelo *mainstream* do campo: genocídio, escravidão e colonização. Conforme Krishna (2001, p. 401), a disciplina de RI mantém uma estratégia muito bem estabelecida para a manutenção da amnésia em relação ao conteúdo racial do campo, em suas palavras: “as RI mantêm sua coerência ideológica por meio de duas estratégias cruciais de contenção que normalizam a emergência coesa da soberania moderna e a expropriação em escala global, essas estratégias são: “abstração” e “redenção”.”

RI, porquanto, criou um discurso que apagou o caráter violento da construção do Estado moderno e, logo, optou por não contar a história dos genocídios, roubos de terras e violência racial durante os séculos que precederam a criação do campo como um todo. Os violentos encontros entre Ocidente e as Américas (resultado do processo de colonização do

mundo), por exemplo, foram racionalizados e tornaram o nascimento da disciplina uma possibilidade de teorizar a política internacional sem que a história e as análises descritivas dos fatos que a precederam fossem colocados em escrutínio.

A crítica de Krishna (2001) parte dessa ideia de que o campo de RI abdicou das análises histórico-descritivas para a construção de teorias a-históricas, ou seja, teorias que não estavam totalmente engajadas em demonstrar como a ordem global não foi criada a partir de encontros racionais, senão encontros ancorados em diversas formas de violência, e aqui destaca-se a escravidão. Contar a história da disciplina e da práxis da política internacional, sem a devida importância para o fenômeno da escravidão, é apartar um período extremamente relevante para a humanidade como um todo, quiza a disciplina em si. Nesse sentido, os teóricos de RI colocaram a pesquisa no campo em uma situação de total abstração e, mais do que isso, revelaram estratégias que buscaram conter quaisquer discurso que questionasse a ordem normal dos fatos. Nessa perspectiva, as estratégias redentoras de contenção

são refletidas em uma ampla variedade de discursos de RI: a ideia de paz perpétua de Kant como consequência de guerra e dispersão internacionais; a possibilidade de uma comunidade internacional sintetizada em organizações como as Nações Unidas; a promessa do socialismo internacional; o discurso da modernização capitalista no modelo rostowiano; e, mais recentemente, o “fim da história” sob o regime da globalização (KRISHNA, p. 402).

Relações Internacionais nasce como um campo que procurar se despolitizar a partir da abstração da história dos encontros, dos conflitos, da violência que alterou o curso da história e da ordem global que hoje verificamos. As principais categorias epistêmicas das teorias, a dizer, a anarquia, estado de natureza, equilíbrio de poder, não foram devidamente historicizadas e, por isso, o discurso de RI priorizou categorias conceituais reificadas a partir de abstrações. É a abstração da história que permite que o discurso de RI seja a-histórico, a estratégia de abstração permite que a história da escravidão tenha ficado à margem das teorias cânones da disciplina (KRISHNA, 2001). Como bem observou Krishna (2001), a amnésia racial no campo de RI convenceu pesquisadores, alunos e analistas da política internacional a acreditarem que durante o famigerado Cem anos de Paz (1815-1914) não houve conflitos e, se houve, tais conflitos estavam descaracterizados de uma guerra tradicional: entre dois Estados soberanos. Essa descaracterização transformou o século XIX em um período de equilíbrio de poder (o concerto europeu termo *default* na disciplina de RI). Os conflitos descaracterizavam-se pelo simples fato de não se encaixarem no que as próprias nações do concerto entendiam como Estado soberano. Mais exatamente, guerras, expansões territoriais, o avanço do

imperialismo na Ásia e na África não se enquadram em conflitos internacionais, menos ainda em conflitos entre Estados soberanos, por isso, ficaram à margem da história das relações internacionais e da rígida disciplina. Igualmente, defende-se que o equilíbrio de poder na Guerra Fria impediu o grande conflito entre União Soviética e Estados Unidos, Estados soberanos. No entanto, tal equilíbrio de poder só existiu a custo de muita violência no chamado Terceiro Mundo: Crise dos Mísseis (Cuba, 1962); Guerra do Vietnã (1959-75); Guerra do Afeganistão (1979-89); entre outras. É nesse sentido que a abstração tem como foco a noção de soberania, acusa o autor (2001, p. 405)

As guerras são definidas exclusivamente como atos de poderes soberanos uns contra os outros em uma tradição que remonta há muito tempo no discurso de RI, enquanto a impressionante lista acima constitui apenas encontros entre várias formas de quase-estados, principados nativos, senhores da guerra, tribos, territórios e regimes fantoches, por um lado, e um Estado soberano, por outro.

O estudo de Bernard Nietschmann¹³⁴ revela que durante o ano de 1987 mais de 120 guerras que estavam em andamento e somente quatro delas eram encampadas por Estados soberanos. O mapeamento de Nietschmann (1997) pois se opõe a ideia dominante de que a guerra é sempre entre Estados soberanos. O que ocorria na periferia do globo era uma série de conflitos em que a Europa, o exemplo do autor, conseguia desequilibrar as disputas locais, além, alterava o equilíbrio de força entre rivais do um mesmo Estado. A “periferização” do conflito armado é também parte da história das relações internacionais não contabilizada. Na construção do campo de RI esses conflitos não são caracterizados como guerras entre entidades soberanas e por isso não alteram qualquer percurso da ordem global. Sendo ainda mais específico, a violência fora do mundo ocidental-branco é apenas o resultado da anarquia internacional¹³⁵. Os Cem Anos de Paz não foram manchados pelo derramamento de sangue do tráfico negreiro, tampouco pelas invasões imperialistas nas Américas e nas Índias. Nesse contexto, a soberania serve à teoria como abstração para negar e apagar a história (KRISHNA, 2001).

O racismo se encaixa perfeitamente na “abstração” da realidade de guerras e conflitos sangrentos dos séculos XIX e XX (aquém e além). O equilíbrio de poder europeu e a Guerra

¹³⁴ Ver mais em; Bernard Nietschmann, "The Third World War," **Cultural Survival Quarterly** 11, no. 3 (1987) in.: Michael Shapiro. *Violent Cartographies: Mapping Cultures of War* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997), pp. 176-177.

¹³⁵ Shapiro (1997) questiona o porquê da guerra e como as próprias análises das ciências sociais dificultam responder a esta pergunta. Ver mais em: SHAPIRO, Michael, J. **Violent Cartographies: Mapping Cultures of War**. Minneapolis. London: University of Minnesota Press. 1997.

Fria se explicaram perfeitamente ideia de abstração das teorias das RI. As lutas que não foram entre Estados soberanos, o avanço imperialista das grandes potências na África e na Ásia, foram inviabilizados, a violência apartadas das teorias das RI, se observada de perto, mostra uma realidade bastante reveladora do ponto de vista racial. A maioria das baixas em guerras não reconhecidas ou esquecidas pelos cânones das RI são de pessoas negras/não brancas. A amnésia em torno da questão racial gerou o que o autor chama de “contenção”, isto é, uma espécie de estratégia que permite uma leitura fetichizada do campo e, mais ainda, uma leitura ilusória e sem conteúdo histórico que revele as atrocidades nos encontros que formaram a modernidade.

Toni Morrison (1993) ressalta o caráter racista da modernidade, argumentando que o racismo está intrinsecamente ligado à construção e funcionamento da modernidade ocidental. Morrison enfatiza como a escravidão, o colonialismo e o racismo estrutural foram fundamentais para a formação das sociedades modernas, moldando as relações sociais, políticas e econômicas. A modernidade, nesse sentido, não é apenas um período de avanço tecnológico e progresso, mas também um período de opressão e exploração racial. A escritora critica a narrativa dominante que busca retratar a modernidade como um projeto universal e igualitário, destacando a necessidade de reconhecer e confrontar as estruturas racistas arraigadas na sociedade moderna¹³⁶.

Se a escravidão funda a modernidade¹³⁷: como e por que nas RI a questão racial foi marginalizada nas teorias cânones da disciplina? Uma das respostas de Krishna (2001), que parece incompleta ou incorreta, imputa ao excesso de análises quantitativas da Ciência Política que após a Segunda Guerra Mundial ganha força nos departamentos como uma ciência que se pretende *hard* (ou behaviorismo)¹³⁸. O racionalismo deu preferência a teorias

¹³⁶ Ver mais em: GILROY, Paul. Living Memory: Meeting Toni Morrison. In.: **Small Acts**: Thoughts on the Politics of Black Cultures, 175–82. London: Serpent's Tail, 1993.

¹³⁷ Ver mais sobre o debate da modernidade racializada em: MORRIS, Aldon. Alternative View of Modernity: The Subaltern Speaks. **American Sociological Review**, 87(1), 1–16. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/00031224211065719>>.

¹³⁸ No contexto da Ciência Política, o behaviorismo busca entender o comportamento político dos indivíduos e grupos, bem como as relações entre atores políticos, por meio da observação e análise de seus comportamentos observáveis. Essa abordagem enfatiza a coleta de dados empíricos e o uso de métodos científicos para estudar o comportamento político, afastando-se de abordagens mais especulativas ou normativas.

de solução de problemas¹³⁹, conforme acusa o teórico crítico, Robert Cox (1981), e aqui nos permitimos ir um pouco além para reforçar que as teorias serviram de solução de problemas *brancos*¹⁴⁰: soberania, equilíbrio de poder, anarquia, autoajuda, estado de natureza, ao passo que apagou questões que não fazem parte do discurso da branquitude, mas que afetou a maior parte do globo: saques e roubos, racismo, escravidão, colonialismo e imperialismo.

As teorias das RI nasceram em contexto histórico de grande turbulência internacional, o período entreguerras marca o surgimento do campo a partir do pretense debate entre idealistas e realistas. Como já destrinchado em capítulos anteriores, o surgimento da disciplina de RI acontece muito antes da discussão sobre as causas da guerra, no entanto, os paradigmas que contam a história do campo apagaram momentos históricos relevantes em detrimento de conceitos-chave na construção das teorias *mainstream*. Desta forma, as teorias das RI, especialmente realismo, liberalismo e, mais tarde, construtivismo informaram o campo de um ponto de vista da branquitude. Além disso, as abordagens em questão basearam suas análises em conceitos racializados, ou melhor dizendo, conceitos racistas, como observa Henderson (2013) sobre a questão da anarquia como o cerne do pensamento branco no campo do saber internacionalista. Henderson (2013) tem dois argumentos a respeito da questão racial na teoria de RI: o primeira é que o conceito de anarquia, central para a teoria das RI, influenciou não só o nascimento do campo, mas parte fundamental do saber contemporâneo da disciplina, mas também propiciou um tipo de relação interestatal que influenciou a política internacional como prática e, o segundo, sustenta que anarquia e o contrato social são conceitos neutros de raça quando, na verdade, são símbolos máximo da supremacia branca. Henderson (2013, p. 71) sustenta que anarquia e contrato social

sugerem um tipo de relação para pessoas brancas e suas instituições e estados, e outro para pessoas não brancas e suas instituições e estados. Esse discurso forneceu o ponto de partida para a posterior teorização de RI entre realistas, liberais e construtivistas sobre as relações entre os estados no sistema global.

Henderson (2013) enfatiza que as raízes das teorias de RI são raízes tropicais. A ancora das teorias cânones do campo é uma âncora decisivamente racista. P a r a o s

¹³⁹ “As 'teorias de solução de problemas' têm um viés conservador. Elas elaboram, a partir de verificações empíricas, mecanismos e princípios para o melhor funcionamento das relações em uma estrutura previamente dada, que não é questionada. Metodologicamente, elas tentam expressar variáveis livres de valor, ou seja, objetivas e distantes do sujeito que as analisa, operando dentro do viés positivista da ciência. Esses mecanismos e princípios, detectados por elas em determinadas estruturas históricas, acabam perdendo sua contextualização em tempo e espaço (COX, 1981, p. 129, Apud. PEREIRA, GARCIA, 2021, p. 186).

¹⁴⁰ Embora Cox tenha trazido a questão das teorias das RI serem teorias de solução de problemas, resalto a importância de enfatizar que elas (as teorias) resolvem problemas da branquitude.

neorrealistas em Relações Internacionais, a anarquia é uma característica fundamental do sistema internacional. Os neorrealistas, também conhecidos como realistas estruturais, baseiam-se na premissa de que o sistema internacional é anárquico, o que significa que não há uma autoridade central que governa as relações entre os Estados. De acordo com os neorrealistas, a anarquia supõe que os Estados devem confiar em si próprios para sua segurança e sobrevivência. Eles argumentam que a competição pelo poder entre os Estados é inevitável, uma vez que não existe uma entidade superior para impor regras e resolver disputas de maneira imparcial. Os neorrealistas enfatizam a importância do poder como um elemento central nas relações internacionais. Eles argumentam que os Estados buscam maximizar seu poder relativo em um sistema anárquico, a fim de garantir sua segurança e proteger seus interesses. Isso leva a uma dinâmica de busca por equilíbrio de poder, em que os Estados procuram construir alianças e adotar estratégias que fortaleçam sua posição em relação aos outros atores. Assim, para os neorrealistas, a anarquia é vista como uma condição permanente e inerente ao sistema internacional, moldando as interações e comportamentos dos Estados. A busca pelo poder e a preocupação com a segurança são consideradas características centrais da política internacional dentro desse contexto anárquico.

No neoliberalismo, que seria o contrates mais nítido do realismo, a preocupação com a anarquia não é muito diferente. Há uma aceitação bastante clara do conceito de anarquia na escola liberal. De Joseph Nye a Robert Keohane, a anarquia também é reconhecida como uma característica central do sistema internacional. No entanto, os neoliberais têm uma perspectiva um pouco diferente em relação à anarquia em comparação com os neorrealistas. Os neoliberais enfatizam a importância das instituições internacionais, das normas e dos regimes na mitigação dos efeitos negativos da anarquia. Eles acreditam que, mesmo em um sistema anárquico, os Estados podem cooperar e alcançar benefícios mútuos por meio de instituições e acordos internacionais. Os neoliberais argumentam que as instituições internacionais podem ajudar a criar regras, normas e procedimentos que incentivem a cooperação entre os Estados e facilitem a resolução pacífica de conflitos. Essas instituições também podem fornecer um fórum para a negociação e a busca de interesses comuns. Além disso, os neoliberais destacam a importância das interdependências econômicas e dos ganhos mútuos que podem surgir por meio da cooperação internacional. Eles argumentam que os Estados têm incentivos para cooperar e buscar soluções colaborativas, a fim de promover a estabilidade e o

desenvolvimento econômico. Portanto, embora os neoliberais foquem nas instituições e na cooperação, como elementos-chave da política internacional, a anarquia ainda é uma condição fundamental do sistema internacional. Tanto “o realismo quanto o neorealismo focalizam a anarquia e o ator racional e autointeressado como pressupostos-chave em suas análises das relações de poder em RI”. A anarquia, como compreensão eurocêntrica da racionalidade, produz e se reproduz por neorealistas e neoliberais no campo disciplinar (CHOWDHRY, NAIR, 2002, p. 4)

Se a anarquia é *dada* (ênfase nossa), cabe às instituições internacionais buscarem meios para reduzir a possibilidade de conflitos. Nessa abordagem, de forma geral, a anarquia passaria a ser vista como uma oportunidade para a cooperação entre os Estados, ou seja, a anarquia não levaria necessariamente ao dilema de segurança dos realistas. No entanto, com um olhar mais atento aos aspectos tanto dos neorealistas quanto dos neoliberais, o que está no interior da ideia de anarquia é a divisão da sociedade internacional entre, de um lado, países desenvolvidos (predominantemente branco) e, de outro, países não desenvolvidos (predominantemente não brancos). Historicamente, a anarquia se apresenta justamente ressaltando a dicotomia brancos e não brancos, Henderson (2013) revisita os primeiros anos da disciplina para afirmar que a preocupação com a anarquia era sanada através dos domínios coloniais, nesse sentido, anarquia era um problema de administração colonial enquanto a ordem um efeito natural da organização civil e política da branquitude. Segundo Henderson (2013), a administração colonial, um sistema racional/racial e eficiente, garantia que a anarquia não se espalhasse levando violência as principais potências (brancas):

poder relevante era aquele exercido pela raça branca "civilizada" em seus estados "modernos". O mecanismo de administração colonial "eficiente" e "racional", sustentaram muitos teóricos de RI, poderia garantir que a "anarquia" não se espalhasse para o mundo "moderno" e levasse à violência entre as principais potências (brancas). [...] as preocupações dos realistas e idealistas com a anarquia estão baseadas em um discurso racista que se preocupa com as obrigações dos povos superiores de impor ordem aos domínios anárquicos dos povos inferiores, a fim de evitar que o caos supostamente endêmico nestes últimos se espalhe. para seus territórios ou esferas de interesse autoproclamadas (HENDERSON, 2013, p. 85).

Na teoria construtivista das Relações Internacionais, a anarquia é entendida como uma construção social, moldada pelas interações entre os atores e as normas compartilhadas. Diferentemente dos neorealistas e neoliberais, os construtivistas não veem a anarquia como uma estrutura fixa e imutável, mas como um conceito que evolui e é interpretado pelos atores internacionais. Para os construtivistas, a anarquia não presume necessariamente em um estado

de caos e competição desenfreada. Em vez disso, eles argumentam que as normas, valores e ideias desempenham um papel central na construção da ordem internacional dentro do sistema anárquico. Os atores constroem e internalizam normas que moldam seu comportamento e influenciam suas interações. Os construtivistas destacam que a anarquia não é um obstáculo insuperável para a cooperação e a construção de ordem. Através dos processos de socialização e aprendizado, os atores podem desenvolver entendimentos compartilhados, identidades coletivas e práticas cooperativas que mitigam os efeitos negativos da anarquia. Além disso, os construtivistas argumentam que as ideias e as normas podem evoluir ao longo do tempo, resultando em mudanças na percepção e na interpretação da anarquia. Essas mudanças podem levar a transformações na forma como os atores interagem e na maneira como a ordem internacional é construída. Em resumo, na teoria construtivista das RI, a anarquia é concebida como uma construção social moldada pelas interações, normas e ideias dos atores internacionais. A ênfase recai no papel das normas compartilhadas na construção da ordem e na possibilidade de mudança e evolução nas percepções e práticas relacionadas à anarquia.

Saindo da zona de conforto das teorias *mainstream*, a anarquia na teoria das RI vai em uma direção polêmica, porquanto, ela retoma um debate racista da virada do século XIX para o XX, aqui não a partir da biologia, mas sobretudo nos primórdios da antropologia racial. Assim defende Aaron Beers Sampson (2002, p. 429), ao afirmar que a ideia de anarquia retrata um sistema internacional quase tribal e que “o discurso da política internacional emprega uma concepção particular de anarquia — a anarquia tropical — que retrata o sistema internacional como primitivo”. Sendo assim, a anarquia tem seu espaço geográfico distante dos grandes centros das potências ocidentais, ela ocorre, agora não de forma abstrata, uma vez que produz resultados violentos diariamente, na periferia do mundo: a anarquia está localizada nos trópicos. Como resultado, “o fundamento sobre o qual grande parte da disciplina repousa não é anarquia, mas sim uma imagem da sociedade primitiva popularizada por antropólogos sociais britânicos durante as décadas de 1930 e 1940”. Sampson (2002) avança ainda mais sobre o perigo do emprego da anarquia como lógica reificada da política internacional ao afirmar que, ao tratar a anarquia como um “sistema de sociedades primitivas”, incorre-se no erro de usar categorias da antropologia que não tem mais validade na ciência atual, ou seja, o “primitivo”, enquanto invenção da branquitude, não auxilia no diagnóstico da política internacional.

Por seu turno, se a anarquia é um sistema exclusivo de sociedades primitivas, o que se cria a partir disso é justamente a escolha dúbia e simplificada entre a manutenção de uma ordem hierárquica-racial (*status quo* da branquitude) ou a civilização do mundo (o fardo do homem branco) (SAMPSON, 2002; KRISHNA, 2002). Portanto, o neorealismo de Waltz e o construtivismo de Wendt escolheram a opção de tratar o sistema internacional como um sistema primitivo:

Os perigos de usar alegações sobre uma suposta sociedade primitiva como base para análise são três. Primeiro, como os antropólogos já perceberam há muito tempo, os sistemas e sociedades primitivas são construções que não são mais válidas como categorias de classificação. Segundo, ao transformar o que antes era a preocupação explícita da antropologia social em uma suposição teórica implícita, antecipamos a natureza da política internacional. Terceiro, o uso da sociedade primitiva como ponto de partida para a pesquisa cria uma lógica inevitável que reduz as possíveis respostas políticas a uma escolha simples: manter o status quo primitivo ou civilizar o mundo. A teoria de Kenneth Waltz sobre política internacional escolhe a primeira opção; a Teoria Social da Política Internacional de Alexander Wendt escolhe a segunda (SAMPSON, 2002, p. 429).

A anarquia, para Sampson (2002), é um tropo, um estado não natural e amplamente abstrato, o autor argumenta que a tese de Waltz sobre a estrutura do sistema deriva de uma “conceituação obsoleta, anárquica e de muitas maneiras racista da sociedade africana primitiva”. Sampson (2002, p. 444), então, defende que a definição de Waltz da estrutura do sistema - tão crucial para sua tradução de realismo estrutural - supõe alto nível de abstração e de maneira bastante evidente segue o mesmo caminho da analogia racial de S.F Nadel¹⁴¹. O antropólogo britânico passou boa parte da sua vida debruçado sobre estudos que separava a sociedade entre “primitivos” e “civilizados”, no primeiro caso os primitivos estavam basicamente no continente africano, já os “civilizados” eram os brancos europeus¹⁴². Sampson (2002) resgata o conteúdo de Nadel para afirmar a similaridade de sua teoria primitiva com a teoria da política internacional de Waltz (1979). No caso da teoria de Waltz, a analogia está justamente na semelhança da estrutura das sociedades primitivas à ordem internacional, ou mais especificamente, à estrutura do sistema de Estados anárquicos. A estrutura de Waltz é

¹⁴¹ Para um panorama geral das ideias do antropólogo ver em: BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "S.F. Nadel". **Encyclopedia Britannica**, Jan. 2022, Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/S-F-Nadel>. Acesso em Dez. 2021.

¹⁴² Ver mais em: FREEMAN, J. D. (1956). Siegfried Frederick Nadel, 1903-1956. **Oceania**, 27(1), 1–11. <http://www.jstor.org/stable/40329030>

derivada de Nadel, segundo Sampson (2002) uma transposição direta da estrutura de Nadel para o sistema internacional do neorrealista.

A antropologia desde a década de 1960 já combate a noção de “sociedades primitivas”, no entanto, o mesmo não acontece com o campo de RI que continua a reproduzir um sistema internacional análogo à ideia de “primitivo”, para Sampson (2002, p. 431) as dicotomias da antropologia ainda servem como parâmetros para a prática da política internacional e muito disso se deve às teorias das RI:

Na antropologia e na teoria social primitivas, os sistemas primitivos são retratados como descentralizados, desorganizados e anárquicos; os modernos são centralizados, bem organizados e hierárquicos. As sociedades primitivas são simples, tradicionais, incivilizadas, pré-modernas e funcionalmente indiferenciadas; assemelham-se a não vertebrados como "pólipos" ou, se forem ligeiramente segmentados, "minhocas".¹⁰ As sociedades modernas, por outro lado, são complexas, avançadas, civilizadas e funcionalmente diferenciadas; eles têm esqueletos, sistema nervoso central, órgãos discretos e cabeças com capacidade de pensar e agir racionalmente (ao contrário das sociedades primitivas, onde as ações são produtos de reflexos apaixonados).

Como resultado, as dicotomias servem sobremaneira na abstração sobre o que é a anarquia no sistema internacional e como ela opera na distribuição de poder. A branquitude nas teorias das Relações Internacionais suprimiu a violência em lógicas dualistas, concentrando nossa atenção nas práticas representacionais que geram relatos do mundo como dividido em hierarquias humanas (SABARATNAM, 2020). As categorias que se enquadram na noção de anarquia estão muito próximas as da antropologia racial e, sendo mais específico, tais categorias separam estados modernos, avançados de sub-desenvolvidos e atrasados. Sampson (2002, p. 431) traz um exemplo que parece ilustrar bem:

Em sua troca com John Ruggie em “Neorealism and Its Critics”, Waltz retrata a política internacional como uma "solidariedade mecânica" onde as unidades individuais permanecem funcionalmente indiferenciadas. O termo solidariedade mecânica pertence a Durkheim, que o cunhou como um meio de diferenciar as sociedades primitivas das modernas. Os atores em uma solidariedade mecânica não exibem nenhuma consciência individual, nenhuma característica pessoal distinguível. Suas ações são "apaixonadas e em grande parte não reflexivas". Essa solidariedade é mecânica porque é análoga à “coesão que une os elementos de um corpo inanimado, em oposição àquela que faz uma unidade dos elementos de um corpo vivo.

Tais distinções continuam a informar o campo teórico das RI, permitindo fazer uma analogia de Waltz (1979) entre uma suposta ordem anárquica internacional em oposição à ordem política doméstica hierárquica. Essa distinção é bastante reveladora, para Waltz o que há no sistema internacional é uma anarquia e, no âmbito interno do Estados uma hierarquia. Que hierarquia é esta a que Waltz se refere? Ululante, não se trata da hierarquia que os

intelectuais negros denunciaram no início do século XX, a mesma hierarquia que rege a ordem política nacional se reflete na ordem política internacional. Nesse sentido, o que há no sistema internacional interestatal é uma ordem e não uma anarquia, uma ordem hierárquica, designadamente uma ordem hierárquica-racial, produção e reprodução de um sistema racista de Estados.

Sampson (2002) questiona para quem serve a anarquia? O autor foi categórico ao afirmar que a teoria política de Waltz serviu à administração colonial, aos moldes dos primeiros escritos liberais da disciplina, conforme já mencionado nos capítulos anteriores. É preciso reforçar que a teoria política internacional de Waltz, segundo Sampson (2002), a mais influente no campo de RI, se vale de fontes antropológicas racistas e já superadas. A analogia entre as estruturas de Waltz e as de SF Nadel detalha a noção primitiva e racista da anarquia, nas palavras de Sampson (2002, p. 431):

Na antropologia e na teoria social primitivas, os sistemas primitivos são retratados como descentralizados, desorganizados e anárquicos; os modernos são centralizados, bem organizados e hierárquicos. As sociedades primitivas são simples, tradicionais, incivilizadas, pré-modernas e funcionalmente indiferenciadas; eles se assemelham a não vertebrados como "pólipos" ou; se eles forem ligeiramente segmentados, "minhocas". As sociedades modernas, por outro lado, são complexas, avançadas, civilizadas e funcionalmente diferenciadas; eles têm esqueletos, sistema nervoso central, órgãos discretos e cabeças com a capacidade de pensar e agir racionalmente (ao contrário das sociedades primitivas, onde as ações são produtos de reflexos apaixonados). Os povos primitivos são descritos como desprovidos de individualidade, notável apenas por sua homogeneidade.

A abordagem de Waltz dialoga com teorias antropológicas dirigidas contra culturas políticas de sociedades africanas consideradas primitivas pelas autoridades coloniais. Essa proposição desafia a própria compreensão de Waltz (1979) de que o Estado é uma caixa preta e único ator relevante na política internacional. ~~No entanto, a chamada anarquia internacional (a anarquia dos trópicos) permite que liberais e neorrealistas vejam o Estado (para os neorrealistas como um ator unitário) como o mais indispensável e busquem cooperação ou autoajuda para sobreviver.~~ Também é evidente na obra de Wendt uma visão supremacista branca do ônus das superpotências, de acordo com Sampson (2002, apud. HENDERSON, 2013, p. 88), a obra do autor *The Social Theory of International Politics* (1999) é "em grande parte uma tentativa de explicar como a Europa e os Estados Unidos se retiraram do "reino da natureza" e como essas mesmas sociedades se tornaram "como uma escolha cultural" - não se trata de um tipo de sociedade não ocidental. Nem mesmo está claro se os países africanos ou asiáticos poderiam "desenvolver-se" sem o ajuda de "benfeitores" maiores e mais poderosos.

Wendt não refuta a lógica de Waltz de manter o equilíbrio de poder, especificamente o status quo racial (não ocidental). É preciso lembrar que o equilíbrio de poder na valsa, mas não só, é inconsistente com a ideia de anarquia como meio teórico para manter o status quo hierárquico-racial. Manter o equilíbrio de poder como era (imposto) em uma sociedade anarquista tropical é manter a ordem atual ancorada na modernidade nascida da escravidão. Ao contrário, trazendo Sampson (2002) de volta à discussão, Wendt (1999) também racionaliza e reforça o atual status quo baseado na missão civilizadora do homem branco. Enquanto Waltz tenta manter sua posição, Wendt tenta transformar a ordem internacional, considerada uma anarquia hobbesiana, uma guerra de todos contra todos, em uma cultura lockeana de anarquia cooperativa. Wendt argumenta que a estrutura que rege as RI já mudou ao longo da história, ou seja, porque a anarquia é uma função social e uma espécie cultural, nem sempre foi a mesma. Na realidade, a história ocidental pressupõe afirmar que a “cultura anárquica” sempre foi uma atribuição do homem branco. Nesse sentido, a retenção do conceito de anarquia (tropical) tanto no neorrealismo quanto no construtivismo é o que Henderson (2013, p. xx) chama de “o dualismo racista da política mundial, que por sua vez se manifesta nas teses visíveis derivadas dessas . paradigmas.” Embora a obra de Wendt (1999) não tenha critérios claros para a seleção de “temas” relacionados à abordagem teórica, seu foco no ocidente branco fica evidente no peso dos exemplos que aparecem ao longo do texto, desde a “separação temporal dos sujeitos”. culturas de anarquia como eras definidas como eras tradicionalmente relacionadas à historiografia das relações ocidentais (p. 65).

Sobre o fardo de civilizar o mundo, presume-se na visão do homem branco como (único) sujeito da história, incumbido de tornar o mundo a sua semelhança, nesse sentido, trazendo para a política internacional, a responsabilidade das grandes potências de transformar o mundo através da hegemonia da branquitude. As três principais teorias das RI não fogem desse fardo: a anarquia internacional molda o comportamento dos Estados dentro do sistema. No continente africano, o emprego do medo a partir da anarquia possibilitou desde o nascimento da disciplina até a teoria de Waltz sobre a política internacional a “controlar as sociedades africanas”, além de servir como grande ferramenta de ajuda para os administradores coloniais. Saber controlar, desejar controlar faz parte do princípio de uma teoria da política internacional nos moldes da supremacia branca, mais especificamente

O neorrealismo de Waltz surgiu de um contexto semelhante: o aparente declínio de uma hegemonia. A Teoria da Política Internacional “reafirmou a primazia do poder

americano no sistema internacional”. E também legitimava a necessidade de controlar. "A vontade de explicar", escreve Waltz, "não nasce apenas de uma curiosidade ociosa. É produzido também pelo desejo de controlar, ou pelo menos saber se o controle é possível (SAMPSON, 2002, p. 452).

A anarquia tropical, nesse contexto, serviu às grandes potências como forma de controle e subjugação, durante o período colonial, mas igualmente nos dias atuais, privilegiando o poder em detrimento da autonomia, independência e emancipação. Liberais, neorrealistas e construtivistas convergiram ao olhar para o mundo a partir do lugar de fala da branquitude e, ademais, ao construirem teorias cuja arena internacional era terreno fértil para as grandes potências, excluindo de forma bastante evidente os países periféricos e outras potências emergentes. *Un passant*, China, Índia e em alguns casos o Brasil surgem como exemplos empíricos do que seria o mundo para além da branquitude (e Japão), no entanto, Estados menos poderosos, e aqui mais detidamente, Estados não brancos têm pouca ou nenhuma esperança de transformar o sistema internacional por conta própria e, completa o autor (2002, p. 449), “a anarquia, ao que parece, é apenas o que alguns estados fazem dela”. A contribuição de Sampson (2002) corrobora com a resposta do “por que hierarquia importa”; a ideia central é que para se entender RI é preciso abandonar a noção de anarquia e sustentar a relevância do conceito de hierarquia, em outras palavras, hierarquia importa mais do que anarquia.

Em resumo, por fim, percorreu-se um longo caminho passando pelos clássicos, com obras particularmente racializadas, até chegar à antropologia racial de meados do século vestida de anarquia tropical. O apego às dicotomias prejudica o entendimento da política internacional e o funcionamento e a relação entre os Estados. Ao imaginar uma sociedade dividida entre sociedades primitivas e modernas, civilizados e não, entre outras alegações binárias, não permite avançar para além das dualidades: *status quo versus* civilização. Claramente, o mundo atual é bastante mais complexo e requer um olhar mais atento e menos voltado para o ocidente. As teorias que procuraram dar conta dos problemas brancos esqueceram voluntariamente de olhar para outros sistemas, para mundos que independem do conceito de anarquia e esse olhar branco ocidental, nas palavras de Sampson (2002, p. 452), “não é realista porque o sistema internacional do século XXI não é mais primitivo do que os sistemas políticos africanos de cem anos antes”. Sampson (2002, p. 452), conclui exortando o leitor a pensar três razões para questionar as representações primitivas da política internacional. Primeiro, a sociedade primitiva deixou de ser uma categoria viável no

pensamento ocidental. Não há mais base empírica ou teórica para categorizar todas as culturas em termos de "primitivas" e "civilizadas". A visão atual é de que não existiu uma sociedade primitiva como descrita anteriormente. Em segundo lugar, ao aceitar essa descrição da sociedade primitiva, transformamos uma preocupação explícita sobre a ordem em sociedades descentralizadas em uma suposição implícita de que sistemas descentralizados são primitivos e anárquicos. Essa suposição baseada em oposições binárias e analogias biológicas é problemática, limitando nossa capacidade de interpretar eventos e levando-nos a pré-julgar a política internacional como uma luta primitiva. Por fim, a anarquia tropical e as imagens da sociedade primitiva restringem nossas opções políticas a uma escolha simplista: manter o status quo ou civilizar o mundo. Essa escolha não é realista nem desejável, pois presume-se que apenas as potências ocidentais tenham autoridade moral e capacidade material para promover mudanças significativas. A racialização das epistemologias do saber em RI corrobora para a manutenção do esquecimento de mundos não brancos, simbolizado em teorias dedicadas às demandas da branquitude.

5.5 Teoria das RI: resolução de problemas brancos

Não é preciso ir muito longe para notar que as principais as teorias das Relações Internacionais são produzidas em benefício da branquitude e refletem sua perspectiva.. É de conhecimento compartilhado que a política internacional e a sua ampla compreensão envolve a observação, ainda que não totalmente completa, ou seja, a observação fetichizada, da política dos Estados ocidentais/brancos, bem como as principais preocupações relevantes para as RI são elaboradas a partir de demandas da branquitude, destacando-se: a distribuição de poder, os conflitos globais, a cooperação e a socialização (SABARATNAM, 2020). Esta assertiva já está em Robert W. Cox (1981, p. 128), quando o teórico crítico nos instiga a refletir sobre o papel da teoria na política internacional e a considerar que “uma teoria é sempre para alguém e para algum propósito”. Sabaratnam (2020, p. 16) indaga o fato de não haver um questionamento sério sobre o conteúdo das principais obras que informam o campo das RI, em suas palavras: “Deve ser bastante incontroverso observar que esses textos são esmagadoramente preenchidos com os principais “assuntos” de interesse dos Estados brancos.”

Henderson (2007; 2013; 2017) procurou rastrear o racismo na teoria de RI a partir dos seus principais paradigmas. Krishna (2001) demonstrou, quando o assunto é a questão racial, como as RI está no limbo do esquecimento voluntário. Mais especificamente no conceito que atravessa o campo (a anarquia), a questão do racismo aparece ainda mais de forma não velada (SAMPSON, 2002). Isso porque ao longo do século XX os cânones do campo de RI se detiveram a procurar um caminho de análise abstrato (contrato social) e pouco histórico. O excesso de abstração e os problemas históricos, como a ausência da questão da escravidão, o peso pouco dado ao imperialismo e ao colonialismo, bem como a reiterada noção de que há uma divisão entre “civilizados” e não “civilizados”, ou anarquia nos trópicos como nos informou Sampson (2002), sugeriram abordagens teóricas racialmente enviesadas. Desde os teóricos do contrato social, o qual enraizaram suas conceituações do estado de natureza em um contrato racial mais amplo que dicotomizou a humanidade racialmente e estabeleceu uma hierarquia de supremacia branca em suas concepções fundamentais da sociedade, até as teorias que colocaram a anarquia no centro do debate, a questão racial só surgiu quando dicotomias eram articuladas: existe a ordem porque existe a anarquia; uma vaga alteridade relacional, no entanto, em uma via de mão única.

O racismo, de modo geral, opera no sentido de dificultar a que os próprios afetados pela violência tenham espaço de fala, de denuncia, de emancipação. Nas RI não é diferente, o campo operou ao longo do tempo a favor do manutenção do *status quo* vigente. Como observamos, intelectuais negros tiveram pouco ou quase nenhum espaço para a publicação das suas obras na história da disciplina. Movimentos atuais da nova historiografia vêm tentando corrigir esse estado de coisas, no entanto, a circulação da história intelectual de RI e a crítica às teorias ainda é bastante marginal. Essa dificuldade em apontar questões raciais na política internacional não é involuntária, segundo Sabaratnam (2020) o apagamento da raça em RI é parte do processo de poder da supremacia branca, a qual tem como um dos objetivos principais a conservação da hierarquia humana.

Como já verificado, o racismo do homem branco lega aos estudiosos de RI uma história do desenvolvimento do campo que ignora o colonialismo como a origem central da disciplina. Em outras palavras, continuar a ensinar a ficção de que o campo surgiu após a devastação da Primeira Guerra Mundial, “idealistas liderados por Wilson e outros como

Lowes Dickinson, Zimmern, Giddings e Kerr buscavam garantir o controle institucional da *realpolitik*” (HENDERSON, 2015, p. 19). Segundo Henderson (2015, p. 19)

Como participantes da "guerra para acabar com todas as guerras", desafiamos a centralidade do colonialismo, da evolução racial e da supremacia branca para o desenvolvimento do campo acadêmico de RI. Assim, nossa história cria uma ficção acadêmica que flutua fora de sua própria história. A existência dessa história aponta para a supremacia branca, que é o foco desse campo, dado seu papel em garantir a centralidade do racismo branco para "percepção versus norma" na política mundial. Vitalis (2000) está certo quando diz que no discurso mainstream de RI, há uma "norma contra a noção de supremacia branca". Se isso não for abordado, os analistas de RI não poderão explorar a história intelectual de RI, o desenvolvimento teórico do campo ou o potencial de produzir teoria de RI que produza pesquisas e políticas significativas para a maioria das pessoas. pessoas do mundo.

Na mesma direção, Meera Sabaratnam (2020) reivindica que o racismo é uma estrutura histórica da ordem global e que tem como consequências, de um lado, a hierarquização humana e, de outro, a afirmação da supremacia branca. Do ponto de vista do campo, o racismo tem consequências não só materiais, mas também epistemológicas, produzindo e naturalizando o que a autora chama de posições de sujeitos da branquitude no discurso acadêmico da disciplina. Sabaratnam (2000) identifica, dentro dos estudos críticos sobre raça, padrões epistemológicos entrelaçados que explicam como a teoria das RI é eminentemente racista, a saber: epistemologias da imanência¹⁴³, ignorância¹⁴⁴ e inocência¹⁴⁵.

As epistemologias da imanência, ignorância e inocência nos estudos críticos sobre raça referem-se a diferentes abordagens teóricas para analisar e compreender as dinâmicas raciais e suas manifestações na sociedade. Esses conceitos são frequentemente explorados por acadêmicos engajados em estudos críticos sobre raça, que buscam desafiar e desconstruir as estruturas e ideologias racistas (MILLS, 1997; WEKKER, 2016; COHEN, 2001). A epistemologia da imanência examina como as relações raciais são internalizadas e incorporadas pelos indivíduos, tanto de forma consciente quanto inconsciente. A imanência destaca como as ideias, crenças e atitudes racistas se manifestam nos níveis individuais, influenciando percepções, comportamentos e interações. A epistemologia da ignorância

¹⁴³ Por imanência, a autora (2020) identifica o caráter do Ocidente como portador do progresso.

¹⁴⁴ O conceito de “epistemologias da ignorância”, vem do trabalho de Mills (1997), conforme já mencionado, o qual examinou as maneiras pelas quais a teoria política liberal americana se baseia fundamentalmente no que ele chamou de “contrato racial”.

¹⁴⁵ Por “inocência”, Wekker (2016) destrincha quase 400 anos de documentos holandeses para mostrar racismo e xenofobia intrínsecas àquela sociedade. A “inocência branca” não é uma posição assumida circunstancialmente. Em vez disso, se estabelece como ingrediente integral do autorretrato branco dominante do holandês, ele funciona sistematicamente nos níveis interpessoal, local, institucional, nacional e internacional. Em Sabaratnam (2020) implica na inocência dos brancos em relação as desigualdades e formas de violência resultantes do racismo.

aborda a forma como a ignorância sobre questões raciais são perpetuadas e reproduzidas na sociedade. Já a epistemologia da inocência se concentra na negação, minimização ou desresponsabilização das estruturas e práticas racistas. Na inocência, analisa-se como as pessoas se envolvem em estratégias de defesa, alegando inocência ou neutralidade em relação às questões raciais, mesmo quando suas ações ou omissões perpetuam desigualdades raciais. Essas epistemologias críticas são importantes para examinar e desafiar as normas, ideologias e sistemas que sustentam o racismo, permitindo uma análise mais profunda das dinâmicas raciais e contribuindo para a busca de justiça social e igualdade.

Sabaratnam (2020) foca nos cânones das RI, especialmente nas obras *Theory of International Politics*, Waltz, 1979; *After Hegemony*, Robert Keohane, 1984; e *Social Theory of International Politics*, Alexander Wendt 1999. A preocupação vai ao encontro de Sampson (2002) com uma particularidade: a autora traz um diagnóstico de três das principais obras do campo com o foco na produção da branquitude, em vez de simplesmente um olhar sobre o “Ocidente” ou as “grandes potências”, já que dentro dos Estados ocidentais, das grandes potências, o racismo se faz presente excluindo identidades e culturas no contexto das suas próprias fronteiras. Segundo Sabaratnam (2020, p. 10-11), “mesmo no caso de povos indígenas em estados coloniais (ou impérios), eles (negros, indígenas, amarelos, etc.) não são discursivamente marcados como pertencentes ao Ocidente”. Os não caucasianos não são considerados ocidentais e são segregados, negros e indígenas no seio dos países avançados ocidentais são materialmente diferenciados. Assim, não há uma separação clara entre as formas internas de governança racial e a racialização externa da geopolítica. Nesse sentido, a formação racial passa a ser mais complexa e global, uma vez que não se trata de uma estrutura particular de hierarquia (mas sim global), senão a branquitude mesma como “um tipo de posicionamento do sujeito, evidenciado através de formas de epistemologia racializada, que pode ser mapeada de forma mais explícita e direta dentro da teoria contemporânea de RI como discurso”.

Nos atentando mais especificamente às obras analisadas por Sabaratnam (2020), o que é possível verificar é como a abstração do campo das RI possibilita que a teoria trabalhe a serviço do sujeito branco. Mais especificamente, a autora (2020) sustenta que as teorias *mainstream* da disciplina criam armadilhas que leva a crer que seus autores, os cânones do campo, estão pensando para além da fronteira ocidental, o que Sabaratnam (2020) revela é

justamente o paroquialismo teórico da área do saber em questão. Por exemplo, na obra de 1979 de Waltz, as abstratas unidades em questão não são todos os Estados, ou até mesmo uma gama de Estados que apontem para uma teoria geral de RI. Ao contrário, há uma hierarquia formal dentro da própria noção de anarquia, tornando os verdadeiros sujeitos da transformação da teoria as grandes potências, os sujeitos brancos. Não é o comportamento dos países africanos ou até mesmo de Brasil e Índia que impactam na distribuição de poder dentro do sistema anárquico, mas sim a conduta das grandes potências, no caso da obra de Waltz¹⁴⁶(apud. SABARATNAM, 2020, p. 16):

Não há nenhuma tentativa de se engajar com uma série de grandes potências não ocidentais e não brancas de longa data, apesar de seu poder significativo no período em questão (1700-1970) – tal lista poderiam minimamente incluir a China Imperial, a Pérsia e a Índia.

O mesmo acontece nas obras de Keohane (1984) e Wendt (1999), no caso da primeira, o ponto de partida do neoliberalismo é analisar justamente os países do capitalismo avançado, tendo como justificativa a premissa de que tais Estados são naturalmente mais “interdependentes” e, por isso, compartilham de valores comuns em termos culturais e, conseqüentemente, econômicos. *After Hegemony* (1984) mantém um padrão característico das Relações Internacionais: o foco central nas grandes potências ocidentais, sendo mais preciso, a branquitude no centro da teoria liberal. Ainda que países em desenvolvimento ou até mesmo o Japão estejam no escopo da obra de Keohane (1984), fica evidente que a interdependência¹⁴⁷ se restringe aos Estados ocidentais brancos. O interesse de Keohane (1984) se limita a regimes de cooperação em petróleo, comércio e finanças, mesmo na questão do petróleo, a sua relevância, confirme afirma Sabaratnam (2020), diz respeito ao alto consumo de petróleo por parte dos países centrais e não os países produtores de petróleo - isso tudo após uma década (1970) de fortes crises do petróleo.

O que Sabaratnam (2020) propõe ao longo de sua análise dos cânones das RI é observar como a seleção de assuntos está sempre restrita aos Estados ocidentais-brancos e como mesmo em casos de grandes rupturas, como grandes guerras, a violência não altera o

¹⁴⁶ As únicas Grandes Potências de raça não branca incluídas na lista são a Turquia (cuja relevância depois de 1700 cai) e o Japão (que é poderoso em 1910 e 1935, mas não antes ou depois) (SABARATNAM, 2020).

¹⁴⁷ Joseph S. Nye, Jr. e Robert O. Keohane (1971) ressaltam que a interdependência é o resultado concreto da transnacionalização das RI, que deixam, na visão dos autores, de ser exclusivamente um papel desempenhado pelo Estado e passa a envolver mais atores, entre os quais, a sociedade civil, as finanças internacionais e até as grandes cooperações. Nesse sentido, interdependência é um efeito do transnacionalismo da virada das décadas de 1970 para a 1980.

curso da história e a teoria vira às costas para o empírico. No caso específico de Waltz (2000), as mudanças na estrutura do sistema são distintas das mudanças no nível da unidade. Assim sendo, as mudanças na polaridade também afetam a forma como os Estados fornecem sua segurança. Mudanças significativas ocorrem quando o número de grandes potências se reduz a dois ou a uma, a incipiente categoria de mundo multipolar, bipolar ou unipolar¹⁴⁸. Se as guerras não produzem efeitos sistêmicos ao redor do mundo ou simplesmente não alteram o curso da história branca, quem está morrendo nas periferias não entra na conta do *mainstream* teórico. As “culturas anárquicas” de Wendt (1999) igualmente apagam o mundo não branco, mas isso não o torna inexistente. Para a autora (2020), O estudo do autor construtivista sobre culturas de anarquia

também assume que os momentos-chave de mudança normativa no sistema internacional são aqueles que se relacionam com as relações dos estados brancos ocidentais entre si, produzindo culturas hobbesianas, lockeanas e kantianas que são governados por processos de seleção e aprendizagem social. O argumento é que, ao longo de um período histórico, tornou-se possível para os estados ocidentais desenvolver especificamente uma forma de ordenamento social que lhes permite identificar-se profundamente uns com os outros, como uma espécie de "nós" coletivo (SABARATNAM, 2002, p. 17).

As obras clássicas analisadas por Sabaratnam (2020) não são desconhecidas, estão nas mais diversas ementas de cursos de RI no Brasil e fora dele e, sem dúvida, entre as mais lidas nas salas mas aulas e entre as mais citadas. Assim sendo, cabe ressaltar que o trabalho de revisão das teorias de Relações Internacionais abre um grande leque de questionamentos. A insistência na linhagem amplamente ocidental é reveladora e nos devolve à premissa de Cox (1981) cuja teoria parte de um determinado lugar/sujeito (branco) para um certo tempo/espço (branco)¹⁴⁹. Nesse sentido, é possível afirmar que as principais teorias das RI tem como foco a solução de problemas brancos e, pegando o gancho da abordagem de Sabaratnam (2020, p. xx), criam uma espécie de “imanência teórica”, articulando-se dentro desse espectro da branquitude disciplinar. O essencialismo teórico das principais abordagens teóricas aparece nos padrões abstratos apresentados como “racionais”, o que escapa do racionalismo branco

¹⁴⁸ Para Waltz (2000, p. 6) “tanto as mudanças de armamento quanto as mudanças de polaridade foram grandes ramificações que se espalharam pelo sistema, mas não o transformaram. Se o sistema fosse transformado, a política internacional não seria mais política internacional e o passado não serviria mais de guia para o futuro. Passaríamos a chamar a política internacional por outro nome, como fazem alguns. Os termos "política mundial" ou "política global", por exemplo, sugerem que a política entre Estados interessados em sua própria segurança foi substituída por algum outro tipo de política ou talvez por nenhuma política no momento”.

¹⁴⁹ Destaque dos parênteses nosso.

ainda permanece preso ao que Sabaratnam (2020, p. 18) aponta como linhagem ancestral ocidental, mais detidamente:

o único ponto de referência para eventos históricos fora do período pós-1700 são as interações entre as antigas cidades-estados gregas de Atenas e Esparta (Waltz); seguindo Gilpin, mapeia-se uma linhagem imaginada de hegemonias da Pax Romana à Pax Britannica e à Pax Americana”

Enquanto isso, Wendt (1999) caracteriza as passagens das culturas anárquicas hobbesiana, lockeana e kantiana como linguagem ancestral do pensamento iluminista. Segundo Wendt, as relações internacionais são moldadas por diferentes culturas anárquicas que determinam as interações entre os atores estatais. Wendt argumenta que as culturas anárquicas variam de acordo com as crenças, normas e ideias que os Estados têm sobre o sistema internacional. Os três tipos de culturas anárquicas propostas por Wendt (1999) prevê que na cultura anárquica hobbesiana, os Estados são vistos como unidades egoístas e competitivas que buscam sua própria segurança em um ambiente de desconfiança mútua. Essa cultura anárquica é caracterizada pela prevalência do poder e pela ênfase na autopreservação. Na lockeana, os Estados ainda são egoístas, mas também são capazes de cooperar e formar alianças com base em interesses mútuos. A confiança e a reciprocidade desempenham um papel importante nessa cultura anárquica. Já na cultura anárquica kantiana, os Estados são vistos como entidades cooperativas que seguem princípios morais compartilhados. Eles acreditam que a paz e a cooperação são alcançáveis por meio do respeito mútuo e da busca por objetivos comuns. Wendt (1999) argumenta que as culturas anárquicas são moldadas e transformadas ao longo do tempo por meio de interações entre os Estados. Essas interações podem criar percepções compartilhadas, construir confiança e levar a mudanças nas práticas e normas internacionais.

No entanto, nenhuma dessas culturas foge da imanência ocidental, reforçando a hipótese da autora (2020) de que as teorias das RI operam em uma posição de sujeito racializado branco privilegiado, “na medida em que naturalizam um foco em um “eu” ocidental historicamente excepcional, que é distinto e especial, mas também pode formar a base para ou relatos objetivos da política internacional” (SABARATNAM, 2020, p. 18).

Complementando a imanência das teorias de RI da branquitude, a ignorância, enquanto fator determinante para a epistemologia do saber, conduz a um estado de coisas que, de um lado, naturaliza e reifica estruturas que deveriam ser questionadas à fundo como, por exemplo, a questão da escravidão no nascimento da disciplina ou, mais atualmente, como o

racismo impõe uma ordem global hierárquica e, de outro lado, como a epistemologia da ignorância observada por Sabaratnam (2020) cria uma espécie de proteção para o posicionamento do sujeito branco. Essa “proteção” do sujeito é traduzida na elaboração de teorias que trabalham períodos efervescentes do imperialismo, da corrida imperial das grandes potências, considerando que não há nessas teorias o compromisso em apontar os problemas do imperialismo: colonialismo, escravidão e terror. Essa falta de compromisso inviabiliza a teoria em si, visto que ignorar tais condições é no mínimo um compromisso com a abstração em detrimento da realidade. Na teoria de Waltz (1979) as condições de raça são ignoradas, no lugar disso, o teórico neorrealista “passa uma grande parte do Capítulo 2 procurando desacreditar as teorias do imperialismo como ligadas ao capitalismo e reconhece uma ligação provável entre ser uma grande potência e ser imperialista” (SABARATNAM, 2020, p. 19)¹⁵⁰. Isso se deve ao fato de que o status de "grande potência" estava fortemente ligado ao status imperial e as práticas imperiais, inclusive raciais, foram centrais para a reorganização e ruptura do próprio equilíbrio de poder durante esse período. Falar em equilíbrio de poder é falar em imperialismo e racismo. A Grã-Bretanha e a França, por exemplo, parecem estar pacificamente posicionadas na Europa “elemento chave na categoria equilíbrio de poder” (SABARATNAM, 2020, p. 20), a despeito da pretensa “pacificação”:

ambas seguiram uma política imperial expansionista que levou a um conflito militar [...] Hitler é citado (junto com Napoleão) como o grande destruidor da ordem internacional, mas não há reconhecimento de que a política na Europa Oriental foi baseada no sucesso do colonialismo britânico na América e na Austrália. Reunidos através de poloneses alemães e eslavos.

Abordar a disciplina de Relações Internacionais a partir das epistemologias por ela estabelecidas ao longo de mais de 100 anos supõe questionar mais do que a ausência de fatos históricos (a negação ou a ocultação proposital) no nascimento da disciplina. Anteriormente, falamos sobre como imperialismo, racismo e colonialismo foram amplamente ignorados nos primeiros escritos do campo das RI. Porém, esses temas, tão presentes nos últimos séculos, também não figuraram no *core* do pensamento teórico do campo ao longo das últimas décadas. Em *After Hegemony*, as potências não são tratadas como imperialistas, por exemplo, Keohane prefere chamar a Grã Bretanha simplesmente de *Hegemon*. Segundo Sabaratnam (2020, p. 20), “a Grã-Bretanha no século XIX [é retratada] como 'hegemon', 'líder', 'liberal' e 'preponderante' mas raramente 'imperial' – com suas colônias mencionadas efetivamente de

¹⁵⁰ O império não tem interesse, mas a grande potência sim. Uma tentativa de escapar da crítica imperialista.

passagem como um espaço de 'recoo' estratégico". O valor mais importante da obra, qual seja, a cooperação é romantizada ao afirmar que os

150 anos do Reino Unido foram relativamente cooperativos [...] este é um período em que, por exemplo, a diplomacia dos canhões reforçou o livre comércio, particularmente na Ásia. Embora se reconheça a possibilidade de coerção, em termos teóricos, a violência no centro dos arranjos hegemônicos é conscientemente descontada de seu funcionamento.

Os arranjos institucionais tão aclamados pelos liberais têm suas origens na violência, mais especificamente na escravidão, no navio negreiro, nas invasões na África e na Ásia. Apesar de Wendt (1999) reconhecer a relação imperial baseada na anarquia do tipo hobbesiana, isto é, de caráter civilizatório, o fato do autor se valer dessa relação a partir da linguagem "Eu/Outro" "tem o efeito de naturalizar as dinâmicas emergentes que são descritas como a consequência natural de dinâmicas hipotéticas de socialização." (SABARATNAM, 2020, p. 21). O papel do colonialismo na própria construção dos regimes de cooperação contribuíram para a manutenção de um sistema global inteiramente hierarquizado, capaz de reproduzir o *status quo* da supremacia branca à revelia de qualquer anarquia, seja ela lockeana ou kantiana, como tenta nos convencer Wendt (1999).

A esta ignorância epistemológica, soma-se a ideia de inocência branca que Gloria Wekker (2016) tratou na obra *White Innocence* (2016), ao demonstrar como o povo branco, particularmente o holandês, reluta sobre falar em termos racializados. Wekker (2016) argumenta que o silenciamento da questão racial contribui para a compreensão holandesa de si mesmos como um povo anti-discriminatório, "já que a imaginação cultural holandesa confunde falar os termos 'raça' e 'racismo' com a prática do próprio racismo. A epistemologia da inocência significa um certo afastamento", ou conforme a autora (2016) explica, "o não querer saber" (WEKKER, 2016, p. 18). O não entendimento do mundo racista em que o inocente vive não faz com que esse mundo não exista, como bem traz para as RI, Sabaratnam (2020) se preocupa em apontar como a epistemologia da inocência tornou o Ocidente um lugar seguro para se construir uma teoria com ampla capilaridade, ainda que com muitas ausências conforme observado. A inocência é um empreendimento subjetivo da branquitude, mais exatamente, uma defesa clara da moral da prática política ocidental: o colonialismo, nesse contexto epistêmico, pode ser defensável e o imperialismo, de alguma forma, trouxe benefícios para a relação Norte-Sul. Assim,

Este investimento na respeitabilidade moral dos estados e povos de raça branca distorce a teoria de Waltz de várias maneiras conseqüentes. Podemos notar que, para

"salvar" as potências capitalistas de serem poluídas pela crítica do imperialismo, é necessário que o Teoria Política Internacional perturbe o foco nos atributos de nível sistêmico centrais para a teoria e passe para atributos de nível unitário, como o poder pacificador. efeitos do capitalismo (SABARATNAM, 2020, p. 23).

O trabalho da branquitude nas RI é justificar moralmente tanto o imperialismo quanto a agressão estrangeira, e, para além disso, justificar a liderança militar e moral das hegemonias que emergiram conforme Keohane (1984) mostrou. A noção de inocência carregada nas teorias das RI fica evidente nos exemplos trazidos pela autora (2020), conforme o caso abaixo:

Um exemplo claro da epistemologia da inocência subjacente ao texto é fornecido na narração do livro sobre a intervenção da CIA no Irã. Esta intervenção apoiou um golpe militar contra o primeiro-ministro Mossadegh depois que seu governo nacionalizou os ativos da Anglo-Iranian Oil Company. *After Hegemony* representa este golpe como uma “intervenção política” dos Estados Unidos contra um “partido apoiado pelos soviéticos” que levou a uma “revolução” na política iraniana através da restauração de um monarca absoluto (SABATNARAM, 2020, p. 24)

As teorias das RI não fugiram à regra do apagamento do pensamento internacionalista negro, mas mais do que isso, impuseram uma teoria decisivamente racializada, voltada para problemas exclusivamente brancos como, equilíbrio de poder, estado de natureza, anarquia, entre outros. O sangue derramado ao longo dos séculos não entrou na conta das mudanças sistêmicas entre os Estados, a escravidão e o racismo em nada afetaram a visão das grandes potências sobre os rumos da política internacional em si. Se as epistemologias do campo foram tomadas por conceitos arcaicos, quando não violentos e racistas, a ferramenta da supremacia da branquitude foi manter um discurso unificado em torno dos debates teóricos, seja para negá-lo ou para referendá-lo. No próximo capítulo, defendo que a supremacia da branquitude no campo das RI só foi possível através da manutenção de uma hegemonia estratégica que até hoje se articula em torno do que é válido como estudo e de quais categorias são relevantes, entre elas a anarquia em detrimento da hierarquia de Du Bois.

6. Hegemonia branca, contra-hegemonia negra

Mamãe, olhe o preto, estou com medo

Frantz Fanon, 1952

Ancorado na ideia de hegemonia e suas implicações em Laclau e Mouffe, o objetivo deste capítulo, e que é também a hipótese mais forte desse trabalho, é evidenciar a presença de um pensamento negro contra-hegemônico no âmbito das Relações Internacionais. A supremacia da branquitude se fez possível por meio de uma estratégia hegemônica que permitiu uma articulação discursiva em torno de categorias racializadas como, por exemplo, anarquia, estado de natureza, equilíbrio de poder. Essa hegemonia silenciou epistemologias, demandas, histórias, categorias e abordagens dos povos negros/não brancos como, por exemplo, raça, imperialismo e colonialismo. A contra-hegemonia em questão está exatamente nesse movimento de dar voz, novos significados e outras perspectivas às relações internacionais de um ponto de vista diferente da branquitude.

Para isso, o presente capítulo teórico procura mobilizar o conceito de hegemonia da teoria social de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), bem como as categorias derivadas dessa noção, a fim de incorporar elementos importantes para o campo das RI que procurem, especificamente, explicar apagamentos, silenciamentos e movimentos contra-hegemônicos do pensamento negro nas Relações Internacionais. Categorias centrais nas obras dos autores serão aqui expostas, bem como os diálogos com os mais diversos campos teóricos, desde a psicanálise até a linguística e a filosofia, e uma pluralidade de autores, que vai de Michel Foucault, Jacques Derrida até Jacques Lacan e Slavoj Žižek, sempre na perspectiva da leitura que Laclau e Mouffe e seus comentadores fizeram a respeito dessas abordagens teóricas.

As idas e vindas no texto a seguir refletem justamente a forma hermética e esotérica que Laclau e Laclau e Mouffe expõem questões fundamentais do campo social. A escolha de avançar no texto à medida que as categorias cruciais para a compreensão da hegemonia forem surgindo, sem seguir uma estrutura linear e fechada de apontamentos e explicações, não acarretará em perda de rigidez, o intento é justamente a função de unir categorias que procuram evidenciar a noção de hegemonia. Para chegar até o núcleo duro do conceito, outras categorias serão apresentadas, tais como: discurso, identidade e antagonismo. Ao puxar alguns

fios, outros subjacentes também serão destacados, como: prática articulatória, falta constitutiva, equivalência, diferença e deslocamento.

6.1 Hegemonia na Teoria Social de Laclau e Mouffe

Hegemonia é, antes de tudo, um movimento estratégico, uma ação política que exige a negociação entre elementos discursivos inicialmente contraditórios. Hegemonia requer uma prática discursiva que estabelece uma articulação entre identidades dispersas¹⁵¹. O que se observou ao longo das exposições foi justamente uma prática discursiva entre identidades, lê-se *approaches* teóricos, a primeira vista dispersas. No entanto, um olhar mais atento às teorias *mainstream*, neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo, aponta mais para uma aproximação do que dispersão. Isso ficou mais evidente na discussão sobre a centralidade da categoria anarquia e, igualmente, na incorporação do *mainstream* da noção clássica de contrato social.

Para Laclau e Mouffe (2015), hegemonia como disputa política supõe o caráter aberto e incompleto do social. Essa afirmação impõe uma série de questões sobre o social e sobre a luta política pela significação da sociedade complexa a partir dos discursos. Discurso, nesse sentido, é uma categoria central nas obras dos autores, particularmente inaugurada em *Hegemony*¹⁵²(1985), tendo relevante importância para a compreensão de hegemonia. Laclau e Mouffe (2015, p. 182) recorrem a Wittgenstein¹⁵³ para afirmar que o campo social é linguagem. O discurso não diz respeito meramente ao mundo das ideias, mas tem um forte “caráter material”. Se o mundo é significado pelo discurso, a prática articulatória ganha relevo na fixação e na detenção desses significados.

Contextualizando, o esforço de Laclau e Mouffe para lançar mão de uma teoria social está relacionado ao contexto da segunda metade do século XX, cujo *boom* de novos movimentos sociais ocorria paralelo ao avanço do capitalismo na fase neoliberal. Para os autores (2015), a esquerda, de forma geral, e a esquerda marxista, mais especificamente, estavam em uma encruzilhada, visto que suas ferramentas de análises não davam mais conta de explicar o avanço do capitalismo sobre todas as formas de vida. Os movimentos sociais,

¹⁵¹ No campo de RI as identidades eram dispersas, inclusive as teorias eram dispersas e não unificadas, mas se unificaram em torno de categorias fechadas.

¹⁵² A título de abreviação, vamos tratar a obra como *Hegemony*.

¹⁵³ Ver mais em: MONK, R. **Ludwig Wittgenstein**. Encyclopedia Britannica. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ludwig-Wittgenstein>. Acesso em. Jan. 2023.

por seu turno, careciam de pluralidade - cerrados em suas próprias identidades - para atingir seus objetivos, ampliar seus discursos era uma maneira “mais eficiente” de transformar demandas particulares em demandas hegemônicas. É nesse contexto, exposto de forma bastante breve (da segunda metade do século XX), somado aos desdobramentos do pós-maio de 1968, que duas décadas depois Laclau e Mouffe (1985) criam uma teoria social que tem como objetivo dar conta das mudanças que ocorriam na sociedade. Um dos principais características de *Hegemony* (2015) é a sua pluralidade em termos de diálogo. A obra perpassa por diversas escolas de pensamento: desde as tradições estruturalista, pós-estruturalista, marxista, a linguística, até a filosofia, buscando assim ampliar as possibilidades de análise de um universo de extrema complexidade que é o campo social (HOWARTH, 2000). A complexidade do social, o seu caráter aberto, a impossibilidade da sociedade (que a seguir será tratada como categoria importante) constantemente em disputa são pontos de partida para verificarmos a singularidade do pensamento de Laclau e Mouffe no que se refere à noção de hegemonia.

Em *New Reflections on the Revolution of Our Time*¹⁵⁴, obra de 1990, Laclau dedica um capítulo para explicar a impossibilidade da ideia de sociedade. A não possibilidade do autor se assemelha à impossibilidade do real de Lacan (real como fissura)¹⁵⁵, afirmando o caráter precário de qualquer construção social e a definitiva impossibilidade de sutura e, por isso, qualquer destino fim da ideia de sociedade. Segundo Laclau (1990, p. 92), “o social só existe como uma tentativa vã de instituir esse objeto impossível: a sociedade. A utopia é a essência de qualquer comunicação e prática social”. O “real”, de Lacan, traz à tona a amplitude em termos teóricos dos escritos dos autores, em particular a aproximação das categorias de Laclau já inseridas nas obras da psicanálise lacaniana, outros exemplos: falha, sutura, identidade, ponto nodal e entre outras, todas elas utilizadas mais ou menos em textos de Laclau e Mouffe a partir da década de 1980. Como afirmam Glynos e Stavrakakis (2003), a aproximação de Laclau em relação a obra de Lacan não significa dizer que a teoria lacaniana seja o principal referencial teórico na obra de Laclau (ou Laclau e Mouffe). A noção de ponto nodal é o caso mais emblemático dessa aproximação já em *Hegemony* (1985), porém

¹⁵⁴ Doravante *New Reflections*.

¹⁵⁵ No contexto da teoria lacaniana, a “fissura” pode se referir a rupturas, fragmentações ou divisões dentro da estrutura psíquica ou no processo de simbolização. Pode-se dizer que o “real” de Lacan é aquilo que escapa às tentativas de simbolização e pode causar uma fissura na estrutura simbólica. Ver mais em: LACAN, Jacques. O Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. São Paulo, ed. Zahar. 1985.

somente em *New Reflections* (1990) e *Emancipations* (1996) que Laclau reconhece explicitamente a influência lacaniana. Laclau assegura que embora a teoria lacaniana tenha desempenhado um papel importante em sua trajetória teórica. Essa influência aumentou durante a década de 1990 com a crítica de Zizek. Segundo Glynos e Stavrakakis (2003, p. 203),

[a crítica de Zizek] o levou a uma redefinição muito importante de algumas das categorias de sua teoria da hegemonia (pode-se pensar na mudança de uma concepção de subjetividade em termos de "posições dos sujeitos" a reconhecer a importância de uma compreensão da subjetividade em termos do sujeito como falta), redefinição proposta em *New Reflections*.

Falta constitutiva conduz a uma conclusão ainda que parcial: todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, em função da sua própria articulação incompleta de sentidos ou a partir de sua relação com outras identidades, mesmo que por uma negação a partir de seu corte antagônico.

Ainda acerca da reflexão sobre a noção de sociedade aberta, incompleta ou vazia nos termos dos autores, é preciso sublinhar as disputas por significados do campo social e a tentativa de preenchimento destes "vazios" - que é o que Laclau chamará mais tarde (1990) de hegemonia. Ampliando a ideia para as Relações Internacionais o nascimento da disciplina parece simbolizar esse campo aberto em busca de significados. E os significados foram amplamente fixados pela história ortodoxa, a construção do campo se limitou a discussão da branquitude sobre os grandes debates e a vitória do realismo. Por outro lado, o silêncio em torno do imperialismo e colonialismo não foi capaz de apagar completamente o papel da administração colonial na aurora das RI. Ainda assim, essa disputa por fixação parcial de significados, em um campo social aberto, começa agora a revelar a importância do pensamento negro internacional, especialmente na figura de Du Bois que no fim do século XIX e começo do XX já denunciava que as relações internacionais eram relações raciais.

Para Laclau e Mouffe (2015), todos os objetos do campo social são significativos e seus significados são, por conseguinte, conferidos por sistemas particulares de diferenças. Em outras palavras, o social é significado pelo discurso - são os discursos que conferem significado ao campo social. Assim sendo, o trabalho de Laclau e Mouffe visa mostrar a natureza discursiva do social, compreendendo o campo social como construído e articulado pelos discursos (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2003). Segundo Laclau (1996) um discurso é uma tentativa de lidar com desarticulações discursivas fornecendo fixações parciais de

significado. É a própria construção de limites discursivos que torna constitutivos para todo discurso. Ao focar no discurso, Laclau e Mouffe (2015) inauguram uma teoria própria do discurso, uma aproximação a princípio com Michel Foucault¹⁵⁶.

Laclau e Mouffe marcam posição diferente do filósofo francês ao afirmarem que as relações sociais são fenômenos linguísticos (materiais e ideacionais): “uma estrutura discursiva é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais, e não uma entidade cognitiva”. (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 96). Howarth (2000) sinaliza para uma segunda e importante divergência entre Laclau e Mouffe e Foucault, para o autor o modelo linguístico de Foucault é fechado. Apesar de Foucault argumentar que não existe nada extra-discurso, Laclau e Mouffe (2015) defendem a existência do extra-discursivo, isto é: há existência fora do discurso, porém não há significado fora do discurso:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Afirmamos que: a) todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência; b) qualquer distinção entre o que usualmente se chama de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é esturrada sob a forma de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 180).

Argumentam os autores que Foucault manteve a distinção entre as práticas discursivas e não discursivas. Foucault, desse modo, não abandonou, na perspectiva de Laclau e Mouffe (2015), a posição pensamento *versus* realidade, ampliando as dicotomias tradicionais da filosofia ocidental, inauguradas em Platão. A crítica que, a princípio, parece exagerada, procura demonstrar entre outras coisas a tentativa dos autores de *Hegemony* de ampliar o campo social, como uma forma de avançar na análise do mesmo. Na esteira do debate, Howarth (2000a, p. 2) argumenta que o fechamento do modelo linguístico de Foucault reduz os elementos discursivos a momentos internos ao sistema: “implica que toda ação social simplesmente repete um sistema de significados e práticas já existente”; neste caso, não há possibilidade de construir novos pontos nodais que parcialmente fixam sentido, o que é a característica principal de uma prática articulatória. Sendo assim, o modelo foucaultiano

¹⁵⁶ Sobre Foucault, é preciso assinalar que em *Arqueologia do Saber* [1969] (2008), a preocupação do autor dizia respeito a apresentar o discurso inserido em um método de investigação o qual procurava entender como um determinado saber se organiza, qual a ordem por trás desse saber ou como verdades ou práticas controlam a produção de texto dentro de um determinado campo discursivo. Em um segundo período, Foucault inicia a fase genealógica dos seus estudos, procurando demonstrar como elementos discursivos traduzem as lutas no sistema de dominação, muito disso visto na obra *Vigiar e Punir*, publicado originalmente em 1975. (SOAGE, 2006; TAYLOR, 2018). O primeiro período importou mais para Laclau e Mouffe, mas a influência não diminuiu as divergências acerca da análise do discurso de Foucault.

inviabilizaria a possibilidade da disputa hegemônica, de prática articulatória contra-hegemônicas. Essa não é uma separação desimportante, pois as disputas discursivas estão no cerne da ideia de hegemonia dos parceiros autores em questão.

Ao romper com a dicotomia discurso/extra-discurso, rompe-se também, conforme mencionado há pouco, com a tradição filosófica pensamento/realidade. O social é constituído exatamente na metonímia, na metáfora, e estas acrescentam e constituem a literalidade das relações sociais, ampliando a objetividade das relações. A centralidade do discurso na construção dos significados e na disputa política coloca uma questão acerca da realidade *versus* pensamento. A contestação central de Laclau e Mouffe é a de que objetos reais tenham significado “extra-discurso”, nas palavras dos autores:

O fato de que todo objeto é constituído como um objeto de discurso não tem nenhuma relação com a ideia de que existe um mundo externo ao pensamento ou com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ele ocorre aqui e agora, independentemente da minha vontade. Mas se a especificidade deles será construída em termos de „fenômenos naturais“ ou „expressões da ira/vontade de Deus“, isso dependerá da estruturação de um campo discursivo. O que é negado não é que tais objetos existem externamente ao pensamento, mas sim a afirmação bem diferente de que eles se constituem como objetos externos à qualquer condição discursiva de emergência (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 181).

Para concluir o recorte do diálogo rico com Foucault, o ponto chave que distância Laclau e Mouffe do filósofo é a existência de um domínio "não discursivo", que contradiz a definição dos autores. Ao longo da década de 1990 Laclau, em particular, se afasta de Foucault. Em *New Reflections* (1990) e *Emancipations* [1996] (2007), o trabalho de Foucault teve apenas uma influência limitada sobre sua abordagem: "hoje sinto apenas uma simpatia muito qualificada", afirma Ernesto Laclau sobre Michel Foucault. (LACLAU, 2000, p. 285, Apud. STAHELI, 2000, p. 232). Para Staheli (2003), a obra de Laclau (1990) e Laclau e Mouffe (1985) não são obras foucaultianas, podendo ser consideradas mais uma tentativa de superar a tensão entre desconstrução e psicanálise¹⁵⁷. A discussão é bastante rica, Daniel de Mendonça afirma que, apesar do distanciamento de Laclau com Foucault na obra *Hegemony*, em *New Reflections* o autor considera que há uma mudança nesse distanciamento¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Poderíamos avançar na chamada história da análise de discurso incluindo Derrida, autor importante nos escritos de Laclau, e também autores marxistas, extremamente relevantes no campo da linguística e da teoria social como, por exemplo, Gramsci, cujo diálogo com Laclau e Mouffe(2015) será fundamental para a obra *Hegemony* e Louis Althusser, que tem sua obra revisitada pelos autores.

¹⁵⁸ Ver mais em: O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, 91: 135-167, 2014. Acesso em: setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>>.

Como observado acima, *Hegemony* não se furta ao diálogo com as mais diversas áreas do saber e outras perspectivas teóricas, é exatamente essa diversidade que possibilita a criação da chamada Teoria do Discurso. Segundo Soage (2006, p. 52) "como vemos, un rasgo compartido por muchos de los autores que han influido en el desarrollo del análisis del discurso es el rechazo de cualquier sistema de pensamiento que aspira a detentar el monopolio de la verdad. Las bêtes noires son el esencialismo, el universalismo y el fundacionalismo".

6.2 Identidades mutáveis

Um dos traços ressaltado pelos autores na obra *Hegemony* (1985) é a busca por evitar o essencialismo¹⁵⁹. Apesar disso e por isso, a obra é tributária da literatura marxista, não sendo assim uma obra "anti", tampouco um texto que procura encerrar o debate sobre aquilo que já fora escrito. A crítica de Laclau e Mouffe em relação aos movimentos sociais tem relação direta com as questões de identidade. A reivindicação da identidade por parte dos movimentos sociais está enquadrada no que os autores chamaram de *falha*. Nesse sentido, a exigência da plenitude identitária é impossível de ser alcançada, posto que a identificação não é reduzível à identidade, é importante considerar a brecha e a incomensurabilidade de ambas (BUTLER; LACLAU; ZIZEK, 2004, p. 7). A negatividade da identidade impossibilita a sua completude ou o alcance de um fim, no entanto não inviabiliza a luta. Para Laclau (2004), a incompletude da identidade "é essencial para o projeto de hegemonia", dado que os movimentos sociais podem operacionalizar tal negatividade da identidade a favor de uma articulação política democrática aberta. Em outras palavras, é possível expandir o horizonte da articulação discursiva e agregar demandas comuns de identidades a princípio dispersas.

Algumas categorias na obra de Laclau e Mouffe são fundamentais para o entendimento da Teoria do Discurso e mais especificamente da ideia que os autores desenvolvem sobre hegemonia, são elas: identidade e antagonismo. No caso da identidade, o primeiro pressuposto levantado pelos autores é de que a identidade é relacional. Ao afirmar isso, envolve dizer que a autorreferência depende de um externo. Só sei quem Eu sou porque me relaciono com o Outro. A crítica de Laclau e Mouffe (1985) em relação aos movimentos

¹⁵⁹ Vale a pena ver a discussão que Kimberle Crenshaw (1991) traz a respeito da "possível" distorção que o anti-essencialismo traz para a relevância política de categorias socialmente construídas. Ver mais em: CRENSHAW, Kimberle. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color." *Stanford Law Review* 43, no. 6 (1991): 1241–99. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: dez. 2022.

sociais da segunda metade do século XX, movimentos identitários predominantemente, tem relação com a ideia de que a identidade nunca é totalmente determinada. Toda identidade precisa de uma fronteira e o que está além dessa fronteira ameaça a identidade dentro da fronteira. É o exterior que ameaça a completude da identidade, a sua precariedade.

A identidade só é possível de ser entendida em sentido relacional. O objetivo de toda identidade é, nesse sentido, universalizar seus conteúdos que em um primeiro momento são particulares. O obstáculo encontrado está justamente na complexidade do social, tal complexidade é o que impede a universalização do conteúdo particular de uma determinada identidade. Isso ocorre porque as tentativas de suturas da sociedade são sempre incompletas e precárias. Para Daniel Mendonça (2007, p. 250), "além de empreitadas incompletas e precárias, contingentes, posto que nada pode garantir que determinadas explicações, ou efeitos de sentido, sejam capazes de serem universalizados necessariamente". Mesmo que não se fixe de forma estável, porquanto a identidade é relacional, é o discurso, mais especificamente o que os autores chamam de "prática articulatória" que buscará fixar sentidos: "a prática de articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade". (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 188). Nesse contexto, é o excesso de significados do campo social - e não a sua carência - que desarticula uma estrutura discursiva ou no caso uma identidade¹⁶⁰.

A impossibilidade da identidade é a ameaça do Outro. Para Stäheli (2003, p. 234), "toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior que negue essa identidade e forneça sua condição possibilidade ao mesmo tempo". A impossibilidade é ao mesmo tempo a condição de possibilidade. Esse Outro é chamado por Laclau e Mouffe de antagonismo. Nos termos dos autores (2015, p. 185) "não há identidade social plenamente protegida de um exterior discursivo que a deforme e impeça que ela se torne plenamente suturada". A noção de antagonismo dos autores não opera na lógica de contradição hegeliana. Laclau e Mouffe (2015) insistem em afirmar que a ideia de antagonismo não está inserida na tradição racionalista da teoria *mainstream*. Ao contrário, o antagonismo nessa perspectiva

¹⁶⁰ Em Judith Butler é possível encontrar questionamentos acerca do Eu e da própria noção de identidade. Ver mais em: Butler, J. 2002, **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**, Taylor & Francis e-Library.

revela justamente os limites da objetividade social. O antagonismo sugere a falta da completude identitária. Essa relação não pode surgir de completude, em vez disso, nasce pela impossibilidade do Eu em relação a existência do Outro¹⁶¹.

6.3 Antagonismo: a impossibilidade do Eu

Laclau e Mouffe (2015) desconstruem o sentido tradicional que é dado para o antagonismo no campo social e da política. Nessa compreensão, antagonismo não deve ser entendido como um conflito entre agentes sociais com identidades e interesses totalmente constituídos. Antagonismo, pelo contrário, acontece quando da falta de possibilidade da constituição plena do Eu. Conforme Howarth (2000), o antagonismo é o inimigo responsável pela incapacidade de constituir uma identidade completa, isto é, o antagonismo é o responsável por essa falha constitutiva da identidade. Quando uma identidade bloqueia a outra, essa falha é uma experiência mútua. Destarte, central na construção das identidades é o entendimento acerca das forças antagonistas e da fricção mútua que o choque entre identidades revela. Essas falhas, segundo Laclau e Mouffe (2015), não podem ser explicadas por nenhuma lógica positivista ou essencialista da sociedade. O antagonismo revela a precariedade e contingência de qualquer identidade, em virtude de que ela está o tempo todo ameaçada por um discurso externo (ameaça que possibilita a sua existência). A categoria antagonismo se mostra crucial para a compreensão das disputas hegemônicas, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito externo, em consequência de que ele revela limites das identidades e das fronteiras políticas, sendo contestadas por forças externas ao discurso predominante, o limite daquela ordem hegemônica. (HOWARTH, 2000).

Com a noção de antagonismo elaborada por Laclau e Mouffe (2015), eles se distanciam da noção tradicional de contradição, a qual o social tem um sentido mais ou menos predeterminado dos sujeitos. Por exemplo, o marxismo, o proletariado, a classe trabalhadora seriam identidades “dadas” e não forjadas em uma disputa política contingencial. Antagonismo, para os autores, seria o contrário dessa premissa de contradição, tendo como resultado uma dificuldade ainda maior de solução previa. A visão de Laclau e Mouffe coloca

¹⁶¹ O debate acerca da identidade é intenso e aqui optou-se pela abordagem pós-estruturalista de Laclau Mouffe e seus interlocutores. Mas vale ressaltar a importância de Fanon como dos principais nomes quando o assunto é identidade, especialmente no contexto colonial de sofrimento, apagamento e subalternização dos negros. Ver mais em: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194. FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1968.

duas questões urgentes para a ideia de antagonismo: o primeiro, a identidade dos atores é uma construção negativa, por oposição, por conflito; a segunda questão, ligada à primeira, aponta para identidades não totalmente cristalizadas: a principal característica de uma identidade é a sua precariedade, a sua formação contingencial dentro de um determinado contexto de possibilidades. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 201), “todos nós participamos de uma série de sistemas de crenças mutuamente contraditórios, e, o no entanto, nenhum antagonismo emerge destas contradições. A contradição, dessa maneira, não necessariamente significa uma relação antagonística”. No caso do antagonismo, diferentemente da oposição real ou a contradição, conforme já mencionado, nos deparamos com a situação cuja presença do Outro é um bloqueio: o antagonismo longe de ser uma relação objetiva, é uma relação na qual se mostram os limites de toda objetividade [...] o antagonismo é a impossibilidade de uma sutura final, é a experiência do limite do social”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p 203).

As implicações da noção de antagonismo de Laclau e Mouffe (1985) são diversas, mas de forma sucinta, o que temos é uma demonstração de que as disputas políticas se constroem a partir de lutas discursivas, lutas identitárias, em construção, lutas contingenciais, e não sobre identidades prontas. Howarth discorre sobre essa questão afirmando que

a mera existência de antagonismos confirma que não há leis necessárias na história e não há agentes políticos universais motivados por interesses e identidades pré-constituídas. Ao invés disso, os antagonismos introduzem experiências sociais, tais como “fracasso”, “negatividade” ou “falta”, as quais não podem ser explicadas por nenhuma lógica de sociedade positiva ou essencialista. Eles revelam também a contingência e a precariedade de toda identidade e objetividade social, uma vez que toda identidade está sempre ameaçada por alguma coisa externa a ela (Howarth, 2000, p. 106).

Na impossibilidade de constituir a sua identidade e, por conseguinte, seus interesses, é que se constrói o inimigo - considerado o responsável pela essa falha. Essa afirmação baseada no antagonismo inviabiliza a noção de um inimigo *a priori*. A categoria antagonismo revela as fronteiras políticas de uma construção social, o antagonismo revela o exato momento em que a identidade não pode mais ser estabilizada, sendo, assim, contestada por forças que se situam no limite daquela ordem. Dessa visão, Laclau e Mouffe avançam no sentido de como as identidades compartilham interesses comuns e se diferenciam de um inimigo externo. É a negatividade da identidade que possibilita uma formação hegemônica, como já dito. Conclui-se que antagonismo é entendido como "o limite de sentido que o sistema discursivo poderia

alcançar tendo em vista a presença do seu corte antagônico[...]” (MENDONÇA, 2012, p. 211).

A noção de antagonismo de Laclau e Mouffe levantou uma série de questionamentos que neste espaço não seria possível apresentá-los, no entanto, a título de sintetização, dois interessam: a primeira crítica do filósofo Slavoj Žižek, logo após a publicação de *Hegemony* (1985) e que é mais bem formulada em *Jacques Lacan: Critical Evaluations in Cultural Theory* [1993] (2000), e o segundo de Staheli (2003) na obra *Laclau: a crítica reader*, este último dedicou um capítulo para apontar os limites do antagonismo de Laclau e Mouffe. Staheli (2003) alega que a ideia de antagonismo como ameaça externa pode levar a um efeito totalizador. Segundo o autor, a construção circular do externo e interno da identidade desemboca em uma encruzilhada:

o problema é se a diferença entre a interioridade e exterioridade de um sistema discursivo já é uma relação antagônica, ou se antagonismo é uma configuração histórica específica de um sistema deslocado. Neste último caso, pode-se supor que todo sistema esteja potencialmente deslocado, enquanto o deslocamento não é necessariamente antagônico. (STAHELI, 2003, p. 236).

O antagonismo é uma articulação particular daquilo que um discurso precisa excluir. Sendo assim, o que Staheli (2003) sugere é que qualquer análise discursiva de antagonismo político deve esclarecer quais são as condições históricas de possibilidade de uma articulação antagônica. Antagonismo se torna, então, um evento discursivo em que as análises de discurso devem levar em conta a estratégia para se construir uma articulação antagônica do discurso. Em outras palavras, o autor argumenta que como não existem antagonismos naturais, é a própria construção do antagonismo que se torna o local preferido do político. O autor parece aqui fazer um movimento de abertura do antagonismo, afirmando que "em vez de pressupor um antagonismo pré-existente, torna-se necessário mostrar as estratégias discursivas para a construção de um antagonismo particular" (STAHELI, ano, p. 238).

Não está incorreto afirmar que a categoria antagonismo, lançada por Laclau e Mouffe (2015), é a mais controversa e a que mais foi pensada por críticos. A segunda e, quiçá, a mais importante crítica, como já mencionado, vem do filósofo Slavoj Žižek [1993] (2000), que critica essencialmente o desuso da ideia de classe social na obra *Hegemony* (1985). Se a luta de classes é mais uma luta possível - dentro da prioridade às lutas identitárias - Žižek (2000), afirma que a pluralidade de tais lutas escamotearam as mazelas do capitalismo, bem como impossibilita as mudanças no sistema. Para além da crítica acerca do capitalismo, Žižek

(2000) questiona igualmente a centralidade da ideia de antagonismo. Segundo o autor (1993), o que Laclau e Mouffe argumentavam sobre antagonismo já estava na obra de Lacan, mas com outra roupagem: o real lacaniano. Nessa linha, a posição do sujeito pode ser lida, conforme Zizek (2000) como a noção lacaniano de sujeito de falta. Segundo o autor, (ZIZEK, 2000, p. 171)

Para explicar esta distinción entre sujeto y posiciones de sujeto, tomemos nuevamente el caso del antagonismo de clase. La relación entre clases es antagónica en el sentido de Laclau/Mouffe del término, es decir, no es ni contradicción ni oposición sino la relación «imposible» entre dos términos: cada uno de ellos impide al otro lograr su identidad consigo mismo, llegar a ser lo que realmente es. En la medida en que me reconozco a mí mismo en una interpelación ideológica, como un «proletario», estoy comprometido en la realidad social, luchando contra el «capitalista» que me impide realizar mi pleno potencial humano, que bloquea mi pleno desarrollo. ¿Dónde está aquí la ilusión ideológica propia de la posición del sujeto? Ella reside precisamente en el hecho de que es el «capitalista» este enemigo externo, el que impide consumir mi identidad conmigo mismo.

Para o filósofo, não é o inimigo externo que me impede de alcançar a minha plenitude em termos de identidade (ou ser eu mesmo completamente), senão que cada identidade já está bloqueada, já está marcada por uma impossibilidade. O inimigo externo, portanto, tem importância minimizada, a falta constitutiva independe do Outro. Zizek (2000, p. 172) recorre aqui a Sigmund Freud para argumenta que há no sujeito um impedimento radical, constitutivo, um “auto-impedimento do instinto”. Ao vencer o inimigo externo antagônico, experimenta-se, na visão de Zizek (2000, p. 173), o antagonismo na sua versão mais radical, e completa, como auto-obstáculo: "lejos de permitirnos alcanzar la plena identidad con nosotros mismos, el momento de la victoria es el momento de la pérdida mayor". A visão de Lacan a respeito do sujeito apresentada por Zizek (2000) pode ser vista como uma relação pura do antagonismo, não o antagonismo do inimigo externo do Outro, mas o auto-bloqueio, um limite que impede forjar a identidade plena, o sujeito nessa ótica é seu próprio limite:

En este sentido preciso el sujeto está más allá o antes que la subjetivización: la subjetivización designa el momento a través del cual el sujeto integra lo que le es dado en el universo del sentido, pero esta integración siempre fracasa en la última instancia, hay siempre un residuo que no puede ser integrado al universo simbólico, un objeto que resiste la subjetivización, y el sujeto es precisamente el correlato de este objeto. En otras palabras, el sujeto es el correlato de su propio límite, el elemento que no puede ser subjetivizado; él es el nombre del vacío que no puede ser llenado por la subjetivización: el sujeto es el punto de fracaso de la subjetivización (es por eso que su signo lacaniano es 8). (ZIZEK, 2000, p. 174).

Nesse sentido, Zizek (2000) contribui com uma ideia dupla de antagonismo, de um lado, o antagonismo que bloqueia qualquer identidade, que vai ao encontro do Outro exterior

de Laclau e Mouffe (1985) e, por outro lado, a externalização da impossibilidade intrínseca e imanente do Eu, retirado de uma visão lacaniana.

Em *New Reflections* (1990) Laclau modifica a ideia de antagonismo e sujeito, introduzindo as concepções de decisão e deslocamento. Essas mudanças são atribuídas sobremaneira a crítica de Žižek (MENDONÇA, 2012). Laclau (1990) substitui a ideia de posição do sujeito pela noção de sujeito como falta, emprestada da psicanálise lacaniana. Segundo Laclau (1990, p. 55)

(...) toda identidad es dislocada en la medida en que depende de un exterior que, a la vez que la niega, es su condición de posibilidad. Pero esto mismo significa que los efectos de la dislocación habrán de ser contradictorios. Si por un lado ellos amenazan las identidades, por el otro están en la base de la constitución de identidades nuevas

Daniel Mendonça (2012) cita entrevista de Ernesto Laclau a Yannis Stavrakakis em que o teórico social assume "certa ambiguidade" na categoria antagonismo formulada em *Hegemony* (1985), nas palavras de Laclau (Apud. MENDONÇA, 2012, p. 211) "hoje eu acredito que a constituição do outro como antagônico já pressupõe certa inscrição discursiva – em outras palavras, conceber o outro como um inimigo pressupõe uma identificação a priori". Howarth (2015) faz um balanço das obras *Hegemony* (1985) e *New Reflections* (1990) e afirma que Laclau rompe decisivamente com o determinismo residual e essencialismo do paradigma marxista, mas só em *Emancipations (s)* que o autor argentino refina sua abordagem da análise política por meio de um envolvimento mais profundo com o desconstrutivismo e a interpretação de Lacan da psicanálise freudiana. A crítica ao antagonismo como elemento *a priori* está no cerne da crítica de Staheli (2003) sobre “como nós mesmos construímos o inimigo, ou seja, o antagonista é parte da nossa construção”.

6.4 Hegemonia e possibilidades de deslocamento

Laclau argumenta que faz sentido olhar sua obra como uma construção em etapas ao longo da história, porém não impõe abandonar aspectos que foram escritos nas obras mais antigas. Ao adotar mais a noção de deslocamento em detrimento de antagonismo, Laclau faz uma correção de rota muito por conta dos comentadores de *Hegemony* e de sua aproximação com outros autores. Segundo Laclau (em entrevista a Howarth),

Em primeiro lugar, enquanto em *Hegemonia* tínhamos apresentado o 'antagonismo' como o limite de toda objetividade - algo que ainda sustento - havia ainda uma certa

ambigüidade no argumento, pois em uma de suas dimensões um antagonismo já é uma forma de inscrição discursiva. Está internamente dividido entre seu conteúdo ôntico e a função ontológica de representar os próprios limites da representação [...] no sentido heideggeriano do termo. É por isso que dei um papel cada vez maior à noção de "deslocamento". Um deslocamento puro é, evidentemente, impossível, e só pode se mostrar por meio das distorções que introduz no que, de outra forma, seriam conteúdos ônticos totalmente objetivos. Esse antagonismo / deslocamento da dualidade nos permite, creio eu, chegar a uma noção mais rica e complexa de hegemonia (HOWARTH, 2015, p. 258, tradução nossa).

Laclau introduz nas seguintes obras a ideia de deslocamento e retira o *status* privilegiado de antagonismo, cuja característica principal da identidade era a relação (antagonista) do Eu e Outro. Na teoria do discurso dos autores (2015), antagonismo é o momento em que a luta política passa a ser representada: a identidade se constitui, ainda que precária e com falha, a partir da relação com o antagonista. De outro lado, a noção de deslocamento surge de forma mais definitiva na aproximação de Laclau com a psicanálise de Lacan. Para Glynos e Stavrakakis (2003), a categoria deslocamento do real lacaniano é mais precisa que antagonismo. Os deslocamentos, na perspectiva psicanalítica, são traumas que ameaçam a identidade, enquanto são também capazes de produzir algo novo - na medida em que os deslocamentos forjam novas identidades. Ainda segundo Glynos e Stavrakakis (2003, p. 324), “[...] a emergência desse conceito de deslocamento real como central para o político é um dos mais importantes produtos do diálogo de Laclau com a psicanálise e aquele que diretamente liga o seu argumento sobre a impossibilidade da sociedade com a irredutibilidade do real no discurso lacaniano”. O deslocamento é, senão, o momento da impossibilidade da significação. A lógica discursiva que fixa sentidos parciais e depende de uma prática articulatória diferente do momento do deslocamento. O deslocamento, segundo Mendonça (2014, p. 159), é justamente o momento em que a estrutura não consegue significar algo novo, nesse sentido, o limite do discurso, o “encontro com o real”.

em *New Reflections* comecei a chamar “deslocamento”. Nem todos os deslocamentos necessitam ser construídos de maneira antagônica. A segunda fraqueza é que o antagonismo não equivale à exclusão radical. O que ele faz é dicotomizar o espaço social, mas ambos os lados são necessários para criar um espaço único de representação (Laclau, 2008, p. 393-394, apud. MENDONÇA, 2012, p. 222).

O limite do discurso parece evidente com o ressurgimento de análises, teorias e categorias que extrapolam o pensamento da branquitude nas Relações Internacionais. Há um esgotamento dos significados manipulados pelo *mainstream* teórico e histórico do campo. No entanto, não parece ser o limite do discurso da branquitude que aponta para novas

significações, ao contrário, é o pensamento contra-hegemônico do internacionalismo negro que impulsiona as críticas aos pressupostos mais fundamentais do campo de Relações Internacionais. Essa hipótese se sustenta à medida em que o pensamento negro internacionalista já existia antes mesmo da criação formal/institucional do campo de RI. Antes mesmo dos teóricos das RI abordarem questões do campo internacional, Du Bois, Locke, Bunche, Tate, entre outros, já diagnosticavam as relações internacionais racializadas, reflexo e produto da escravidão e do racismo. O apagamento, enquanto estratégia hegemônica, não redundou o desaparecimento do discurso da negritude, senão seu deslocamento no sentido de produzir uma perspectiva de identidade do campo diferente da usual, uma contra-hegemonia.

Voltando-se para a ideia de deslocamento, o pressuposto é de que um discurso hegemônico estável se desloca quando é confrontado por novos eventos que não pode explicar ou representar. Um exemplo que pode ajudar no entendimento é quando um significante da esfera econômica é transferido para o campo político. Neste caso citado, o que se pode verificar é a incapacidade de uma determinada classe capitalista de resolver problemas sociais mais prementes. Em *Emancipation(s)* (1996), Laclau vai se valer da categoria deslocamento para trabalhar com a ideia de liberdade, o deslocamento como pré-condição para a liberdade, abrindo a possibilidade de ações políticas cujo fim é a emancipação. Não obstante, Laclau trabalha uma ideia de emancipação com intuito de superar a noção iluminista e vai buscar especialmente em Jaques Derrida a ideia de desconstrução.

O autor certamente concordaria com uma definição de desconstrução do deslocamento, pois para ele toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior que nega essa identidade e fornece sua condição de possibilidade ao mesmo tempo (Laclau 1990, p. 39). A identidade social emerge de uma passagem necessária de toda identidade construída através da ordem da negatividade radical. Em outras palavras, o deslocamento é tanto uma condição prévia quanto o resultado da construção antagônica da identidade. Se a repetição pura é impossível, sempre haverá uma nova transformação, a objetividade social também é impossível (LACLAU, at. al., 2005). Podemos definir o espaço social articulado como ato de negatividade radical (antagonismo) pode ser ativado como deslocamento, como impossibilidade de significação. Para Mendonça

o deslocamento, segundo Laclau, é exatamente o momento do real, ou seja, do desconhecido, da impossibilidade de significação. Se antes Laclau e Mouffe (1985) entendiam esse momento como do antagonismo, o que Žižek corretamente refuta, tendo em vista, como vimos, ser o antagonismo parte do próprio processo de

significação, a partir de NR, o momento dessa impossibilidade está representado pela noção de deslocamento (MENDONÇA, 2014, p. 157)

Glynos e Howarth (2007) colocam a questão do deslocamento como um momento em que a identidade do indivíduo é perturbada, conforme mencionado acima na tradição lacaniana. Isso se dá ao fato de que a negatividade no nível social faz com que esta sofra de uma falha inerente que pode se tornar visível em momentos de deslocamento. A falha de que trata a constituição da identidade é, assim, impossível de ser saturada pela negatividade. O deslocamento resulta na dimensão interna e externa da identidade, que estão o tempo todo em conflito e que leva a instabilidade do Eu. Glynos e Howarth (2007) reforçam os aspectos mais significativos das dimensões de deslocamento: interrupção interno, infiltração e contaminação externa. A crise como deslocamento diz respeito em primeira instância a capacidade de produção de subjetividade precisamente dentro deste universo daquilo que não se pode determinar (indecidível). A categoria deslocamento, suscitada nas obras de Laclau e Mouffe, reafirma a ideia do social contingente, na medida em que a falta de fundamentos estáveis e a variabilidade real da significação são só parcialmente fixadas. Por isso, o campo social está o tempo todo em crise, ou como define Mouffe (2015), o conflito político é inerradicável:

Revelarei como a abordagem consensual, em vez de criar as condições para a reconciliação da sociedade, leva ao surgimento de antagonismos que uma perspectiva agonística, ao oferecer a esses conflitos uma força legítima de expressão, teria conseguido evitar. Dessa forma espero demonstrar que reconhecer a inerradicabilidade da dimensão conflituosa da vida social, longe de solapar o projeto democrático, é a condição necessária para compreender o desafio diante do qual a política democrática se encontra. (MOUFFE, 2015, p. 4).

Ao encontro de Mouffe, é possível concluir que o deslocamento representa a ausência de base, de fundamento social, e repousa tanto no sujeito quanto no todo social. Onde o social é confrontado com seu terreno ausente, o caráter essencialmente propenso a crises e contingente da significação não pode mais ser contestado. (NABERS, 2019). A ideia de inerradicabilidade da dimensão conflituosa nos leva a tratar nas próximas páginas a categoria mais relevante para os objetivos desse trabalho, a principal categoria de Laclau e Mouffe, qual seja, a ideia de hegemonia.

O primeiro aspecto a ser ressaltado e que explica a empreitada dos autores e a singularidade da noção de hegemonia, diz respeito à concepção da teoria da hegemonia em uma perspectiva pós-estruturalista, mais especificamente uma visão não essencialista e eminentemente discursiva da hegemonia. Isto posto, é em Laclau e Mouffe (1985) que a

hegemonia passa a ter uma leitura que privilegia a primazia da luta política e que não estabelece *a priori* agentes privilegiados para tal luta. Hegemonia supõe, nessa ótica, um caráter aberto e incompleto do social. O sujeito articulador da hegemonia não é fixo, tampouco uma classe fundamental fadada a transformar a sociedade. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 213)

[...]Quem é o sujeito articulador? Já vimos que a resposta que o marxismo da Terceira Internacional deu a esta questão: de Lênin a Gramsci, ele sustentou - com todas as nuances e diferenças que analisamos anteriormente - que o núcleo último de uma forma hegemonia consiste numa classe fundamental. [...] relações hegemônicas são relações sintáticas fundadas em categorias morfológicas que as precedem.

O sujeito hegemônico na perspectiva de Laclau e Mouffe (2015) deve ser exterior àquilo que ele articula. De outro modo, os discursos que são articulados na formação de uma hegemonia não podem ser plenamente constituídos. De partida, é possível ver uma diferenciação fundamental na categoria hegemonia investigada pelos autores: hegemonia não está restrita ao Estado (abordagens tradicionais top-down), seu desenvolvimento é forjado no nível micro da sociedade - movimento este parecido ao de Foucault ao tratar da questão do poder não mais como de baixo para cima, do rei ao súdito, mas ao contrário, transpassado em toda a sociedade (poder disciplinar, biopoder) (LYNCH, 2018).

Essa contribuição ganha relevo ao pensarmos nas disputas hegemônicas que transbordam dos Estados nacionais, assim como o poder, hegemonia pode surgir em todos os tipos de relacionamento. Mas, mais do que isso, como o campo social é travado por diversas disputas hegemônicas. No campo intelectual (ou acadêmico), ocorrem diversas destruições hegemônicas pelo significado dos objetos analisados. Estritamente, em Relações Internacionais a contra-hegemonia do pensamento negro, em relação à supremacia da branquitude, se desenvolve em algumas frentes importantes: (1) a disputa pelo significado de categorias e símbolos das principais correntes teóricas de RI, especialmente um movimento que coloca em xeque os pressupostos de anarquia, estado de natureza e contrato social, imputando a esses pressupostos um teor visivelmente racializado. (2) a luta contra a “não percepção” do pensamento intelectual negro no nascimento do campo, mas além. (3) o esforço em demonstrar como os autores negros não só foram (e são) fundamentais para o campo, ao trazerem questões relevantes e com viés teórico como a ideia de hierarquia, bem como importância histórica ao abordarem temas silenciados ao longo dos séculos nas RI: colonialismo, imperialismo, racismo e escravidão. (3) Empiricamente, a contra-hegemonia do

pensamento negro nas RI contribui com a disseminação de ideias antirraciais em um contexto de barbarie e terror contra os povos negros, o que chamei aqui de transnacionalismo negro nos movimentos de Howard, Harlem, pan-africanismo, negritude francófona e suas reverberações.

A categoria hegemonia é central no desenvolvimento das obras de Laclau e Mouffe, não obstante hegemonia percorre um caminho até a obra *Hegemony* (1985). Primeiramente apropriado por Gramsci e pelos social-democratas russos, depois redefinido por Laclau e Mouffe em muitos livros e ensaios. Normalmente, o conceito hegemonia é associado à dominação de um poder governamental já existente, seja dentro de um determinado país ou exercido fora do Estado, por exemplo, no imperialismo ou no colonialismo. (MILLER, 2003). O conceito de hegemonia tem desempenhado um papel central no avanço de uma ideia não reducionista e uma concepção não essencialista do político, que gira em torno do político na ação e na ordenação das relações sociais.

Hegemonia acontece quando uma determinada identidade passa a representar múltiplas identidades, o que Laclau e Mouffe (2015) chamam de *relação de equivalência*. Na relação de equivalência as diferenças são subsumidas e as diferenças são contingencialmente canceladas para expressar algo comum a elas.

[...] é porque não se pode representar uma identidade negativa de forma direta - ou seja, positivamente -, que ela só pode ser representada indiretamente, através de uma equivalência entre os seus momentos diferenciais. A equivalência existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 206).

O vínculo hegemônico transforma as identidades dos sujeitos (ALVES, 2010). Como as identidades são relacionais e, portanto, não totalmente excludentes, é possível que haja uma quebra de barreiras para que determinada demanda específica seja representada por um conjunto de demandas. Hegemonia é, assim, um esforço estratégico e complexo entre “superfícies discursivas mutuamente contraditórias” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 163), e para a construção dessa hegemonia é preciso uma *prática articulatória*.

A prática articulatória pode ser explicada como a soma de diversas demandas, que partem de diversos setores da sociedade, cujo objetivo é resistir a uma determinada prática política predatória. O exemplo de Laclau e Mouffe (2015) pode ser explicado no contexto de meados do século passado (ou nos tempos atuais), quando diversos grupos sociais lutavam contra governos autoritários em favor da democracia. Segundo Mendonça (2010), a prática articulatória passa por algumas etapas, até que culmina no ponto comum entre os sujeitos. Em

um primeiro momento, setores da sociedade se articulam isoladamente: estudantes, trabalhadores e outros grupos da sociedade civil. Em outra etapa, as demandas são assimiladas e nasce disso um discurso, apesar de contingente e instável, o discurso é momentaneamente o elemento-chave para a disputa política. Ou seja, a articulação discursiva é uma prática estabelecida entre sujeitos, os quais se articulam entre si, fundindo-se estritamente em relação à articulação estabelecida. A articulação, neste caso, não é dada, senão um esforço de prática em que se estabelece uma relação entre elementos. A articulação tem como papel fundamental estabelecer uma relação entre elementos de modo que as identidades em questão sejam modificadas. A formação discursiva, portanto, hegemônica, não está submetida a uma lógica coerente, mas inserida na ideia foucaultiana de "regularidade em dispersão". Em outras palavras,

Uma formação discursiva não é unificada pela lógica de seus elementos, nem por um sujeito transcendental apriorístico, um sujeito atribuidor de sentido a *la Husserl*, ou pela unidade de uma experiência. O tipo de coerência que atribuímos a uma formação discursiva está - com as diferenças que indicaremos adiante - próximo daquele que caracteriza o conceito de "formação discursiva" formulado por Foucault: regularidade na dispersão. [...] Foucault faz da própria dispersão o princípio de unidade, na medida em que ela é governada por regras de formação, pelas complexas condições de existência dos enunciados dispersos. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

O campo da hegemonia é o campo da discursividade, um campo dominado por prática articulatória que supõe o caráter aberto e incompleto da sociedade. Esse campo é também o campo da política. Práticas hegemônicas são importantes para a teoria social de Laclau e Mouffe, porque são uma forma exemplificar a ação política, visto que envolve a interligação entre diferentes identidades e forças políticas em um projeto comum, bem como a criação de novas ordens sociais a partir de uma variedade de elementos dispersos.

Se olharmos para a questão histórica da hegemonia, Gramsci avança na abordagem leninista, cuja hegemonia só envolvia a classe trabalhadora. Esse enclausuramento já é desfeito por Gramsci que assevera a hegemonia como uma aliança entre diferentes blocos transcendendo seus interesses corporativos restritos e a articulação de forças sociais distintas em um novo bloco histórico. Gramsci, portanto, considera que a classe trabalhadora transforma seus próprios interesses particulares naqueles do povo ou da nação como um todo, em uma vontade coletiva, cujos valores se representam universalmente (HOWARTH, 2000). Laclau e Mouffe (2015) reconhecem a relevância dos escritos de Gramsci. Sobre o efeito da impossibilidade de fechamento do social, argumenta-se que a fronteira é interna ao social e

suas flutuações mudam as identidades dos atores e impossibilita a sua sutura. Ir junto com Gramsci para ir contra está justamente em um dos conceitos mais populares do escritor italiano, a saber, a *guerra de posição*. A *guerra de posição*, segundo Laclau e Mouffe (2015), pressupõe a divisão do espaço social em dois polos como condição *a priori*, não como efeito da articulação discursiva:

A guerra de posição supõe a divisão do espaço social em dois campos e apresenta a articulação hegemonia como uma lógica de mobilidade da fronteira que os separa. Contudo, é evidente que esta afirmação é ilegítima: a existência de dois campos pode em alguns casos ser um efeito da articulação hegemonia, mas não é sua condição *a priori* - pois, se fosse, o terreno no qual a articulação hegemônica operaria não seria ele mesmo um produto daquela articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 216).

O afastamento de Laclau e Mouffe (2015) em relação a Gramsci tem correspondência direta com o essencialismo. Em primeiro lugar, ambos rechaçam a ideia de "constituição dos sujeitos no plano das classes fundamentais", conforme aborda Gramsci e, em segundo lugar, a centralidade de toda formação hegemonia em um só ponto. Ou seja, os autores discordam da idealização de que "toda formação social se estrutura em torno de um único centro hegemônico". (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 217).

O *quid pro quo* acima é o pano de fundo para a continuação e as nuances acerca da categoria hegemonia. Depois de *Hegemony* (1985), Laclau se debruçou sobre o conceito de hegemonia e para Howarth (2000), é possível dividir a noção de hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) e Laclau (1990-1996) em três fases. A primeira fase, nos interessa menos, a título de pesquisa, ela diz respeito aos primeiros escritos de Laclau e Mouffe nos idos da década de 1970, segundo o qual o autor ainda carregava o essencialismo que mais tarde combateria. Nesses escritos, os autores corroboravam com a ideia de que a hegemonia seria conduzida por uma classe fundamental. Ainda assim, os autores questionavam a premissa de que povo pertencente a uma classe fundamental, ao invés disso, para Laclau e Mouffe (apud. Howarth, 2000) estes elementos são contingentes e podem ser articulados por projetos hegemônicos em disputa, que se esforçam por dotá-lo de significados e conotações de classe particulares.

Já em *Hegemony* (1985), a segunda fase, os autores afirmam que todos os elementos são contingentes e negociáveis. É a contingência das relações sociais que possibilita a prática articulatória. O modelo adotado por Laclau e Mouffe tem como objetivo precípua estabilizar o sistema de significados em formações hegemônicas, ainda que precárias e incompletas

devido à negatividade da identidade. A significação do social pressupõe um campo atravessado por elementos antagônicos que podem ser articulados por identidades antes dispersas, em um projeto político de hegemonia.

Na década de 1990 Laclau amplia seu entendimento sobre hegemonia. O sujeito como falta, influenciado por Lacan, é incorporado às novas propostas na obra *New Reflections* (1990). Nesse novo modelo de hegemonia, Laclau estende a contingência dos elementos tanto para os sujeitos dos projetos hegemônicos quanto para as estruturas sociais, e as últimas são vistas como entidades "indecidíveis" - que sempre pressupõem um exterior constitutivo que tanto constitui como ameaça sua existência. Laclau (1990, p. 39) inclui, como já mencionado, a ideia de deslocamento à questão da hegemonia reiterando "que toda identidade é deslocada na medida em que depende de uma coisa que nega essa identidade e fornece suas condições de possibilidade ao mesmo tempo". Deslocamento é o momento do rompimento da ordem, eventos que não podem mais ser simbolizados por uma ordem discursiva, sendo assim contribuem peremptoriamente para o rompimento da ordem e o surgimento de uma nova hegemonia. Esse é um elemento importante em Laclau (1990), em razão de que o autor insere um conteúdo extra-discursivo na sua concepção de sociedade. Nas sociedades atuais, complexas, a questão do deslocamento aparece ainda mais evidente ao se observar os processos acelerado de globalização.

A desaceleração dos deslocamento, das rupturas de significado - que gera a possibilidade de novas hegemonias - só pode ter contrapartida nas novas subjetividades que surgem no bojo desses deslocamentos. Conforme confirma Howarth (2000), os espaços abertos pela fratura de estruturas que são intrínsecas ao capitalismo a partir dos anos 1970 podem ser reconstituídos por novas ordens hegemônicas. Esses novos espaços de representação são chamados por Laclau (1990) de "mito" - capazes de preencher ainda que precariamente os espaços dos deslocamentos. Abandonar a luta política não é uma opção, tampouco a noção de mito deve ser invocada como autarquia impossível, ao contrário, para o autor (1990, p. 59), "o mito pode abrir novas especificações para a luta popular no mundo, terreno real sobre o qual a regulação econômica terá que ocorrer em uma era do capitalismo desorganizado: o das comunidades supranacionais (a Comunidade Européia, por exemplo)". Por outro lado, se a função da noção de mito é preencher os deslocamentos sociais e incorporar uma gama ampla de demandas, eles (os mitos) podem ser transformados em

imaginário. Laclau (1990, p. 64) define um imaginário social como um limite que estrutura um campo de inteligibilidade. O exemplo apresentado pelo autor desses imaginários vão desde da concepção positivista de progresso (o Iluminismo) até o cristianismo do século XX. Para concluir, Laclau (1990, p. 60) sustenta o deslocamento como “fonte de liberdade”, mas “não como liberdade de uma identidade positiva”, “em vez disso, é a liberdade de uma falha estrutural que só pode construir uma identidade através de atos de identificação”.

Na década de 1990, não é só Lacan que influencia diretamente Laclau e Mouffe, Derrida também é observado com força na obra dos autores, especialmente em *New Reflections* (1990) e *Emancipation(s)* (1996) de Laclau. Segundo Miller (2003, p. 219),

a hegemonia de Laclau faz o uso brilhante da desconstrução [derridariana] para definir uma dada sociedade ou situação social, diga que dentro de um determinado estado-nação em um determinado momento, como um estrutura incompleta ou indecível, algo não formado, como a linguagem é para de Saussure, como um sistema completo e independente de semelhanças e diferenças associações, mas algo estruturalmente incompleto, heterogêneo e aberto, algo não totalizável, sem limites claramente definidos ou definíveis.

A formação hegemônica parte de uma particularidade, uma identidade até então com demandas específicas, até se tornar um conteúdo universal, ainda que precário, ou conforme afirma Mendonça (2007, p. 251) um "discurso particular que consegue suplementar (no sentido de *supplément* de Derrida), ou seja, representar discursos ou identidades até então dispersas." Nesse aspecto, há um discurso centralizador, agregador de demandas outras, a supressão da dicotomia universal/particular.

Nesse sentido, desconstrução e hegemonia são duas dimensões essenciais de uma única operação teórico-prática. A hegemonia requer desconstrução: sem a indecibilidade estrutural radical que a intervenção desconstrutiva gera, muitos estratos de relações sociais pareceriam essencialmente ligados pelas lógicas necessárias e não haveria nada a hegemonizar. Mas a desconstrução também exige hegemonia, isto é, uma teoria da decisão tomada em um terreno indecível. Conforme afirma Miller (2003), Laclau recupera a noção de autonomia do sujeito e a distância entre a indecibilidade da estrutura e a decisão, segundo o qual o sujeito não precede a decisão, mas é trazido pela própria decisão em um ato de auto-fundamentação ou geração automática.

A hegemonia não é uma necessidade, mas uma tentativa de preenchimento do vazio e a suplementação de identidade. Quais as condições em que a hegemonia pode acontecer? Em *Contingencia, Hegemonía, Universalidad: Diálogos contemporáneos en la izquierda* (2000)

Laclau arrisca uma resposta apontando para quatro condições para a formação de uma hegemonia: (a) a desigualdade do poder constituída; (b) só há hegemonia se a dicotomia particular/universal for superada; (c) hegemonia requer produção de significantes vazios; (d) a expansão das relações de representação.

Na primeira condição, Laclau (2000) se refere ao momento anterior ao contrato social de Thomas Hobbes, para qual o poder está distribuído de forma igual e cada um indivíduo têm objetivos específicos (estado de natureza conflituoso), tornando nessa perspectiva a sociedade impossível. Laclau (2000, p. 60) argumenta que o pacto de entregar o poder total ao leviatã é “um acto esencialmente no político en tanto excluye completamente la inteiracción entre voluntades antagónicas”. Um poder que é total não é poder. Ao contrário disso, quando há um poder distribuído desigualmente é que há a possibilidade de uma formação hegemônica. Na segunda condição para uma hegemonia, Laclau (2000) sugere que para um conteúdo se tornar hegemônico ele necessariamente precisa deixar sua mera condição de um discurso particular. Ampliar seus discursos impõe em torná-los hegemônicos - ou a hegemonia pressupõe tal ampliação - e somá-los a outras demandas também inicialmente particulares.

Nesse aspecto, a ideia de representação é condição *sine qua non* para a hegemonia de Laclau e Mouffe. No que diz respeito à produção de significativo vazio, o autor argumenta que “la producción de significantes tendencialmente vacíos que, mientras mantienen la inconmensurabilidad entre universal y particulares, permite que los últimos tomen la representación del primero” (LACLAU, et. al. 2000, p. 62). Novamente, a representação é constitutiva da hegemonia, sendo impossível sua eliminação total. A universalização de um conteúdo representado por uma determinada hegemonia e a impossibilidade de significá-lo de forma exata é o que o autor chama de significativo vazio.

O quarto ponto como condição para uma hegemonia está também de certa forma exposto na terceira concepção, qual seja, a generalização da representação como condição de ordem social. A ideia central é a de que quem representa algo sempre representará algo além da sua identidade. No debate com Judith Butler e Slavoj Žižek (2000), Laclau amplia seu entendimento acerca da hegemonia, e apresenta novas ferramentas que podem ser trabalhadas tanto do ponto de vista da política doméstica quanto da política internacional.

A categoria hegemonia, e noções derivadas dela, revela-se importante na medida em que apresenta oportunidades de luta política que até então se imaginava no campo da macro

política, no campo de poder estatal. Para desenvolver uma ideia de hegemonia singular, Laclau e Mouffe percorreram diversos textos, dialogaram com diferentes abordagens do campo do saber. Essa empreitada nos ajuda a pensar como se configuram as RI, como se dão as crises na perspectiva contingencial, num ambiente externo também precário e dominado pela hegemonia do pensamento branco.

6.5 Anarquia branca, hierarquia negra

O título desta seção, que também é o sub-título da tese, indica uma conclusão geral depois da investigação em questão: o pensamento negro nas Relações Internacionais estabeleceu uma contra-hegemonia em relação à supremacia da branquitude, a qual fixou os significados do campo e silenciou discursos que desafiavam tais pressupostos. Os intelectuais negros, investidos da experiência brutal da escravidão e das consequências segregacionistas, inclusive profissional/acadêmica, procuraram caminhos alternativos à hegemonia da branquitude e encontraram na noção de hierarquia internacional, imperialismo, racismo e escravidão os discursos contrapontístico ideais. Nesse sentido, defende-se que um dos problemas enfrentados pela branquitude do campo foi a dificuldade de fixar sentidos em uma ordem global complexa e racialmente hierarquizada. Falar em anarquia internacional e não problematizar o caráter racial empregado pelos clássicos ou discorrer sobre o equilíbrio de poder sem mencionar o caráter imperialista na formação da ordem são dois exemplos que exemplificam os problemas epistêmicos e até metodológicos enfrentados pela da supremacia branca em RI.

Defende-se a tese de que a construção e manutenção da disciplina de RI só foram possíveis através de uma prática reiterada de discursos que procuravam fixar sentidos para o campo da política internacional. Essa fixação de sentido, fruto da demanda de intelectuais, historiadores e teóricos, predominantemente brancos, privilegiou temas, questões e soluções de problemas inadvertidamente de homens brancos, relegando todo o resto à marginalidade do campo. A questão racial também evidencia a amnésia histórico-teórica. A prática de discursos que dessem sentido à política internacional não incluiu a pluralidade de que se exige em um campo científico. Ao contrário, a articulação dos discursos em torno dos temas definidos como importantes pela branquitude se restringiu, sem titubear, aos intelectuais ocidentais, ou

para não deixar o fator raça de fora dessa conta, se restringiu a intelectuais brancos. Aos negros restou a luta pelo não silenciamento de suas vozes. O sujeito branco no campo das RI procurou e alcançou com muito sucesso estabelecer um discurso universal em torno da ciência que recém se tornava autônoma em relação à Ciência Política, esse discurso informou aos estudiosos a relevância da questão da anarquia para entender o funcionamento do sistema interestatal, mas igualmente incutiu nos tomadores de decisão a temeridade de um ambiente anárquico o qual exigia políticas de autoajuda voltadas para a questão da segurança e das alianças em torno da própria sobrevivência.

O silenciamento de parte relevante da identidade da disciplina somente revela que a fronteira do pensamento da branquitude é justamente o que ela nega: o pensamento negro sobre o internacional. Silenciar a riqueza de vozes não brancas faz parte de uma estratégia hegemônica de negação da identidade do Outro. E o racismo, nesse sentido, é justamente a desarticulação do pensamento de povos negros¹⁶². Nesse sentido, essa identidade forjada a partir do esquecimento é a própria condição da supremacia branca. Sendo mais exato: “toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior que, ao mesmo tempo que a nega, é a sua condição de possibilidade” (STÄHELI 2003, p. 234). O que fica evidente é que o apagamento do pensamento negro foi a própria possibilidade da branquitude fixar os significados sobre o campo internacional. Impor uma visão universalista sobre o campo, não a partir da luta democrática aberta, mas como resultado de anos de violência e negação da outra identidade inviabiliza a noção de agregar demandas dispersas. Tais demandas foram severamente esquecidas e nos últimos anos têm se mostrado um obstáculo para a pluralidade e democracia do campo em questão. Concordamos que a hegemonia requer o que Laclau (1996) chamou de negociação entre elementos inicialmente contraditórios. Na disciplina de RI, estes elementos “contraditórios” possibilitaram o que a narrativa *mainstream* do campo chamou de “grandes debates”. Nesse sentido, a branquitude forjou uma articulação entre identidades que supostamente eram distintas, mas que ao longo do curso das disputas se mostraram orbitando em torno de temas predominantemente preocupados com questões da branquitude.

A administração colonial, principal e primeiro estudo mais organizado no campo das RI, revela um discurso do pensamento branco e a tentativa com sucesso em tornar esse

¹⁶² Nascimento declarou em discurso no Senado Federal, em 20/03/1997, que o “racismo não é um problema apenas de cor da pele. Sua natureza mais profunda reside na tentativa de desarticular um grupo humano pela negação de sua identidade coletiva”.

discurso articulado e universal . Administração colonial solucionava os problemas dos povos brancos nas possessões da virada do século e em uma tacada só exportava práticas racistas aplicadas no âmbito doméstico (Jim Crow) e práticas externas ancoradas em ideias racistas (anarquia). No primeiro momento, a administração colonial, à serviço da branquitude, significou o que eram as RI: relações imperialistas. Como toda disputa hegemônica é instável, uma vez que os significados estão abertos a novas disputas, foram os intelectuais negros, como Du Bois e Alain Locke, os primeiros a se contraporem ao discurso predominante daquele período histórico. Afirmar que as RI eram relações raciais acarretava se posicionar na fronteira do discurso da branquitude, mostrando que haviam vozes dissonantes acerca da explicação da realidade doméstica e internacional. Se as fixações da branquitude prevaleceram, isso se deve essencialmente a uma estratégia hegemônica, uma articulação discursiva que moldaram o campo com a história bem contada acerca dos grandes debates e das categorias nesses debates instrumentalizadas. Tudo que fugisse desse contorno, carecia de “rigor científico”. Não é raro que professores (orientadores), até os dias atuais, “indiquem” - nas teses de dissertação e mestrado ou até mesmo em trabalhos de conclusão de curso de alunos - que na introdução já contenha o famigerado “estado da arte”. Isso nada mais é do que revisitar os mesmos debates, as mesmas categorias, os mesmos discursos da branquitude no campo de Relações Internacionais.

Focando na questão estratégica, a branquitude foi ainda mais longe quando os primeiros intelectuais do campo começaram a desenhar as RI a partir de debates teóricos, relegando questões prementes como colonialismo e imperialismo ao limbo da história. Disso surge uma forte crítica ao campo: seu forte caráter a-histórico. O fato é que o colonialismo impulsionou as primeiras tentativas do campo de RI se tornar autônomo. As grandes potências estavam totalmente às voltas com as disputas territoriais, os Estados Unidos venciam os espanhóis e conquistavam possessões no continente americano e na Ásia. Os europeus, por seu turno, disputavam as terras do continente africano e fatiavam as possibilidades de desenvolvimento dos povos negros do continente. *Apartheid* na África do Sul, *Jim Crow* nos Estados Unidos, conflitos no chamado terceiro mundo, invasões no Haiti, Etiópia, Kenya, o império britânico na Índia¹⁶³, todas as mortes causadas pelo colonialismo não entraram no

¹⁶³ Ver mais em: KOHN, Margaret., O’NEILL, Daniel I. (2006). A Tale of Two Indias: Burke and Mill on Empire and Slavery in the West Indies and America. **Political Theory**, 34(2), 192–228. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20452446>. Acesso em: out. 2022.

radar dos intelectuais brancos, assim a história do imperialismo nas RI foi suavizada pelos liberais, valendo-se de discursos paternalista e racializado.

Os intelectuais brancos que se voltaram para a questão imperialista no início do século estavam mais preocupados em garantir o bom funcionamento do imperialismo do que, de modo geral, em combatê-los: a história da administração colonial. Conforme vimos, o discurso acerca do imperialismo tratou de ignorar a relevância da questão racial na era das novas colônias, o que Robert Vitalis (2005, p. 160) chamou de “esquecimento proposital”. Foi esse “esquecimento proposital” que galgou os primeiros passos para a construção de um campo de estudo alheio ao sofrimento dos povos negros e amplamente voltado para a solução de problemas brancos. O racismo, nesse contexto, não era visto como um problema internacional, tampouco visto como um problema de fato a ser combatido. O mundo dividido entre “civilizados” e “não civilizados” era colocado em prática nas RI da virada do século, relações de poder assimétricas e hierarquizadas racialmente. Denunciar que as RI eram relações raciais envolvia precarizar a própria noção de identidade branca, a própria ideia de hegemonia, mostrar as RI do ponto de vista da branquitude era a continuação do projeto do homem branco que não se limita as RI, mas a universalização dos significados da vida social do ponto de vista da branquitude como um todo.

Nas primeiras décadas da disciplina contada do ponto de vista ortodoxo, o que excluiu tudo que fora escrito no período entreguerras, as questões de primeira ordem de RI eram relacionadas ao perigo da guerra. Os primeiros debates entre idealistas e realistas acentuaram os problemas da branquitude: economia, guerra, segurança, cooperação, liberdade. Idealistas e realistas refletiam os problemas das grandes potências como problemas do mundo. Ambas as abordagens tinham como preocupação precípua a guerra, ainda que essa mesma guerra tivesse suas raízes fincadas na África. As demandas por paz nasciam no seio da violência imperial dos países europeus que lutavam por expansão econômica e territorial. Na prática, o “primeiro grande debate” fixou os significados do que seriam as RI do ponto de vista histórico/teórico, centralizando como uma força centrípeta tudo o que estivesse ao seu redor. A partir de agora, o conteúdo particular, a corrida imperialista, se tornava um problema universal, não da perspectiva de solução do império, senão, de acomodação das demandas da branquitude.

No entanto, os significados se deslocam, e foram os intelectuais negros de *Howard* os primeiros a demonstrarem a precariedade do pensamento da branquitude nos primeiros anos

do que se entende como campo de RI, ao estabelecerem novos significados do campo da política internacional, o racismo apareceu como um norte desse pensamento que derivou em RI racializadas e hierárquicas. A missão de Du Bois era demonstrar como o colonialismo tinha em seu cerne um caráter racista e que as relações internacionais eram relações raciais. Portanto, era preciso olhar para as RI como relações hierarquizadas a partir do legado da escravidão, da modernidade e da escravidão. As relações assimétricas, materiais e ideacionais, entre os brancos e os negros no contexto da vida da diáspora/pós-escravidão, e também dos diversos povos africanos, indicavam que a observação do mundo externo não estava nada distante dessa realidade interna (DU BOIS, 2020), ou seja, o problema do século XX era um problema de linha de cor e, dessa maneira, não era possível olhar para as relações sociais de forma ampla sem se ater às questões raciais. Naquele período, a luta de Du Bois e seus colegas de *Howard* era uma luta contra a hegemonia do pensamento da branquitude.

Os significados das RI, posto pelos primeiros liberais do campo, encontraram nos intelectuais de *Howard* a impossibilidade de universalização do discurso. A escola de *Howard*, o renascimento do Harlem, a negritude francófona e o movimento pan-africanista complexificaram as RI a partir da centralidade das demandas dos povos negros e tornaram a solidariedade uma política transnacional do mundo anticolonial (GETACHEW, 2019). Os sentidos parciais fixados pelos intelectuais negros demoraram a produzir resultados, a questão do racismo como central nas relações entre imperiais e povos colonizados, a despeito de não ter freado a condução da identidade do campo ontológica e epistemologicamente brancos, trouxe uma ameaça à tentativa de estabelecimento de uma hegemonia do pensamento branco. E uma das ferramentas mais poderosas contra este avanço *uno* foi sem dúvida a elaboração do conceito de hierarquia como organizadora das RI.

Constata-se ao longo desse percurso que se a anarquia é branca, a hierarquia é negra. A noção de hierarquia é sem dúvida o princípio das RI mais importante dos últimos dois séculos, seu papel foi animador no que diz respeito a luta por emancipação de forma geral e a luta anticolonial especificamente (GETACHEW, 2019). Apesar de parecer óbvia tal constatação, hierarquia foi simplesmente silenciada nos principais manuais de RI e não aplicada à prática da política internacional. Significa que olhar para a política internacional na perspectiva de uma ordem global hierárquica nunca esteve no radar dos países ocidentais, tampouco em organismos internacionais cuja pretensão seria assegurar e promover a paz

mundial, bem como promover a igualdade e união entre as nações¹⁶⁴. Em seu lugar, o discurso sobre a anarquia buscou suprir a necessidade de significar o que eram as RI em um ambiente aparentemente oposto às relações sociais dentro dos estados nacionais.

O neorrealismo foi o primeiro paradigma teórico a abastecer o campo com significados para a pretensa “desordem” internacional, ao estabelecer que o sistema internacional era o retrato do hipotético estado de natureza dos contratualistas. A abstração em torno do estado de natureza (guerra de todos contra todos) foi a primeira construção de ponte entre os filósofos clássicos contratualistas e os primeiros teóricos do campo de RI. Imaginar uma ordem internacional anárquica servia aos interesses das potências estabelecidas e as que pretendiam se estabelecer. Anarquia, por si só, consistia em autoajuda, a busca pelos próprios interesses, alianças com intuito de aumentar o poder relativo e toda uma arena externa a espera de liderança coercitiva. Interessou tanto aos neorrealistas quanto aos neoliberais fixar a anarquia como parte imutável das RI, isto é, nessa perspectiva a ordem anarquia era inegociável, restava aos estados se acomodarem, ainda que o custo para os mais pobres fosse muito alto. Anarquia internacional passa assim a representar a identidade da disciplina de RI, tanto do ponto de vista dos que aceitam a anarquia como “dada”, ainda que mudanças nos Estados possam alternar a anarquia, até os que acreditam que a anarquia pode passar de um estado de inimidade, para um de amizade e cooperação. O discurso, antes particular ao neorrealismo da segunda metade do século XX, procura se tornar universal nos debates entre os paradigmas mais diversos. Foram os escritos dos contratualistas que forneceram um discurso comum aos internacionalistas ao longo do século. O discurso retirado do contrato social excluiu a questão racial como algo totalmente descartável para a história, teoria e para a política internacional do dia a dia. A hegemonia em torno das categorias da disciplina se estabelece preenchendo significados não pela ausência de uma melhor explicação do campo em questão, mas pela total negação do que era exterior ao *mainstream* acadêmico.

Nos últimos anos, temos observado movimentos (ou práticas articulatórias) que marcam a disputa pela pluralidade do campo e começam a ganhar novos contornos reforçando a ideia de contra-hegemonia da hierarquia racial a partir do pensamento internacionalista negro. Em primeiro lugar, é preciso apontar que o *mainstream* da disciplina dividiu o mundo, grosso modo, entre duas identidades: a dos “capazes” e dos “incapazes”. A identidade dos

¹⁶⁴ Nações (nem tão) Unidas.

povos “incapazes” é a própria construção da branquitude no campo de RI. O “não civilizado” surge como “ameaça”, e passa a ser o Outro inimigo. Há, nesse sentido, como bem trouxe Laclau e Laclau e Mouffe (1996, 2015), uma noção de antagonismo na construção da identidade da branquitude. Por isso, a construção da disciplina como projeto hegemônico da branquitude revela exatamente o que os cânones tentaram negar ao longo dos últimos séculos: existe alguém na fronteira, no limite da branquitude que impede a sua totalidade.

A hegemonia branca no campo de RI esbarra nas barricadas construídas ao longo dos anos por pensadores, teóricos e pesquisadores que procuram dar luz ao que já foi dito e silenciado e ao que está sendo contado através de uma perspectiva não-tradicional. Ao longo desses capítulos muitos contribuíram para essa caminhada, e muitos que aqui não foram incluídos, o mais importante é estabelecer que esses deslocamentos possibilitaram pensamentos contrapontísticos em relação ao *mainstream*. A hierarquia racial como princípio organizador da ordem global foi o primeiro passo de uma contra-hegemonia negra (que ainda está em disputa) que está ancorada na tríade RI, imperialismo e raça, como movimentos interdependentes e que se retroalimentam (o imperialismo precisou do internacionalismo e da raça para se reproduzir); no transnacionalismo dos movimentos negros do século passado, desde o renascimento do *Harlem*, ao pan-africanismo e ao movimento da negritude francófona, que ultrapassam as barreiras estatais e lutaram por espaço e emancipação na arena externa, bem como *Howard* reduto importante da luta antirracista e anticolonial liderada por pensadores negros, entre eles, o Nobel da Paz Ralph Bunche¹⁶⁵. O contrato social como contrato racial, bem como a anarquia traduzir em anarquia dos trópicos são reveladoras e demonstram o limite do discurso da branquitude ao se deparar com o “real”. Esse deslocamento da hegemonia branca produzido pelo pensamento internacionalista negro e seus pesquisadores/apoiadores é valioso na busca tanto da emancipação dos povos subjugados quanto do ponto de vista da pluralidade e democratização do campo das RI. Deslocamento, no sentido de Laclau (1990), marca uma ruptura entre a hegemonia da branquitude - que informou o campo desde o seu nascimento até os dias atuais - e o pensamento negro e as investigações que colocam a raça no centro das RI.

Não obstante à hegemonia da branquitude na disciplina, concluímos que as fixações sobre os significados do campo internacional não respondem mais a toda complexidade da

¹⁶⁵ Cabe ressaltar que Bunche foi o primeiro negro a ganhar o prêmio.

ordem global hierárquica-racial, o esfacelamento se deve especialmente pelo caráter racial das principais categorias forjadas pelo *mansintream*. A relevância do tema raça para a disciplina representa o rompimento com a hegemonia branca, essa última incapaz de dar conta de se tornar universal, tendo em conta a emergência de um movimento contra-hegemônico: descentralizado, antirracista e não branco.

Deixando um pouco a teoria social de Laclau e Mouffe, Nancy Fraser (1992) parece ter uma contribuição que vai muito ao encontro da tese que aqui se defende - de que o pensamento negro no campo das RI é um movimento contra-hegemônico - e está relacionada à ideia de esfera pública ou contrapúblicos, a qual representa novas arenas discursivas que se desenvolvem paralelamente às esferas públicas oficiais e onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos para formular interpretações opostas às suas identidades, interesses e necessidades.

Mais especificamente, Fraser (1992) está fazendo uma crítica à esfera pública de Jürgen Habermas por negligenciar as desigualdades sociais e a exclusão de certos grupos na formação de opinião pública e deliberação democrática¹⁶⁶. De acordo com a autora (1992), os contrapúblicos são espaços de debate e organização que surgem entre grupos marginalizados que são excluídos dos espaços tradicionais da esfera pública. Esses grupos são afetados por estruturas de poder desigual e enfrentam opressão e marginalização em suas vidas cotidianas. Os contrapúblicos fornecem uma arena alternativa para a expressão política e a articulação de interesses e demandas específicas desses grupos. Os contrapúblicos se desenvolvem como uma resposta à exclusão e à dominação que ocorrem na esfera pública convencional. Eles podem ser formados por mulheres, pessoas de minorias étnicas, grupos LGBTQ+, trabalhadores, entre outros que compartilham uma identidade compartilhada ou uma experiência de opressão comum. Esses espaços proporcionam um ambiente seguro para a discussão de questões que são ignoradas ou subestimadas no âmbito público dominante. Uma característica fundamental dos contrapúblicos é sua capacidade de redefinir e ampliar a agenda política, bem como de construir narrativas alternativas e contestadoras. Eles oferecem um local para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para a articulação de demandas políticas específicas. Além disso, os contrapúblicos podem contribuir para a formação de

¹⁶⁶ Ver mais sobre esfera pública em Habermas em: HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria burguesa / Jürgen Habermas; tradução Flávio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

identidades coletivas e para o fortalecimento do poder político desses grupos marginalizados. Fraser argumenta que é essencial reconhecer e incluir os contrapúblicos na teoria política e na prática democrática, a fim de garantir uma participação mais inclusiva e equitativa. Ela propõe uma reconfiguração da esfera pública que leve em conta as múltiplas vozes e perspectivas presentes nos contrapúblicos, permitindo um diálogo genuinamente democrático e a transformação das estruturas sociais opressivas. Em resumo, os contrapúblicos, conforme proposto por Nancy Fraser, são espaços de resistência e organização política que surgem em resposta à exclusão e à marginalização na esfera pública tradicional. Eles oferecem uma plataforma para grupos marginalizados expressarem suas experiências, demandas e visões de mundo, contribuindo para uma democracia mais inclusiva e participativa.

Rurion Melo (2021), discutindo a noção de contrapúblicos sublinha a importância dos diagnósticos acerca dos resultados das disputas na esfera pública. Segundo o autor (2021, p. 292), "os contrapúblicos têm se mostrado decisivos para a produção de diagnósticos sobre os atuais conflitos entre públicos dominantes e grupos sociais excluídos (trabalhadores, negros, mulheres, entre outros)". Ao mesmo tempo, as ações (dos contrapúblicos) despertam reações "conservadoras", contrárias aos movimentos, gerando conflitos violentos nos âmbitos institucional e cotidiano. Nesse sentido, a esfera pública tradicional, ou burguesa para Nancy (1992), gera desigualdades tanto para a deliberação, em termos democráticos, quanto para a produção do saber. Por isso, o pensamento contra-hegemônico do internacionalismo negro é uma forma de buscar espaços alternativos à esfera pública democrática tradicional: as primeiras revistas, *Journal of International Relations*, que teve o nome alterado depois de 12 anos de publicação para *Foreign Affairs*, o NAACP, bem como os movimentos transnacionais como, por exemplo, o Pan-africanismo podem ser alguns poucos exemplos de contrapúblicos¹⁶⁷.

Por último, a negligência, o silenciamento e o apagamento do pensamento negro nas Relações Internacionais impulsionam as críticas aos pressupostos mais fundamentais do campo de Relações Internacionais. A contra-hegemonia não é um movimento do século XXI,

¹⁶⁷ Os exemplos abundam, mas cabe ressaltar dois dos mais importantes movimentos dos povos negros no Brasil: o Teatro Experimental do Negro (TEN) e a Frente negra brasileira. Estruturas institucionais que deram base para a difusão do pan-africanismo no Brasil a partir da década de 1930. Ver mais sobre esses movimentos em: BARBOSA, Muryatan; COSTA, Thayná. Negritude E Pan-Africanismo no Pensamento Social brasileiro: A Trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 100, p. e3410018, 2019. E também em: DOMINGUES, P. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p. 517-534, set. 2008.

na verdade o pensamento negro nas RI sempre existiu e sempre estabeleceu o limite dos erros, silenciamentos e exclusões da branquitude, estavam lá para quem quisesse ver. Se hoje podemos afirmar que existe uma contra-hegemonia negra, devemos isso tanto aos primeiros intelectuais que lutavam por reconhecimento, quanto os atuais que trabalham arduamente no resgate do passado, bem como na importância do presente e do futuro.

7. Considerações finais: a emergência de outras vozes

A cultura popular é terreno sobre o qual as transformações são operadas.

Stuart Hall, 2004

7.1 Introdução: um panorama geral

Chegamos nesse momento com mais clareza da importância de olhar para o campo de Relações Internacionais a partir da perspectiva racial. Observar a disciplina nesse viés permite abordar seu caráter racializado da história e da teoria, isto é, de como é possível afirmar que RI optou por construir suas bases através de categorias e epistemologias racializadas. O relato da história e da teoria racializada resulta em um movimento contra-hegemônico do pensamento negro na disciplina, uma oposição à supremacia da branquitude que contou com silenciamento, apagamento e “normas contra a percepção”. Nos primeiros anos, a disciplina se pautou em teorias eminentemente racistas: desde a Biologia até a Antropologia (e a própria Ciência Política). Em suma, o racismo científico possibilitou que RI fosse área fértil para a consolidação do sub-campo chamado de “administração colonial”, nesse sentido, o campo seguiu a direção da dualidade “civilizados” *versus* “não civilizados”. Essa construção de identidade tem origem clara no racismo científico do século XIX. Esse caminho não foi uma escolha involuntária, uma vez que se priorizou contar a história da disciplina apagando o pensamento negro do início do século XX que, desde Du Bois, tinha um diagnóstico acurado da política internacional. Ao virar as costas para os intelectuais negros, a disciplina optou por não ir a fundo nos motivos da Primeira Guerra Mundial: a luta imperialista pela riqueza na África (essencialmente). Ignorou, assim, o surgimento de periódicos relevantes levados a cabo por intelectuais negros, relegando a estes pouco ou quase nenhum espaço nas principais universidades norte-americanas. Howard, nesse sentido, como primeira escola de RI, foi o reduto seguro encontrado pelos intelectuais negros para denunciar o caráter colonialista-racial das relações internacionais. O projeto imperialista ficou assim à margem dos primeiros relatos do campo, o qual priorizou os grandes debates, entre os quais, idealistas x realistas, quando, em verdade, o colonialismo era uma realidade a ponto de não ser possível diferenciar relações internacionais de colonialismo e, sobremaneira, de imperialismo. Ao mesmo tempo, a negritude diaspórica se fazia ouvir, em alguma medida, na construção de políticas para além das fronteiras estatais, o transnacionalismo negro: o pan-africanismo foi um movimento

anticolonial capaz de ultrapassar as fronteiras do atlântico negro, bem como o renascimento do *Harlem* e a negritude francófona.

Muito mais do que a-histórica, as teorias das RI partiram do ponto de vista exclusivamente branco, relegando às margens da história os saques, as invasões e as guerras não tradicionais, todas elas importantes para a construção do Estado moderno, assim como a escravidão. As estruturas basilares das teorias *mainstream* privilegiaram, peremptoriamente, um discurso supremacista branco, bem como um foco em cânones que reificaram a ideia do homem branco/civilizado x homem não branco/incapaz de se autogovernar. Os conceitos de anarquia, estado de natureza e equilíbrio de poder foram sobremaneira racializados. Anarquia externa e ordem interna envolvidas em um conceito mais parecido com anarquia dos trópicos. Ao mesmo tempo, o estado de natureza dos contratualistas se baseava em uma sociedade hipotética bem distante da Europa central, exatamente onde os contratualistas forjaram suas ideias. Em suma, há um deslocamento contra-hegemônico do pensamento negro (e não branco), especialmente ancorado (a contra-hegemonia) na ideia de Du Bois de uma ordem global organizada racialmente. Esse deslocamento dificulta a fixação de significados sobre o internacional, estratégia hegemônica da branquitude desde a criação do campo. Esse deslocamento mostra a emergência de olhar à disciplina de RI de pontos de vistas outros, abordagens que foram até então majoritariamente subalternas.

A tese principal deste trabalho é defender a presença de um pensamento negro contra-hegemônico nas Relações Internacionais. A supremacia da branquitude foi estabelecida por meio de uma estratégia hegemônica, que promoveu a articulação discursiva em torno de categorias e epistemologias racializadas: anarquia, estado de natureza, contrato social e equilíbrio de poder. Essa hegemonia silenciou epistemologias, demandas, histórias, categorias e abordagens dos povos negros/não brancos: raça, imperialismo e colonialismo e suas consequências. A contra-hegemonia em questão reside exatamente no movimento de dar voz, novos significados e outras abordagens às relações internacionais a partir da perspectiva do pensamento negro, particularmente, de Du Bois.

7.2 Outras vozes: pluralidade e democratização

Falar em abordagens subalternas nas RI é dar voz a grupos de pensadores que estão à margem da branquitude do campo disciplinar. Nas ciências sociais, Ranajit Guha¹⁶⁸ foi um dos pioneiros na função de reescrever a historiografia do sul asiático a partir do olhar de um não branco, em um contexto de Índia colonizada pelos britânicos. É preciso também ressaltar o texto seminal de Gayatri Chakravorty Spivak, *Can the subaltern speak?*, cujo ponto de partida é a noção de representar os que não podem falar. A partir do texto de Spivak ¹⁶⁹(2014), Nancy Fraser (1992) desenvolve a ideia de contrapúblicos, a qual representa novas arenas discursivas que se desenvolvem paralelamente às esferas públicas oficiais e onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos para formular interpretações opostas às suas identidades, interesses e necessidades¹⁷⁰, uma visão que coloca a democratização do acesso à arena política como ponto de partida fundamental para o acesso plural e qualificado da esfera pública¹⁷¹.

Nas RI, pensar em outras vozes é imaginar contra-discursos oriundos dos povos colonizados, e mais específico nessa tese, oriundo “das almas dos povos negros”, parafraseando Du Bois (2021). Subalternidade nas RI pode ser entendida como um novo campo diaspórico que tem na essência da agenda de pesquisa atravessar o atlântico não mais dentro de navios negreiros, mas nas trocas entre intelectuais e pesquisadores que compartilham mais do que dores e sofrimentos, mas o desejo por emancipação. Como abordaram Geeta Chowdhry e Sheila Nair (2002), a promoção de leituras pós-coloniais alternativas das RI, mesmo tendo como gancho as teorias críticas, feminismo, pós-estruturalismo, possibilita dar novos significados e pluralizar o campo de RI. Neste capítulo

¹⁶⁸ “Os estudos subalternos, dessa forma, começaram no início dos anos de 1980, com o indiano Ranajit Guha, como uma intervenção na historiografia sul-asiática, enquanto se tornava um modelo para o subcontinente e, rapidamente, possibilitaria uma séria crítica ao pós-colonialismo. Alguns pensadores, como Ranajit Guha e Gayatri Spivak, utilizam o termo “subalterno” para se referir a grupos marginalizados; grupos esses que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu status social. Cabe dizer que se trata de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho” (FIGUEIREDO, 2010, p. 84). Ver mais também em: GUHA, Ranajit. **Dominance Without Hegemony: History and Power in Colonial India**. Harvard University Press, v. 3, 1996. 278 p.

¹⁶⁹ Ver a tradução do artigo da autora indiana em: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução André Pereira, Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. 133 p.

¹⁷⁰ Ver mais sobre em: FRASER, N. 1992. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: CALHOUN, C. (ed.) **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press.

¹⁷¹ Rurion Melo (2015) faz uma importante colaboração para o debate sobre a ampliação da esfera pública. Ver mais em: MELO, Rurion. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 94, p. 11-39, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400002>. Acesso em: jan. 2021.

final, em primeiro lugar faz-se necessário fazer balanço brevíssimo da subalternidade nas RI ressaltando a relevância dos estudos pós-coloniais e, a partir da nossa realidade, como o pensamento decolonial tem contribuído para o campo. Pensar o subalterno nas RI é contribuir diretamente para a memória intelectual da disciplina e a luta contra o esquecimento. Mais especificamente, o tema raça tem ganhado destaque na disciplina nos últimos anos, o movimento *Black Lives Matter*¹⁷² tem importância global e sua ascensão transnacional deixa o silêncio do campo ainda mais ensurdecido. Faz-se urgente que o tema raça ganhe protagonismo nos manuais de RI. Conforme mostramos aqui, o nascimento da disciplina está intimamente ligado à raça, conseqüentemente ao racismo, mas são temas apagados dos planos de ensino, ao passo que raça nunca deveria ter sido um tema apartado do *mainstream* acadêmico. A luta antirracista passa necessariamente pela luta global contra o racismo e, nas RI, pela luta contra a ordem global hierárquica, o desafio de superar a linha de cor anunciada por Du Bois mais de um século atrás.

As lutas se traduzem em pensar um campo mais plural e, conseqüentemente, mais democrático, que está além da representatividade, busca o reconhecimento e espaços de pesquisa e financiamento. Para isso, é preciso sair das amarras da branquitude e abrir o leque de intelectuais, de outras áreas e interlocutores. Para fazer RI é preciso abandonar RI, abandonar suas crenças fundamentais e a reificação de verdades absolutas. O isolamento do campo tanto internamente quanto externamente, a negação de agendas sobre raça, gênero e sexualidade, criou uma bolha que está prestes a explodir¹⁷³. Democratizar o campo impõe pluralidade, ler além e criticamente o que o campo nos informa parece urgente. Existe RI para além da branquitude, para além do Estado, da segurança e, mais importante, para além da anarquia. Incluir raça no *core* de RI não responde a anseios meramente identitários, mas a problemas materiais impostos pela hierarquia racial na ordem global. Democratizar o campo do saber influencia diretamente a política internacional, induzindo a novas práticas de RI não hierarquizadas, um movimento que vai de encontro à hegemonia da branquitude.

¹⁷² O movimento Black Lives Matter (vidas Negras Importam, tradução para o português) é um movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana, que faz campanha contra a violência direcionada às pessoas negras. O BLM regularmente organiza protestos em torno da morte de negros causada por policiais, e questões mais amplas de discriminação racial, brutalidade policial, e a desigualdade racial no sistema de justiça criminal dos Estados Unidos.

¹⁷³ Ler sobre as falhas do projeto intelectual de RI em: BUZAN, B., & LITTLE, R. (2001). Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. *Millennium*, 30(1), 19–39. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298010300010401>. Acesso em: jan. 2023.

7.3 Abordagens subalternas nas RI

Uma abordagem que parta de um lugar não branco tem como princípio a preocupação com questões relativas à justiça e à desigualdade nas RI. É justamente com essa preocupação em mente que o combate à hierarquia da ordem global se dá - especialmente na centralidade de temas esquecidos como, por exemplo, raça, gênero e classe - na ideia de poder. Tirar o foco do enquadramento racializado do tema segurança¹⁷⁴(internacional) das grandes potências é o caminho escolhido por abordagens que procuram fugir de RI convencional (CHOWDHRY, NAIR, 2002). Nesse sentido, a noção de poder parece central para abordagens subalternas, não para reificá-lo nas mãos do Estado, conforme o entendimento dos neorrealistas¹⁷⁵, ao contrário, mais próximo ao que Foucault (2017) chamou de “microfísica do poder”, um poder descentralizado, retirado da primazia do rei ou do Estado¹⁷⁶, de modo igual, o poder está disperso e não pode ser claramente localizado como definem as teorias tradicionais de RI.

Se o poder está em todas as relações, nas RI o poder é o garantidor manutenção da ordem vigente e das desigualdades. Mas como todo poder requer um poder externo a ele, as abordagens subalternas garantem a contestação do *status quo*. O desafio posto ao campo através de abordagens que questionem o poder é retirar a deferência à anarquia em favor de modos de vidas além-branquitude, isto é, sublinhar a história de povos que até então não estão nos livros de história de RI. Sendo assim, parece urgente pensar a área partindo do abandono das categorias centrais para repousar nas demandas marginalizadas como, saúde global, justiça social, redistribuição de renda, violência de gênero, racismo, entre outros, temas que, à primeira vista, parecem locais, mas um olhar mais atento revelam o caráter global e decisivo inclusive na hierarquia racial da ordem vigente.

No movimento de abandonar RI para pesquisar RI, a Teoria Crítica parece fornecer diagnósticos bastante precisos sobre a realidade contemporânea, esses diagnósticos levam em conta a intersecção entre raça, gênero e classe, evitando cair em dualismos e reducionismos,

¹⁷⁴ Vale recordar que o sub-campo de RI chamado de “Segurança Internacional” vem sendo duramente criticado pelo uso de categorias e epistemologias racistas. Buzan é um dos maiores expoentes dessa sub-área. Howell e Richter-Montpetit (2020) escreveram um artigo em forma de pergunta-crítica: *Is securitization theory racist?* Como resposta, Wæver e Buzan se apressaram para responder “Racism and responsibility”. Ver o debate respectivamente em: Howell, A., & Richter-Montpetit, M. (2020). *Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the copenhagen school. Security Dialogue, 51(1), 3–22.*

¹⁷⁵ Poder se manifesta na distribuição das capacidades das unidades (Estado).

¹⁷⁶ Ver mais em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de. Roberto Machado. - 5. ed. - Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2017.

abordagens que podem e devem ser complementares e não excludentes¹⁷⁷. A teoria crítica fornece poderosos saberes aos estudiosos que pretendem abandonar categorias vazias em favor de diagnósticos mais condizentes com a realidade do mundo. Mais especificamente, a interseccionalidade tem capilaridade nos estudos feministas e pós-coloniais de RI, Chowdhry e Nair (2002) imputam à interseccionalidade um dos principais temas da teoria pós-colonialista.

Na teoria feminista das RI, a interseccionalidade ganha força na crítica de Brooke Ackerly e Jacqui True (2008)¹⁷⁸ à sub-representatividade das mulheres marginalizadas dentro do campo de RI. As autoras argumentam que o estudo do poder é uma das formas possíveis de mitigar as sequelas das relações assimétricas em relação às mulheres. Ackerly e True (2008) argumentam que as escolhas metodológica e ética de uma pesquisa feminista pode gerar melhores resultados do ponto de vista do olhar crítico sobre o *mainstream* teórico-normativo do campo. Jacqui True (2010) vai mais adiante ao defender que a análise interseccional de gênero marca uma mudança de abordagem na disciplina de RI, mas que é preciso avançar na perspectiva interseccional a fim de encontrar a marginalidade da mulher nas questões materiais. Em artigo que trata da violência contra as mulheres, a autora (2010, p. 58) afirma que os padrões de violência contra mulheres ultrapassa o âmbito doméstico, tratando-se assim de um problema de ordem global, muitas vezes instigados “por mudanças econômicas, políticas, militares e naturais/ambientais”. Além disso, a violência contra a mulher tem influência direta, senão, resulta de processos igualmente globais como “políticas econômicas neoliberais, conflitos armados, desastres naturais e outras crises, bem como esforços de reconstrução” os quais mantiveram as desigualdades de gênero existentes, ou até mesmo “criou novas formas de marginalização e violência contra as mulheres”. (TRUE, 2010, p. 58-59).

A masculinidade está no centro da violência contra as mulheres e da exclusão no campo de RI. Nessa direção, Tickner (2005) argumenta que as relações de poder que tornaram os papéis e as experiências das mulheres invisíveis nas RI não podem ser compreendidas sem uma análise dos homens e da masculinidade. Analisar as RI hiper-masculinizadas, pressupõe

¹⁷⁷ Iris Marion Young, Seyla Benhabib, Ina Kerner, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro são alguns poucos exemplo de mulheres que contribuem sobremaneira para a crítica do racismo.

¹⁷⁸ Ver mais em: ACKERLY, Brooke; JACQUI, True. Reflexivity in Practice: Power and Ethics in Feminist Research on International Relations, **International Studies Review**, Volume 10, Issue 4, December 2008, Pages 693–707, Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00826.x> Acesso em: dez. 2022.

mostrar que o papel da mulher está sempre atrelado a um mundo construído e reconstruído pela masculinidade. Segundo Tickner (2005, p. 18) “quando as mulheres entram na política, particularmente em áreas de política externa, elas entram em um mundo masculino já construído, onde as expectativas de papel são definidas em termos de adesão aos atributos masculinos preferidos”, esses atributos vão desde a racionalidade até a ideia de poder. Isto posto, conclui a autora (2005, p. 18), “é por essas razões que as mulheres continuam sub-representadas em posições de poder político e econômico, mesmo em sociedades há muito comprometidas com a igualdade formal e a legislação de oportunidades iguais. O papel dos homens e da masculinidade dentro do estudo feminista inseriu no centro do debate de RI a questão do gênero e da sexualidade, sem tirar de vista a economia liberal da ordem hierárquica e seu papel na manutenção das subalternidades.¹⁷⁹

A interseccionalidade aparece com destaque em Kimberle Crenshaw (1991, p. 1299) no sentido de apontar para raça e gênero como dimensões de identidade, no sentido de reconhecer “as maneiras pelas quais as experiências interseccionais de mulheres de cor são marginalizadas nas concepções predominantes de política de identidade”. A autora (1991) defende a possibilidade da interseccionalidade fornecer parâmetros para pensar a raça como coalizão entre homens e mulheres, a interseccionalidade como intervenção política focada nos sujeitos racializados. Quando ampliamos a lupa sobre o campo de RI, o que observamos é uma pluralidade de temas e sujeitos representados, as categorias relevantes deixam de ser voltadas para o estudo do Estado, de forma geral, e para a categorias da branquitude, de forma específica, para sujeitos racializados e teorias subalternas. A pluralidade teórica das vozes subalternas (aqui sucintamente representada, o campo é bastante vasto) que parecer ser uma consequência inevitável, precisa ser reforçada e reiterada a cada agenda de pesquisa aberta. Um campo intelectual mais plural e democrático disposto em um ambiente de disputas discursivas com certa paridade, ao modelo de pluralismo agonístico de democracia sustentado por Mouffe¹⁸⁰, esticando para nossa discussão: seria uma disputa nós/eles compatível com a

¹⁷⁹ Ver mais estudos sobre a masculinidade em: ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Updated ed., Berkeley: University of California Press. 2000.

¹⁸⁰ O “pluralismo agonístico” como definido aqui é uma tentativa de operar o que Richard Rorty chamaria de “redefinição” do auto-entendimento básico do regime liberal-democrático, que enfatiza a importância de reconhecer-se a sua dimensão conflitual. Deve ser portanto distinguido do modo pelo qual o mesmo termo é usado por John Gray para referir-se à rivalidade mais larga entre formas de vida inteiras, as quais ele vê como “a verdade mais profunda da qual o agonismo liberal é apenas um exemplo” (GRAY, 1995, p. 84, apud. MOUFFE, 2005, p. 174).

democracia, sugere ampliar algumas vozes e não reduzir ou apagar outras. Isso nos parece o oposto do que o campo de RI produziu até agora: silenciamento, exclusão, supremacia, apagamentos, racismo. Stuart Hall não está pensando diretamente no campo de RI, mas fornece ferramentas muito relevantes para se pensar a pluralidade das culturas e como transformar isso modos de vida política além da branquitude.

7.4 Relações Internacionais como campo cultural plural

Stuart Hall (2009; 2011) é um defensor da ideia da identidade como diferença, como relacional. Nesse sentido, a identidade negra, por exemplo, não deve ser essencialidade, senão, sempre colocada em uma perspectiva contingencial. Hall está dialogando diretamente com Jacques Derrida¹⁸¹ ao afirmar que a identidade é construída na diferença (ou *Différance* o termo francês cunhado por Derrida). Por que isso importa para o campo democrático das RI? As diferenças produzem identidades e as relações construídas geram novas identidades. As identidades são formadas por estruturas de negociação, nesse sentido, a identidade negra é uma construção da *Différance*, uma produção de identidade produzida nessa luta, escapando assim da ideia de uma cultura essencializada. O negro, para Hall (2003), é uma construção cultural em contato com o Outro, atravessando fronteiras culturais não essencialidades. No entanto, no campo de RI em questão essa negociação foi sobremaneira deturpada, em virtude de que o discurso hegemônico prevalecente foi do branco, enquanto o negro foi essencializado e subjugado como parte infantil da história da humanidade. O que Hall (2003) traz de muito relevante na teoria crítica da cultura é a possibilidade do multiculturalismo social e contingencial; a proposta de Hall (2003) é a de reconstruir a identidade cultural em termos diversos, na direção da possibilidade de uma emancipação, uma heterogeneidade da identidade entre o universal e o específico. Importante posição de Hall (2003) se trouxemos para o campo das RI, pois ao longo desta investigação não houve um sistema específico que incluísse as questões dos povos negros na construção da disciplina. O contrário, a solução de problemas tanto teórico quanto histórico passou ao largo de qualquer mediação identitária entre brancos e não brancos, essa falta de mediação impossibilitou um campo plural que observasse demandas diversas tanto locais quanto globais. Um campo amplo e plural

¹⁸¹ Ler mais sobre identidade e diferença em DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. Trad.: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.; DERRIDA, J. **Gramatologia**. Trad.: Miriam Chnaiderman, Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

produziria, certamente, uma identidade do campo igualmente plural e, mais do que isso, relacional, e uma identidade relacional seria capaz de produzir um campo acadêmico mais democrático e uma prática política internacional mais democrática. Se o mundo é repleto de culturas diversas, é esse campo multicultural que Hall (2003) defende e que trago aqui para a disciplina de RI, em suas palavras, a estratégia do multiculturalismo seria:

Buscar conjuturalmente aquilo que no modelo liberal-constitucional se conhece como incomensurável em princípio: causar uma reconfiguração radical do particular e do universal, da liberdade e da igualdade com a diferença. O objetivo foi começar a recompor as heranças dos discursos liberal, pluralista, cosmopolita e democrática à luz do caráter multicultural das sociedades da modernidade tardia. Nenhuma solução final pode ser alcançado com facilidade. Em vez disso, tentamos esboçar uma abordagem que, ao instigar a doção de estratégias vigorosas e descomprometidas, capazes de confrontar e tentar erradicar o racismo, a exclusão e a inferiorização (a velha agenda antirracista ou da igualdade racial, ato relevante hoje como no passado), implica o respeito a certos limites (nas novas circunstâncias multiculturais da diferença, dentro das quais essas estratégias operam atualmente). (HALL, 2003, p. 89)

A proposta de Hall (2011, p. 89) vai ao encontro da democratização do campo, o autor defende uma política multicultural (não essencializada) através de uma “radicalização das práticas democráticas”. Parece fundamental o debate sobre o pluralismo nas RI e, para isso, é importante colocar a questão da hegemonia do pensamento branco em perspectiva. Ao estabelecer a supremacia do pensamento da branquitude, o negro passou a ser visto como o Outro, e esse Outro essencializado subtrai importantes aspectos dos grupos minoritários. Nas RI, isso passa sem dúvida pelo fim da marginalização dos discursos dos não brancos, tal marginalização “impedem o acesso de todos, inclusive das minorias, de todos os tipos, ao processo de definir uma” identidade mais inclusiva. A identidade do campo de RI foi forjada numa farsa através dos grandes debates, enquanto grupos marginalizados tinham suas vozes caladas na história da disciplina. Hall (2009) viabiliza que essas vozes caladas apareçam e dentro desse processo é possível ver identidades diversas, contingenciais e, por isso, a possibilidade de desancorar a identidade a partir da hegemonia branca que constituiu o negro como o Outro. Assim sendo, a abordagem de Hall (2009) permite definir uma alteridade na fronteira definidas por elas mesmas, isto é, uma estratégia para escapar da especialização do Outro produzido pelo olhar da branquitude. Descortinar a hegemonia do pensamento branco no campo da RI, em específico, é uma forma completamente plausível de dar vazão a dinâmicas intra-identidades que são, por vezes, estereotipadas na construção da identidade relacional. Tal exercício, sobre as controvérsias internas às identidades, foi possível verificar no embate do internacionalismo negro na virada do século XIX para o XX. Portanto, só as

lutas política-democráticas (que coloquem uma nova perspectiva no essencialismo das identidades culturais) possibilitam que identidades não brancas surjam no horizonte discursivo para além da branquitude.

Em RI, essas lutas já estão em curso, conforme analisamos, a partir de novas formas de se observar a história, mais especificamente, uma nova historiografia na disciplina que tem possibilitado o resgate de pensamentos para além da hegemonia da branquitude. O resgate de Du Bois não é apenas simbólico, nesse contexto, ele possibilita o questionamento e a formulação de novas formas de prática política na arena internacional. Revisitar a história e dar espaço para pensamentos subalternos é uma forma de influenciar diretamente a práxis do campo de RI. Stuart Hall (2011, p. 60) afirma que a globalização caminha *lado a lado* à “proliferação subalterna da diferença”, tal assertiva nos leva a um paradoxo dos tempos atuais: “O eixo “vertical” do poder cultural, econômico e tecnológico parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão de mundo composta de muitas diferenças “locais”, as quais o “global-vertical” é obrigado a considerar”. Considerar o global-vertical envolve olhar para uma ordem global hierarquizada, reflexo da produção local da diferença subalternizada e essencializada. Essa provocação do local e global mostra a emergência de uma política democrática de inclusão de outras vozes, de uma construção de mundo muito mais complexa do que aquela clássica dos países centrais da Europa mais Estados Unidos. Ampliar essa visão míope é estabelecer novas conexões identitárias e, no limite, uma nova forma de analisar a ordem global hierárquica-racial que até então conhecemos.

O privilégio branco começa desde o acesso à universidade até a formação e a continuidade seja dentro do ambiente acadêmico quanto no mercado corporativo de trabalho. Vivemos em uma sociedade em que o racismo é estrutural, uma anormalidade da sociedade que se tornou normal¹⁸². No campo acadêmico de RI a lógica permanece a mesma de privilégio dos brancos e dificuldade de acesso e manutenção nas universidades brasileiras especificamente. Diante desse quadro, parece urgente ampliar o escopo de estudo do campo em evidência, como resultado dessa ampliação, novas agendas de pesquisa podem se abrir criando uma rede de apoio acadêmico mais ampla. Aumentar o fomento em pesquisas que tratam da questão racial nos parece condição necessária para a democratização da área. Mais

¹⁸² Ver sobre o racismo estrutural em: ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, v. 3, 2019. 256 p.

ainda, o fomento possibilita a diminuição do abismo nas universidades entre brancos e negros. Aumentar o fomento deve ser seguido de aumento de cadeiras para professores negros, algo que se vê ainda muito pouco, a representatividade negra nas universidades brasileiras ainda é um problema a ser enfrentado. Mais detidamente nas futuras agendas de pesquisa, o trabalho em questão abre alguns flancos que podem servir de possíveis sub-áreas de pesquisa, destaco aqui a importância de uma investigação focada nas relações diaspóricas dos movimentos do Atlântico Negro de Gilroy (2012) e do seminal trabalho de Edwards (2003); um pequeno esboço de uma possível teoria diaspórica de RI já foi suscitado por Henderson (2013;2017). Outras questões mais pertinentes às categorias da hegemonia branca no campo como, equilíbrio de poder e o resultado nas instituições internacionais, isto é, como a ONU reproduz a hegemonia branca; mais do que necessário e aqui fazemos uma crítica a este próprio trabalho, qual o papel dos intelectuais negros no campo de RI ou mais especificamente para o que eu chamei de transnacionalismo negro, reverberado no Brasil por nomes como Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos, entre outros. O que já se foi pensado nesse sentido? O trabalho se encerra com algumas indagações, mas na certeza de que muito ainda pode ser feito para se reverter a miopia do campo de Relações Internacionais, esperando que a contribuição aqui prestada possa servir para abrir novos horizontes.

Referências

- ABRAHAM, S. (2009). Strategic Essentialism in Nationalist Discourses: Sketching a Feminist Agenda in the Study of Religion. **Journal of Feminist Studies in Religion**, 25(1), 156–161. Disponível em: <https://doi.org/10.2979/fsr.2009.25.1.156>. Acesso em: ago. 2021.
- ACHARYA, A., & BUZAN, B. (2019). RI 1919–1945: A Primeira Fundação da Disciplina. Em **The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of IR at its Centenary** (pp. 82-111). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781108647670.005.
- ACKERLY, Brooke; JACQUI, True. Reflexivity in Practice: Power and Ethics in Feminist Research on International Relations, **International Studies Review**, Volume 10, Issue 4, December 2008, Pages 693–707, Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00826.x> Acesso em: dez. 2022.
- ADEBAJO, Adekeye. **The Curse of Berlin: Africa After the Cold War**. Oxford: university press. 2010.
- ALEXANDER, Barder. 2015. **Empire Within: International Hierarchy and Its Imperial Laboratories of Governance**. London: Routledge.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, v. 3, 2019. 256 p.
- _____. Prefácio. In.: DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta. 2021.
- ALVEZ, C, R, Ana. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Acesso em: abril de 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67315841004.pdf>.
- AMMONS, L. Consequences of War on African Countries' Social and Economic Development. **African Studies Review**, 39(1), 67, 1996. Disponível em: doi:10.2307/524669. Acesso em ago. 2022.
- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line**, f. 115. 2014. 230 p.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo - Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2013.
- ARMITAGE, David. **Foundations of Modern International Thought**. UK: Cambridge University Press, f. 157, 2012. 313 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto, f. 197, 1996. 393 p.

ASHWORTH, M, Lucian. Did The Realist–Idealist Great Debate Really Happen? A revisionist history of International Relations. In.: SCHMIDT, Brian C.. **International Relations and the First Great Debate**. New York: Routledge, 2012. 194 p.

ASHWORTH, M, Lucian. How Should We Approach the History of International Thought? In.: SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas. **Historiographical Investigations in International Relations**. Eds. Brian C. Schmidt, Nicolas Guilhot. Ottawa, Canada: Palgrave Macmillan. 2019.

ASHWORTH, M, Lucian. Did The Realist–Idealist Great Debate Really Happen? A revisionist history of International Relations. In.: SCHMIDT, Brian. **International Relations and the First Great Debate**. Ed. Brian Schmidt. New York, NY: Routledge. 2012.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1514** (XV) de 14 de dezembro de 1960. Disponível em [https://undocs.org/es/A/RES/1514\(XV\)](https://undocs.org/es/A/RES/1514(XV)). Acesso em: mar. De 2021.

BALDWIN, Davarian L. (Org.); MAKALANI, Minkah (Org.). **Escape from New York: The New Negro Renaissance beyond Harlem**. USA: University of Minnesota Press. v. 3, 2013. 464 p.

BARBOSA, S, Muryatan. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **Revista África**, [S. l.], n. 31-32, p. 135-155, . DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i31-32p135-155. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352>. Acesso em: ago. 2021.

_____. O debate pan-africanista na revista *Présence Africaine* (1956 -1963). **História** (São Paulo), vol. 38, e2019006, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019006>. Acesso em: jun. 2021.

_____. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **Revista África**, [S. l.], n. 31-32, p. 135-155, . DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i31-32p135-155. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352>. Acesso em: ago. 2021.

_____. Pan-africanismo e RI: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, 11(1), 144–162. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v11n1.2016.347>>. Acesso em: ago. 2021.

BARBOSA, Muryatan; COSTA, Thayná. Negritude E Pan-Africanismo no Pensamento Social brasileiro: A Trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, 2019.

BAZIAN, Hatem. The clash of civilization: A racial discourse. **Daily Sabah**. Nov. 2015. Disponível em: <https://www.dailysabah.com/columns/hatem-bazian/2015/11/12/the-clash-of-civilization-a-racial-discourse>. Acesso em: dez. 2021.

BELL, Duncan. “International Relations: The Dawn of a Historiographical Turn?” **The British Journal of Politics and International Relations** 3, no. 1 (April 2001): 115–26, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-856X.00053>>. Acesso em: jun. 2021.

_____. Review: Race and Empire: The Origins of International Relations. **International Studies Review**, Vol. 7, No. 4 (Dec., 2005), pp. 633-635. 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3699680>>. Acesso em: jul. 2021.

_____. Writing the World: Disciplinary History and Beyond. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 85, No. 1. (Jan., 2009), 2009. pp. 3-22.

_____. Writing the World (Remix). In.: SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas. **Historiographical Investigations in International Relations**. Eds. Brian C. Schmidt, Nicolas Guilhot. Ottawa, Canada: Palgrave Macmillan. 2019.

_____. **Dreamworlds of Race: Empire and the Utopian Destiny of Anglo-America**. Princeton University Press, v. 1, 2020. 484 p.

_____. Making and Taking Worlds, In.: Samuel Moyn e Andrew Sartori, eds., **Global Intellectual History** (Nova York, 2013), 254–79.

BLAIN, Keisha; GILL, Tiffany. **To Turn the Whole World Over: Black Women and Internationalism**. Illinois: University of Illinois Press, 2019. 280 p.

BHAMBRAWHY, Gurminder K, et al. Is Mainstream International Relations Blind to Racism? **Foreign Policy**. 2020. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/>. Acesso em: set. 2022.

BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BLATT, Jessica. **Race and the Making of American Political Science**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018. 216 p.

BONI, Tanella. “Femmes en négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire”. In: **Rue Descartes, Négritude et philosophie**. Collège International de Philosophie, 2014/4, n.83, p. 62-76. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2014-4-page-62.htm>. Acesso em: Jul. 2021.

BOOTH, Ken., COX, M., & DUNNE, T. (1999). Introduction: Thinking about International Relations. In K. Booth, M. Cox, & T. Dunne (Eds.), **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford University Press.

BOOTH, Ken; SMITH, Steve. **International Relations Theory Today**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "S.F. Nadel". **Encyclopedia Britannica**, Jan. 2022, Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/S-F-Nadel>. Acesso em Dez. 2021.

BULL, H. (1966). International Theory: The Case for a Classical Approach. **World Politics**, 18(3), 361–377. <https://doi.org/10.2307/2009761>.

BUNCHE, Ralph. A World View of Race. In: (Eds). KILSON, Martin; HILL, A.Cromwell. **Apropos of Africa: “Sentiments of Negro American Leaders on Africa from the 1800s to the 1950s”**. Ed: Routledge: 2013.

BUTLER, Judith. 2002. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Taylor & Francis e-Library.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, Hegemonía, Universalidad: Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BUZAN, B., & LITTLE, R. (2001). Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. **Millennium**, 30(1), 19–39. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298010300010401>. Acesso em: jan. 2023.

CARR, Edward Hallett. **Conditions of Peace**. New York : Macmillan, 1942. 314 p.

_____. **Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das RI**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CHAVES, C, Wilson. O Estatuto do Real em Lacan: dos primeiros escritos ao seminário VII, a ética da psicanálise. **Paideia**, 2006, vol. 16. n. 34. 161-168. Acesso em: outubro de 2019, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a04.pdf>>.

GEETA, Chowdhry (Org.); NAIR, Sheila (Org.). **Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender and Class**. Routledge, v. 1, 2002. 458 p.

CLINTON, David. Francis Lieber, Imperialism, and Internationalism. in.: LONG, David (Org.); SCHMIDT, Brian C. (Org.). **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. SUNY Press, v. 3, 2005. 230 p.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, interseccionalidade e política emancipatória? Tradução Bianca Santana. In: **Revista parágrafo**, jan./jun. V.5, n.1, 2017.

COX, Robert. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, 10(2), 126–155. 1981. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>>. Acesso em: set 2021.

COX, Robert. Influences and commitments. In: COX, Robert e SINCLAIR, Timothy J. **Approachs to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19- 38, 1996.

CRENSHAW, Kimberle. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.” **Stanford Law Review** 43, no. 6 (1991): 1241–99. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: dez. 2022.

CRITCHLEY, Simon (Org.); MARCHART, Oliver (Org.). **Laclau: A Critical Reader**. UK: Routledge, v. 3, 2003. 370 p.

CROWDER, Michael. The First World War and its consequences in Africa, In: BOAHEN, Albert Adu. **AFRICA**, Unesco. International Scientific Committee for the Drafting of a General History of. **UNESCO General History of Africa, Vol. VII, Abridged Edition: Africa Under Colonial Domination 1880-1935**. USA: Univ of California Press, v. 1, 1985. 384 p.

Dahl, A. (2022). Constructing Colonial Peoples: W. E. B. Du Bois, the United Nations, and the Politics of Space and Scale. **Modern Intellectual History**, 1-25. Disponível em: [doi:10.1017/S1479244322000464](https://doi.org/10.1017/S1479244322000464). Acesso em: jan. 2023.

DENNIS. Rutledge, M. (1995). Social Darwinism, Scientific Racism, and the Metaphysics of Race. **The Journal of Negro Education**, 64(3), 243–252. Acesso em: out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2967206>

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002. 436 p.

_____. **Gramatologia**. Trad.: Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DOMINGUES, P.. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517–534, set. 2008.

DOTY, L, Roxanne. The bounds of “Race” in international relations. 1993. **Millennium** 22: 443-63.

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. **Philosophy and Public Affairs** 12 (3):205-235, 1983.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk**. New York: Oxford University Press Inc. [1903] 2007. Disponível em: <<https://libcom.org/files/DuBois.pdf>>. Acesso em Abril. 2021.

_____. **Black Reconstruction in America**. NY: Routledge. [1935] 2017.

_____. The African roots of war. **Atlantic Monthly**. 115: 707—14. 1915. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1915/05/the-african-roots-of-war/528897/>>. Acesso em: Abril. 2021.

_____. Worlds of Color. **Foreign Affairs**, vol. 3, no. 3, 1925, pp. 423–44. *JSTOR*, Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/20028386>>. Accessed jul. 2021.

_____. Du Bois, W. E. B. **Dusk of Dawn : An Essay Toward an Autobiography of a Race**. Concept First Schocken edition: 1968 ed. New York: Schocken Books.

_____. Du Bois, W. E. B. **The World and Africa/Color and Democracy**. Ed. Gates Jr, Henry. Oxford: University Press.

_____. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta. 2021.

EDWARDS, Brent Hayes. **The practice of diaspora** : literature, translation, and the rise of Black internationalism. Cambridge, Mass. :Harvard University Press, 2003.

EZE, Emmanuel Chukwudi. **Postcolonial African Philosophy: A Critical Reader**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1997. 388 p.

_____. The Color of Reason: The Idea of 'Race' in Kant's Anthropology, in: **Anthropology and the German Enlightenment**, ed. Katherine Faulkner (Lewisburg, Pa.: Bucknell University Press, 1995).

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** Salvador: EdUfba, 2008.

FREEMAN, J. D. Siegfried Frederick Nadel, 1903-1956. **Oceania**, 27(1), 1–11, 1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40329030>. Acesso em: jan. 2021.

FIGUEIREDO, C. Estudos Subalternos: uma introdução. **Raído**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 83–92, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/619>. Acesso em: 6 out. 2022.

FLOR, Caue; KAWAKAMI, Érica; SILVÉRIO, Valter. Tornar-se sujeito afro-diaspórico: working with Du Bois, Frantz Fanon e Stuart Hall. **Contemporânea**. v. 10, n. 3 p.

1289-1322Set.–Dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.18>. Acesso em: abril. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7a. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de. Roberto Machado. - 5. ed. - Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2017.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts: MIT Press, v. 1, 1992. 516 p.

GAVINS, Raymond. **The Cambridge Guide to African American History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. 351 p.

GETACHEW, Adom. **Worldmaking After Empire: The Rise and Fall of Self-Determination**. Princeton: Princeton University Press, v. 1, 2019. 288 p.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 292 p.

GLYNOS, Jason; STAVRAKAKIS, Yannis. Encounters of the real king: sussing out the limits of Laclau's embrace of Lacan. In.: **Laclau: a critical reader**. Org. Simon Critchley; Oliver Marchart. London, Routledge. 2003.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory** (London, UK: Routledge. 2007.

GILROY, Paul. Living Memory: Meeting Toni Morrison. In.: **Small Acts: Thoughts on the Politics of Black Cultures**, 175–82. London: Serpent's Tail, 1993.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo: Editora 34. 2a reimpressão, 2012.

GO, Julian. (2021). Three Tensions in the Theory of Racial Capitalism. **Sociological Theory**, 39 (1), 38-47. Acesso em: mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0735275120979822>>.

GÓES, Juliana. (2022). Du Bois e o Brasil: reflexões sobre o transnacionalismo negro e a diáspora africana. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 19 (2), 293-308. doi:10.1017/S1742058X2100045X.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**. Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política TRADUÇÃO DE Luiz Sérgio

Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho & baby livros Inc 8ª edição, 2017.

GUHA, Ranajit. **Dominance Without Hegemony: History and Power in Colonial India**. Harvard University Press, v. 3, 1996. 278 p.

GUILHOT, Nicolas. **The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. Columbia University Press, v. 1, 2011. 312 p.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria burguesa** / Jurgen Habermas; tradução Flávio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta. 2019.

HALL, Stuart. “A questão multicultural”. In: Hall, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARRIS, Leonard; MOLESWORTH, Charles. **Alain L. Locke Biography of a Philosopher**. The University of Chicago Press, Chicago, 2009.

HENDERSON, Errol. Navigating the Muddy Waters of the Mainstream: Tracing the Mystification of Racism in International Relations. In.: RICH, Wilbur. (Org). **African American perspectives on political science**. Philadelphia: Temple University Press. 2007.

_____. Hidden in plain sight: racism in international relations theory. IN.: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line**. 2015. New York, NY: Routledge

_____. Hidden in plain sight: racism in international relations theory, **Cambridge Review of International Affairs**, 26:1, 71-92. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2012.710585>>. Acesso em: jul. 2021.

_____. The Revolution Will Not Be Theorised: Du Bois, Locke, and the Howard School’s Challenge to White Supremacist IR Theory. **Millennium**, 45(3), 492–510, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0305829817694246>>. Acesso em: maio de 2021.

HENRY, Charles P. Abram Harris, E. Franklin Frazier, and Ralph Bunche: The Howard School of Thought on the Problem of Race. **National Political Science Review**, 5, 36–56, 1995. In.: HOLDEN, Matthew. **The Changing Racial Regime**. New York: Routledge. 1995.

HEYWOOD, Linda, et al. **African Americans in U.S. Foreign Policy: From the Era of Frederick Douglass to the Age of Obama** Publisher: University of Illinois Press, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. (Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner.) 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSON, J. A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

HOBSON, M, John. **The Eurocentric Conception of World Politics: Western International Theory, 1760–2010**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012. Disponível em:<doi:10.1017/CBO9781139096829>. Acesso em: jun. 2021.

HOWELL, A., & RICHTER-MONTPETIT, M. (2020). Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the copenhagen school. **Security Dialogue**, 51(1), 3–22.

HOOKER, J. R. The Pan-African Conference 1900. **Transition**, 46, 20–24, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2934952>. Acesso em: set 2020.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press. 2000.

_____. Buckingham: Open University Press, 2000a. Tradução feita por Érika Elizabeth V.Frazão e Vitor A.Barcellos. In.: HOWARTH, David (2000). **Discourse**. Buckingham: Open University Press.

_____. An interview with Ernesto Laclau: questions from David Howarth. In. **Ernesto Laclau: post-marxism, populism and critique**. New York: Routledge. 2015.

HUNT, Michael, H. **Frontier Defense and the Open Door: Manchuria in Chinese-American Relations, 1895–1911**. Ed. Yale University Press, 281 p, 1973.

IRELAND, Alleyne. **Tropical colonization, an introduction to the study of the subject**. Nova Iorque, Londres, 1899.

ITZIGSOHN, José; BROWN, Karida L. **The Sociology of W. E. B. Du Bois: Racialized Modernity and the Global Color Line**. New York: New York University Press. 2020.

JOHNSON, James, W. The Making of Harlem, **Survey Graphic**, março, 1925.

JAMES, Winston. "5. Harlem's Difference". **Race Capital?: Harlem as Setting and Symbol**, edited by Fearnley, Andrew M., New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, pp. 111-142, 2018.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989

_____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Brasil: Editora Iluminuras Ltda, 2006.

KENDHAMMER, Brandon. DuBois the pan-Africanist and the development of African nationalism. **Ethnic and Racial Studies**, 30:1, 51-71, 2007. Disponível em <10.1080/01419870601006538>. Acesso em: jul. 22.

KEOHANE, Robert, O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2005 [1984]).

_____. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396. 1988.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (eds.). **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. US: Pearson Education, Inc. 2012.

KEYNES, John, M. **As conseqüências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KRISHNA, Sankaran. "Race, Amnesia, and the Education of International Relations." **Alternatives: Global, Local, Political** 26, no. 4 (2001): 401–24. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40645028>>. Acesso em Jun. 2021.

KOHN, Margaret., O'NEILL, Daniel I. (2006). A Tale of Two Indias: Burke and Mill on Empire and Slavery in the West Indies and America. **Political Theory**, 34(2), 192–228. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20452446>. Acesso em: out. 2022.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. São Paulo, ed. Zahar. 1985.

LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

_____. **Emancipation(s)**. London: Verso, [1996] 2007.

LACLAU, Ernesto; CRITCHLEY, Simon; DERRIDA, Jacques; RORTY, Richard. **Deconstruction and pragmatism**. Ed. CHANTAL MOUFFE. New York: Routledge, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015. 286p.

LAUREN A. Wendling. Higher Education as a Means of Communal Uplift: The Educational Philosophy of W.E.B. Du Bois. **The Journal of Negro Education**, 87(3), 285–293, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7709/jnegroeducation.87.3.0285>. Acesso em fev. 2020.

LEE, Christopher. J. (2004). [Review of *The Practice of Diaspora: Literature, Translation, and the Rise of Black Internationalism*, by B. H. Edwards]. **The International Journal of African Historical Studies**, 37(3), 570–572. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4129059>. Acesso em: jan. 2022.

LÊNIN. Vladímir, Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações, art.22**. 1919. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm#:~:text=do%20presente%20Pacto.-,Art.,particularmente%20dif%C3%ADceis%20do%20mundo%20moderno.>>. Acesso em: abril. 2020.

LITTLE, Richard. Historiography and International Relations. **Review of International Studies**. 25, 291–299. 1999. Acesso em: jul de 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/8357293.pdf>.

LOCKE, Alain. **The New Negro: Voices of the Harlem Renaissance**. Publisher: Touchstone, Year: [1925] 1999.

LONG, David. Paternalism and the Internationalization of Imperialism: J. A. Hobson on the International Government of the “Lower Races”. Cap. 3, in: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Alban. 2005.

LONG, David; WILSON, Peter. **Thinkers of the Twenty Years' Crisis Inter-War Idealism Reassessed**. New York: y Oxford University Press Inc. 1995.

LONG, David (Org.); SCHMIDT, Brian C. (Org.). **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. New York: SUNY Press, v. 3, 2005. 230 p.

LYNCH, A, Richard. A teoria do poder de Foucault. In.: TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1970.

MACEDO, Alzira, T. Funcionalismo. **Veredas: revista de Estudos Lingüísticos**, Juiz de Fora, vol. 1, nº 2 - p. 71 a 88. 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/R4.pdf>. Acesso em jun. 2020.

MATTERN, Janice; ZARAKOL, Ayşe. Hierarchies in World Politics. **International Organization**, 70(3), 623-654. 2016. Disponível em: <doi:10.1017/S0020818316000126>. Acesso fev. 2022.

MAMPILLY, Zachariah. 2022. "The Du Bois Doctrine." **Foreign Affairs**, 6 de setembro. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/web-du-bois-doctrine-race-america-century>. Acesso em: dez. 2022.

MELO, Rúrion. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 94, p. 11-39, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400002>. Acesso em: dez. 2021.

MELO, Rúrion. Contrapúblicos e os novos conflitos na esfera pública. In: BATISTA, M., RIBEIRO, E., and ARANTES, R., eds. **As teorias e o caso [online]**. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 269-296. ISBN: 978-65-89992-29-5. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786589992295.0009>. Acesso em: abril. 2023.

MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 43, núm. 3, setembro-dezembro, 2007, pp. 249-258. Acesso em: Setembro 2019. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93843307>>.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Soc. estado**. [online]. 2010, vol.25, n.3. pp.479-497. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300004 >. Acesso em, jan. 2019.

_____. Antagonismo como identificação política. **Revista de Ciência Política**. n. 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228. Acesso em: agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf>>.

_____. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, 91: 135-167, 2014. Acesso em: setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>>.

MILLER, Hillis. Taking Up a Task: Momentos of decision in Ernesto Laclau's thought. In.: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: a critical reader**. Org. Simon Critchley; Oliver Marchart. London, Routledge. 2003.

MILLER, Michael. 'The War of Races': How a hateful ideology echoes through American history. **Washington Post**. Washington, 27 dez, 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2019/12/27/war-races-how-hateful-ideology-echoes-through-american-history/>>. Acesso em: abril. 2021.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

_____. **Black Rights/White Wrongs: The Critique of Racial Liberalism**. New York, NY: Oup Usa, 2017.

MILNER, Helen. The assumption of anarchy in international relations theory: A critique. **Review of International Studies**, 17(1), 67-85, 1991. Disponível em: <doi:10.1017/S026021050011232X>. Acesso em: mar. 2021.

MONK, R. Ludwig Wittgenstein. **Encyclopedia Britannica**. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ludwig-Wittgenstein>. Acesso em: Jan. 2023.

MONTEIRO, Leandro N. (2006). **O Conceito de Estados Fracassados nas RI: Origens, Definições e Implicações Teóricas**. Dissertação de mestrado (134 p.). Programa de Pós-Graduação em RI, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOREFIELD, Jeanne. “A Liberal in aMuddle”: Alfred Zimmern on Nationality, Internationality, and Commonwealth, in: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Alban. 2005.

_____. **Empires Without Imperialism: Anglo-American Decline and the Politics of Deflection**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

_____. "Crashing the Cathedral: Historical Reassessments of Twentieth-Century International Relations." **Journal of the History of Ideas**. 81, no. 1 (2020): 131-155. Disponível em: <doi:10.1353/jhi.2020.0002.>. Acesso em: jun. 2021.

MORGENTHAU, J, Hans. **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003.

MORRIS, A. (2022). Alternative View of Modernity: The Subaltern Speaks. *American Sociological Review*, 87(1), 1–16. <https://doi.org/10.1177/00031224211065719>

MORRISON, Toni. *Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

_____. **Amada**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Cia das Letras, 2011.

_____. ‘Unspeakable Things Unspoken: The Afro-American Presences in American Literature’, in **Criticism and the Color Line**, 24, 1988.

MOSES, Bernard. The control of the dependencies inhabited by the less developed races. In.: **Congress of arts and sciences**, vol. 7., ed. Howard J. Rogers, 387-98. Boston: Houghton, Mifflin, 1906.

MOSES, Wilson, J. **Classical Black Nationalism: From the American Revolution to Marcus Garvey**. New York University Press, Year: 1996.

_____. Africa and Pan-Africanism in the Thought of Du Bois. In.: S. Zamir (Ed.), **The Cambridge Companion to WEB Du Bois**. Cambridge Companions to American Studies, pp. 117-130, 2008.

MOSELEY, Alexander. Just War Theory. **Internet Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <https://iep.utm.edu/justwar/>. Acesso em: jan. 2022.

MOUFFE, Chantal. POR UM MODELO AGONÍSTICO DE DEMOCRACIA. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 25, nov. 2005. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071/5043>>. Acesso em: dez. 2020.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NABERS, Dirk. Discursive Dislocation: Toward a Poststructuralist Theory of Crisis in Global Politics, **New Political Science**, 41:2, 263-278, 2019. Acesso em: maio de 2019. Disponível em: <[10.1080/07393148.2019.1596684](https://doi.org/10.1080/07393148.2019.1596684)>.

NABERS, Dirk; STENGEL, Frank. Symposium: The Contribution of Laclau's Discourse Theory to International Relations and International Political Economy Introduction, **New Political Science**, 41:2, 248-262. 2019. Acesso em: maio de 2019. Disponível em: <[10.1080/07393148.2019.1596683](https://doi.org/10.1080/07393148.2019.1596683)>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. 2.ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

_____. **Discurso no Senado Federal**. 20/03/1997. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/202173>. Acesso em: Dez. 2022.

NIELSEN, Cynthia. FRANTZ FANON AND THE NÉGRITUDE MOVEMENT: How Strategic Essentialism Subverts Manichean Binaries. **Callaloo**, 36(2), 342–352. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24264913>. 2013. Acesso em: nov. 2022.

NIETSCHMANN, Bernard. The Third World War, **Cultural Survival Quarterly** 11, no. 3 (1987) in.: Michael Shapiro, *Violent Cartographies: Mapping Cultures of War* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997), pp. 176-177.

NKRUMAH, Kwame. **Consciencism: philosophy and ideology for de-colonization**. US: Library of Congress, 1964.

ONFRAY, Michel. **Contra-história da filosofia. Parte 1: as sabedorias antigas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OSIANDER, Andreas. “Rereading Early Twentieth-Century IR Theory: Idealism Revisited.” **International Studies Quarterly** 42, no. 3 (1998): 409–32. <http://www.jstor.org/stable/2600745>.

OSIANDER, Andreas. Rereading Early Twentieth-Century IR Theory: Idealism revisited. In: SCHMIDT, Brian. **International Relations and the First Great Debate**. Ed. Brian Schmidt. New York, NY: Routledge, 2012.

PEREIRA, Rodrigo, GARCIA, Ana. A teoria crítica de Robert W. Cox como método para uma análise das relações entre China e América Latina. **Oikos**, 20(2). 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52061>. Acesso em dez. 2021.

PESSOA, Carlos. Hegemonia em tempos de globalização. In.: MENDONÇA, Daniel (org). **Pos-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Kindle. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

POTTER, Pitman B. “Political Science in the International Field.” **The American Political Science Review**, vol. 17, no. 3, 1923, pp. 381–391. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1944041>. Acesso em: Jan. 2020.

RAHMAN, Ahmad. **The Regime Change of Kwame Nkrumah Epic Heroism in Africa And the Diaspora**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

REBECCA, Adler-Nissen. 2015. **Opting Out of the European Union: Diplomacy, Sovereignty and European Integration**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

REINSCH, Paul S. **World politics at the end of the nineteenth century as influenced by the Oriental situation**. New York: Macmillan, 1900.

_____. **Colonial administration**. New York: Macmillan, 1905.

_____. **An American Diplomat in China**. Lector House, 2020.

RICH, Wilbur. (Org). **African American perspectives on political science**. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

ROBINSON, Cedric. J. **Black Marxism: A tradição radical negra** (2a ed.). Autêntica, 2023.

ROSENAU, James. **Race in International Politics: A Dialogue in Five Parts**. Denver: University of Denver (Monograph Series in World Affairs, edited by Charles A. Micaud),

1970, 50 pp. (1970). **American Behavioral Scientist**, 14(1), 149–149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0002764270014001103>>. Acesso em: jul. 2021.

ROCKEFELLER FOUNDATION, **Annual Report**, 1954. West 49th Street, New York. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/wp-content/uploads/Annual-Report-1954-1.pdf>. Acesso: mar. 2020.

ROWE, Carlos. W.E.B. Du Bois's critique of U.S. imperialism. **Band (Jahr)**: 10, 1997. Disponível em: <<https://www.e-periodica.ch/cntmng?pid=spe-001%3A1997%3A10%3A%3A159>>. Acesso em: ago. 2021.

SABARATNAM, Meera. “But What On Earth Is Whiteness That One Should So Desire It?”. **Symposium on White World Order, Black Power Politics**. The Disorder of Things. 2016. Acesso em: jun. 2021. Disponível em: <<https://thedisorderofthings.com/2016/06/13/but-what-on-earth-is-whiteness-that-one-should-so-desire-it/>>.

_____. Is IR Theory White? Racialised Subject-Positioning in Three Canonical Texts. **Millennium**, 49(1), 3–31. 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0305829820971687>> . Acesso em: set 2022.

SAMPSON, Aaron. Beers. Tropical Anarchy: Waltz, Wendt, and the Way We Imagine International Politics. **Alternatives**, 27(4), 429–457. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/030437540202700402>>. Acesso em: ago. 2022.

SCHMIDT, Brian. **The political discourse of anarchy: A disciplinary history of international relations**. Albany: State University of New York Press. 1998.

_____. (2002)Anarchy, World Politics and the Birth of a Discipline: American International Relations, Pluralist Theory and the Myth of Interwar Idealism. **International Relations**, 16(1), 9–31. <https://doi.org/10.1177/0047117802016001003>

_____. Paul S. Reinsch and the Study of Imperialism and Internationalism Cap. 2. In: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Alban. 2005.

_____. **International Relations and the First Great Debate**. New York: Routledge, 2012. 194 p.

_____. The First Great Debate. **E-International Relations**. 2012. Acessado em: jul. 2021, disponível em: <<https://www.e-ir.info/2012/09/28/the-first-great-debate/>>. New York, United States: Routledge. 2012.

_____. On the history and historiography of international relations. In W. Carlsnaes T. Risse, & B. A. Simmons. **Handbook of international relations** (pp. 3-28). 2013. SAGE Publications Ltd. Disponível em: <<https://www.doi.org/10.4135/9781446247587>>. Acesso em jul. 2021.

SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas. **Historiographical Investigations in International Relations**. Eds. Brian C. Schmidt, Nicolas Guilhot. Ottawa, Canada: Palgrave Macmillan. 2019.

SHAPIRO, Michael, J. **Violent Cartographies: Mapping Cultures of War**. Minneapolis. London: University of Minnesota Press. 1997.

SKINNER, Quentin. The Limits of Historical Explanation. **Philosophy**, vol. 41, pp. 199-215, 1996.

_____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, vol. 8, nº 3, pp. 3-53, 1996.

SLUGA, Glenda. Turning International: Foundations of Modern International Thought and New Paradigms for Intellectual History. 2014. **History of European Ideas**, 41(1), 103-115. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01916599.2014.948294>>.

SLUGA, Glenda. **The invention of international order: Remaking Europe after Napoleon**. Princeton University Press, 2018.

SHUKLA, S. "It's That Spanish Blood": Langston Hughes Imagines Race in Harlem and the World. **American Quarterly** 70(4), 755-775., 2018. Disponível em: <doi:10.1353/aq.2018.0062>. Acesso em: mar. 2021.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas RI. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37Acesso em. Jan 2023.

SMITH, Steve. “The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory,” in: Ken Booth and Steve Smith (eds.), **International Relations Theory Today**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

SOAGE, Ana. La teoría del discurso de la escuela de Essex en su contexto teórico. **Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación (Clac)**, 25, p. 45-61. Universidad Complutense de Madrid. 2006. Acesso em. Set. 2019. Disponível em: <<https://webs.ucm.es/info/circulo/no25/soage.pdf>>.

SPAHR, Clemens. **A poetics of global solidarity: modern American poetry and social movements**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução André Pereira, Sandra Regina Goulart e Marcos Pereira. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. 133 p.

_____. **Other Asias**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008, 260 p.

STAFF, MSRC, "TATE, Merze Vernie". **Manuscript Division Finding Aids**. 190, 2015. Disponível em: https://dh.howard.edu/finaid_manu/190. Acesso em: maio. 2020.

STAHOLI, Urs. Competing Figures of The Limit: dispersion, transgression, antagonism and indifference. In.: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: a critical reader**. Org. Simon Critchley; Oliver Marchart. London, Routledge. 2003

HOFFMANN, Stanley. "An American social science: International Relations". **Daedalus**, 106 (3), p. 41-60, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i20024487>. Acesso em: fev. 2020.

Stanford Encyclopedia Of Philosophy. **Alain LeRoy Locke**. 2022. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/alain-locke/#NewNegr>> . Acesso em: ago. 2021.

STEWART, Jeffrey, C. (NHC Fellow, 1990–91), ed. **Race Contacts and Interracial Relations: Lectures on the Theory and Practice of Race**. Edited by Jeffrey C. Stewart and Alain LeRoy Locke. Moorland-Spingarn Series. Washington, D.C.: Howard University Press, 1992.

STEWART, Jeffrey, C. A New Negro Foreign Policy: The Critical Vision of Alain Locke and Ralph Bunche, in: Linda Heywood and others (eds), **African Americans in U.S. Foreign Policy: From the Era of Frederick Douglass to the Age of Obama** (Champaign, IL, 2015; online ed: Illinois Scholarship Online, 20 Apr. 2017.

STEWART, Jeffrey, C. **The new Negro : the life of Alain Locke**. New York, NY : Oxford University Press, 2018.

SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy. **Race and Epistemologies of Ignorance**. New York: State University of New York Press, Albany. 2007.

TAYLOR, Dianna. Michel **Foucault: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

THAKUR, V., DAVIS, A. E., VALE, P. Imperial Mission, 'Scientific' Method: An Alternative Account of the Origins of IR. 2017. **Millennium**, 46(1), 3–23.

TICKNER, J. Ann. (2005) What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, 49 (1), 1-21.

TOLEDO, A. “Estados falidos” enquanto discurso colonial. **Monções: Revista de RI da UFGD**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 165–192, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11534>>. Acesso em: Jun de 2022.

TRUE, Jacqui (2010). The Political Economy of Violence Against Women: A Feminist International Relations Perspective, **Australian Feminist Law Journal**, 32:1, 39-59, Disponível em: [10.1080/13200968.2010.10854436](https://doi.org/10.1080/13200968.2010.10854436). Acesso em: dez. 2022.

VITALIS, Robert. Birth of a Discipline. in: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Alban. 2005.

VITALIS, Robert. Birth of a Discipline. In: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Alban. 2005

VITALIS, Robert. The Graceful and Generous Liberal Gesture: Making Racism Invisible in American International Relations. **Millennium**. 2000; 29(2):331-356. Acesso em: jul. 2021. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298000290020701>>.

VITALIS, Robert. **White World Order, Black Power Politics: the birth of American international relations**. Ithaca; London: Cornell University Press. 2015.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In S. Smith, K. Booth, & M. Zalewski (Eds.), **International theory: Positivism and beyond** (pp. 149-185). Cambridge: Cambridge University Press. 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511660054.009>>. Acesso em: jul. 2020.

WÆVER, O., & Buzan, B. (2020). Racism and responsibility—The critical limits of deepfake methodology in **security studies**: A reply to Howell and Richter-Montpetit. *Security Dialogue*, 51(4), 386–394.

WALLERSTEIN, Immanuel: **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, Is' Edition, 2004.

WALT. Stephen, M. International Relations: One World, Many Theories. **Foreign Policy**, No. 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge. 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4886653/mod_resource/content/1/Stephen%20Walt%201998.pdf>. Acesso em: ago 2021.

WALTZ, K. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEKKER, Gloria. **White Innocence: Paradoxes of Colonialism and Race**. Durham and London: Duke University Press, 2016.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, Michael. Roundtable 3-5 on The Invention of International Relations Theory; Realism. **Rockefeller Foundation and the 1954 Conference on Theory**. Review by Michael C. Williams. 2011. Disponível em: <https://issforum.org/roundtables/3-5-the-invention-of-international-relations-theory#Review_by_Michael_C_Williams_University_of_Ottawa>. Acesso em: jul. 2021.

WILSON, Peter. The myth of the ‘First Great Debate’. **Review of International Studies**, 24(5), 1-16. 1998. Disponível em: <doi:10.1017/S0260210598000011>. Acesso em: jul. 2021.

WILSON, Peter. Fabian Paternalism and Radical Dissent: Leonard Woolf’s Theory of Economic Imperialism. in: LONG, David; SCHMIDT, Brian. **Imperialism and Internationalism: in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, Albany. 2005.

WILSON, Woodrow. “The Study of Administration,” **Political Science Quarterly** 2, no. 2 (junho de 1887): 197–222, disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924070472059&view=1up&seq=3>. Acesso em jan. 2020.

Zimmern, Alfred. **Nationality and government**. New York: Robert M. McBride, 1918.

ZIZEK, Slavoj. **Jacques Lacan: Critical Evaluations in Cultural Theory**. Vol II. Londres: Routledge. 2000.